

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 34, n. 2

DOSSIÊ – DISTINÇÃO E CLASSE SOCIAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Distinção e capital cultural hoje: introdução Edison Bertonecelo, Michel Nicolau Netto e Fábio Ribeiro	5
Consumo e capital informacional nas lógicas de distinção entre grupos dominados Ana Lúcia de Castro	31
“Bilíngues”, “bilíngues de verdade” e “ <i>global citizens</i> ”: distinção e disposições sociais no mercado educacional Miqueli Michetti	47
Distinção e classe social no acesso ao ensino superior brasileiro Carlos Henrique Aparecido Alves Moris, Fernando Casellato, Matheus Monteiro Nascimento, Gabriela Agostini e Luciana Massi	69
Fragmentación ideológica de la elite en Chile Modesto Gayo e María Luisa Méndez	93
“Tuve la mala suerte de comer en el Ritz”: A autobiografia de Victoria Ocampo e a composição do <i>habitus</i> de elite em Buenos Aires em princípios do século xx Alexandra Dias Ferraz Tedesco	117
Entre cultura e política: a distinção na produção de opinião na mídia Allana Meirelles Vieira	137
Coleções colaborativas: um espaço de dois universos Michel Nicolau Netto e Bárbara Venturini Ábile	163

ENTREVISTA

Entrevista com Johannes Hjøllbrekke 189

Por Michel Nicolau Netto, Edison Bertencelo e Fábio Ribeiro

ARTIGOS

O jornalismo no novo ambiente comunicacional:
uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito” 195

Luis Felipe Miguel

Facções prisionais em dois territórios fronteiriços 217

Camila Nunes Dias e Luiz Fábio S. Paiva

Os significados de caipira 239

Luiz Antonio Guerra

Vírus em viagem: fluxos turísticos globais e propagação pandêmica da Covid-19 257

Octávio Sacramento



Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 34, n. 2

DOSSIER – DISTINCTION AND SOCIAL CLASS IN THE CONTEMPORARY WORLD

Distinction and cultural capital today: introduction Edison Bertonecelo, Michel Nicolau Netto and Fábio Ribeiro	5
Consumption and Informational Capital in the logic of distinction among dominated groups Ana Lúcia de Castro	31
“Bilinguals”, “truly bilinguals” and “global citizens”: distinction and social dispositions in the educational market Miqueli Michetti	47
Distinction and social classes in the access to higher education Carlos Henrique Aparecido Alves Moris, Fernando Casellato, Matheus Monteiro Nascimento, Gabriela Agostini and Luciana Massi	69
Ideological fragmentation of the elite in Chile Modesto Gayo e María Luisa Méndez	93
“Tuve la mala suerte de comer en el Ritz”: Victoria Ocampo’s autobiography and the composition of the elite <i>habitus</i> in Buenos Aires at the beginning of the 20th century Alexandra Dias Ferraz Tedesco	117
Between culture and politics: the distinction in the production of opinion in the media Allana Meirelles Vieira	137
Collaborative collections: a space of two universes Michel Nicolau Netto and Bárbara Venturini Ábile	163

INTERVIEW

- Interview with Johannes Hjellbrekke 189
By Michel Nicolau Netto, Edison Bertencelo and Fábio Ribeiro

ARTICLES

- Journalism in the new communicational environment:
a reassessment of the notion of "journalism as an expert system" 195
Luis Felipe Miguel
- Prison factions in two border territories 217
Camila Nunes Dias and Luiz Fábio S. Paiva
- The meanings of *caipira* 239
Luiz Antonio Guerra
- Virus on the move: global tourist flows and the Covid-19 pandemic 257
Octávio Sacramento



Distinção e capital cultural hoje

Introdução

Edison Bertoncelo*

<https://orcid.org/0000-0002-6771-0563>

Michel Nicolau Netto**

<https://orcid.org/0000-0003-0893-971X>

Fábio Ribeiro***

<https://orcid.org/0000-0002-2006-754X>

Neste dossiê, reunimos artigos que debatem a distinção no mundo contemporâneo, inspirados pelas pesquisas pioneiras realizadas desde a década de 1970 por Pierre Bourdieu e sua equipe. Como introdução, apresentamos um breve resumo da concepção bourdieusiana elaborada principalmente no texto clássico *A distinção* (Bourdieu, 1979), em que Bourdieu desenvolveu uma análise complexa e original da sociedade francesa a partir de abordagens metodológicas diversas. Em suas conclusões, enfatizou a importância do capital cultural, e do fenômeno associado da distinção, para estabelecer uma representação adequada do espaço social francês e suas hierarquias para além das análises tradicionais com foco apenas em questões econômicas no sentido estrito. Em seguida, faremos um resumo das discussões sobre o debate classe e cultura com base na leitura de uma série de textos que dialogam, mais ou menos criticamente, com Pierre Bourdieu e, em especial, com *A distinção*. A partir disso, apresentamos algumas implicações do que se expôs para pesquisas futuras, e destacamos as contribuições dos artigos que compõem este dossiê.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Uma breve história d'*A distinção*

Os trabalhos de Pierre Bourdieu sobre a relação entre classe, cultura e estilo de vida são o desenvolvimento de pesquisas anteriores feitas em geral sob encomenda de órgãos governamentais em busca de melhoria de políticas públicas. Em *Os herdeiros* (1964), Bourdieu e Jean-Claude Passeron observaram que, embora a escola pública francesa oferecesse condições similares de aprendizado, o desempenho dos alunos não era o mesmo. A diferença da origem de classe entre os que obtinham sucesso – e chegavam à universidade – e os que eram excluídos no processo precisava de uma explicação que não fosse baseada em preconceitos de classe. Os autores foram capazes de perceber que a suposta cultura universal ensinada nas escolas encontra direta correspondência com um conjunto de conhecimentos e valores típicos das classes dominantes. A socialização das crianças na cultura burguesa produzia uma experiência de continuidade entre a cultura escolar e a cultura familiar. Para explicar esse processo, Bourdieu e Passeron falam da incorporação de um capital linguístico pelas crianças com origem nas classes dominantes, que seria um conjunto de conhecimentos e competências linguísticas, estilos pessoais e atitudes (Lamont e Lareau, 1988), que criam um senso de pertencimento à escola. De forma correlata, a ausência desse capital produzia um estranhamento do ambiente escolar nas crianças oriundas de meios sociais não burgueses. A diferença em desempenho, portanto, pode ser explicada justamente pelo valor desse capital incorporado pela criança em sua socialização familiar.

A relação entre escola, desempenho e origem de classe segue em *A reprodução* (1970). Ali, tanto quanto a partir da edição inglesa de 1979 de *Os herdeiros* (*apud* Prieur e Savage, 2013), o termo agora mobilizado é capital cultural, tido por Tony Bennett e Elizabeth Silva (2011, p. 429) como o mais criativo conceito do autor, de fato “um neologismo – e não uma reelaboração de um léxico herdado” como seria o caso de outros conceitos como campo e *habitus*. Simultaneamente, Bourdieu trabalhava com o universo das artes e percebia, de um lado, uma relação entre gosto e origem de classe (no caso o interesse pela fotografia, em *Un art moyen*, de 1965), e de outro a relação entre classe e as disposições para apreciação da arte (como no livro *O amor pela arte*, de 1966).

Os trabalhos desenvolvidos na década de 1960 já se articulavam tanto na mente de Bourdieu quanto em suas intenções de pesquisa. Como revela Monique de Saint-Martin (2015), desde 1962 o autor francês organizava *workshops* para discutir os temas que em 1979 apareceriam em *A distinção* e que já começavam a aparecer nos textos aqui citados. Entre o final da década de 1960, com a fundação do Centre Européen de Sociologie (1968), e o começo da década seguinte, especialmente com a fundação da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1975), Bourdieu começa

a adquirir condições materiais apropriadas para se lançar no plano audacioso de investigar a importância da cultura nos processos de reprodução de classe na sociedade francesa. Não se tratava mais de se pensar em espaços isolados da sociedade (na escola, no museu, na prática fotográfica), mas na sociedade de forma integral. O centro e a revista permitiram tanto um espaço de divulgação de pesquisas de interesse de seu diretor, quanto a reunião de jovens e talentosos pesquisadores, entre os quais alguns de seus antigos colaboradores, como Luc Boltanski, com quem publicou *Un art moyen*. Nesse momento, há uma intensificação de pesquisas e textos que vão desaguar n' *A distinção*, e o livro pode mesmo ser considerado “o ponto no qual pesquisa e artigos se encontram e interagem” (Saint-Martin, 2015). De fato, aparecem no livro pesquisas e reflexões anteriormente publicadas e que vão solidificando conceitos, hipóteses e metodologias. Seguindo a lista formulada por Saint-Martin, temos: “*Disposition esthétique et compétence artistique*” (Bourdieu, 1971), “*Les fractions de la classe dominante et les modes d’appropriation des oeuvres d’art*” (Bourdieu, 1974); “*Anatomie du goût*” (Bourdieu e Saint-Martin, 1976); “*La production de la croyance*” (Bourdieu, 1977a); “*Titres et quartiers de noblesse culturelle: la critique sociale du jugement esthétique*” (Bourdieu e Saint Martin, 1978); “*Les stratégies de reconversion*” (Bourdieu et al., 1973); “*Questions de politique*” (Bourdieu, 1977b), “*Classement, déclassement, reclassement*” (Bourdieu, 1978) e “*Le couturier et sa griffe*” (Bourdieu e Delsaut, 1975). Em “A anatomia do gosto”, de 1976, Bourdieu e Saint-Martin já constroem os espaços social e dos estilos de vida, sendo que muitos dos trechos desse ensaio aparecem integralmente ou em partes em *A distinção*.

Bourdieu também se beneficiou do desenvolvimento da estatística, em especial da “escola francesa de análise de dados”, e das técnicas computacionais¹. Na década de 1960, o grupo de Jean-Paul Benzécri cunhou o termo “análise de correspondências múltiplas”, utilizada por Bourdieu e Saint-Martin em “A anatomia do gosto” e por Bourdieu em *A distinção*, para a medição das distâncias relativas dos indivíduos no espaço social de acordo com o acúmulo e a estrutura de seus capitais, nessa ocasião, medindo-se os capitais econômico e cultural. É com base nessa técnica de análise de dados que Bourdieu e Saint-Martin são capazes de construir o espaço social francês e a ele sobrepor o espaço dos estilos de vida. É a coincidência entre as posições dos sujeitos de acordo com seus capitais (volume e estrutura) e a legitimidade de suas práticas culturais definidoras de seus estilos de vida que permitiu que Bourdieu lançasse a tese da homologia entre os espaços. Voltaremos à metodologia mais adiante nesta introdução, mas aqui destacamos que a possibilidade de se medirem as posições relativas dos sujeitos concretizava o pressuposto teórico de Bourdieu de

1. Bertoncele, 2022.

que a sociedade é formada por posições objetivas relacionais, ou seja, as posições se definem umas em relação às outras. As “classes no papel” ou classes teóricas são o resultado desse esforço de classificação sociológica, a partir do qual é possível identificar conjuntos de agentes que ocupam posições relativas vizinhas no espaço social em função da distribuição dos capitais relevantes. As classes assim construídas diferem das classes preconcebidas ou pressupostas como em muitas correntes do marxismo e da economia prevalentes na época (ver Bourdieu, 2015, pp. 99-120). A estatística e a computação, assim como os estatísticos reunidos no Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Econômicos (INSEE) e no Centro de Pesquisa pelo Estudo e Observação das Condições de Vida (Crédoc), permitem a representação visual e geométrica da sociedade que Bourdieu e seus colegas descobriam empiricamente.

Após *A distinção*, o tema do capital cultural permaneceu central na obra de Bourdieu, especialmente em suas grandes pesquisas dos anos 1980, *Homo academicus* (1984) e *La noblesse d'État* (1989), e foi desenvolvido também nas aulas de Bourdieu como membro do *Collège de France*. Nessas aulas, o sociólogo destaca as diferenças entre sua concepção e a ideia mais difundida na época de “capital humano”, associada a economistas como Gary Becker e Jacob Mincer, que buscava interpretar os resultados dos investimentos em educação apenas em relação à sua conversão direta em capital econômico. Já Bourdieu, como de costume, enfatizava o aspecto relacional e também temporal do conceito de capital cultural, que não pode ser reduzido diretamente a seu aspecto monetário (ver Bourdieu, 2016, pp. 239-257).

Assim, fica mais fácil perceber a função teórica desempenhada pelo conceito de capital cultural, além da função metodológica já explicitada em obras como *A distinção*. Em termos teóricos, o capital cultural e sua relação com os conceitos adicionais de *habitus* e capital simbólico permitem a Bourdieu afastar-se tanto de uma abordagem enfatizada em particular na economia, na qual o fundamento da ação social está em indivíduos racionais que buscam maximizar seu interesse (ver Bourdieu, 2017, passim), quanto de abordagens de inspiração durkheimiana que localizam aquilo que é próprio ao social e à sociologia em instituições completamente externas aos indivíduos (Bourdieu, 2016, pp. 229-262). Da mesma maneira, a ideia de distinção ganha maior aporte teórico na abordagem bourdieusiana como o fenômeno por excelência que permite àqueles que ocupam posições dominantes em determinados campos não só recolher e acumular lucros de distinção, mas também, através das lutas dentro do campo, estabelecer a própria estrutura do campo, ou seja, a hierarquia que favoreça a reprodução do capital que eles próprios possuem – num processo em que, como Bourdieu enfatiza, nada precisa acontecer intencionalmente, na lógica do complô (Bourdieu, 2016, p. 291).

Críticas e reflexões a partir dos debates sobre *A distinção*

Dessa forma, é possível dizer que não só *A distinção* é o resultado de quase duas décadas de um trabalho coletivo que reuniu tanto indivíduos quanto instituições francesas, mas também continuou alimentando as pesquisas e reflexões de Bourdieu no decorrer de sua carreira. E seu resultado é proporcional ao tamanho dos esforços e trabalhos despendidos. O estudo da relação entre classe e cultura tem uma longa tradição na sociologia e remonta ao menos a Weber, Veblen, Simmel e Elias. *A distinção* segue essa tradição e se torna – ao menos do que nela se consolida, como conceitos, métodos etc. – objeto frequente de reflexões e questionamentos na sociologia. Nas próximas seções, tematizamos alguns debates centrais à literatura que se debruçou nessa problemática construída n’*A distinção*.

Onivorismo e a crítica da homologia estrutural e do capital cultural

Na década de 1990, quando ganhava impulso o movimento de apropriação dos estudos de Bourdieu sobre a distinção para além da França (a primeira tradução da obra para o inglês ocorreu em 1984), surgiu uma ideia que, posteriormente, viria a ser interpretada por muitos autores dentro da sociologia da cultura e da sociologia da estratificação social como uma crítica à abordagem bourdieusiana da relação entre classes sociais, gostos e estilos de vida. Essa ideia, mais propriamente um conceito “provisório” do que uma teoria ou mesmo uma hipótese, foi desenvolvida nos estudos do sociólogo estadunidense Richard Peterson com seus colaboradores (Peterson, 1992, 1997, 2005; Peterson e Simkus, 1992; Peterson e Kern, 1996).

Como argumenta Gayo (2016), “a ideia do onívoro foi desenvolvida de uma posição de alto *status* e forte legitimidade na sociologia norte-americana” (p. 104). Peterson era então reconhecido nacional e internacionalmente entre seus pares por seus trabalhos sobre indústrias culturais e produção cultural, além de ter publicado fartamente em revistas acadêmicas de elevado prestígio, como *Poetics* (*Ibidem*). Se os debates em torno do onivorismo cultural (o termo aludindo a uma “metáfora zoológica” tão criticada por Bernard Lahire) ganharam enorme impulso, estimulando a produção de vários estudos ao longo das décadas seguintes e tornando-se ponto de passagem obrigatório para as pesquisas recentes sobre gostos e práticas culturais, parte disso se deve, certamente, ao contexto acadêmico norte-americano e à posição de Richard Peterson nele. A esses fatores também se deve o fato de que essa ideia ganhou mais tração nos debates na sociologia norte-americana do que na sociologia europeia (sobretudo a francesa): “o onívoro cultural era uma reiteração posterior de um tema familiar dentro da sociologia dos Estados Unidos que afirmava que a

geração nascida após a Segunda Guerra Mundial era mais próspera, educada, aberta e tolerante do que as gerações posteriores de norte-americanos” (*Idem*, p. 106).

É menos claro, no entanto, por que esse conceito foi interpretado posteriormente como tendo implicações críticas aos estudos de Bourdieu sobre a distinção. Ironicamente, Peterson, em seus próprios estudos (sobretudo em uma publicação recente, 2005), afirmava que o onivorismo não apontava para uma refutação, mas apenas uma reformulação dos argumentos de Bourdieu. Se os estudos de Peterson foram lidos posteriormente como sendo uma espécie de refutação ao livro *A distinção*, isso se deve, em parte, à forma como essa obra foi apropriada fora da França, sobretudo pela sociologia de língua inglesa. Como destaca Holt (1998), durante muito tempo a sociologia norte-americana fez uma leitura “substancialista” dessa obra, minimizando um elemento que lhe é central, seu caráter relacional. Lizardo e Skiles (2016) sustentam que o entendimento convencional de que o debate sobre o onivorismo questionou a validade empírica das ideias de Bourdieu quanto à associação entre gosto e classe está baseado em uma leitura incorreta do trabalho de Bourdieu. Tal leitura parte de dois pressupostos: i) de que as práticas culturais dos indivíduos de “*status* elevado” podem ser classificadas em um padrão de tipo “exclusivismo esnobe” [*snobbish exclusiveness*], ou seja, tais indivíduos gostam ou fazem coisas associadas à “alta cultura”, rejeitando a cultura popular; ii) *A distinção* pode ser lida como um estudo de como as classes superiores, fortemente ligadas à alta cultura, se distinguem das classes populares, com seus gostos e práticas vulgares (*Idem*, p. 91). O argumento contido na primeira premissa ignora que a aversão estética é um mecanismo de produção de fronteiras simbólicas que opera tanto vertical quanto horizontalmente; no caso da segunda premissa, minimiza-se a ênfase conferida por Bourdieu à multidimensionalidade do espaço social, que se traduz, por intermédio do *habitus*, em oposições no espaço simbólico. Isso implica, por exemplo, que as lutas em torno da imposição dos modos legítimos de viver são travadas não apenas entre diferentes classes, mas, sobretudo, entre diferentes frações das mesmas classes (por exemplo, o “ascetismo aristocrático” dos intelectuais em oposição ao “gosto do luxo” da burguesia proprietária e dirigente).

Voltando aos estudos de Peterson, a ideia do onivorismo não parece muito complicada: a velha distinção entre alta e baixa cultura estaria sendo substituída por outra, entre onívoros e unívoros. Os primeiros, além de se apropriarem da “alta cultura”, também consumiriam “cultura popular”. Os unívoros teriam um repertório de gostos e práticas restrito à “baixa cultura”. Nesse sentido, o onivorismo apontaria para “repertórios de práticas culturais, emergindo no final do século XX, que são marcados por uma amplitude crescente de gostos e participação cultural e também por uma disposição para transgredir fronteiras previamente construídas

entre itens ou gêneros culturais hierarquicamente ordenados” (Karademir e Warde, 2016, p. 77). Em alguns estudos, “onivorismo” é substituído por “ecletismo”, mas a ideia é a mesma. O desenvolvimento original do conceito aponta para mudanças nos princípios de distribuição dos gostos e das práticas culturais, do “esnobismo” para o “onivorismo”. O onivorismo implica, portanto, a combinação de gostos e práticas, que atravessam diferentes registros culturais. Não basta, portanto, para ser caracterizado como onívoro, que um indivíduo goste de muitos gêneros ou participe de muitas atividades culturais. Ocorrendo no contexto de transformações sociais e culturais – relacionadas com o aumento da oferta de bens culturais, a “estetização” da cultura popular, a maior mobilidade social –, a emergência dessa nova “orientação” em relação às formas culturais teria efeitos profundos para as estratégias de distinção, para a importância da “alta cultura” na hierarquização social etc.

Antes de analisarmos esses possíveis efeitos, no entanto, é essencial investigar a validade empírica da tese de Peterson. Como argumentam Karademir e Warde, há muitas dificuldades para avaliar a suposta importância do onivorismo enquanto novo “princípio” subjacente à distribuição de gostos e práticas culturais, dificuldades que dizem respeito à falta de consenso na literatura que opera com esse conceito quanto às maneiras de defini-lo e operacionalizá-lo, aos domínios e itens culturais que devem ser considerados, às medidas de posição social (classe social, *status*), à necessidade de uso de dados de diferentes tipos (qualitativos e/ou quantitativos), aos procedimentos para medir mudança social e, por fim, quanto aos critérios a empregar para operacionalizar uma noção central ao onivorismo, que é aquela da abertura à diversidade. Ora, se o onivorismo, pelo menos segundo a definição original, significa o “cruzamento” de fronteiras culturais e a composição “ecletica” de gostos e práticas, então é necessário adotar algum critério para determinar quais são as fronteiras relevantes e onde estão localizadas. Por exemplo, em um estudo de Peterson e Kern (1996), ópera e música clássica foram consideradas gêneros eruditos; *bluegrass*, *country*, *gospel*, *rock* e *blues*, gêneros inferiores; musicais da Broadway, músicas leves (*easy listening*) e *big band*, gêneros médios. Com base nessa classificação, repertórios musicais que combinassem, por exemplo, ópera e *rock*, ou ópera e *easy listening* seriam considerados onívoros. É óbvio, portanto, que o modo de construir a classificação e a hierarquização dos gêneros musicais interfere fortemente nos resultados sobre a suposta emergência e/ou crescimento de repertórios onívoros. Nos próprios estudos de Peterson, como salienta Brisson (2019), há diferentes procedimentos para produzir tais classificações musicais, dificultando a comparabilidade dos resultados, o que não seria necessariamente um problema, tivessem tais modificações tido o objetivo de incorporar evoluções temporais das hierarquias musicais (estetização, intelectualização ou popularização de gêneros ou subgêneros musicais) ou, então,

nos modos como tais hierarquias são subjetivamente percebidas e internalizadas pelos indivíduos. Não foi o caso.

Pelo que foi exposto, é provável que o onivorismo seja um “artefato metodológico” (Brisson, 2019, p. 10). De fato, a falta de consenso sobre o que é onivorismo e como operacionalizá-lo reduz nossa capacidade de estimar a validade empírica da tese de Peterson. Além disso, é preciso refletir se, mesmo que empiricamente válida, a tese acrescentaria algo aos debates sobre classes, gostos e estilos de vida na tradição bourdieusiana (Bertoncelo, 2019). A “tese” do onivorismo introduz implicações opostas ou radicalmente diferentes daquelas associadas à hipótese das homologias para a investigação das práticas culturais? Suspeitamos que não. No estudo d’*A distinção*, já está presente o argumento de que um dos principais marcadores da distinção é a propensão e a capacidade dos agentes para transpor a disposição estética para novos objetos e domínios da vida social. O “esnobe”, a quem supostamente o onívoro estaria substituindo no mundo contemporâneo, não seria mais distinto ou distintivo: ao invés disso, como sublinham Lizardo e Skiles (2016), o “esnobismo”, entendido como uma orientação que privilegia tão somente os bens culturais institucionalmente consagrados em detrimento daqueles da “cultura popular”, seria um indício da aquisição tardia da disposição estética, mais próximo da “boa vontade cultural” da pequena burguesia.

Essas considerações críticas, no entanto, não invalidam por completo a importância dos debates acerca do onivorismo. Ainda que este não constitua um objeto sociológico propriamente novo e que faltem as condições adequadas para apreciar a validade empírica das mudanças apreendidas por esse conceito, o debate serviu para arejar as discussões em torno da distinção. De fato, como conceber e investigar a distinção e a formação de capital cultural em um contexto marcado pela crescente circulação global de pessoas e objetos, pela disseminação das TICs, pela ampliação da esfera do simbólico, pelas mudanças nos sistemas educacionais? É possível que essa capacidade “tolerante” para transpor a disposição estética para domínios não artísticos ou culturais e para objetos não consagrados, mesmo vulgares, tenha ela própria sido transposta para outras regiões do espaço social, não se restringindo, portanto, às frações mais intelectualizadas? O estudo britânico *Culture, class, distinction* aponta nessa direção:

[...] em suma, a cultura importa para a classe média, e até mais para seus estratos mais elevados. O capital cultural objetivado e institucionalizado opera como um recurso valioso, mas não exclusivamente por meio do controle da cultura legítima. Ao invés, a orientação requerida se dirige para a apreciação reflexiva, em um espírito de abertura, de uma diversidade de produtos culturais, mas continuam a existir fronteiras além das quais não é respeitável atravessar (Bennett *et al.*, 2009, p. 194).

Diferentemente, outros estudos apontam que esse ecletismo seletivo é a manifestação de certas disposições ao consumo que “divertidamente” [*playfully*] atravessam fronteiras culturais estabelecidas. A combinação entre gostos “estabelecidos” e “emergentes” expressa não tanto uma orientação onívora ou um novo tipo de capital cultural, mas, ao invés disso, o domínio do simbólico que está na raiz do capital cultural teorizado por Bourdieu, que opera, no entanto, em um contexto social marcadamente diferente (Flemmen; Jarness e Rosenlund, 2018).

A perda da eficácia da “alta cultura” como distintiva?

Uma das principais contribuições dos debates em torno do onivorismo para a Sociologia tem a ver com a problematização dos efeitos da “alta cultura” para os processos de distinção social². Estudos recentes evidenciam que as classes superiores, sobretudo em suas frações mais intelectualizadas e cultivadas, possuem gostos “eccléticos”, que não se reduzem à “alta cultura” assim entendida (Flemmen; Jarness; Rosenlund, 2018, 2019; Prieur; Savage, 2011; Bennett *et al.*, 2009). Mais: o consumo da “alta cultura” vem declinando socialmente, mesmo nas classes superiores, em especial nas gerações mais novas (Gripsrud *et al.*, 2011; Purhonen *et al.*, 2011; DiMaggio e Mukhtar, 2004)³.

Quais as implicações disso para a relação entre “alta cultura” e capital cultural? Para alguns, a “alta cultura” não representa mais (ou jamais representou, fora do contexto francês) uma forma de capital cultural (Halle, 1992; Lamont, 1992). Diferentemente, DiMaggio e Mukhtar argumentam, baseados em um estudo sobre a evolução do consumo cultural nos Estados Unidos ao longo de duas décadas (1982-2002), que a “alta cultura” permanece central para a formação e acumulação de capital cultural, ainda que exista uma tendência geral de redução de seu público consumidor, mesmo que não na mesma magnitude para todas as formas culturais assim classificadas⁴. Conforme esse mesmo estudo, as atividades culturais populares tiveram uma redução

2. Seguindo DiMaggio e Mukhtar, definimos “alta cultura” como as formas culturais “consideradas pelos críticos como ‘sérias’, caracterizadas por uma tendência de que a avaliação dê prioridade às respostas dos críticos e dos artistas mais do que àquelas do público em geral, representadas nos currículos das universidades e das faculdades, que mais provavelmente recebem subvenções de patronos privados, fundações, ou agências governamentais tendo em vista o valor estético percebido de seus produtos, e geralmente produzidas e distribuídas por organizações não lucrativas” (2004, p. 175). Essas formas culturais incluem os concertos de música clássica, o teatro, o museu, a galeria de arte, a ópera, as artes visuais etc.

3. Para uma revisão desse debate, Prieur e Savage, 2011, pp. 252-254.

4. Por exemplo, os dados analisados pelos autores indicam que o público da ópera permaneceu estável. Por sua vez, os públicos do *jazz* e das artes visuais cresceram no período investigado.

de seu público tão grande quanto aquela da “alta cultura”, e o consumo cultural dos menos educados caiu mais fortemente do que o dos mais educados. Tais processos evidenciam, assim, que o declínio da “alta cultura” tem mais a ver com o aumento da competição por outras formas de uso do tempo livre e de modos de consumo da cultura do que propriamente com a perda de eficácia distintiva da “alta cultura”⁵.

De forma similar, um estudo conduzido entre estudantes de ensino superior na Noruega, que cobre um período parecido com o anterior (1998-2008), aponta que, apesar de um declínio significativo das práticas associadas à “cultura legítima tradicional” – em menor medida entre estudantes de humanidades do que de disciplinas técnicas –, elas permanecem fortemente associadas às classes superiores e ainda gozam de elevado reconhecimento, o que indicaria, segundo o estudo, a provável persistência da eficácia distintiva da “alta cultura”, ou seja, ela ainda opera como um capital cultural (Gripsrud *et al.*, 2011, pp. 524-525).

Ao mesmo tempo, a contínua redução do interesse pela “alta cultura” e de seu consumo, especialmente entre os mais jovens e mais escolarizados, tenderia a torná-la uma cultura de “nichos sociais”, não mais gozando de reconhecimento social generalizado. Conforme argumentam DiMaggio e Mukhtar, “nós suspeitamos que se a participação [na “alta cultura”] continuar a cair, em algum momento, essas formas artísticas se tornarão irrelevantes para a cultura compartilhada das famílias e grupos sociais cujas chances de vida são mais dependentes do manejo de capital cultural” (*Idem*, p. 191).

Ainda que tal tendência se concretize, esse processo teria como consequência a irrelevância do capital cultural como um princípio de diferenciação e hierarquização social? Embora, como argumentamos, a “alta cultura” ainda goze de algum reconhecimento social para além de seu público consumidor, cada vez mais restrito às classes superiores, é pouco provável que o que se entende por “cultura legítima” se restrinja a essas formas culturais (Špaček, 2017). Uma leitura relacional do capital cultural e dos processos distintivos “abre caminho para uma definição da disposição estética parcialmente dissociada dos conteúdos nos quais ela opera” (Coulangeon, 2015, p. 56).

Holt (1998) chama atenção para os riscos de uma leitura substancialista que associa a “cultura legítima” à “alta cultura”, leitura essa que leva à conclusão de que a ausência de qualquer associação significativa entre o consumo da “alta cultura”, de um lado, e o pertencimento às classes superiores, de outro, indicaria a irrelevância do capital cultural na produção de desigualdades e na construção de fronteiras simbólicas e sociais. Holt entende que tal argumento confunde os aspectos abstrato e particular do capital cultural. Para ele, enquanto o aspecto abstrato é produzido

5. Para conclusões similares, ver também Purhonen *et al.*, 2011.

pela incorporação das estruturas sociais condicionadas pelas classes, o particular é específico do campo em que o capital cultural é articulado. Dessa forma, o que os agentes incorporam não é exatamente um gosto pela “alta cultura”, mas uma condição específica de julgamento do mundo social que se manifestará como distintivo em objetos diferentes em cada campo social. Não haveria nada, portanto, de essencial no domínio da “alta cultura” para Bourdieu, sendo isso apenas um capital particular relevante para o estudo da sociedade francesa, mas que pode não importar para outros tempos ou outras sociedades. Ao invés de pressupor, deve-se, então, encontrar qual o capital específico que importa em cada contexto. É por isso que, para Holt (1997), mais importante é o estado incorporado do capital cultural, pois é ele que criará as condições para que os agentes possam ocupar posições dominantes em diferentes campos e neles controlar seus capitais específicos. Para dar um exemplo simples, é o capital cultural incorporado que permite a membros da elite ocuparem posições dominantes em campos tão distantes como o acadêmico e o financeiro, fazendo valer esse capital abstrato para o domínio dos capitais específicos.

Na mesma linha, seguiram Prieur e Savage (2013). Sem adentrarem em discussão sobre campo, eles diferenciam a visão sobre o conceito de capital cultural em flexível e fixo. Segundo eles, o fixo seria a visão que atrela o capital cultural a um objeto específico – por exemplo, à “alta cultura”. Com esse olhar, “é fácil descartar a análise de Bourdieu como obsoleta e irrelevante” (Prieur e Savage, 2013, p. 249). Contudo, para eles, Bourdieu entendia o capital cultural como flexível, ou seja, uma forma de poder de qualidades exclusivas e relacionais, que se forma em objetos específicos de acordo com a relação que eles possuem com outros objetos. Assim, se a “alta cultura” não seria mais a concretização (ou, para voltar a Holt, a particularização) do capital cultural, outros objetos o são, devendo o pesquisador identificar quais. Na próxima seção voltaremos a esse debate, apresentando o que os autores chamam de “capital cultural emergente”.

Não entendemos, contudo, que devemos descartar de maneira tão radical a “alta cultura” como forma de distinção. Isso se dá por dois motivos. Um primeiro motivo se refere ao que encontramos em algumas pesquisas, mas destacamos aqui Omar Lizardo (2006). O autor estuda a relação de conversão entre capital cultural e capital social. Sua tese central é inverter a noção clássica de que capital social se converte em cultural, para mostrar que o cultural se converte, com mais frequência, em social. Entretanto, o que mais nos interessa aqui é notar que, em diferentes redes de relacionamento, há a operação de diferentes conhecimentos culturais. Segundo o autor, a cultura popular tem um “valor generalizado de conversão”. Ou seja, a cultura popular pode ser convertida em diferentes redes de relacionamento, produzindo, inclusive, redes amplas de laços fracos. Já a “cultura de elite (*highbrow*) [...] tem um valor restrito

de conversão: ela deve mais provavelmente sustentar redes de laços fortes” (Lizardo, 2006, p. 783), que permitirão maiores vantagens para seus integrantes. Em outras palavras, o ecletismo cultural da elite lhe permite formar diferentes redes de socialização, sendo essas redes dependentes do conhecimento cultural mais amplo, mas também do reconhecimento das hierarquias culturais. Essa ideia se aproxima tanto à de repertório, de Michèle Lamont, quanto de variações intraindividuais de Bernard Lahire. Para ambos os autores, os agentes mobilizam diferentes conhecimentos em contextos específicos. A diferença, contudo, é que a ideia de Lizardo, e esse é o ponto aqui, nos permite vislumbrar a permanência da relevância da “alta cultura” como forma de distinção.

Esforço similar foi empreendido em artigo recente (Ábile *et al.*, 2021), em que se argumentou que a perda da relevância da “alta cultura” foi observada em pesquisas que relacionaram a “alta cultura” ao campo propriamente artístico. O texto propõe olhar como a “alta cultura” é operada em outros campos para produzir distinções. Assim, demonstra-se que os capitais valorizados no campo artístico são mobilizados pelos campos da gastronomia e da moda para produzirem diferenciações. Estilistas e cozinheiros que se aproximam de artistas (e mesmo querem ser considerados artistas) se diferenciam dos outros, e seus produtos se tornam distintivos. Sendo práticas que recebem reconhecimento social (especialmente por programas de televisão), mas, ao mesmo tempo, exclusivas de uma elite, elas produzem distinção e operam como capital cultural. Dessa forma, argumenta-se que a “alta cultura” pode ser vista ainda operando como capital cultural, mesmo em domínios que não o artístico.

Do gosto à prática: de “o quê” para “como”

Uma outra forma de se pesquisar o capital cultural, mal captada especialmente por pesquisas baseadas em preferências, é a diferenciação entre “o que” se consome e o “como” se consome. Essa preocupação com a modalidade das práticas está bem exemplificada em um estudo de Vegard Jarness (2015), autor que pesquisou formas de consumo cultural e estratificação social na cidade de Stavanger, na Noruega. Segundo ele, as críticas direcionadas à noção de capital cultural ignoram a distinção entre *opus operatum* e *modus operandi*, ou seja, entre um conjunto de preferências (mais ou menos volumosas e “ecléticas”) e os esquemas de avaliação e apreciação subjacentes às escolhas. No contexto da ampliação da produção, difusão e consumo de bens simbólicos e das possibilidades de estetização da vida cotidiana, é provável que “gostar das mesmas coisas” signifique cada vez menos “ter os mesmos gostos” (*Idem*, p. 67). Na verdade, “quando os mesmos bens culturais comuns são apreciados de modos diferentes, isso pode tornar a prática ainda mais distintiva” (*Idem*, p.

77). Dessa forma, se indivíduos de diferentes classes ou frações de classe declaram preferências similares em gosto (por exemplo, musical), é possível que o modo como ouvem música ou mesmo a justificativa que dão para suas preferências possam se diferenciar, manifestando diferentes *habitus* incorporados e produzindo fronteiras que separam as classes e geram distinção.

Formas emergentes de capital cultural e novas formas de distinção?

Retornando à visão sobre capital cultural flexível ou à diferença de capital cultural abstrato e particular, alguns autores argumentam a favor da emergência de formas emergentes de capital cultural. Mike Savage e Annick Prieur argumentam que, em um contexto em que se ampliam os universos de possíveis escolhas estéticas e em que o valor do domínio da “cultura erudita tradicional” se reduz a mercados de concorrência social cada vez mais restritos, é provável que os agentes equipados com mais capital cultural privilegiem um tipo de apropriação “reflexiva”, distanciada e irônica, sustentada por uma capacidade de explicitar as razões da escolha. “Irônico” aqui implica que os agentes (re)conhecem os significantes do gosto e são capazes de associar diferentes significados a práticas *mainstream*. Além disso, tais agentes são capazes de se posicionar para além de certos enquadramentos nacionais, regionais ou locais, adotando uma orientação cosmopolita. Esses aspectos da prática – apropriação irônica, “reflexiva” e distanciada, a partir de um enquadramento cosmopolita – teriam um “novo” valor distintivo e, por isso, os autores utilizam o conceito de formas emergentes de capital cultural para apreendê-los (Prieur e Savage, 2011, 2013).

Em suma, esse conceito apreende possíveis mudanças no gosto dominante, sobretudo nas gerações mais novas, indicando a operação de “novos” modos de distinção social não mais baseados na estética do desinteresse, que, nos trabalhos de Bourdieu, constituía o princípio subjacente à apropriação legítima das formas culturais “sérias” (Friedman *et al.*, 2015) Por outro lado, outros estudos questionam a suposta novidade dessa modalidade de consumo que combina elementos do “tradicional” e do “contemporâneo”, argumentando que as “formas emergentes” de capital cultural ou as “novas” formas de distinção não pressupõem nada além do domínio do simbólico aplicado em novos contextos sociais (Flemmen; Jarness e Rosenlund, 2018; Atkinson, 2017).

Um outro conjunto de estudos busca perceber outras formas de capital. Trata-se também da emergência de capital, mas não necessariamente cultural. É o caso mais frequente de pesquisas que se focam na aparência ou na beleza. Um conjunto de autores (Vandebroek, 2015; Anderson, Grunert, Katz e Lovascio, 2010; Holla e

Kuipers, 2015) considera que tais características, ao serem avaliadas como distintivas por certos grupos, operam como um capital que denominam estético. Da mesma maneira que outras formas de capital, a condição de sua acumulação é predisposta pela posição do agente no espaço social. Uma variação dessa visão percebe que esse capital estético é mais importante para as mulheres (elas são mais frequentemente avaliadas por critérios estéticos). Contudo, mesmo a elas, esse capital é de pouca vantagem, pois é mobilizado pelos homens. Em outras palavras, o capital estético acumulado por uma mulher serve, no mais das vezes, como distinção para os homens. Ashley Mears (2015) mostra “os usos do capital corporal feminino por homens que se apropriam de mulheres como um recurso simbólico para gerar lucro, *status* e laços sociais num mundo exclusivo de homens de negócio” (Mears, 2015, p. 22). Seus estudos se focam na relação entre homens e mulheres em feiras e eventos internacionais de produtos. Contudo, isso pode ser relacionado com aquilo que Randall Collins chama de “trabalho goffmaniano” das mulheres. Seu foco é mostrar que, seja em casa ou em suas profissões, as mulheres tendem a se focar em trabalhos que produzem *status*. O diálogo com Mears é que esse *status* também é apropriado no mais das vezes pelo homem, seja ele o chefe, seja ele o marido.

Essas duas análises colocam um ponto importante para a própria teoria dos capitais. Em geral, as pesquisas se focam na posse de capitais por agentes de acordo com suas posições sociais. Contudo, pouca atenção é dada à possibilidade de os agentes se apropriarem de capitais acumulados por outros. Ou seja, ainda que capitais sejam acumulados por determinados agentes de acordo com suas condições, esses mesmos capitais podem ser apropriados por outros em melhores condições sociais. Nas análises citadas, é o caso de capitais acumulados por mulheres e mobilizados em proveito de homens. Podemos estender esse raciocínio para outros campos, como a relação entre as altas classes e a cultura popular etc.

Distinção e classe social no mundo contemporâneo

O estudo da distinção nos coloca, como vimos, inúmeros desafios de natureza teórica. Ao mesmo tempo, existem dificuldades propriamente metodológicas no estudo desse tema. O conceito de distinção, tal como empregado por Bourdieu, supõe diferença e hierarquia. Há muitas evidências empíricas de que as práticas culturais são estratificadas e diferenciadas socialmente. Mais fundamentalmente, a hipótese da homologia – da correspondência estrutural entre o espaço social e o espaço dos estilos de vida – encontra sustentação empírica em estudos realizados em diversas sociedades, indicando que os estilos de vida são estruturados não apenas pelo volume de capital possuído pelos agentes, mas também por sua composição (Flemmen, Jarness

e Rosenlund, 2019; Atkinson, 2017; Pereira, 2005)⁶. É possível, assim, não apenas diferenciar as classes superiores das classes médias e inferiores, mas também, como já demonstrado n' *A distinção*, diferenciar frações das classes superiores em função do peso dos diferentes recursos pertinentes a um dado universo social (Börjesson *et al.*, 2016). E a mesma diferenciação interna pode ser encontrada para as demais classes, considerando os recursos específicos e modalidades de estilização da vida típicas a essas regiões do espaço social (Pereira, 2005).

Por outro lado, uma parte importante desses estudos voltou-se para a investigação de um aspecto da distinção, aquele referente à produção, acumulação e transmissão de capital cultural⁷. Consequentemente, é pouco comum a utilização de uma ampla variedade de indicadores para mensurar as práticas dos agentes em diferentes domínios da vida social, restringindo-se frequentemente ao consumo da cultura entendida em um sentido bastante restrito (em parte devido às limitações decorrentes do uso de fontes secundárias). Ademais, a operacionalização da noção de espaço social, a partir da construção de diversos indicadores de formas de capital e de trajetórias sociais, tem recebido relativamente pouca atenção nos estudos de classe recentes inspirados pela tradição bourdieusiana⁸.

Se, apesar das ressalvas anteriores, é possível dizer que o aspecto da distribuição diferencial das propriedades das práticas está, de alguma forma, bem documentado, o outro elemento da distinção, qual seja, a hierarquia, parece menos explorado nos estudos que se debruçam sobre essa temática. A mera evidência estatística da raridade de uma prática ou gosto não implica necessariamente que ele hierarquize os agentes. Os instrumentos geralmente utilizados para “mapear” os gostos e as práticas culturais não são suficientes para responder a esta questão. Os dados produzidos por meio de *surveys* são muito úteis (sobretudo quando produzidos a partir da problemática da pesquisa), porque possibilitam evidenciar a ocorrência empírica de homologias entre as práticas dos agentes em diferentes domínios e suas posições relativas no espaço social. *É necessário, no entanto, dar alguns passos adicionais para apreendermos a problemática da distinção em sua totalidade.*

Como a hipótese da homologia sugere haver correspondências entre as hierarquias operantes nos diversos campos sociais, por um lado, e entre elas e as hierar-

6. Para uma revisão desse debate, ver Rosenlund, 2015.

7. De fato, são relativamente pouco numerosos os estudos inspirados pela abordagem bourdieusiana que se debruçam sobre outros aspectos da prática que não os culturais, em um sentido mais estrito do termo. Algumas exceções são os estudos de Lindell (2018) e de Lindell e Hovden (2018) sobre as relações entre as classes e as práticas de mídia digital na Suécia, e os estudos de Harrits *et al.* (2010) e Flemmen e Haakestad (2018) sobre as homologias entre espaço social e as tomadas de posição política e ideológica.

8. As principais exceções, aqui, são Pereira (2005) e Rosenlund (2009). Para a importância do estudo das trajetórias sociais para o da formação das classes, ver Savage *et al.* (2015).

quias vigentes no espaço social, por outro, uma primeira tarefa consiste em situar as práticas em seus campos específicos e reconstruir a estrutura desses campos (suas instâncias de legitimação, suas hierarquias e seus agentes, os valores que os orientam, os objetos em disputa), além das relações entre eles⁹. Há muitos estudos desse tipo na sociologia no Brasil e alhures¹⁰.

Ademais, é preciso avançar na investigação dos aspectos subjetivos de como “as pessoas explicitamente avaliam, estimam e julgam os estilos de vida dos outros...” (Sølvberg e Jarness, 2019, p. 180). Como produzir dados desse tipo? Como apreender empiricamente os modos pelos quais as pessoas categorizam e hierarquizam os estilos de vida? Que técnicas de observação podemos empregar para investigar as disputas em torno do valor das propriedades dos estilos de vida e o reconhecimento pelos agentes dessas hierarquias? Essa é uma tarefa fundamental, uma vez que, para que possamos considerar determinadas práticas ou gostos como *distintos* e *distintivos*, é essencial evidenciar o amplo reconhecimento da legitimidade de tais práticas ou gostos.

Como argumentam Sølvberg e Jarness, os estudos de Lamont sobre as fronteiras sociais e simbólicas nos ajudam a avançar nessas indagações. Fronteiras simbólicas são “distinções conceituais feitas pelos atores sociais para categorizar objetos, pessoas, práticas, e, até mesmo, o tempo e o espaço. São ferramentas pelas quais os indivíduos e grupos lutam para chegar a definições da realidade compartilhadas” (Lamont e Molnár, 2002, p. 168). Por sua vez, fronteiras sociais são “formas objetivadas de diferenças sociais manifestadas no acesso desigual e na distribuição desigual de recursos (materiais e imateriais) e de oportunidades sociais” (*Idem, ibidem*).

Mapear as fronteiras simbólicas, retornando aos argumentos de Sølvberg e Jarness (2019), pode ser bastante útil para investigar empiricamente “se e como as diferenças de estilos de vida baseadas em classe estão, de fato, ligadas a processos de exclusão e inclusão” (p. 180). Em *Money, morals and manners* (1992), Lamont investigou o processo de construção de fronteiras de diferentes tipos (cultural, econômica e moral) com base em entrevistas em profundidade com informantes norte-americanos e franceses. O modo como as pessoas falam de si e dos outros, as categorias que mobilizam, em seus discursos, para nomear, definir, avaliar suas próprias ações e as dos outros constituem dados importantes a partir dos quais

9. O estudo de Nault *et al.* (2021) propõe soluções metodológicas interessantes, a nosso ver, para algumas dificuldades comumente enfrentadas nas tentativas de investigação das hierarquias de gosto a partir de dados de preferências individuais por diferentes gêneros culturais (no caso, preferências musicais). Tais dificuldades se referem, sobretudo, à escassez de procedimentos confiáveis e amplamente testados que permitam construir medidas “exógenas” de consagração de bens culturais e de seus produtores, ou seja, que não dependam tão somente do “senso comum esclarecido” do pesquisador.

10. Entre outros, Miceli e Pontes, 2014; Bennett *et al.*, 2009 (pp. 75-174).

podemos apreender como as fronteiras sociais e simbólicas são construídas e reconstruídas na vida social.

Ao mesmo tempo, há uma tendência quase incontornável por parte dos indivíduos de idealizar seus comportamentos em situações sociais. Por isso, em situações de entrevista, é provável que os informantes recorram à produção de narrativas “honoráveis”, por meio das quais buscam transmitir uma imagem de si como indivíduos tolerantes, minimizando as diferenças de classe e evitando julgamentos ou o uso de categorias que impliquem hierarquização ou estigmatização. Mais: para os membros das classes superiores, apresentarem-se como pessoas tolerantes, “decentes”, igualitárias contribuiria, intencionalmente ou não, para a reprodução da legitimidade cultural e das fronteiras de classe (Sølvberg e Jarness, 2019, p. 23).

Para que a situação de entrevista não se transforme em uma mera instância de produção de discursos complacentes ou condescendentes, é essencial que adotemos técnicas que permitam “extrair” as chamadas narrativas “viscerais”, aquelas carregadas de sentimentos de desgosto, julgamentos morais e estéticos, de categorias que produzem hierarquias entre grupos de pessoas¹¹. A probabilidade de produção de tais narrativas “honoráveis” ou “viscerais” pode variar conforme o contexto: onde, com quem, de quem, do que se fala. Nos estudos de Sam Friedman sobre a estruturação social do gosto por comédia, por exemplo, seus informantes de frações superiores mais dotados de capital cultural construíam, em suas falas, fronteiras simbólicas baseadas na percepção da inabilidade de certas audiências de entenderem “formas mais elevadas” de comédia. Aparentemente, quando as pessoas falam sobre “o que as faz rir”, elas se sentem menos constrangidas em marcar distância com quem não compartilham seus gostos: “a comédia parece ter um poder único para definir fronteiras simbólicas, enraizado em sua conexão às propriedades sociais do humor...” (Friedman, 2014, p. 148)¹².

Neste sentido, tem sido cada vez mais relevante o emprego de múltiplas técnicas de pesquisa, que captem a complexidade das relações entre classe e distinção. Muito além de buscar saber as práticas raras e comuns, as que caracterizam mais o gosto de uma classe do que de outra, essas técnicas buscam nos ajudar a responder

11. Uma dessas técnicas consiste em explorar nas entrevistas as interações que os informantes tiveram com pessoas de outras classes sociais, de modo a apreender as possíveis contradições entre seus relatos desses encontros e como se sentiram e os relatos em outras partes da entrevista (Sølvberg e Jarness, 2019, pp. 21-23). Para uma crítica a esses argumentos, ver Van Den Haak e Wilterdink, 2019.
12. Um artigo de Carolina Pulici (2014) que aborda a percepção das elites paulistanas sobre as práticas alimentares das classes populares traz muitos exemplos dessas narrativas “viscerais”, talvez porque, no contexto da enorme desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira, a grande distância social que separa esses grupos reduza a força dos imperativos morais de tolerância e abertura ao outro que matizam as barreiras simbólicas erigidas no discurso.

quais as práticas e os gostos mobilizados para a produção de fronteiras simbólicas. Em uma pluralidade de práticas e gostos que caracterizam a vida dos sujeitos, quais aqueles que se tornam, para usar outra expressão de Lamont, o repertório das diferentes classes nas lutas sociais. Ao fazer esse tipo de pergunta, deslocamos o capital cultural de seu aspecto distintivo para a temática do poder. Isso significa que o interesse recai na esfera da legitimidade de gostos e práticas. E, dessa forma, importa perguntar sobre as novas e antigas instâncias de legitimidade que marcam a esfera cultural. A legitimidade cultural na França de Bourdieu era altamente marcada pelo controle do Estado (operando nas escolas, nos museus, nas salas de concerto etc.), pelo gosto burguês e pela separação de alta e baixa culturas. O que ocorre com essas instâncias com o desenvolvimento da indústria cultural, da cultura produzida por empreendimentos privados e, em especial, pelos novos meios de comunicação, como a internet?

A busca de respostas a perguntas como essa e outras que fizemos aparecem nos textos reunidos neste dossiê. A temática de novas configurações do capital cultural e formas de definição das fronteiras simbólicas são observadas no texto “Consumo e capital informacional nas lógicas de distinção entre os grupos dominados”, de Ana Lúcia de Castro. A autora leva o debate sobre a distinção para as classes populares e, nelas, a cultura de consumo. Seu objeto privilegiado de análise é o movimento *hype*, que envolve a adoção por jovens das classes populares de um consumo de bens restritos típicos do universo do luxo, mas ao mesmo tempo um afastamento das práticas mais legítimas desse universo e da classe dominante. A autora nota como nesse movimento o capital cultural é mobilizado não a partir de seus elementos tradicionais (como a “alta cultura”), mas a partir de um conhecimento da cultura digital que produz um capital informacional. Assim, é pela mobilização desse capital que os agentes do movimento *hype* são capazes de traçar as fronteiras simbólicas que os diferenciam de outros membros das classes populares. O capital cultural, ela argumenta, continua operando, mas sob formas não antevistas por Bourdieu.

Mas se o capital cultural continua operando, sob novas formas, também deve haver instâncias que sejam fonte desse capital na contemporaneidade. Não é estranho à obra de Bourdieu observar o papel da escola e da língua nesse contexto. Contudo, a contemporaneidade exige que repensemos a escola, em especial em relação ao processo de globalização. A isso se dedica Miqueli Michetti no texto “Bilíngues, bilíngues de verdade e *global citizens*: distinção e disposições no mercado educacional”. O foco agora se volta para as classes altas e sua tentativa de buscar manter o valor do capital cultural que detêm. Para tanto, a inserção dessas classes em uma suposta cultura cosmopolita produz o efeito desejado. Os filhos da elite vão estudar em escolas em que não apenas aprendem uma língua estrangeira (o inglês, em geral), mas incorporam

uma disposição cosmopolita e, com ela, a noção de que uma vida desterritorializada, voltada para o mundo, é superior. Dessa forma, em torno de noções que supõem o “bem”, como diversidade cultural, a valorização da diferença, a tolerância etc., o que na verdade se produz é um capital cultural, marcado pela disposição cosmopolita, que, mais uma vez, apenas a elite é capaz de adquirir.

Ainda sobre o campo educacional brasileiro, Carlos Moris, Fernando Casselato, Matheus Nascimento, Gabriela Agostini e Luciana Massi mostram outro lado da atuação do capital cultural através de uma excelente aplicação do método de análise de correspondências múltiplas, que demonstra o efeito muito forte do capital cultural nas chances de sucesso no Enem e, portanto, nas chances de acesso à universidade, remetendo aos estudos bourdieusianos clássicos sobre o tema.

O tema da distinção ligado ao capital cultural das elites muda de ares e nos leva ao Chile, onde Modesto Gayo e María Luisa Méndez mostram, através de métodos quantitativos e qualitativos, a existência de uma fragmentação ideológica na elite chilena, em contraposição a teorias que pressupõem um conservadorismo inerente a qualquer grupo no topo da hierarquia social. Aproveitando-se do momento de alta tensão e conflitos na sociedade chilena, o artigo estabelece correlações que sugerem uma clivagem entre grupos de elite que apoiam a mudança constitucional e querem um papel protagonista nesse processo, e outros que temem e gostariam de impedir mudanças profundas. Esses grupos, por sua vez, podem ser correlacionados a atitudes opostas no espectro político e ideológico.

Do Chile, passamos para a Argentina e o texto de Alexandra Tedesco, um trabalho de sociologia histórica centrado na figura de Victoria Ocampo, escritora fundamental para a formação do campo intelectual argentino no século XX. Através de uma análise cuidadosa de sua trajetória, percebemos também a operação do *habitus* e do capital cultural incorporado na formação e reprodução de mecanismos de distinção da elite cultural argentina.

A relação entre classe, cultura e política reaparece no artigo de Alana Meirelles Vieira, “Entre cultura e política: a distinção da produção de opinião na mídia”. Mobilizando de modo bastante frutífero os conceitos bourdieusianos de espaço social, *habitus*, campo e capital, a autora problematiza as tomadas de posição no mercado de produção política, centrado na mídia, considerando as homologias das posições e das trajetórias sociais dos agentes nos campos político, jornalístico, econômico e, mais amplamente, no espaço das classes sociais. Com base na análise de dados primários produzidos a partir de entrevistas em profundidade e de pesquisa documental, o trabalho contribui para dar corpo a uma vertente da Sociologia da Cultura que não se furta aos desafios de apreender os determinantes de classe, pela mediação do *habitus*, nas tomadas de posição política e ideológica.

O texto de Michel Nicolau Netto e Bárbara Venturini Ábile propõe a tematização das homologias das hierarquias no campo da moda e no espaço das classes sociais, a partir da investigação empírica de dois eventos de colaboração criativa entre marcas de luxo e *fast fashion*, entendidos como instâncias empíricas do encontro entre o “sagrado” e o “profano”. Com base em dados produzidos por meio de pesquisa de material visual e de entrevistas em profundidade, os autores argumentam que tais colaborações pressupõem (e também reproduzem) o reconhecimento pelos agentes das hierarquias simbólicas e, portanto, do valor das marcas enquanto signos de distinção nesse subespaço simbólico. Por isso, os eventos de colaboração criativa servem também como uma instância de observação da luta de classes em torno da imposição dos modos legítimos de viver, luta em que as classes superiores quase sempre detêm os recursos necessários para a preservação da raridade relativa em que se assentam seus privilégios.

Fechando o dossiê, apresentamos uma entrevista realizada por e-mail com o pesquisador norueguês Johannes Hjellbrekke, que nos traz observações muito interessantes sobre o uso da metodologia bourdieusiana para a produção de projetos de pesquisa no século XXI e a relevância contínua do conceito de capital cultural em nossas sociedades, já tão distantes da França das décadas de 1960 e 70 que Bourdieu investigou.

Referências Bibliográficas

- ÁBILE, B. V.; FERREIRA, T. A.; MIRALDI, J. C. & NICOLAU NETTO, M. (2021), “A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras na gastronomia e na moda”. *CSON-line: Revista Eletrônica de Ciências Sociais*.
- ANDERSON, Tammy L.; GRUNERT, Catherine; KATZ, Arielle & LOVASCIO, Samantha. (2010), “Aesthetic capital: A research review on beauty perks and penalties”. In: *Sociology Compass*, 4: 564-575.
- ATKINSON, Will. (2017), *Class in the new millennium: the structure, homologies and experience of the Britain social space*. Londres, Nova York, Routledge, Taylor & Francis Group.
- BENNETT, Tony & SILVA, Elizabeth. (2011), “Introduction: cultural capital – histories, limits, prospects?”. *Poetics*, 39: 427-443.
- BENNETT, Tony *et al.* (2009), *Culture, class, distinction*. Londres, Routledge.
- BERTONCELO, Edison. (2022), *Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas: aplicações nas ciências sociais*. Brasília, Editora da Enap.
- BERTONCELO, Edison. (2019), “Consumo cultural e manutenção das distâncias sociais no Brasil”. In: PULICI, Carolina & FERNANDES, Dmitri (orgs.). *As lógicas sociais do gosto*. São Paulo, Editora Unifesp.

- BÖRJESSON, Mikael; BROADY, Donald; LE ROUX, Brigitte; LIDEGRAN, Ida & PALME, Mikael. (2016), "Cultural capital in the elite subfield of Swedish higher education". *Poetics*, 56 (3): 15-34.
- BOURDIEU, Pierre. (1971), "Disposition esthétique et compétence artistique". *Les Temps Modernes*, 27 (295): 1345-1378.
- BOURDIEU, Pierre. (1974), "Les fractions de la classe dominante et les modes d'appropriation des œuvres d'art". *Information sur les Sciences Sociales*, 13 (3).
- BOURDIEU, Pierre. (février 1977a), "La production de la croyance". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 13: 3-43.
- BOURDIEU, Pierre. (septembre 1977b), "Questions de politique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. vol. 16, pp. 55-89.
- BOURDIEU, Pierre. (1978), "Titres et quartiers de noblesse culturelle éléments d'une critique sociale du jugement esthétique". *Ethnologie Française*, 8, (2/3):107-44.
- BOURDIEU, Pierre. (nov. 1978), "Classement, déclassement, reclassement". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 24: 2-22.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1984), *Homo academicus*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *La noblesse d'État*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (2015), *Sociologie générale*, volume 1. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. (2016), *Sociologie générale*, volume 2. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. (2017), *Anthropologie économique*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc; CASTEL, Robert & CHAMBOREDON, Jean-Claude. (1965), *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain & SCHNAPPER, Dominique. (2007, [1969]), *L'amour de l'art: les musées d'art européens et leur public*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (1964), *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (1970), *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre & DELSAUT, Yvette. (janvier 1975), "Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1 (1): 7-36.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN, Monique de. (octobre 1976), "Anatomie du goût". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2 (5): 2-81.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc & SAINT-MARTIN, Monique de. (1973), "Les stratégies de reconversion: Les classes sociales et le système d'enseignement". *Social Science Information*, 12 (5): 61-113.

- BRISSON, Romain. (2019), "Back to the original omnivore: on the artefactual nature of Peterson's thesis of omnivorousness". *Poetics*, 76: 1-14.
- COULANGEON, Philippe. (2015), "Social mobility and musical tastes: A reappraisal of the social meaning of taste eclecticism". *Poetics*, 51 (4): 54-68.
- DIMAGGIO, P. & MUKHTAR, T. (2004), "Arts participation as cultural capital in the United States, 1982-2002: Signs of decline?". *Poetics*, 32: 169-194.
- FLEMMEN, Magne & HAAKESTAD, Hedda. (2018), "Class and politics in twenty-first century Norway: a homology of positions and position-taking". *European Societies*, 20 (3): 401-423.
- FLEMMEN, Magne; JARNESS, Vegard & ROSENLUND, Lennart. (2018), "Social space and cultural class divisions: the forms of capital and contemporary lifestyle differentiation". *The British Journal of Sociology*, 69 (10): 124-153.
- FLEMMEN, Magne; JARNESS, Vegard & ROSENLUND, Lennart. (2019), "Class and status: on the misconstrual of the conceptual distinction and a neo-Bourdieuian alternative". *The British Journal of Sociology*, 70 (3): 816-866.
- FRIEDMAN, Sam. (2014), *Comedy and distinction: the cultural currency of a "good" sense of humour*. Abingdon, Routledge. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/59932/>.
- FRIEDMAN, Sam; SAVAGE, Mike; HANQUINET, Laurie & MILES, Andrew. (2015), "Cultural sociology and new forms of distinction". *Poetics*, 53 (6): 1-8.
- GAYO, Modesto. (2016), "A critique of the omnivore – From the origin of the idea of omnivorousness to the Latin American experience". In: HANQUINET, Laurie & SAVAGE, Mike (orgs.). *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. Nova York, Routledge, pp. 103-115.
- GRIPSRUD, Jostein; HOVDEN, Jan Fredrik & MOE, Hallvard. (2011), "Changing relations: Class, education and cultural capital". *Poetics*, 39 (1): 507-529.
- HALLE, David. ([1992] 2015), "O público para a arte abstrata: classe, cultura e poder". In: LAMONT, Michèle & FOURNIER, Marcel. *Cultivando diferenças: fronteiras simbólicas e a formação da desigualdade*. São Paulo, Edições Sesc.
- HARRITS, Gitte S.; PRIEUR, Annick; ROSENLAND, Lennart & SKJOTT-LARSEN, Jakob. (2010), "Class and politics in Denmark: Are both old and new politics structured by class?". *Scandinavian Political Studies*, 33 (1): 1-27.
- HOLLA, Sylvia & KUIPERS, Giselinde. (2015), "Aesthetic capital". In: *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. London, Routledge, pp. 290-304.
- HOLT, Douglas B. (1998), "Does cultural capital structure American consumption?". *Journal of Consumer Research*, 25 (1): 1-25.
- HOLT, Douglas B. (1997), "Distinction in America? Recovering Bourdieu's theory of tastes from its critics". *Poetics*, 25: 93-120.
- JARNESS, Vegard. (2015), "Modes of consumption: from what to how in cultural stratification research". *Poetics*, 53: 65-79.

- KARADEMIR, Irmak H. & WARDE, Alan. (2016), "The cultural omnivore thesis: methodological aspects of the debate". In: HANQUINET, Laurie & SAVAGE, Mike (orgs.). *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. Nova York, Routledge, pp. 76-89.
- LAMONT, Michèle. (1992), *Money, morals and manners. The culture of the French and the American upper-middle-class*. Chicago, University of Chicago Press.
- LAMONT, Michèle & MOLNÁR, Virág. (2002), "The study of boundaries in the social sciences". *Annual Review of Sociology*, 28: 167-195.
- LAMONT, Michele & LAREAU, Annette. (1988), "Cultural capital: allusions, gaps and glissandos in recent theoretical developments". *Sociological Theory*, 6: 153-168.
- LINDELL, Johan. (2018), "Distinction recapped: Digital news repertoires in the class structure". *New media & society*, 20 (8): 3029-3049.
- LINDELL, Johan & HOVDEN, Jan Fredrik. (2018), "Distinctions in the media welfare state: audience fragmentation in post-egalitarian Sweden". *Media, Culture & Society*, 40 (5).
- LIZARDO, Omar. (2006), "How cultural tastes shape personal networks". *American Sociological Review*, 71: 778-807.
- LIZARDO, Omar & SKILES, Sara. (2016), "After omnivorousness: Is Bourdieu still relevant?". In: HANQUINET, Laurie & SAVAGE, Mike (orgs.). *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. Nova York, Routledge, pp. 90-103.
- MEARS, Ashley. (2015), "Girls as elite distinction: the appropriation of bodily capital". *Poetics*, 53: 22-37.
- MICELI, Sergio & PONTES, Heloisa (orgs.). (2014), *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo, Edusp.
- NAULT, Jean-François; BAUMANN, Shyon; CHILDRESS, Clayton & RAWLINGS, Craig M. (2021), "The social positions of taste between and within music genres: From omnivore to snob". *European Journal of Cultural Studies*, 24 (3): 717-740.
- PEREIRA, José Virgílio Borges. (2005), *Classes e culturas de classe das famílias portuenses: classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*. Porto, Edições Afrontamento.
- PETERSON, Richard A. (2005), "Problems in comparative research: The example of omnivorousness". *Poetics*, 33 (5-6): 257-282.
- PETERSON, Richard A. (1997), "The rise and fall of highbrow snobbery as a status marker". *Poetics*, 25 (2-3): 75-92.
- PETERSON, Richard A. (1992), "Understanding audience segmentation: From elite and mass to omnivore and univore". *Poetics*, 21 (4): 243-258.
- PETERSON, R. A. & KERN, R. M. (1996), "Changing highbrow taste: From snob to omnivore". *American Sociological Review*, 61 (5): 900-907.
- PETERSON, Richard, A. & SIMKUS, A. (1992), "How musical tastes mark occupational status groups". In: LAMONT, M. & FOURNIER, M. (orgs.). *Cultivating differences. Symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 152-168.

- PRIEUR, Annick & SAVAGE, Mike. (2011), "Updating cultural capital theory: a discussion based on studies in Denmark and in Britain". *Poetics*, 39: 566-580.
- PRIEUR, Annick & SAVAGE, Mike. (2013), "Emerging forms of cultural capital". *European Societies*, 15 (2): 246-267.
- PULICI, Carolina. (2014), "A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras". *Revista Eco Pós*, 17 (3): 1-15.
- PURHONEN, Semi; GRONOW, Jukka & RAHKONEN, Keijo. (2011), "Highbrow culture in Finland: Knowledge, taste and participation". *Acta Sociologica*, 54 (4): 385-402.
- ROSENLUND, Lennart. (2015), "Working with Distinction: Scandinavian experiences". In: COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien. *The Routledge Companion to Bourdieu's Distinction*. Oxon; Nova York, Routledge.
- ROSENLUND, Lennart. (2009), *Exploring the city with Bourdieu: applying Pierre Bourdieu's theories and methods to study the community*. Sarbruque, VDM Verlag.
- SAINT-MARTIN, M. (2015), "From *Anatomie du goût* to *La distinction*: attempting to construct the social space. Some markers for the history of the research". In: COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien. *The Routledge Companion to Bourdieu's Distinction*. Oxon; Nova York, Routledge.
- SAVAGE, Mike *et al.* (2015), *Social class in the 21 century*. Londres, Pelican Books.
- SØLVBERG, Lisa M. B. & JARNESS, Vegard. (2019), "Methodological challenges when mapping symbolic boundaries". *Cultural Sociology*, 13 (2): 178-197.
- ŠPAČEK, Ondřej. (2017), "Measuring cultural capital: Taste and legitimate culture of Czech youth". *Sociological Research Online*, 22 (1): 1-17.
- VAN DEN HAAK, Marcel & WILTERDINK, Nico. (2019), "Struggling with distinction: How and why people switch between cultural hierarchy and equality". *European Journal of Cultural Studies*, 22 (4): 416-432.
- VANDEBROEK, Dieter. (2015), "Classifying bodies, classified bodies, class bodies: a carnal critique of the judgment of taste". In: COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien. *The Routledge companion to Bourdieu's Distinction*. Oxon; Nova York, Routledge.

Texto recebido em 07/06/2022 e aprovado em 10/06/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.198676.

EDISON BERTONCELO é professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, fez estágio doutoral na Universidade de Essex e pós-doutorado no Cedec, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. E-mail: edison.bertoncelo@usp.br.

MICHEL NICOLAU NETTO é professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Doutor em Sociologia pela Unicamp, com estágio de doutorado na Humboldt Universität de Berlim, tem pós-doutorado em Sociologia pela Unicamp. Foi visiting scholar no Ilas/Columbia University, nos EUA, e visiting fellow, na London School of Economics and Political Science, Inglaterra. É diretor-associado do IFCH. É membro do Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas – Gepracc, PUC-SP, e líder do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu – Gebu, Unicamp. É pesquisador do Projeto Temático Fapesp “Para além da distinção: gostos, práticas culturais e classe em São Paulo”. Seus principais interesses de pesquisa são as reconfigurações da nação na globalização e práticas culturais e distinção. Fez pesquisas recentes, a partir desses interesses, em megaeventos esportivos, turismo e mercado internacional de música. Seu livro mais recente é *Do Brasil e outras marcas: nação e economia simbólica nos megaeventos esportivos* (Intermeios/Fapesp, 2019). E-mail: mnicolau@unicamp.br.

FÁBIO RIBEIRO é professor substituto de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) e pós-doutorando pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), além de tradutor especializado em ciências humanas e filosofia. É pesquisador do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu – Unicamp, onde coordena a área de teoria e epistemologia. Seu principal interesse de pesquisa é o contexto epistemológico da obra de Pierre Bourdieu, especialmente em suas relações com a filosofia da ciência francesa e seu impacto na teoria da prática bourdieusiana. E-mail: frirs@usp.br.



Consumo e capital informacional nas lógicas de distinção entre grupos dominados

Ana Lúcia de Castro*

<https://orcid.org/0000-0002-6165-7722>

Este trabalho pretende contribuir para a compreensão das maneiras pelas quais algumas modalidades de capital cultural podem transformar-se numa espécie de “poder simbólico” (Bourdieu, 1989) no interior de alguns grupos, recortados em contextos particulares.

Partimos do pressuposto de que o conceito “capital cultural” se conserva bastante útil na apreensão da dimensão simbólica de disputas entre os grupos sociais pela legitimação ou deslegitimação de bens e práticas culturais. Ao sinalizar o poder diferenciado por parte dos grupos detentores da cultura classificada como legítima, esse conceito é central para a compreensão das maneiras pelas quais a dominação se reproduz. Pioneiramente desenvolvido na reflexão de Bourdieu e Passeron (2014), o conceito é articulado aos mecanismos de exercício de poder, uma vez que o “espaço social” é um espaço de lutas, constituído por estruturas simbólicas, marcadas pela luta por legitimação de práticas que assegurarão a dominação de um grupo sobre os outros.

Visando tensionar a noção de capital cultural e de distinção (Bourdieu, 2007), enfocaremos o movimento/estilo *Hype*¹, cujos adeptos se autodenominam como *hypebeast* (feras do *Hype*). Esse movimento envolve o consumo de moda *streetwear*

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, Brasil.

1. *Hype*, no Cambridge dictionary, é definido como “discussion that makes something seem more important or exciting than it really is”. (Discussão que faz algo parecer mais importante ou excitante do que realmente é.)

(“moda de rua” ou “moda urbana”) produzida por marcas de luxo, em edições limitadas e excessivamente caras, e se aproxima da noção de universo de bens restritos. Não obstante, ao mesmo tempo, o *Hype* se afasta da identificação com o espaço tradicionalmente associado às práticas legítimas e dominantes, uma vez que é marcado pela tendência a ostentar as marcas – os *hypebeasts* exibem, inclusive, os preços de suas peças e acessórios.

Considerações metodológicas

Foram realizadas observações sistemáticas em grupos do *Facebook* e perfis do *Instagram* voltados para compra, venda e divulgação de produtos de vestuário, cosméticos e acessórios. Os perfis e grupos foram escolhidos de maneira a demonstrar universos culturais diferentes para, conseqüentemente, possibilitar a observação de modos de consumo distintos e suas motivações².

Desenvolvemos procedimentos metodológicos específicos para uma pesquisa em *ambiente digital*, noção sugerida por Leitão e Gomes (2017) para destacar as plataformas digitais como espaços nos quais os indivíduos experienciam parte importante de suas vidas, compartilhando experiências e estabelecendo formas de sociabilidade: “[...] tratar as plataformas digitais como ‘ambientes’ foi um passo decisivo, considerando o fato de que um ambiente se define como tal por estar associado à própria ideia de vida, tornando-se inevitável definir o gênero de vida que trataríamos.” (Leitão e Gomes, 2017, p. 42)

A primeira questão colocada, do ponto de vista procedimental, foi como recortar, no vasto universo da internet, os *ambientes* mais adequados para os interesses da pesquisa. Optamos por selecionar plataformas que apresentassem práticas de consumo relacionadas a produtos de vestuário, cosméticos e acessórios, bem como os discursos sobre essas práticas. As redes sociais *Instagram* e *Facebook* foram escolhidas por abrirem espaço tanto para as grandes campanhas publicitárias, como para os pequenos anúncios, às compras e vendas dos mais diversos bens e objetos, bem como para as discussões e fóruns em grupos e nichos de perfis e pessoas sobre diversos assuntos específicos.

Para escolher os influenciadores que seriam seguidos, foi feita uma lista com cerca de 15 perfis. Os critérios de seleção adotados foram: número de seguidores, descrição do perfil, nicho ao qual pertence (moda, estilo de vida, cosméticos e maquiagem, comédia, música e outros), histórico e parceria com marcas, canais e perfis em outras plataformas e seus alcances, bem como notícias e reportagens sobre os influencia-

2. Agradeço à Marina Kuranaga Silva, bolsista de Iniciação Científica, pelo acompanhamento sistemático e registro das imagens e *posts* selecionados.

dores. A listagem com os 15 perfis foi dividida por categorias (“Influenciadores da categoria beleza com cosméticos de baixo custo”, “Influenciadores da categoria beleza com cosméticos de baixo e alto custo”, “Influenciadores que associam sua imagem a produtos de alto custo”, “Influenciadores de moda streetwear” e “Influenciadores de moda consciente”). Com base nos dados listados, foram escolhidos três perfis para dar início aos acompanhamentos. Neste artigo abordaremos, especificamente, um deles: o da *Hyped Content*.

Foi criada uma conta (um perfil específico, diferente do perfil pessoal da pesquisadora) na plataforma *Instagram*, para seguir e interagir com os perfis selecionados anteriormente. Para a entrada nos grupos na plataforma *Facebook* optou-se pelo uso do perfil pessoal para facilitar as permissões de acesso aos conteúdos neles postados.

Durante a fase de acompanhamento e seleção de informações e *posts* nas plataformas, buscamos realizar “perambulações”, conforme sugerido por Leitão e Gomes (2017), uma vez que os agentes observados (influenciadores e seus seguidores no *Instagram* e os perfis que interagem nos grupos do *Facebook*) não ficam fixos em uma só plataforma ou página, sendo necessário acompanhar o trânsito entre ambientes para melhor compreender os discursos e discussões levantadas por eles.

Como exemplo, podemos citar a necessidade de assistir a vídeos na plataforma *Youtube*, mais especificamente pelo canal da *Hyped Content*, para compreender do que se trata o estilo/movimento *Hype* que é demonstrado pelo perfil da *Hyped Content* e de Felipe Escudero no *Instagram*. Ademais, as interações via “seguir”, “likes” / “curtidas”, o “clique” em *links*, o “salvar *post*” e a “visualização”, também foram modos de possibilitar o acompanhamento, realizado sistematicamente, em dias alternados, por um período de dois meses.

Movimento *Hype*, cultura de consumo e capital informacional

Vários são os elementos característicos da cultura contemporânea que provocam o tensionamento da noção de capital cultural, seus mecanismos de legitimação e seu papel nas lógicas de distinção³. Para a reflexão proposta neste artigo, são dois os aspectos que ganham relevância: a difusão da cultura de consumo e a emergência do que vem sendo denominado como “capital informacional”.

A cultura de consumo, na qual a sedução, volatilidade e efemeridade, como princípios estruturadores do mundo das mercadorias, penetram o tecido social e passam a estruturar as relações sociais (Featherstone, 1995), constitui-se em um dos fatores

3. Sobre os processos sociais e culturais recentes que vêm complexificando o quadro de análise bourdiano, ver Mira e Bertonecelo, 2019.

que provocam o distanciamento da lógica e do conteúdo das práticas legitimadas pelas elites culturais, tal qual estudadas por Bourdieu na França dos anos de 1970. Não por acaso, uma das obras de referência para os estudos de antropologia do consumo é do mesmo período, e foi desenvolvida por Mary Douglas, em parceria com o economista Baron Isherwood (Douglas e Isherwood, 2006), o que sugere a percepção aguda desses teóricos em relação às importantes mudanças experienciadas na esfera do consumo no último terço do século XX.

Assim como Bourdieu, Douglas e Isherwood estão atentos aos sistemas classificatórios extremamente hierarquizantes, que marcam as sociedades capitalistas ocidentais, além de considerarem o exercício do poder simbólico nas práticas culturais, que contemplam a prática do consumo. Suas reflexões buscam desvelar os valores socialmente construídos e subjacentes ao consumo dos bens, os quais configurariam a dimensão material de um ritual. Este, por sua vez, ocorreria cotidianamente entre as pessoas e teria como principal elemento de sustentação a fixação dos significados na vida social. Nesse sentido, os bens se configurariam como “pontes” ou “cercas”, capazes de estabelecer elos de pertença e/ou fronteiras simbólicas entre os sujeitos e os grupos, pressupondo-se que toda prática diária se ampara em um sistema simbólico, fornecedor dos referenciais sobre as maneiras de agir, e principalmente, de significar algo para os outros. Nessa perspectiva, os bens exercem o papel de comunicadores e configuram o material simbólico utilizado pelos consumidores na construção de um universo inteligível (Douglas e Isherwood, 2006):

Se vem sendo dito que a função essencial da linguagem é sua capacidade para a poesia, assumiremos que a função essencial do consumo é sua capacidade para dar sentido. Duvidemos da ideia da irracionalidade do consumidor. Duvidemos de que as mercadorias servem para comer, vestir-se e se proteger. Duvidemos de sua utilidade e tentemos colocar em troca a ideia de que as mercadorias servem para pensar. Aprendamos a tratá-las como meio não verbal da faculdade criativa do gênero humano (Douglas e Isherwood, 2006, p. 77).

A difusão do consumo promove a circulação de referências, repertórios e bens, simultaneamente movendo, ampliando, esgarçando, embaralhando e reforçando as fronteiras simbólicas entre os grupos.

Ao lado da expansão da *cultura de consumo*, o segundo elemento a ser considerado na elucidação do movimento *Hype* é o *capital informacional*, pressuposto fundamental da própria constituição do movimento, motivo pelo qual será abordado no decorrer da apresentação e análise do fenômeno em tela.

No campo da moda, o chamado *Hype* pode ser considerado não só como um estilo, mas também como movimento, visto que abrange um grande grupo de pessoas

ao redor do mundo, com repertório de conceitos, definições e categorias, ou seja, constitui um conjunto de regras e pressupõe o domínio de códigos próprios, que demarcam o pertencimento ou não ao estilo.

Uma das referências desse estilo/movimento é o culto ou celebração de um tipo de comportamento ou tendência que vem sendo denominado *outfit*, que surgiu no Reino Unido com um vídeo chamado *How much is your outfit?*, veiculado pelo canal *Unknown Vlogs* (How Much, 2017). Releituras do vídeo logo chegaram ao Brasil, nas quais jovens mostram o quanto pagaram pelas peças que estão usando. O primeiro vídeo brasileiro “Quanto custa o outfit?”, de 2018, viralizou no *Youtube*. Nele, aparecem algumas pessoas ligadas ao estilo/movimento “*Hype*” participando de encontros para “ostentar” as peças de vestuário e acessórios que estavam usando e seus respectivos valores/custos. Até o início de novembro de 2020, esses vídeos brasileiros estavam disponíveis no canal do *Youtube* *Hyped Content Brasil*, que divulga os eventos criados para celebrar essa tendência e entrevistar seus adeptos. Nessas entrevistas, são listados os valores de cada peça utilizada por um *hypebeast* e, ao final do vídeo, soma-se o custo do look completo.

O perfil do *Hyped Content Brasil* no Instagram (@hypedcontentbr) segue a mesma linha: documenta a cena *streetwear*, abordando temas como a moda *outfit*, *hypebeast*; divulga os eventos próprios para esse público; além de possibilitar a compra, venda e troca dos produtos de alto custo, a serem consumidos por seus seguidores. Os administradores do @hypedcontentbr, que também contribuem com informações do movimento em seus perfis particulares, são Felipe Escudero (@felipecudero) e Caio Kokubo (@caiokokubo), *videomaker* e fotógrafo⁴.

O conceito de *Hype* é definido pelo influencer Felipe Escudero, principal representante do movimento no Brasil, como “o desejo exagerado que as pessoas têm acerca de algumas peças. Seja um tênis, seja uma *box logo*, seja o que for, pode ser até um item de *display*. O *Hype* é basicamente formado por um desejo absurdo, uma demanda absurda por uma oferta mínima.” (Beabá do Hype, 2018)

Como já dito, o estilo *Hype* está intimamente ligado à moda de rua urbana captaneada por marcas de luxo. Em torno dele, padrões de consumo baseados na especulação e diferenciação têm sido gerados por meio de produtos que não são econômica e fisicamente acessíveis, com fabricação de quantidades limitadas de peças ou em um curto espaço de tempo.

Os *hypebeast* são definidos por Escudero do seguinte modo: “aquelas pessoas que têm tudo do *Hype*, seja do *streetwear*, seja do *high end*. [...] é aquele cara que ‘tá

4. O perfil contava com 160 mil seguidores no *Instagram* e mais de 37 milhões de visualizações em vídeos do canal do *Youtube*.

sempre *popping tags*” (Beabá do Hype, 2018). A palavra *hypebeast*, engloba tanto o movimento quanto seu seguidor e pode ser traduzida literalmente como “feras da expectativa”, é uma tendência que se baseia na aquisição de peças de roupa com o objetivo de buscar a *diferenciação*. Uma das acepções da palavra *Hype* em inglês relaciona-se à ideia de expectativa, associada ao nível de interação que um produto atinge, principalmente nas redes sociais, quando seu lançamento é anunciado. “*Hypebeast*” se refere, portanto, a um perfil de consumidor que segue as tendências da moda, especialmente a moda *streetwear*, com o objetivo de alcançar status ou prestígio social.

É interessante destacar a relativa aproximação com o universo do luxo: o consumo para distinguir-se, a busca pela exclusividade e pela raridade das peças. No entanto, essa primeira impressão é logo afastada, pela falta de discrição e pela ostentação, percebidas pela exposição dos preços das peças. Como aponta Ortiz, o universo do luxo interdita o anúncio do preço dos bens, definindo-se por suas qualidades intrínsecas, raridade, excepcionalidade, autenticidade, não por seu valor econômico (Ortiz, 2019, p. 185).

A análise das postagens da *Hype Content Brasil* aponta para a mobilização das grifes como um dos elementos identificados com o gosto dominante no jogo de distinção das classes dominadas. O reconhecimento do nome, logo e símbolos relacionados a uma grife ou a uma coleção específica, denotam prestígio na disputa por posições superiores na hierarquização estabelecida no interior das classes dominadas.

Além do *Hyped Content* ser um perfil de compra e venda de produtos de grife no *Instagram*, ele também é dedicado a postagens de conteúdos e de divulgação de vídeos do canal na plataforma *Youtube*. Estes fornecem dicas de imagens, moda e estilo, educam sobre características de produtos e também fornecem análises de imagem, tanto de figuras famosas, quanto de seguidores. Isso caracteriza o perfil como um canal de divulgação de *estilo de vida*, que assume uma função *pedagógica*, configurado como espaço não restrito a compra e venda de bens.

Nesse sentido, vale destacar as publicações relativas às falsas *collabs*, ou *collabs* que não existem. As *collabs* resultam da parceria de grifes e outras marcas/celebridades, numa operação que produz a ampliação do consumo de marcas, em que estas emprestam “prestígio” às lojas ou outras marcas (Venturini, 2019).

Como demonstram Nicolau Netto e Venturini (no prelo), as coleções colaborativas produzem fronteiras entre as classes médias e populares, fronteiras essas que passam pela restrição de lojas em que as coleções serão comercializadas: elegem-se apenas aquelas localizadas em *shoppings* ou bairros de alto padrão. Ademais, a disposição das peças no interior dos estabelecimentos também se dá de maneira distinta, e as coleções são expostas separadamente em relação às outras mercadorias. Por sua

FIGURA 1

Publicação de divulgação de vídeo sobre as “collabs” que não existem.



Fonte: Perfil do Instagram da “Hyped Content” - @hypedcontentbr.

vez, o consumidor das *collabs* é alguém que detém algum conhecimento sobre as marcas de luxo e reconhece seus emblemas:

Notemos que cada tipo de símbolo requer um nível de conhecimento: pode-se conhecer o nome, mas não o logo, pode-se conhecer o nome e o logo, mas não uma coleção específica [...] cada nível de conhecimento denota uma forma de reconhecimento do mundo do luxo e uma condição diferenciada de apropriação de seus símbolos (Nicolau Netto e Venturini, no prelo).

Sobre esse aspecto, vale ressaltar a série de vídeos protagonizada por Fellipe Escudero e publicada no canal do *Youtube* e no perfil do *Instagram* da *Hype Content Brasil* (Figura 1). Em tais vídeos, a fala de Escudero procura preservar as fronteiras simbólicas que separam as *collabs* autênticas das falsas. O produto, no caso, é um dos “queridinhos” da moda *streetwear*, o tênis, e o vídeo se intitula “Os piores tênis falsificados que já vi: *collabs* que não existem#1” (Os Piores, 2019).

A descrição que apresenta o vídeo (com mais de 800 mil visualizações em dezembro de 2021), deixa clara sua intenção de “policar” as fronteiras da autenticidade das coleções colaborativas. Escudero afirma: “Chegamos nessa semana com um vídeo informativo para impedir aqueles que acabaram de se interessar pelo mundo dos *sneakers* caíam em golpes. Para quem nos acompanha há algum tempo e sabe que essas *collabs* NÃO EXISTEM” (Os Piores, 2019).

A repercussão do vídeo levou Escudero a produzir um segundo, intitulado “Não existe Adidas com Off White/Collabs que não existem #2”, que, em dezembro de 2021, contava com mais de 881 mil visualizações. A descrição já aponta para a ridicularização das falsificações:

Vocês pediram, enviaram tantas fotos e *fugazzis* pra gente, que não tivemos outra alternativa senão gravar a parte 2 desta *tag* de *collabs* que não existem. Com mais algumas aberrações do mercado de tênis falsificados, esperamos alertá-los sobre esses modelos para que vocês não caiam em golpes. Para quem nos acompanha há um tempo e sabe que essas *collabs* não existem, convidamos vocês para rirem com a gente. Seus amigos têm algum desses *fugazzis* falsificados do vídeo? Envie esse vídeo para eles e informe toda rapaziada. Deixe nos comentários sua opinião. Qual desses *fugazzis* é o pior? (Não Existe, 2019).

Destaco apenas uma das falsas *collabs* trazidas pelo vídeo: a da Gucci com a Off White, comentada por Escudero da seguinte maneira:

Vocês já sabem que o pessoal da indústria de falsificados não tem limite... Ainda nesta mesma palhaçada que eles fazem com os 350, tem essa porcaria desse *cream white* com *Gucci sneaker* aí.... [mostra imagem] eu não tenho nem palavra para falar disso, eu só quero que vocês saibam de uma coisa: *não vistam cobra se não for Gucci, certo?* *A Gucci é a Gucci, não precisa fazer collabs com nada....* (Não Existe, 2019, grifo nosso).

O que vale destacar, nesse caso, é o reconhecimento da cobra como um dos ícones da marca Gucci. Escudero continua num tom didático:

Às vezes, pra você pode não fazer muita diferença, mas você vai trombar uma pessoa que goste de roupa, uma mina, um amigo, sei lá... e a pessoa vai saber que aquilo não existe e que você é uma pessoa meio que desligada do mundo né, porque tem que ser muito auê pra cair numa dessa.

Se bem que a gente também tem que parar de ser egoísta e deixar as pessoas terem mal gosto na delas, né mano??? [tom irônico] (Não Existe, 2019).

O *Hype* também constitui um exemplo bastante elucidativo da entrada de outros capitais no jogo da distinção, como o “capital informacional”, que diz respeito, grosso modo, ao domínio cognitivo da cultura digital. Como apontam as pioneiras reflexões de Castells, as tecnologias da informação assumem papel central na fase do capitalismo por ele denominada como informacional, caracterizada por ter como principal fonte de produtividade, a “capacidade de gerar, processar e aplicar de for-

ma eficiente a informação baseada em conhecimentos” (Castells, 1999, p.119). A aquisição do capital informacional pressupõe um

[...] conhecimento específico que viabilize o trânsito pessoal por teias de relações que frequentemente requerem tal domínio. Esse conhecimento pressupõe condições específicas de formação social, cultural e educacional dos indivíduos. [...] Mobilizar o capital informacional pressupõe um conjunto de disposições adquiridas, constituído por três elementos básicos: conhecimento específico, aparato material necessário para pôr em prática tal conhecimento apreendido e condições sociais, educacionais e culturais que permitam a aquisição desse saber para lidar com as novas tecnologias da informação e construir o ciberespaço (Freitas, 2004, p. 119).

Ao afirmarmos que a incorporação do capital informacional configura uma modalidade de capital cultural, enfatizamos a importância de se considerar a composição do capital cultural como chave para análise das posições dos agentes e das disputas simbólicas travadas. A noção de capital informacional (ou tecnológico) aparece nas reflexões de Bourdieu como componente da estrutura do capital cultural em sua forma incorporada, como podemos observar na passagem abaixo, traduzida do texto sobre os três estados do capital cultural, publicado originalmente em 1979:

Assim, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural. Por consequência, o proprietário dos instrumentos de produção deve encontrar meios para se apropriar ou do capital incorporado, que é a condição da apropriação específica, ou dos serviços dos detentores desse capital. Para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica (definida pelo capital científico e *tecnológico* que se encontra incorporado nelas), é preciso dispor, pessoalmente ou por procuração, de capital incorporado (Bourdieu, 1998, p. 77, grifo nosso).

Contudo, em texto posteriormente publicado, no qual discute as concepções sociológicas acerca da produção e reprodução das classes sociais, ao discorrer sobre a distribuição dos agentes no espaço social segundo o volume global e a composição do capital que possuem, o autor enuncia a noção de capital informacional, utilizando-a como similar ou substituta à de capital cultural:

Ocorre que a estrutura desse espaço é dada pela distribuição das várias formas de capital, isto é, pela distribuição das propriedades que atuam no universo em estudo – aquelas propriedades capazes de conferir força, poder e, conseqüentemente, lucro aos seus portadores. Em

um universo social como a sociedade francesa, e sem dúvida na sociedade americana atual, esses poderes sociais fundamentais são, de acordo com minhas investigações empíricas, primeiramente, o capital econômico, em seus vários tipos; em segundo lugar, *o capital cultural ou melhor, o capital informacional*, novamente em seus diferentes tipos; e, em terceiro lugar, duas formas de capital muito fortemente correlatas, o capital social, que consiste em recursos baseados em conexões e pertencimento a grupos, e o capital simbólico, que é a forma que os diferentes tipos de capital assumem uma vez que são percebidos e reconhecidos como legítimos (Bourdieu, 1987, p. 4, grifos nossos)⁵.

Neste artigo, apropriamo-nos da primeira acepção de capital tecnológico ou informacional presente na obra de Bourdieu (1998). Entendemos que o capital informacional é parte constitutiva da estrutura do capital cultural (Brandão, 2010) e, como tal, permite aos agentes moverem-se por determinadas teias de relações e penetrarem em espaços específicos, nos quais seu domínio é condição necessária. O movimento *Hype* pressupõe a formação de alguns destes agentes, conhecidos como *digital influencers*, os quais podem ser entendidos como “novos perfis profissionais que reorganizam dinâmicas no mercado da comunicação – desde o jornalismo até a publicidade” (Karhawi, 2016, p. 41). Esses profissionais desenvolvem modos de agir e de divulgar ações, bens, gostos e estilos, de maneira que aqueles que “conso mem” os conteúdos criados por eles atribuam valor e sentido ao que é divulgado (Karhawi, 2016, p. 41).

Extremamente dependentes da própria imagem, os influenciadores realizam aquilo que Bauman (2008) denominou como *comodificação da subjetividade*, monetizando, nos termos de Karahawi (2016), o *Eu como uma commodity*, ou seja, a partir da transformação do próprio indivíduo (“Eu”) em mercadoria.

O papel desempenhado por esses influenciadores está atrelado à sua eficiência publicitária, à sua capacidade de influência sobre os consumidores, já que seu discurso personalizado e próximo daqueles que consomem seus conteúdos faz que sejam vistos como mais confiáveis do que as celebridades em propagandas tradicionais. Essa confiabilidade apoia-se, em primeiro lugar, no que é visível: a aparência é a primeira,

5. No original: “It follows that the structure of this space is given by the distribution of the various forms of capital, that is, by the distribution of the properties which are active within the universe under study—those properties capable of conferring strength, power and consequently profit on their holder. In a social universe like French society, and no doubt in the American society of today, these fundamental social powers are, according to my empirical investigations, firstly economic capital, in its various kinds; secondly cultural capital or better, informational capital, again in its different kinds; and thirdly two forms of capital that are very strongly correlated, social capital, which consists of resources based on connections and group membership, and symbolic capital, which is the form the different types of capital take once they are perceived and recognized as legitimate” (Bourdieu, 1987, p. 4).

senão a única informação a ser comunicada – envolve cabelos, roupas, acessórios, objetos consumidos; além da conduta, que diz respeito à postura, aos gestos, ao modo de falar, andar.

No caso do Hype Content Brasil, Fellipe Escudero é quem desempenha esse papel, ao empregar uma linguagem carregada de expressões típicas do universo *streetwear* (“cola aí...”; “se você colar numa parada com essa lab”; “tá ligado?”; “mano”; entre outras). As grandes tatuagens, sempre expostas, e correntes que costuma usar como acessórios, também podem ser lidas como formas de aproximação com esse público jovem e adepto ao *streetwear*.

Vale ressaltar que a construção da influência, sua reputação e confiabilidade está relacionada: a) ao capital social, que consiste nas redes de relacionamento do agente e seu grupo social; b) ao capital econômico, que garante o sustento independente dos ganhos com atuação como *influencer*; c) e ao capital cultural, na medida em que requer um conhecimento específico do campo em que se atua. No caso de Escudero, é nítida a exposição de um conhecimento relativo às características de cada marca, como repertórios e imagens que garantem a demarcação de um território simbólico que não pode ser violado, sob pena de se fragilizar a tão defendida fronteira simbólica que separa, por exemplo, as autênticas *collabs* das falsas, assegurando a distinção.

Considerações finais

A análise dos *hypebeasts* elucidada como o jogo da distinção atravessa todas as classes sociais e, como apontam Nicolau Netto e Venturini, como “as classes dominadas se acostumam com a diferenciação entre suas frações, passando a celebrá-la e naturalizá-la, dispersando possibilidades de contestação” (Nicolau Netto e Venturini, no prelo).

Em face do movimento *Hype* na moda, poderíamos falar em novas formas de capital cultural em circulação? Parece que não, por se tratar da reposição de mecanismos de distinção, emprestados da alta cultura e apropriados por jovens de classe média, com algum capital econômico e sedentos pela aquisição de um tipo de capital cultural específico, relativo ao domínio cognitivo do universo das grifes em suas linhas voltadas ao *streetwear*. O capital cultural informacional e um certo capital cultural específico relativo à cultura de moda e ao universo das grifes são manejados pelos agentes ligados ao movimento *Hype*, contribuindo para a difusão de elementos presentes na lógica que sustenta as hierarquias simbólicas estabelecidas e, simultaneamente, ao denunciarem falsas *collabs*, atuam no sentido de preservar a fronteira simbólica estabelecida, por suposto sempre móvel e permeável (Castro, 2019).

O fenômeno aqui estudado, longe de apontar para ideia de democratização ou apagamento/enfraquecimento de fronteiras simbólicas, reafirma a luta por poder

simbólico entre e intragrupos, enfatizando a posição de grupos dominados nos jogos de distinção, que mobilizam seus capitais culturais específicos para reprodução das hierarquias simbólicas.

Podemos lembrar a reflexão de Coulageon quando este afirma que as mudanças percebidas pelo aumento do ecletismo dos gostos e práticas das classes superiores e a segmentação cultural das classes dominadas dificultam a leitura das dinâmicas distintivas, mas não as anulam: “o ecletismo das classes superiores incorpora, de alguma maneira, a forma contemporânea de uma legitimidade cultural fundada na tolerância estética e a transgressão de fronteiras entre gerações” (Coulageon, 2004, p. 80, tradução nossa)⁶.

Fenômenos que promovem a disseminação de conhecimentos e códigos distintivos da alta cultura, como o movimento *Hype*, colaboram para o borramento de fronteiras simbólicas e para o embaralhamento dos sinais distintivos, mas um olhar mais atento revela tratar-se, como sugere Atkison (2020), da aplicação da mesma lógica distintiva, enquanto a elite permanece elaborando formas ainda mais aprimoradas de distinção.

6. No original: “En définitive, les évolutions observées dans le domaine des pratiques culturelles et des goûts fragilisent le modèle de la distinction, mais ne le disqualifient pas à proprement parler. Si l’on s’en tient à une lecture dispositionnaliste du modèle (i. e. des ressources positionnelles différentes engendrent des dispositions qui se manifestent dans des systèmes de pratiques différents), l’éclectisme des classes supérieures incarne en quelque sorte la forme contemporaine d’une légitimité culturelle fondée sur la tolérance esthétique et la transgression des frontières entre les générations” (Coulageon, 2004, p. 80).

Referências Bibliográficas

- ATKINSON, Will. (2020), *The Class Structure of Capitalist Societies. Volume 1: A Space of bounded variety*. Londres, Routledge.
- BAUMAN, Zygmunt. (2008), *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (1987), “What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups”. *Berkeley Journal of Sociology*, 32 : 1-49.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/São Paulo, Bertrand Brasil/ Difel.
- BOURDIEU, Pierre. (1990), *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), “Os três estados do capital cultural”. In: CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, p. 71-80.
- BOURDIEU, Pierre. (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (2014), *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis, Editora da UFSC.
- BRANDÃO, Zaia. (2010), “Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu”. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, 1(36): 227-241, janeiro/abril.
- CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTRO, Ana Lúcia. (2019), “Condicionantes sociais e trajetórias singulares: habitus como chave analítica em processos de constituição de elos de pertença e fronteiras simbólicas”. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, 16(24): 45-63, janeiro/junho.
- COULANGEON, Philippe. (2004), “Classes sociales, pratiques culturelles et styles de vie: le modèle de la distinction est-il (vraiment) obsolète?”. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, 1(xxxi): 59-85, dez.
- DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. (2006), *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- FEATHERSTONE, Mike. (1995), *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.
- FREITAS, Christiana Soares. (2004), “O capital tecnológico-informacional”. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, 17: 115-132.
- KARHAWI, Isaaff. (2016), “Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria”. In: SAAD, Elizabeth & SILVEIRA, Stefanie Carlan (eds.). *Tendências em comunicação digital*. São Paulo, ECA-USP, pp. 38-58.
- LEITÃO, Débora K. & GOMES, Laura G. (2017), “Etnografias em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões”. *Revista Antropolítica*, Niterói, 42: 41-65. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41884/pdf>. Acessado em 08/02.22
- MIRA, Maria Celeste & BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. (2019), “Apresentação. Para além da distinção? Desafios à abordagem bourdieusiana da formação social do gosto”. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, 46(24): 19-43, janeiro/junho.

- NICOLAU NETTO, Michel & VENTURINI, Bárbara Àbile. (no prelo), “As fronteiras do luxo: coleções colaborativas entre luxo e fast fashion e o jogo da distinção nas classes dominadas”.
- ORTIZ, Renato. (2019), *Universo do luxo*. São Paulo, Editora Alameda.
- VENTURINI, Bárbara. (2019), *Da grife ao fast fashion: uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas*. Campinas, 229 p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Vídeos

- BEABÁ DO HYPE – Tudo o que você precisa saber sobre o *Hype*. [S.l.:s.n.], 2018. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Hyped Content Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EKUNJo8K8mQ&t=252s>. Acesso em 20/11/2021.
- HOW MUCH is your outfit? [S.l.:s.n.], 2017. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Unknown Vlogs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bj-CtgzW6AQ>. Acesso em 16/12/2021.
- NÃO EXISTE Adidas com off White/Collabs que não existem #2. [S.l.:s.n.], 2019. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Hyped Content Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=819eFGqswio>.
- OS PIORES tênis falsificados que já vi; collabs que não existem #. [S.l.:s.n.], 2019. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Hyped Content Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aLqkpp9mtXg>. Acesso em 15/12/2021.

Resumo

Consumo e capital informacional nas lógicas de distinção entre grupos dominados

O artigo contribui para o debate acerca da atualidade do conceito “capital cultural” na apreensão da dimensão simbólica de disputas estabelecidas entre os grupos sociais em torno da legitimação de bens e práticas culturais e, portanto, na compreensão dos mecanismos pelos quais as hierarquias simbólicas são mantidas e a dominação reproduzida. Para tanto, analisa a apropriação de referências do universo das grifes por parte de adeptos ao movimento *Hype* como um tipo de capital cultural específico mobilizado no estabelecimento de fronteiras simbólicas entre grupos não dominantes, evidenciando a expansão da cultura de consumo e o capital informacional como dois aspectos da cultura contemporânea extremamente impactantes nos jogos de distinção. Palavras-chave: Capital cultural; Distinção; Fronteiras simbólicas; Consumo; Capital informacional.

Abstract

Consumption and Informational Capital in the logic of distinction among dominated groups

The article contributes to the debate on the relevance of the concept “cultural capital” for the apprehension of the symbolic dimension in disputes established among social groups, around the legitimization of cultural goods and practices. Therefore, it also contributes for the understanding of the mechanisms by which symbolic hierarchies are maintained and domination reproduced. It analyzes the appropriation of references from the universe of brands by the participants of the *Hype* movement as a type of specific cultural capital, mobilized in the establishment of symbolic boundaries among non-dominant groups, what shows the expansion of consumer culture and informational capital as two aspects of contemporary culture that are extremely impacting in the distinction games.

Keywords: Cultural capital; Distinction; Symbolic boundaries; Consumption; Informational capital.

Texto recebido em 16/12/2021 e aprovado em 04/02/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.193536.

ANA LÚCIA DE CASTRO é professora livre docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo. Atua na interface entre as áreas de Sociologia da cultura e Antropologia urbana, pesquisando os temas: consumo, fronteiras simbólicas e processos de identificação. Autora, entre outros, de “Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo” (AnnaBlume/Fapesp). E-mail: ana.castro@unesp.br.



“Bilíngues”, “bilíngues de verdade” e *global citizens*

Distinção e disposições sociais no mercado educacional

Miqueli Michetti*

<https://orcid.org/0000-0003-2236-5126>

A globalização do mercado de diplomas e a educação afeita ao internacional

Os processos de globalização da economia e de mundialização da cultura (Ortiz, 1994) transformaram a globalidade e a diversidade em valores simbólicos generalizados (Ortiz, 2015; Michetti, 2015). Por um lado, assistiu-se a valorização da mobilidade, da circulação internacional, da familiaridade com o mundo. Por outro, o termo diversidade passou a ser mobilizado como forma de organizar, gerir e positivar as diferenças ou as desigualdades (Nicolau Netto, 2014; Michetti, 2015; 2017).

Uma das faces desse fenômeno se dá a ver na globalização do mercado de diplomas, em especial, embora não exclusivamente, de ensino superior e pós-graduação. A internacionalização se torna um valor e a competição entre instituições de ensino se globaliza. Isso é notável nos *rankings* internacionais de universidades, nos cursos lecionados em inglês em países em que a língua não é idioma oficial, nas “redes” internacionais de escolas de negócio, nas acreditadoras de instituições de ensino que operam globalmente, na disputa por recrutamento de estudantes de vários lugares do mundo por certas instituições de ensino. As universidades mais internacionalizadas buscam também ser reconhecidas como ambientes receptivos à diversidade e buscam atrair estudantes do mundo todo, tendo inclusive escritórios espalhados pelo mundo com esse fim¹, o que lhes traz lucros econômicos e simbólicos.

* Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

1. Consultar, por exemplo, <https://globalcenters.columbia.edu/>; <https://drclas.harvard.edu/brazil>.

Essa transformação no ensino superior é correlata a mudanças no âmbito da educação básica. Nas últimas décadas, com o aumento da circulação internacional de profissionais de alto escalão (Wagner, 2007), a ideia de um currículo de educação básica padronizado internacionalmente, que permitiria deslocamentos sucessivos ao redor do globo, passa a fazer sentido. É nesse contexto que vemos surgir organizações que fornecem currículos que podem ser adotados e são reconhecidos por escolas no mundo inteiro, bem como empresas de “certificações” de estudos válidas transnacionalmente (Hayden, 2011; Hayden *et al.*, 2015; Bunnell, 2021; Maire e Windle, 2021). Como bons exemplos, podemos citar a International Baccalaureate Organization, entidade sem fins lucrativos fundada em 1968, com sede na Suíça, que tem seus programas educacionais seguidos em mais de 5500 escolas em 159 países², e a Cambridge Assessment International Education, presente em mais de 10.000 escolas em 160 países³. São instâncias que buscam lastrear a qualidade dos estudos realizados em várias partes do mundo, uma espécie de padrão legitimado com base no qual os sistemas de ensino nacionais podem abrigar e fomentar a mobilidade internacional de estudantes. Para as instituições de ensino que adotam tais currículos e/ou certificações internacionais, eles aparecem como um “diferencial” competitivo em mercados em que se ambiciona tanto a possibilidade de mobilidade quanto a ideia de um “padrão” internacional de educação.

A valorização da internacionalização nas trajetórias escolares tem sido apontada por diferentes trabalhos, que indicam se tratar de uma dinâmica global que se concretiza ao localizar-se, pois só pode se realizar quando o “capital internacional” é almejado e operado nacionalmente, de acordo com o valor relacional dos diplomas em mercados específicos (Wagner e Reau, 2015; Gerard e Wagner, 2015). Boa parte das pesquisas sobre o tema se debruça sobre o âmbito das “elites” (Wagner, 2007; Maxwell *et al.*, 2018; Schippling *et al.*, 2020), uma vez que, tanto histórica como recentemente, a familiaridade com o internacional é parte da formação, reprodução e reconversão das “classes dominantes”, o que ocorre também no Brasil (Almeida e Nogueira, 2002; Almeida *et al.*, 2004; Aguiar e Nogueira, 2012; Canedo *et al.*, 2013, Windle e Nogueira, 2014, entre outros). De maneira mais evidente, as estratégias de internacionalização das trajetórias educacionais envolvem formas de mobilidade geográfica (Prado, 2002; Almeida, 2015; Michetti, 2019).

Está bem estabelecido, pois, que a dimensão das elites e a circulação internacional são centrais a esse processo. Contudo, o ensino internacional/bilíngue conforma

2. Disponível em: <https://www.ibo.org/about-the-ib/>. Acesso em 14/09/2021.

3. Disponível em: <https://www.cambridgeinternational.org/about-us/what-we-do/> Acesso em 17/09/ 2021. Há doze Cambridge Schools em São Paulo.

hoje uma realidade supranacional, que se desenrola em territórios nacionais e não se restringe às “elites”. Com Sassen (2007), somos instados a apreender como a globalização se ancora territorialmente. Além disso, ao teorizar sobre a “economia das trocas linguísticas”, Bourdieu (2013, p.152-155) afirma que o valor social ou distintivo dos “produtos linguísticos” é construído com relação a um dado mercado, definido como “o conjunto das condições sociais de produção e reprodução dos produtores e consumidores”. A “competência linguística” só pode funcionar como “capital linguístico” relacionalmente, a depender do “grau em que a competência dos dominantes é reconhecida como legítima e padrão de valor dos produtos linguísticos” e “das chances diferenciais de acesso aos instrumentos de produção da competência legítima (as chances de incorporar o capital linguístico objetivado) e aos lugares legítimos de expressão” (2013, p.156).

Diante disso, este artigo analisa o mercado *ampliado* de bens educacionais e linguísticos ligados ao internacional dentro do espaço geográfico nacional, considerando várias frações de classe em luta pela aquisição de capital cultural relacionado ao global, com ênfase na língua inglesa, em razão da primazia desse idioma no fenômeno que analisamos. Valendo-nos das hipóteses da “correspondência entre a produção dos bens e a produção dos gostos”, do “senso de homologia entre bens e grupos” (Bourdieu, 2007) e entre espaço social e espaço simbólico (Bourdieu, 1996), trabalhamos a problemática da distinção de classe na situação de globalização com base na análise do mercado de educação bilíngue⁴ e internacional na cidade de São Paulo.

Para apreender esse universo e construí-lo como objeto ou artefato sociológico (Bourdieu *et al.*, 2021; Ortiz, 2021), a pesquisa, de teor qualitativo, procedeu metodologicamente por análise documental, entendida em seu sentido amplo (Bowen, 2009). A primeira etapa consistiu em levantamento de literatura; a segunda em coleta exploratória de dados acerca de escolas internacionais e bilíngues na cidade de São Paulo. Como a própria classificação das instituições é objeto de disputas em andamento, a terceira fase levantou documentos oficiais sobre o tema, como a Lei de Diretrizes e Bases, a Base Nacional Comum Curricular e, principalmente, as regulamentações em processo de produção pelo Conselho Nacional de Educação junto ao Ministério da Educação. O esforço de regulação ocorre diante da falta de dados claros sobre esse universo, de modo que, para estimá-lo quantitativamente, usamos dados do próprio CNE e do Censo Escolar de 2020. Procedemos, então, a quarta etapa da pesquisa, que se dedicou à coleta mais minuciosa de dados acerca

4. Referimo-nos aqui a escolas bilíngues em língua estrangeira, também chamado de “bilinguismo de prestígio”, para além da Educação Bilíngue Indígena, já presente na Constituição Brasileira de 1988, da Educação Bilíngue para Surdos (Lei nº 10.436/2002; Decreto nº 5.626/2005; Lei n.14.191/2021) e da Educação Bilíngue em Contextos de Fronteira, também existentes no território nacional.

de tipos específicos de escolas, bem como de agências internacionais de currículos, avaliação e certificação. Levantamos documentos diversos, textos, imagens e vídeos publicizados nos *websites* das instituições concernidas. Também conseguimos informações via e-mail e aplicativo de troca de mensagens virtuais (Whatsapp)⁵.

Na fase final de análise desse material, buscamos relações entre tipos de escola e frações de classe, por meio de uma estratégia que estabeleceu as posições relacionais das escolas a partir de uma variável econômica (valor da mensalidade) e uma sociogeográfica (bairro da cidade). A essas variáveis somamos a análise qualitativa do material disponível sobre as escolas e seu respectivo público. Com base nisso e partindo da classificação do CNE, construímos o espaço da educação internacional/bilíngue na cidade de São Paulo, composto por (a) escolas internacionais, (b) escolas brasileiras com currículo internacional, (c) escolas bilíngues e (d) escolas com programas bilíngues. Além de uma caracterização mais geral de cada tipo, elegemos exemplos heurísticos concretos para delinear-los. A capital paulista foi escolhida como *locus* da análise por ser a cidade economicamente mais importante e a mais populosa do país, perpassada por forças econômicas e simbólicas globais e profundamente desigual, de modo a constituir um bom recorte a partir do qual se compreender dinâmicas de classe no mundo contemporâneo.

O ensino bilíngue e internacional no Brasil

As últimas décadas foram marcadas por mudanças no espaço educacional brasileiro, com a quase universalização do ensino fundamental, a expansão do ensino médio e da educação superior⁶. A criação de políticas públicas de ampliação do acesso de grupos historicamente sub-representados à universidade e de fomento à "mobilidade" internacional de estudantes, no seio de estratégias mais amplas de internacionalização das universidades brasileiras, também representaram alterações no cenário nacional.

Esses processos têm sido objeto de estudos recentes, em especial no âmbito da Sociologia da Educação, que pertinentemente colocam em discussão a qualidade do "acesso" aos bancos escolares, bem como a amplitude e o caráter das políticas de inclusão. Para os propósitos deste artigo, entretanto, é importante destacar,

5. A pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19.

6. De acordo com os indicadores sociais do IBGE, em 2019, quase mais de 99% dos brasileiros e brasileiras entre 6 e 14 anos frequentavam a escola. A taxa é de cerca de 90% para pessoas de 15 a 17 anos, cai a pouco mais de 30% para pessoas entre 18 e 24 anos e a 4,5% para os que têm 25 anos ou mais. Dados disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>. Acesso em 03/09/2021.

com Bertonecelo (2016, p.167), que “as estruturas institucionais afetam o valor das diferentes formas de capital nas estratégias de investimento escolar”. Tais transformações trouxeram inflexões nas disputas pela aquisição e pelas “taxas de conversão” de diplomas escolares, incidindo tanto no funcionamento de instituições de ensino quanto nas estratégias educativas de diferentes frações de classe em vários níveis e modalidades de educação e formação (Aguiar e Nogueira, 2012; Almeida, 2015). Eis um terreno aberto às lutas classificatórias.

Dada a centralidade do inglês na situação de mundialização (Ortiz, 2008), debruçamo-nos sobre estratégias que priorizam esse idioma. Elas ocorrem em diferentes níveis de formação e já não dizem respeito exclusivamente às posições mais privilegiadas do espaço social brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB) coloca o idioma como parte obrigatória da educação básica no país, tanto para a rede pública quanto para a rede privada, o que é reiterado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2020. Assim, a língua inglesa é ensinada em disciplinas específicas a todos(as) os(as) matriculados(as) da educação básica no Brasil, além de estar presente em iniciativas comunitárias populares de ensino da língua.

Diante disso, a injunção do inglês aparece com especial intensidade para frações intermediárias e altas (Aguiar e Nogueira, 2012), que formam o público majoritário do sistema privado de educação básica no país, embora esse próprio universo tenha fronteiras moventes (Perosa e Dantas, 2017). No mercado privado, além de escolas de idiomas que funcionam independentemente da escolarização formal, há vários tipos de escola que ensinam o/no idioma. Com a expansão recente desse mercado no Brasil (Almeida, 2015; Megale, 2019; Brasil, 2020), surgem iniciativas de regulação pública do setor. No momento de escrita deste texto, o Conselho Nacional de Educação, em resposta a “demandas por normatização de educação bilíngue/multilíngue que chegam ao CNE [e] se reportam essencialmente às chamadas línguas de prestígio, com destaque para o inglês” (Brasil, 2020, p.14), havia aprovado o “Projeto de Resolução que Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Plurilíngue” e aguardava sua homologação pelo MEC. Tal definição é perpassada por disputas classificatórias que se ligam a esforços distintivos tanto por parte das instituições quanto das famílias que fazem uso delas. Outro bom indício das movimentações nessa seara são as tentativas de organização do setor em associações, como a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (ABEBI), a “Organização das Escolas Bilíngues” do Estado de São Paulo (OEBI) e a Brazilian Association of IB Schools (BAIBS).

Todavia, mesmo para as instâncias oficiais, os dados sobre esse universo são turvos. A estimativa é de que 3% das instituições privadas nacionais ofereçam “algum tipo de ensino bilíngue” (Brasil, 2020, p.11), o que representa cerca de 1200 escolas de um

total de quase 180.000⁷. Logo, o universo do ensino bilíngue/internacional, embora em expansão, é bastante restrito. As disputas em andamento se dão no sentido de assegurar ou alargar suas fronteiras.

O universo das escolas internacionais e de ensino bilíngue em São Paulo

A cidade de São Paulo congrega todos os tipos de escola que constituem esse universo, de modo a nos oferecer um *corpus* com base no qual é possível perceber os elementos mobilizados na busca de diferentes frações de classe por uma educação afeita ao global. A tipologia abaixo se baseia na do CNE, mas entendemos esse órgão como um dos agentes nas lutas taxonômicas que caracterizam nosso objeto, de forma que consideramos a nomenclatura como parte do trabalho de construção de fronteiras simbólicas e jurídicas.

As Escolas Internacionais

“São vinculadas a outros países, de onde emanam as suas diretrizes curriculares” (Brasil, 2020, p.24). Enunciam-se com o nome dos países de origem, como “escola americana”, “escola britânica”. Boa parte delas foi fundada entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, como as escolas americanas Graded e Chapel, e a britânica St Paul’s, bem como escolas ligadas a países que não são de língua inglesa, para atender a crianças da comunidade de imigrantes ou, ainda, de famílias expatriadas em razão da instalação de empresas estrangeiras no Brasil (Cantuária, 2005). Desde o início, contudo, recebem alunos brasileiros, que compõem hoje ao menos metade do corpo discente. Trata-se do tipo mais restrito, com apenas quatro escolas ligadas a países de língua inglesa na capital paulista. O quadro docente é predominantemente estrangeiro e o calendário adotado é o do país de origem, com adequação aos feriados brasileiros. Concentram-se nas regiões mais “nobres” da cidade, na Zona Oeste e parte da Zona Sul. A partir dos anos 1980, passam a oferecer também a possibilidade do diploma de Bacharelado Internacional, além dos diplomas do país de origem e do Brasil.

A Graded – The American School of São Paulo é um bom exemplo desse tipo de escola. Localizada no bairro do Morumbi, foi fundada em 1920 pela Câmara de Comércio Americana em “parceria” com seis empresas estadunidenses. Instituição

7. De acordo com dados do Censo Escolar de 2020, o Brasil conta com 179.533 estabelecimentos de educação básica, sendo 41.046 deles privados. A cidade de São Paulo tem 7.185 estabelecimentos, dos quais 4.487 privados.

sem fins lucrativos, atende alunos da pré-escola ao final do ensino médio com mensalidades básicas entre R\$9.345,00 e R\$11.474,00⁸. R\$15.000 extras são cobrados caso a escola avalie que o estudante não falante nativo de inglês precise de aulas de apoio no idioma⁹. Na entrada, é requisitada uma “doação para o fundo de capital” da instituição¹⁰, que, de acordo com a Revista Forbes, aumentou a taxa de R\$60.000 para R\$90.000 de 2020 para 2021. Não dispõe de vagas para acomodar a demanda. Segue o currículo estadunidense, tem o inglês como língua de instrução e oferece os diplomas americano, internacional (IB) e brasileiro¹¹.

A “internacionalidade” da escola é amplamente destacada: em 2021, contava com 1308 alunos de 44 nacionalidades, mais de 1/3 dos quais possuíam cidadania de mais de um país. Outra informação que ganha destaque na apresentação da escola é o fato que 86,4 dos estudantes se inscrevem a vagas em universidades nos Estados Unidos, 9,5% na Europa e 1,3% no Brasil¹². A razão entre alunos e funcionários (7,5 para 1) também é algo que esse tipo de escola costuma destacar. O *site* é exclusivamente em inglês, algo que diferencia as escolas internacionais das escolas brasileiras com currículo internacional e das escolas bilíngues.

O material produzido por ocasião do centenário da escola, em 2020, dá acesso ao “trabalho simbólico da instituição” (Gérard e Wagner, 2015). Sua linha do tempo ressalta a perenidade e o espírito de corpo, e nos depoimentos dos egressos, distribuídos por décadas, percebe-se a centralidade do senso de pertença em termos como *belonging*, *family* e *connection*. Em tais depoimentos, é nítida a formação ou o reforço do capital social concentrado nesse ambiente, ao passo que o elemento econômico envolvido é denegado, não aparecendo em nenhum dos depoimentos divulgados. O inglês é a língua dos depoimentos e não é mencionado como um trunfo ou uma aquisição importante. É um pressuposto, meio e não fim de uma educação cujo valor estaria na formação de *readers*, *self learners*, *lifelong learners*, *risktakers* e *global citizens*¹³.

Outro bom exemplo é a Saint Paul’s School, que foi fundada em 1926 para receber crianças de famílias britânicas que se instalaram no Brasil em razão da construção

8. A variação depende do ciclo de ensino e os valores referem-se ao ano letivo 2021-2022. Disponível em <https://www.graded.br/admissions/tuition-and-fees>. Acesso em 10/09/2021.

9. Disponível em: https://www.graded.br/uploaded/WEBSITE_-_March_2,_2021_-_Tuition_Fees_2021-22_reenrollment.pdf

10. Disponível em: https://www.graded.br/uploaded/Admissions/Janet_Sallouti_Financial_Aid/Janet_Sallouti_Financial_Aid_Award_-_APPLICATION.pdf. Acesso em 14/09/2021.

11. Respectivamente outorgados a 100%, 76% e 72% dos formados em 2020. Disponível em <https://www.graded.br/about/graded-at-a-glance>. Acesso em 14/09/2021.

12. Disponível em: <https://www.graded.br/> Acesso em 14/09/2021.

13. Disponível em: <https://graded100.com/>. Acesso em 10/09/2021.

da ferrovia São Paulo-Santos¹⁴ e é localizada no Jardim Paulistano, na Zona Oeste. Organizada “de acordo com o modelo inglês de escola pública”, adota o calendário britânico desde 1960, torna-se “Escola Britânica de São Paulo” em 1983 e confere os primeiros diplomas internacionais (IB) em 1987. Em 2012, torna-se “a primeira escola da América Latina a ser reconhecida pelo governo do Reino Unido como uma *British school overseas*”. Tem 1100 alunos dos quais 75% são brasileiros, 10% britânicos e 15% de outras nacionalidades¹⁵. Apresenta-se com “*a world class school in Brazil*”, traz o site exclusivamente em inglês, que é a língua de instrução. De acordo com a instituição, 100% dos formados nela ingressam no ensino superior e na lista de universidades de destino se encontram instituições do Reino Unido, Estados Unidos, Brasil, Canadá e “outros países europeus”¹⁶. Algo bastante sublinhado é a antiguidade da instituição e sua vinculação ao Reino Unido. As visitas de membros da família real britânica que aconteceram ao longo do século XX têm lugar de destaque na sua *wealth of history*. A composição discursiva busca, entretanto, acentuar também a adequação aos novos tempos e o caráter inovador da escola.

As Escolas Brasileiras com Currículo Internacional

Tais escolas “se caracterizam pelo estabelecimento de parcerias, adoção de materiais e propostas curriculares de outro país, ofertando, portanto, currículos em língua portuguesa e línguas adicionais” (Brasil, 2020, p.24). Enunciam-se como “escolas internacionais” e podem ser vinculadas simbólica e/ou historicamente a outros países, mas não obedecem a suas diretrizes curriculares, guiando-se pela legislação brasileira. Oferecem diplomas válidos transnacionalmente, como o International Baccalaureate (IB)¹⁷, que é oferecido no Brasil desde a década de 1980. Em 2021 ele se fazia presente em 49 escolas no país e, na cidade de São Paulo, 14 delas ofereciam o nível final da educação básica¹⁸. Também se concentram nas Zonas Oeste e Sul da capital paulista.

14. Disponível em: <https://www.stpauls.br/about-us/history/timeline/>. Acesso em 14/09/2021.

15. Disponível em: <https://www.stpauls.br/wp-content/uploads/2020/10/School-Profile-2020-20211.pdf>. Acesso em 06/09/2021.

16. Disponível em: <https://www.stpauls.br/curriculum/sixth-form/leavers-destinations/>. Acesso em 06/09/2021.

17. Diferenciamos as “IB World Schools” das escolas que oferecem a possibilidade de exames de certificação ao final das etapas de escolarização, mas que não empregam currículos internacionais.

18. As escolas internacionais descritas no item 3.1 estão entre elas. A Pueri Domus oferece o diploma nas 4 unidades e é contada apenas uma vez. Lista completa: <https://www.ibo.org/programmes/find-an-ib-school/>. Acesso em 10/09/2021.

Um bom exemplo é o St. Francis College, localizado em Pinheiros e fundado em 2003. Apresenta-se como uma *international school* e oferece o IB por mensalidades que variam entre R\$8.172 e R\$10.300 a alunos de 3 a 18 anos. Os matriculados passam por avaliações e entrevistas para acessarem uma vaga na escola, algo que é comum em outras escolas de mesmo tipo e também nas escolas internacionais. Atende cerca de 750 alunos de 29 nacionalidades, com cerca de 100 professores “de várias nacionalidades”. Esse *diverse background* garantiria um “environment of meaningful cultural exchange among staff and pupils”. Entre os prováveis destinos dos egressos, aparecem “mais de 170 universidades em 17 países”¹⁹.

Um exemplo interessante, por não oferecer o diploma IB e trabalhar com “currículo próprio e inovador”, é constituído pela *Avenues*, fundada em São Paulo em 2018 e localizada no Morumbi. Parte da premissa da mobilidade – real ou aspirada – de sua clientela, pois se propõe a ser *the world school*: “One School, Many Campuses. Interconnected and interdependent, just like the world”. A matrícula funciona para qualquer uma das quatro sedes, localizadas em Nova York (com extensão na região dos Hamptons), Shenzhen e São Paulo²⁰. Além disso, a modalidade online propõe “A World Class Education Online”, com “a singular, international community of scholars. Students interact daily with peers in over 25 countries, including France, Kenya, Korea, Mexico, Uruguay, Spain, South Africa, and the United States. This nurtures a global mindset where students learn to exercise empathy and collaborate across languages and cultures”²¹. A parte principal do *site* é disponibilizada em inglês, português e mandarim. A escola tem 700 alunos em São Paulo e a anuidade básica para o ano letivo 2021-22 era de R\$152.900.

Escolas bilíngues

Promovem “currículo único, integrado, e ministrado em duas línguas de instrução, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas e acadêmicas dos estudantes nessas línguas” (Brasil, 2020, p.24-25), com exigência de cargas horárias específicas a cada nível de instrução. O corpo docente e de funcionários é majoritariamente de brasileiros e o calendário é o nacional. Trata-se de um universo mais amplo e menos homogêneo do que o dos tipos anteriores. Há escolas com mensalidades e localizações que se assemelham às das escolas brasileiras com currículo internacional, outras que se destinam a frações intermediárias, localizadas em várias

19. Disponível em: <https://www.stfrancis.com.br/c%C3%B3pia-university-offers>. Acesso em 19/09/2021.

20. Disponível em: <https://www.avenues.org/sp/admissions>. Acesso em 13/09/2021.

21. Disponível em: <https://aon.avenues.org/pt/>. Acesso em 12/09/2021.

regiões da cidade, às vezes em sistema de franquia, e ainda aquelas de empreendimento familiar, localizadas inclusive em bairros das Zonas Norte e Leste. As fronteiras sociais e simbólicas desse universo parecem mais fluidas, de modo que os esforços de diferenciação se tornam bastante nítidos nesse segmento.

Um exemplo heurístico de uma posição dominante nesse universo é a escola de educação infantil e fundamental Hiboo, fundada em 2017 e localizada em Alto de Pinheiros. Apresentando-se como “uma escola bilíngue, jovem e acolhedora”, suas mensalidades vão de R\$3.885 (meio período) a R\$6.215 (período integral). Propõe “um currículo brasileiro, que proporciona o aprendizado da língua inglesa. Como escola bilíngue, não ensinamos apenas a língua inglesa, mas por meio dela. O programa aborda elementos importantes da nossa cultura, essencial para valorização da língua materna e construção de vínculos positivos com a cultura brasileira”. Além disso, enuncia “uma visão de educação sensível às necessidades do nosso contexto social e cultural” e as oficinas semanais incluem “artes, música, corpo brincado, yoga, circo, cultura brasileira e culinária”. Afirma a centralidade da chamada “educação socioemocional” e se organiza “em formato de pequenas comunidades, preservando a proximidade das relações com cada família e cada criança”²². A relação que a escola busca estabelecer com as famílias indica os fenômenos de *intensive parenting* e *concerted cultivation* analisados por Méndez e Gayo-Cal (2019) ao estudar as classes médias-altas chilenas.

Já a Maple Bear é um bom exemplo para pensar a posição intermediária das escolas bilíngues em São Paulo²³. Com o objetivo de divulgar a educação canadense no exterior e atrair estudantes estrangeiros, surge como organização sem fins lucrativos com apoio governamental e a primeira escola aberta foi na Índia em 2005. Em 2007, tornou-se uma empresa privada e hoje opera em 29 países, com 559 escolas e mais de 40.600 estudantes, 30.000 dos quais no Brasil²⁴. Sua história no país dá a dimensão que a educação bilíngue adquire entre nós. Em 2017, a empresa foi comprada no Brasil pelo Grupo SEB e atualmente há 157 unidades ativas mais 109 *upcoming*. Na cidade de São Paulo, são 29 escolas²⁵, que oferecem todos os ciclos do aprendizado,

22. De acordo com material disponibilizado à autora por email.

23. As palavras do CEO da empresa mostram bem como isso é definido relacionalmente: “No Norte e Nordeste, como muitas vezes não há um colégio americano ou suíço, nossas unidades vão muito bem e acabam se consolidando como a escola internacional do Estado”. <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/mercado-concorrido-em-sp-leve-escolas-internacionais-ao-interior-e-ao-nordeste.html>. Acesso em 19/09/2021.

24. Disponível em: <https://www.maplebear.ca/about-us/>. Acesso em 19/09/2021.

25. Disponível em: <https://maplebear.com.br/escolas/page/8/?state=sp&city=sao-paulo>. Acesso em 18/09/2021.

com mensalidades que variam de R\$3.000 a R\$4.800²⁶. A instituição oferece “o melhor da Educação Bilíngue Canadense”, “com imersão em inglês”, garantindo que “mais do que aprender inglês, nosso aluno aprende a pensar em outro idioma”. Baseia-se no prestígio de que gozam as representações sobre o Canadá no país e colocam em relevo seu bilinguismo e multiculturalismo²⁷.

A MZ School, localizada na Zona Leste, é um exemplo de instituição menos bem posicionada nesse segmento. Foi fundada por um casal em 1993 na Vila Prudente e torna-se bilíngue em 2012. A mensalidade do ensino fundamental é de cerca de R\$1.600. O site, exclusivamente em português, assevera que “Na MZ School, um Colégio Bilíngue, o Programa Bilíngue faz parte do currículo oficial, aprovado pela Diretora de Ensino, e é ensinado a todos os alunos, em todas as séries, no horário normal de aula, com custo já incluso no valor da parcela mensal. Escolas que não são bilíngues oferecem o Programa Bilíngue como curso extra apenas a alunos interessados em outro horário, com um custo adicional à parcela mensal, o que pode sair caro”²⁸. A instituição oferece também a possibilidade do “Certificado High School, válido nos Estados Unidos da América, para o ingresso nas Universidades Americanas”, “abr[indo] as portas para o futuro dos nossos alunos em um mundo globalizado”²⁹.

Escolas com programas bilíngues

Trata-se do tipo mais difundido. O CNE as denomina de “Escolas com Carga Horária Estendida em Língua Adicional” para diferenciá-las das “escolas bilíngues”, algo que estas também procuram destacar, como acabamos de ver. Promovem “currículo escolar em língua portuguesa em articulação com o aprendizado de competências e habilidades linguísticas em línguas adicionais, sem que o desenvolvimento linguístico ocorra integrada e simultaneamente ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares” (Brasil, 2020, p.24). Os “programas bilíngues” costumam ser oferecidos no contraturno escolar e com custos extras além da mensalidade regular. Não raro, são oriundos de empresas que vendem “soluções para ensino”. Como exemplo, podemos citar o programa English Stars do grupo “Somos Educação”, presente hoje em mais de 250 escolas de todos os Estados da federação, atingindo mais de 70.000 alunos³⁰. Localizam-se em várias regiões de São Paulo e há instituições com mensalidades na faixa de R\$1.200³¹.

26. O valor máximo é relativo à educação infantil em período integral para unidade da Zona Oeste.

27. Disponível em: <https://maplebear.com.br/>. Acesso em 19/09/2021.

28. Disponível em: <https://www.mzschool.com.br/proposta-pedagogica.html>. Acesso em 26/09/2021.

29. Disponível em: <https://www.mzschool.com.br/extras.html>

30. Disponível em: <https://www.somoseducacao.com.br/solucoes/english-stars/>. Acesso em 26/09/2021.

31. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/com-mensalidade-a->

Embora existam instituições desse tipo destinadas a frações de maior renda, o Colégio Suller Garcia nos serve de exemplo heurístico. Localizado em Itaquera e fundado em 1994, adota o "Sistema Anglo" e oferece "curso bilíngue" pela mensalidade de R\$1.242 (educação infantil em período integral, com 80 minutos diários de aulas em inglês³²). Apresenta-se como baseado na BNCC, Unesco, CLIL, Steam e CEFR e com o objetivo de "capacitar para as demandas do século XXI", com "o inglês funcionando como a ponte entre o aluno e o mundo globalizado"³³. O programa English Stars é disponibilizado em paralelo a outros programas como "Jovens Empreendedores", do Sebrae, e "O líder em mim". Afirma "preparar nossos alunos para ingressar nas melhores faculdades". Os resultados de ingresso no ensino superior divulgados são os do Sistema Anglo como um todo e o material visual faz menção a universidades nacionais consagradas.

A distinção entre "bilíngue", "bilíngue de verdade" e *global citizen*

A valorização do inglês e a (retórica da) globalização atravessam classes e o fazem diferencialmente. Quando algo é passível de ser mobilizado como capital cultural por agentes em diferentes posições no espaço social, a disputa não radica apenas na sua aquisição, mas nas formas diferenciais pelas quais ela se faz (Jarness, 2015). Para Wagner (2007, p.45), existe uma relação entre "bilinguismo e classes sociais", já que as condições sociais da aquisição linguística constituem grande parte de seu valor. No caso que nos concerne aqui, não importa apenas se se fala inglês ou não, mas como se fala e, ainda, onde, como e quando se aprendeu. Tal como apontado por Bourdieu (2007) e reiterado por Holt (1997), Prieur e Savage (2013), Coulangeon e Duval (2013), entre vários outros, a distinção não se baseia em elementos fixos ou essenciais, mas é relacionalmente constituída.

O bilinguismo é, portanto, relacional e o que está em jogo é a possibilidade de incorporação do capital linguístico, assim como, nas posições dominantes, da familiaridade com o internacional e a mobilidade. Tal como apontado por Holt (1997), o estado incorporado do capital cultural é o mais valioso, o que leva Atkinson (2017, p. 3) a priorizar o uso da noção de domínio simbólico (*symbolic mastery*). Isso fica claro nas disputas das escolas pelo "verdadeiro" bilinguismo, "imersivo e natural". O desafio é transformar o investimento educacional em segunda natureza, em disposição. Como demonstram Mendéz e Gayo-Cal (2019, p.4) em seu estudo sobre a

-partir-de-r-1000-ensino-bilingue-chega-ate-a-periferia-de-sp.shtml?origin=uol. Acesso em 18/09/2021.

32. Informação obtida por Whatsapp.

33. Disponível em: <https://www.sullergarcia.com/bilingue>. Acesso em 24/09/2021

reprodução de classes altas e médias-altas (*upper-middle classes*), há uma combinação reflexiva de disposições herdadas, derivadas do *habitus*, com uma agência ativa capaz de diversificar estratégias e práticas. Diante disso, além do capital econômico envolvido no acesso diferencial à educação internacional/bílingue, podemos discernir as dinâmicas simbólicas a seguir apresentadas.

Posições centrais

Em disputa, temos as escolas internacionais e as escolas brasileiras com currículo internacional. Nas primeiras, o inglês não aparece como um objetivo, mas como pano de fundo do ambiente cujo maior trunfo é a possibilidade de familiarização com o internacional e, mais do que isso, com o sucesso. A “escolha” da universidade fora do país aparece quase como obviedade, destino lógico do percurso afeito ao internacional. O trabalho da instituição se dá no sentido de formar pessoas que, mais que falantes de inglês, sejam “cidadãos do mundo”. No caso da Graded, apenas 1,3% dos formandos da turma de 2020 tentaram vagas no ensino superior nacional. Comparadas às escolas brasileiras com currículo internacional, mais novas, além do percentual de alunos e funcionários estrangeiros e as universidades de destino dos egressos, as escolas internacionais buscam destacar também sua antiguidade e seu espírito de corpo.

Já nas escolas brasileiras com currículo internacional, além da familiaridade com a globalização, termo recorrente nesse meio, e a correlata possibilidade do ensino superior em países considerados condizentes com os altos investimentos realizados, o bilinguismo já aparece como elemento importante. Ele pode assumir, contudo, dois sentidos. O primeiro diz respeito ao próprio inglês, mas, em sua disputa posicional com as escolas internacionais, mobilizam também a ideia de que não negligenciam a língua nacional.

Em tais posições, a familiaridade com o internacional e a mobilidade figuram como injunção. Com a globalização do mercado de diplomas e as alterações no mercado nacional, cursar o ensino superior fora do Brasil surge como o horizonte mais plausível. Bourdieu e Passeron (1964, p.12) já indicavam que as percepções cotidianas dos estudos superiores como futuro “possível”, “impossível” ou “normal” se ligam a chances objetivas. Nas escolas internacionais, o ensino superior no exterior é enunciado como “destino banal e cotidiano”. As instituições bem posicionadas, porém, ajudam no ajuste entre probabilidades objetivas e as esperanças subjetivas. *La classe oblige*, mas ela também transforma necessidade em virtude. O *amor fati* de que nos fala Bourdieu (1980, p.105) também se mostra nas posições privilegiadas do espaço social. Diante disso, a globalização é – ou tem que ser – vivida nas posições dominantes como um alargamento do horizonte de possíveis, como ampliação ne-

cessária e regulada do “mundo presumido” (Bourdieu, 1980, p.108), cuja realização depende da incorporação das disposições ao global, para além do inglês.

O termo cosmopolitismo é praticamente inexistente, mas suas traduções literais, “cidadão do mundo” e *global citizen*, são frequentes e parecem conformar parte da *illusio* que instituições e adeptos compartilham. “Internacional” e “mundial” também aparecem bastante. O termo “diversidade” surge menos do que “pluralismo” e “multiculturalismo”. Todas essas noções denotam primordialmente a multiplicidade de nacionalidades e culturas, termos estes frequentemente enunciados juntos, quase como sinônimos. Os programas de bolsas para alunos que não são “lucky enough to afford the fees” são destinados a aumentar “the diversity of talent”³⁴ ou a “give back to the community”. Isso nos remete aos trabalhos de Wagner (2007) e Ortiz (2019) acerca do lugar do internacionalismo na formação das disposições de elite. Em tais escolas, elites de diferentes nacionalidades se congregam. Como coloca Ortiz (2019), o “mundo dos ricos”, embora globalizado, é restrito, marcado pela semelhança, pela construção de espaços comuns nos quais se assegura a pertença e a solidariedade de grupo. Logo, trata-se de uma espécie de cidadania que opera em um espaço hiper-restrito, ainda que transnacional ou globalizado. Em certo sentido, estamos diante de um “provincianismo global” (Ortiz, 2008; Michetti, 2019).

Posições intermediárias: escolas bilíngues

Mais difundidas, também apresentam mais variação. As mais elitizadas desse tipo buscam construir sua posição em oposição às escolas internacionais e nacionais com currículo internacional, com o argumento de que a língua-mãe e a cultura brasileira seriam centrais no chamado “bilinguismo aditivo” praticado naquelas, ao passo que estariam em risco nestas, de “bilinguismo subtrativo”. O inglês aparece como pano de fundo e o destaque vai para a proposta pedagógica mais ampla, que prioriza o desenvolvimento de disposições como autonomia, criatividade, abertura, pensamento crítico, sensibilidade, responsabilidade³⁵.

Em especial, as noções de “cultura brasileira”, “diversidade” e “pluralidade” aparecem com mais centralidade em escolas aparentemente destinadas a frações médias-altas intelectualizadas, nas quais o desenvolvimento de disposições mais próprias ao universo cultural sobressai. Para elas, o mais importante parece ser reproduzir, para além do domínio do idioma, a *symbolic mastery* que permitiria alcançar a boa dosagem, sempre movente porque relacional, entre diversidade e globalidade, ou, se quisermos, as composições distintivas entre nacional e global, fixidez e mobilidade...

34. Disponível em: <https://www.stpauls.br/admissions/financialassistance/>. Acesso em 16/09/2021.

35. Disponível em: <https://www.hiboo.com.br/hiboo>. Acesso em 24/09/2021.

(Michetti, 2015). Quando a “diversidade” se tornou valor simbólico entre frações de elite (Michetti, 2019), parte da sociologia da cultura, a partir – e um tanto à revelia – de Peterson (1992, 2005), buscou dar conta dessa transformação com a ideia de “onivorismo”, ou seja, de que as classes altas teriam atualmente um gosto mais diversificado, não se restringindo ao consumo de formas culturais legitimadas. A metáfora, ao focar no que é ou deixa de ser consumido, deixa escapar que a distinção se coloca na habilidade de se montar cardápios legítimos (Michetti, 2014).

Já nas escolas bilíngues em posição intermediária, o inglês ganha centralidade. Na Mapple Bear, por exemplo, quase que invariavelmente os depoimentos de familiares mencionam, em português, o inglês como central, embora não exclusivo, na escolha da instituição³⁶. Buscam colocar-se como “escolas bilíngues de verdade” e insistem na diferença entre “aprender inglês” e “aprender em inglês”. Trata-se de distinguir-se das representações sobre o ensino de línguas em escolas, em especial das públicas (Prado, 2002; Fortes, 2016), mas também em escolas de idioma. E, sobretudo, das escolas com programas bilíngues. A globalização aparece como algo menos imediato, notadamente no que tange à realização de ensino superior fora do país. A “busca ansiosa” e a “inclinação para a escolha de produtos seguros e certificados”, que, segundo Bourdieu (2007, p.310) seriam disposições características a essas posições no mundo social, fazem-se aí notar. A expressão “quanto mais cedo melhor” torna-se uma espécie de jargão do ensino bilíngue e as “parcerias” com instâncias internacionais consagradas, como a Cambridge International, também ganham destaque.

É, contudo, nas escolas bilíngues menos bem posicionadas que esses traços aparecem com mais nitidez. A aquisição linguística se torna objetivo imediato e há uma aproximação direta e instrumental da necessidade de se “dominar o inglês”. Enquanto as instituições colocam o tom da necessidade de se “adaptar ao mundo globalizado”, os pais buscam garantir que seus filhos, diferentemente de si mesmos, falem inglês. Nessa posição, o discurso da diversidade é raro e a globalização é representada como inelutável e desafiadora, em face da qual é necessário adaptar-se.

Posições periféricas: escolas privadas com programas bilíngues

O termo diversidade também aparece pouco e acompanhado de “cultural”. A globalização é ligada a um “mercado de trabalho” mais competitivo, em cujo enfrentamento o inglês seria um trunfo. Enquanto as escolas bilíngues buscam construir-se por oposição a elas, elas buscam diferenciar-se de outras escolas privadas, em expansão nas periferias da metrópole paulista (Perosa e Dantas, 2017), as quais, de sua parte, tentam se distinguir do sistema público de ensino. Mesmo no sistema público,

36. Disponível em: <https://maplebear.com.br/>. Acesso em 24/09/2021.

todavia, existem pontualmente escolas bilíngues em Estados como Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraíba e vemos surgir atualmente mobilizações pela expansão do ensino bilíngue público como uma forma suposta de dirimir desigualdades educacionais (Brasil, 2020, p.14).

O espaço relacional que delineamos acima pode representado graficamente como composto por círculos concêntricos, como propõe Ortiz ao analisar o universo do luxo (2019, p.111). Em seu centro, estariam os dois primeiros tipos, mais raros e cuja raridade é protegida. Em posições intermediárias, temos as escolas bilíngues, passíveis de uma expansão maior, mas também controlada. As disputas pelo "verdadeiro" bilinguismo próprias a essa posição deixam isso claro, assim como o esforço do CNE/MEC de regular as condições sob as quais uma instituição pode envergar o termo "bilíngue". Depois, em direção às margens, temos as escolas que oferecem programas bilíngues, cujas fronteiras são muito mais porosas e a expansão não é regulada. Poderíamos pensar as escolas de idioma, outras instituições de ensino de inglês, bem como as escolas públicas, como faixas ainda mais periféricas desse universo. Com essa imagem, podemos apreender como o ensino afeito ao global se declina, "declinação" que se liga a posições sociais.

Ao mesmo tempo, ela não mostra as disputas inter e intra círculos, como, por exemplo, a mobilização da cultura brasileira por escolas bilíngues bem posicionadas, ou, ainda, as formas pelas quais as escolas de frações médias-altas e altas historicamente estabelecidas (Almeida, 2009) buscam garantir posições ou se reposicionar diante do inegável movimento que o desenvolvimento da educação internacional/bilíngue traz para o mercado de educação de frações dominantes em São Paulo, conforme a própria Almeida (2015) já aponta em termos preliminares. Para discernir tais disputas, é interessante pensar nossa tipologia através da representação bourdieusiana do espaço social ou de campos específicos, com posições dominantes e dominadas, e suas respectivas estratégias de consagração. Embora isso mereça ser investigado em detalhes e integre nossa agenda de pesquisa, fugiria ao escopo deste texto. Para o que nos concerne aqui, basta ter claro que as duas cartografias nos mostram um espaço relacionalmente constituído, em que a formação de fronteiras é premente, e caracterizado por desigualdades e distinções.

Conclusões

A globalização é um processo social que atravessa as classes diferencialmente, tanto em termos objetivos, quanto em termos de representações. A maneira mais simples de compreender a apreensão diferencial que as instituições e frações de classe fazem da globalização é remetê-la à ideologia no sentido de falsa consciência. Isso seria

esquecer, contudo, do “senso prático”, isto é, de que os agentes sociais se colocam no mundo a partir de uma leitura “razoável” das possibilidades objetivas modalmente correspondentes à sua posição social. As visões de mundo se ligam às divisões do mundo, lembra Bourdieu, leitor da teoria durkheimiana sobre as formas de classificação (Bourdieu, 1989).

É sobre essas bases que podemos entender que a globalização se afigura para alguns como ampliação concreta, ao mesmo tempo necessária e almejada, do horizonte de ação, para outros como promessa ou desafio e, para outros ainda, como ameaça contra a qual sentem que é preciso se preparar. “Les rapports aux possibles est un rapport aux pouvoirs”, afirma Bourdieu (1980, p.108). As disputas pelo domínio do inglês e pelo manejo da globalização são distintas porque dizem respeito a desigualdades, decorrem delas e ao mesmo tempo as condicionam. A distinção construída entre a busca por ser “bilíngue”, “bilíngue de verdade” ou *global citizen* nos fala sobre como agentes em diferentes posições no espaço social se colocam diante das dinâmicas materiais e simbólicas das sociedades capitalistas atuais.

O mercado que estudamos permite perceber ainda que a busca pela incorporação de capital cultural e pela formação das competências ao global assume o caráter de uma disputa pela produção ou reprodução de disposições sociais. Sabemos que os “investimentos no mercado escolar” não são desigualmente distribuídos no espaço social apenas em razão da desigualdade econômica, mas também no que diz respeito às “disposições necessárias” a esse investimento (Bertoncello, 2016). Ao mesmo tempo, elas se ligam a estratégias ativas, a tentativas diferenciais de fomentar disposições ao global. Dito de outro modo, o elemento disposicional previsto no conceito de *habitus*, ao invés de se opor à reflexividade e à agência, é um de seus pressupostos.

Outra conclusão a que este estudo permite chegar é que a distinção não se define hoje nem só nacional nem só internacionalmente, compondo-se na intersecção entre mudanças de amplo escopo e processos específicos a determinada região do mundo em dado momento. As classificações dos diplomas domésticos não são desvinculadas do mercado global de diplomas. A definição social do que conta como capital cultural e das formas legítimas de adquiri-lo/incorporá-lo é um processo que se compõe em diversas escalas, tanto geográficas como simbólicas.

Nesse sentido, a sociologia das classes sociais e a sociologia da globalização têm a ganhar quando se aproximam. O objeto que analisamos pode ser considerado como um exemplo da proficuidade dessa convergência. O ensino bilíngue e internacional passa a ser parte da formação diferencial de determinadas frações de classe no país no contexto em que a mobilidade como valor simbólico, a concorrência por vagas de universidades mundialmente consagradas e os diplomas internacionais se globalizam. Mas a urgência que adquire liga-se também à conjuntura em que grupos

historicamente sub-representados nos ensinos médio e superior no Brasil acedem a tais níveis, podendo inclusive circular internacionalmente. Por serem constituídas relacionalmente, as classificações e hierarquias vigentes no sistema educacional localizado em território nacional são perpassadas por forças globais. Ao mesmo tempo, é a reprodução de uma sociedade desigual como a nossa que enseja as disputas que acompanhamos nestas páginas.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Andréa & NOGUEIRA, Maria Alice. (2012), “Internationalization strategies of Brazilian private schools”. *International Studies in Sociology of Education*, 22(4): 353-368. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09620214.2012.745344?journalCode=riss20>
- ALMEIDA, Ana Maria. (2009), *A Escola dos Dirigentes Paulistas*. Belo Horizonte, Argvmentvm.
- ALMEIDA, Ana Maria. (2015), “The Changing Strategies of Social Closure in Elite Education in Brazil”. In: ZANTEN, Agnès Van *et al.* (org.). *Elites, privilege and excellence: the national and global redefinition of educational advantage*. Abingdon, OX, UK, Routledge, pp. 71-81.
- ALMEIDA, Ana Maria & NOGUEIRA, Maria Alice (org.). (2002), *A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis, Vozes.
- ALMEIDA, Ana Maria *et al.* (2004), *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas/SP, Editora da Unicamp.
- ATKINSON, Will. (2017), *Class in the New Millennium*. Londres e Nova York, Routledge.
- BERTONCELO, Edison. (2016), “Classes sociais, cultura e educação”. *Novos Estudos Cebrap*, 104: 159-175. <https://www.scielo.br/j/nec/a/wM53cWJVxLbtPXpfm7ZYwBD/?lang=pt>
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sensé pratique*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP, Papirus.
- BOURDIEU, Pierre. (2007), *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), “A economia das trocas linguísticas”. In: ORTIZ, Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho d’Água, pp.144-69.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (1964), *Les héritiers. Les Étudiants et la culture*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre *et al.* (2021), *Le métier de sociologue*. Paris, EHESS.
- BOWEN, Glenn A. (2009) “Document Analysis as a Qualitative Research Method”. *Qualitative Research Journal*, 9(2): 27-40. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.3316/QRJ0902027/full/html>

- BRASIL. (2020), *Parecer CNE/CEB 2/2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue*.
- BUNNEL, Tristan. (2021), "The crypto-growth of 'International Schooling': emergent issues and implications". *Educational Review*. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00131911.2021.1907316?needAccess=true>
- CANEDO, Leticia Bicalho et al. (org.). (2013), *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo, Hucitec.
- CANTUÁRIA, Adriana Lech. (2005), *Escola internacional, educação nacional: a gênese do espaço de escolas internacionais em São Paulo*. Campinas, 181p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien (dir). (2013), *Trente ans après La Distinction, de Pierre Bourdieu*. Paris, La Découverte.
- FORTES, Laura. (2016), *Entre o silêncio e o dizível: um estudo discursivo dos sentidos de bilinguismo, educação bilíngue e currículo em escolas bilíngues português-inglês*. São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- GÉRARD, Étienne & WAGNER, Anne-Catherine. (2015), "Introduction : Élités au Nord, élités au Sud: des savoirs en concurrence? " *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, 14 : 7-24. <https://journals.openedition.org/cres/2722>
- HAYDEN, Mary. (2011), "Transnational spaces of education: the growth of the international school sector". *Globalization, Societies and Education*, 9(2): 211-224. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14767724.2011.577203>
- HAYDEN, Mary et al. (2015), *The Sage handbook of research in International Education*. London, Sage.
- HOLT, Douglas B. (1997), "Distinction in America? Recovering Bourdieu's theory of tastes from its critics". *Poetics*, 25, pp. 93-120. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304422X97000107>
- JARNESS, Vegard. (2015), "Modes of consumption: from what to how in cultural stratification research". *Poetics*, 53, 65-79. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304422X15000595?via%3Dihub>
- MAIRE, Quentin & WINDLE, Joel. (2021), "The contribution of the International Baccalaureate Diploma to educational inequalities: reinventing historical logics of curriculum stratification in a comprehensive system". *Educational Review*. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00131911.2021.1905609?needAccess=true>
- MAXWELL, Claire et al (eds.). (2018), *Elite Education and Internationalisation. From the Early Years to Higher Education*. Palgrave Macmillan.
- MEGALE, Antonieta (org.) (2019), *Educação bilíngue no Brasil*. São Paulo, Fundação Santillana.
- MENDÉZ, María Luíza & GAYO-CAL, Modesto. (2019), *Upper Middle-Class Social Reproduction. Wealth, Schooling, and Residential Choice in Chile*. Palgrave Macmillan.

- MICHETTI, Miqueli. (2014), "Do caldeirão de culturas ao buffet de diversidade cultural: os usos das 'brasilidades' como discurso na moda contemporânea". *Ciências Sociais Unisinos*, 50(1): 25-33. http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.1.03
- MICHETTI, Miqueli. (2015), *Moda Brasileira e Mundialização*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- MICHETTI, Miqueli. (2017), "O discurso da diversidade no universo corporativo: 'institutos' empresariais de cultura e a conversão de capital econômico em poder político". *Contemporânea*, 7(1): 119-146. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/519>.
- MICHETTI, Miqueli. (2019), "Atualizações da boa vontade cultural: internacionalização e diversidade no ensino superior brasileiro". *Estudos de Sociologia*, 24(46): 65-88. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/12327>.
- NICOLAU NETTO, Michel. (2014), *O discurso da diversidade e a world music*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- ORTIZ, Renato. (2008), *A diversidade de sotaques: o inglês e as ciências sociais*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (1994), *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (2019), *O universo do luxo*. São Paulo, Alameda.
- ORTIZ, Renato. (2021), *Sobre o trabalho intelectual*. Porto Alegre, Zouk.
- ORTIZ, Renato. (2015), *Universalismo e diversidade: Contradições da modernidade-mundo*. São Paulo, Boitempo.
- PRADO, Ceres L. (2002), "*Intercâmbios culturais*" como práticas educativas em famílias das camadas médias. Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, UFMG.
- PEROSA, Graziela S. & DANTAS, Adriana S. R. (2017), "A escolha da escola privada em famílias dos grupos populares". *Educação e Pesquisa*, 43: 987-1004. <https://www.scielo.br/j/ep/a/NL8BcBncVfnFCZpjcvsvDYHs/abstract/?lang=pt>
- PETERSON, Richard A. (1992), "Understanding audience segmentation: From elite and mass to omnivore and univore". *Poetics*, 21(4): 243–258. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0304422X9290008Q>
- PETERSON, Richard A. (2005), "Problems in comparative research: The example of omnivorousness". *Poetics*, 33(5–6): 257–282. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304422X0500046X?via%3Dihub>
- PRIEUR, Annick & SAVAGE, Mike. (2013), "Emerging Forms of Cultural Capital". *European Societies*, 15(2): 246-267. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616696.2012.748930>
- SASSEN, Saskia. (2007), *Sociology of Globalization*. New York, Norton.
- SCHIPPLING, Anne *et al.* (2020), "Educação de elites e a dimensão da internacionalização em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 94. <https://journals.openedition.org/spp/8256?lang=fr>

- WAGNER, Anne-Catherine. (2007), *Les classes sociales dans la mondialisation*. Paris, La Découverte.
- WAGNER, Anne-Catherine & REAU, Bertrand. (2015), "Le capital international : un outil d'analyse de la reconfiguration des rapports de domination". In : SIMÉANT, Johanna (dir.), *Guide de l'enquête globale en sciences sociales*, Paris, CNRS Éditions, pp.33- 46.
- WINDLE, Joel & NOGUEIRA, Maria Alice. (2014), "The role of internationalization in the schooling of Brazilian elites: distinctions between two class fractions". *British Journal of Sociology of Education*, 36(1): 174-192. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01425692.2014.967841>

Resumo

"Bilíngues", "bilíngues de verdade" e global citizens: distinção e disposições sociais no mercado educacional

Com base em pesquisa qualitativa sobre o mercado de educação bilíngue e internacional na cidade de São Paulo, o artigo analisa a problemática da distinção de classe na globalização. Após discutir transformações mais amplas no mercado de diplomas, apresenta-se o universo do ensino internacional/bilíngue no Brasil e, por meio de análise documental, delinea-se o espaço relacional das escolas privadas de ensino internacional/bilíngue na capital paulista. A tipologia de (a) escolas internacionais, (b) escolas brasileiras com currículo internacional, (c) escolas bilíngues e (d) escolas com programas bilíngues mostra que agentes em diferentes posições no espaço social disputam desigualmente a incorporação de disposições relacionadas à globalização.

Palavras-chave: Distinção; Globalização; Capital cultural; Educação bilíngue; Escolas internacionais.

Abstract

"Bilinguals", "truly bilinguals" and "global citizens": distinction and social dispositions in the educational market

From a qualitative research on the bilingual and international education market in the city of São Paulo, Brazil, the article analyzes the class distinction in the global context. After discussing transformations in the diploma market, it presents the universe of international/bilingual education in Brazil and, through document analysis, it outlines the relational space of private international/bilingual education schools. The typology includes: (a) international schools, (b) Brazilian schools with an international curriculum, (c) bilingual schools and (d) schools with bilingual programs. It states that agents in different positions in the social space unequally dispute the incorporation of dispositions related to globalization.

Keywords: Distinction; Globalization; Cultural capital; Bilingual education; International schools.

Texto recebido em 05/10/2021 e aprovado em 02/02/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.191210.

MIQUELI MICHETTI é professora do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (DCS-CCHLA-UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Doutorou-se em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), com estágio de doutorado junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (EHESS). Realizou pós-doutorado na Columbia University e atualmente realiza pesquisa pós-doutoral como pesquisadora visitante na Universitat Autònoma de Barcelona (IGOP-UAB). E-mail: miquelimichetti@gmail.com.



Distinção e classe social no acesso ao ensino superior brasileiro

Carlos Henrique Aparecido Alves Moris*

<https://orcid.org/0000-0002-7772-1071>

Fernando Casellato**

<https://orcid.org/0000-0001-6399-7459>

Matheus Monteiro Nascimento***

<https://orcid.org/0000-0001-8179-5391>

Gabriela Agostini*

<https://orcid.org/0000-0002-8909-4423>

Luciana Massi**

<https://orcid.org/0000-0001-8761-3181>

As desigualdades sociais no ensino superior brasileiro

Neste estudo temos como objeto a configuração e a reprodução das classes sociais no sistema educacional brasileiro, especificamente no acesso ao ensino superior. Pensando na relação entre práticas e classe social, vinculando condições objetivas e classificações sociais, entendemos o ensino superior no Brasil como uma forma de se distinguir socialmente. Como demonstraremos nesta introdução, apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira tem acesso a esse nível de ensino, e o diploma universitário representa uma forma de diferenciação e hierarquia social.

Historicamente o ensino superior é um espaço destinado às classes altas. Devido às políticas públicas de democratização de acesso, paulatinamente, esse tem deixado de ser um espaço exclusivo dessa classe. Em contrapartida, as classes médias e superiores encontram novas formas de marcar sua distância em relação à classe popular, desenvolvendo outras práticas distintivas e estratégias para acumular capital. Para Nogueira (2021), ao superarmos uma perspectiva minimalista ou restrita de capital cultural, que considera características predefinidas de práticas (como alta cultura e escolaridade dos pais) como vantagens culturais, se reconhece a relevância desta

* Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, Brasil.

** Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

noção que está associada a novas formas de capital cultural (como o capital de mobilidade, digital e internacionalizado) valorizadas pela escola. Nesse sentido, segundo a autora, algumas famílias têm empregado novas estratégias cada vez mais sofisticadas e diversificadas para aumentar as chances de sucesso escolar de seus filhos (como a opção por escolas bilíngues, intenso monitoramento da vida escolar, atividades extraescolares etc.). Como boa parte dessas estratégias requerem mais capital econômico do que cultural, reforça-se o favorecimento econômico como um elemento central do sucesso escolar (Nogueira, 2021).

Apesar da expansão do ensino superior em todo o país nas últimas três décadas e da implementação de diversas políticas públicas para diminuir a desigualdade de acesso, a escolha por um curso superior ainda é marcada por profundas distinções sociais (Almeida e Ernica, 2015; Borges e Carnielli, 2005; Carvalhaes e Ribeiro, 2019; Marteleto, Marschner e Carvalhaes, 2016; Mont’alvão Neto, 2014; Neves, Raizer e Fachinetto, 2007; Ristoff, 2014; Salata, 2018). Em 2019, a taxa de escolarização líquida que expressa as matrículas na educação superior de estudantes entre 18 e 24 anos era de apenas 21,4% (Brasil, 2020). Na interpretação de Ristoff (2014) com esta taxa o Brasil ainda está longe de ter um sistema de educação superior de massas e continua oferecendo acesso basicamente a uma elite.

Como mostrou Salata (2018), a expansão do número de vagas não levou, necessariamente, a uma democratização no acesso; considerando o período entre 1995 e 2015, apenas na última década foi possível observar uma tendência de redução das desigualdades com mudanças no perfil social dos universitários. A origem social dos estudantes ainda exerce forte efeito nas chances de ingresso no ensino superior, de modo que jovens de famílias de classes mais altas, pelo elevado acúmulo de capital econômico e cultural, têm chances muito maiores de acessar esse nível de ensino do que jovens da classe trabalhadora (Ristoff, 2014; Salata, 2018).

Mont’Alvão Neto (2014) analisou as tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior entre 1982 e 2010, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e dos Censos Demográficos, e constatou uma redução nas desigualdades para estudantes trabalhadores, pretos e pardos e com pais de alcance educacional limitado; além do aumento das vantagens para mulheres e da estabilidade do efeito de classe social e da estrutura familiar. Há ainda uma enorme diferença em relação à escolaridade dos pais: estudantes com pais que completaram o ensino fundamental têm duas vezes mais chances de ingresso que estudantes cujos pais não são escolarizados; para pais com ensino médio, as chances são quatro vezes maiores; e para pais com ensino superior, dezesseis vezes (Mont’alvão Neto, 2014).

Carvalhaes e Ribeiro (2019), ao analisarem dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de ingressantes e do Censo do Ensino Superior

de 2010, constataram uma evidente estratificação horizontal, entre os cursos, em relação à origem socioeconômica dos estudantes, ao gênero e à raça. Almeida e Ernica (2015) investigaram o nível socioeconômico de ingressantes em quatro universidades paulistas em 2012 e notaram que as famílias de renda mais baixa estão menos presentes nessas universidades do que na população em geral, além disso, parte expressiva dos estudantes é composta por pais com diploma de ensino superior. Ao relacionarem a origem social e a escolha do curso em diferentes *campi* de uma dessas universidades, Almeida e Ernica (2015) verificaram uma significativa diferenciação social entre cursos mais ou menos prestigiosos. O *campus* que oferece cursos de alto prestígio (Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia e Ciências Biológicas) recebe, em sua maioria, estudantes de origem social elevada (pais com ensino superior e alta renda). Em contraste, os estudantes de um outro *campus* que oferece cursos “mais profissionais” (Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Bacharelado e Licenciatura) são, preferencialmente, oriundos de famílias com baixa renda e cujos pais não cursaram o ensino superior (Almeida e Ernica, 2015).

Nesse contexto, é importante destacar que o vestibular pode ser pensado com Bourdieu (2015) como um dos mecanismos de limitação operados pelo sistema escolar para regular as oportunidades de acesso ao ensino superior a determinados grupos, beneficiando os favorecidos. Esse exame marca as diferenças entre os candidatos de diferentes classes sociais ao se aproximar de um exercício retórico e tradicional “favorável à exibição de qualidades imponderáveis, tanto no estilo quanto na sintaxe do pensamento ou nos conhecimentos mobilizados”, trata-se de um “teste das maneiras cultivadas e distintas” (Bourdieu, 2015, p. 63). O vestibular opera, então, como um filtro de diferenciação que seleciona alguns mais aptos a acessar o espaço universitário, elegendo os eleitos (Bourdieu, 2014), e exclui a maioria que não dispõe dos recursos exigidos para ocupar esse espaço. Esse panorama aponta para as relações de distinção no acesso ao ensino superior, embora nem todos os estudos aprofundem a investigação sobre estratificação social brasileira, adotem a perspectiva bourdiana de interpretação desse fenômeno ou investiguem especificamente esse momento de transição para o nível superior.

Estratificação social brasileira e classes sociais bourdianas

Segundo Silva (1981), as classes sociais podem ser entendidas como grupos ou camadas de indivíduos diferenciadas pela posição objetiva que ocupam na organização social da produção. Logo, “o sistema de classes constitui uma hierarquia” podendo ser considerado “uma forma histórico-social de estratificação” (Silva, 1981, p. 39). Como explica Guimarães (1999, p. 15), as classes sociais foram fundamentais no processo

histórico de constituição da sociologia brasileira, uma vez que a própria disciplina foi associada ao “conhecimento de uma estrutura (a estrutura social) regida por leis científicas e, portanto, racionalmente compreensível, mas totalmente opaca ao entendimento dos indivíduos *qua* atores sociais”. Nesse contexto, dos anos 1950 e 1960, as teorias de classes foram fortemente influenciadas pela corrente marxista, sendo posteriormente priorizados estudos sobre as classes trabalhadoras, dando origem a preocupações com as práticas sociais e culturais cotidianas. Nos anos 1970 e 1980, as perspectivas marxistas foram sendo revigoradas “integrando as esferas cotidianas de construção de interesses, valores e identidades ao mundo da produção” (Guimarães, 1999, p. 29). Nesse contexto insere-se a contribuição de Pierre Bourdieu, embora até hoje o autor não seja uma referência nos estudos de estratificação. Em seguida, a sociologia se dedicou à compreensão de grupos específicos que se confundem com a sociologia das profissões. Assim, as pesquisas sobre classes sociais são entendidas por Guimarães (1999) como um universo amplo de estudos que adotam o conceito de modo mais descritivo ou imediato, como prestígio, carisma ou estigma.

Atualmente as principais vertentes que se dedicam ao estudo das classes sociais são a weberiana ou neomarxista, que defendem ser possível agregar um conjunto de ocupações a partir de critérios estabelecidos como fundamentais, ou a neodurkheimiana das microclasses ou teoria da estruturação desagregada, recolocando as ocupações no centro da análise (Carvalhoes e Souza, 2014). Contrariamente a essas tendências, Brandão (2008) questiona a perspectiva macrosociológica dos estudos de estratificação social e defende a mudança da escala de observação para captar as percepções individuais dos sujeitos sobre sua condição de classe. Apesar disso, a autora não nega a legitimidade de estudos sobre estratificação obtidos em escala ampliada.

Em geral, percebemos uma recorrência da ocupação como principal fator de diferenciação entre as classes nos estudos brasileiros, variando parcialmente apenas a classificação. Segundo Quadros e Maia (2010, p. 445), a ocupação define “a probabilidade de geração de renda dos indivíduos” e o “prestígio social e a influência política proporcionada pela posição ocupacional: o prestígio das relações sociais”. Carvalhoes e Souza (2014) dividem as ocupações em classes não manuais não proprietárias urbanas (incluindo profissionais e administradores e profissionais não manuais de rotina de escritório e serviços); classes proprietárias urbanas (pequenos proprietários com ou sem empregados); classes proprietárias rurais (pequenos proprietários rurais com ou sem empregados); classes de trabalhadores manuais qualificados e não qualificados (técnicos e supervisores, manuais qualificados da indústria e manuais não qualificados da indústria, serviços, serviços domésticos e ambulantes); e classes rurais (trabalhadores manuais rurais). Scalon (2013) e Scalon e Salata (2012) adotam as categorias weberianas EGP (Erickson, Goldthorpe e Portocarrero) para dividir doze estratos

sociais que podem ser reunidos em seis grupos: profissionais e administradores (de alto e baixo grau); trabalhadores não manuais de rotina (de alto e baixo grau); pequenos proprietários (com ou sem empregados); trabalhadores manuais qualificados (técnicos e de ofício); trabalhadores manuais não qualificados; rural (proprietários e empregados). Os autores identificam uma possível classe média entre duas categorias, sendo a primeira os profissionais e administradores, como engenheiros, advogados, diretores, gerentes, e a segunda os trabalhadores não manuais de rotina, como secretários, professores de ensino fundamental, delegados de polícia, escritores, jornalistas, vendedores de lojas. Quadros e Maia (2010) também trabalham com seis grupos ocupacionais, que agregam diversas ocupações, distribuídos nesta ordem decrescente na pirâmide social: empregadores, colarinhos-brancos, massa trabalhadora agrícola, trabalhadores não remunerados não agrícolas, trabalhadores agrícolas não remunerados.

Poucos estudos no contexto brasileiro adotam a noção de classe social bourdiana para pensar a estratificação a partir de práticas sociais. Para Bourdieu:

Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência (2007b, p. 3, grifo do autor).

Seu entendimento de classe implica uma ruptura com as perspectivas weberianas e marxistas, negando a associação de uma classe teórica com uma classe real e a existência de um espaço social unidimensional reduzido ao campo econômico (Bourdieu, 2009). Bourdieu (2009) entende a sociologia como uma topologia social, em que cada agente ou seu grupo é definido pela posição relativa que ocupa neste espaço. Logo, sua concepção de classe também significa não se limitar às categorias socioprofissionais, como identificado nos estudos sobre estratificação social brasileira, mas compreender como essa posição se relaciona com outras propriedades secundárias (Bourdieu, 2007a). A classe objetiva inclui, então, identificar grupos de agentes em condições homogêneas de existência, com condicionamentos e disposições homogêneas, com propriedades objetivadas comuns e sistemas de esquemas classificatórios (Bourdieu, 2007a).

Ainda que complexa e não dominante na literatura, a concepção bourdiana de classe social foi adotada em trabalhos contemporâneos, como o de Pereira (2016), Michetti (2019) e Bertonecelo (2010, 2013, 2015, 2016). Pereira (2016) estudou as distinções simbólicas e de classe social no Bairro do Amial na cidade do Porto em Portugal. Utilizando variáveis indicadoras de origem social, capital econômico (posse

de residências, automóveis etc.), capital cultural (anos de escolaridade e número de livros) e capital social, Pereira (2016) pôde relacionar os posicionamentos sociais e estilos de vida dos residentes com as lógicas sociais e simbólicas do espaço social definido pela cidade. Michetti (2019) investiga as modulações contemporâneas dos capitais culturais distintivos de frações de classes específicas em uma instituição brasileira de ensino superior de prestígio. No contexto brasileiro, destacamos os trabalhos de Bertonecelo (2010, 2013, 2015, 2016), que mobilizaram a noção bourdiana de classe para entender como as práticas culturais estruturam a topologia do espaço social nacional. Ao investigar os padrões de diferentes domínios da prática, Bertonecelo (2010, 2013) encontrou, como hipótese, a formação de classes sociais baseadas em três principais regiões do espaço social: i) a região superior demarca uma classe executiva profissional composta por profissionais mais escolarizados, com cargos hierárquicos elevados ou administradores de grandes empresas, possuidores de bens materiais escassos e altamente engajados em atividades culturais ou lazer; ii) a região inferior caracteriza uma classe manual formada por profissionais manuais, autônomos e não qualificados, destituídos de bens materiais valorizados e desengajados culturalmente; iii) a região intermediária, de difícil caracterização, contempla os pequenos ou médios empregadores menos capitalizados e escolarizados, que, em geral, são administradores em níveis hierárquicos inferiores e/ou em organizações de pequeno porte, trabalhadores não manuais de rotina, técnicos e professores não universitários. Dessa forma, as classes sociais brasileiras parecem estar estruturadas sobre alguns fatores-chaves como a categoria socioprofissional, a escolarização e o engajamento cultural (Bertonecelo 2010, 2013, 2015, 2016).

Neste estudo buscamos reconstituir o espaço social brasileiro, com base nos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para explorar, sob uma perspectiva bourdiana, as relações entre classes sociais e acesso ao ensino superior. Para isso, aproximamos nossos dados aos utilizados por Bertonecelo (2010, 2013, 2015, 2016) para mapear as regiões do espaço social e caracterizar as classes sociais nacionais. Assim como Bourdieu (2009, p. 150), entendemos que esse esforço se justifica, pois trabalhar com as classes construídas objetivamente, a partir de um espaço de posições mapeado por meio do Enem, “permite compreender o princípio e a eficácia das estratégias classificatórias pelas quais os agentes têm em vista conservar ou modificar este espaço”.

O Enem e o tratamento dos dados pela teoria dos capitais

O Enem foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 1999 como uma avaliação da qualidade do ensino médio

e em 2009 se transformou em um processo único de acesso para algumas universidades públicas. Hoje o Enem é o maior exame de acesso ao ensino superior no Brasil e o segundo maior no mundo (Ministério da Educação, 2015). Compõe-se de uma prova objetiva que avalia os conhecimentos de ciências da natureza, matemática, linguagens, humanidades e uma redação que infere sobre o domínio da língua portuguesa e da argumentação. O questionário socioeconômico, preenchido na inscrição para a prova, permite relacionar as condições de existência dos agentes com os seus desempenhos nos testes objetivos e na redação. Entendendo o Enem como um representante da disputa pelo ensino superior brasileiro, selecionamos os microdados da prova de 2019 para esta pesquisa. Essa escolha considerou os dados mais atuais e o fato de esse questionário conter informações suficientes para os objetivos desta pesquisa. Entretanto, há limitações nessa escolha, como a significativa redução na quantidade de questões em 2019 em comparação com 2009 (Nascimento, 2019) e o fato de que tal questionário não foi planejado para este estudo. Destacamos também que existe uma parcela de brasileiros que não fazem o Enem, mesmo este sendo o maior exame nacional.

Os microdados do Enem de 2019 (5095270 concorrentes) foram analisados com o *software* livre *RStudio* (versão 1.4.1106) (R Core Team, 2018), utilizando a linguagem R. Aplicamos filtros aos dados para manter apenas os indivíduos que compareceram à prova, que eram concluintes do ensino médio em 2019, que não apresentaram problemas em suas redações (como cópia do texto motivador, redação em branco, fuga ao tema, anulação, não atendimento ao tipo textual, texto insuficiente e/ou parte desconectada) e excluir os treineiros, resultando em um total de 853862 candidatos. A exclusão de indivíduos que assinalaram “Não sei” ou não responderam às questões do questionário socioeconômico utilizadas na análise resultou em uma amostra de 670350 candidatos.

Após os filtros, executamos uma análise de *clusters* que agrupou a média das notas de cada uma das provas objetivas em cinco grupos. Denominamos esses grupos como níveis de desempenho geral, sendo: Muito alto (de 615,43 até 818,53 pontos), Alto (de 552,78 até 615,40 pontos), Médio (de 498,80 até 552,75 pontos), Baixo (de 448,23 até 498,78 pontos) e Muito baixo (de 182,15 até 448,20 pontos). Em seguida, com o objetivo de mapear o espaço social dos agentes selecionados para configurar as classes sociais e suas distinções no acesso ao ensino superior brasileiro, realizamos uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Para isso, selecionamos no questionário socioeconômico aquelas variáveis que pudessem indicar o volume global de capital desses agentes. A identificação de variáveis do questionário socioeconômico do Enem como possíveis indicadores de capitais bourdianos já foi objeto de pesquisa de Nascimento (2019) e serve de referencial para nossas análises.

As questões do questionário socioeconômico, assim como suas alternativas, estão disponíveis no dicionário dos microdados do Enem 2019¹. As variáveis selecionadas do questionário e suas categorias estão apresentadas no Quadro 1.

Como possível indicador de capital econômico, selecionamos as variáveis renda mensal familiar total, número de carros, número de empregados e número de computadores em casa. Apesar de a variável número de computadores em casa estar relacionada também a uma possível cultura digital, nova forma de capital cultural cada vez mais associada com os mecanismos de distinção escolar (Nogueira, 2021), optamos por mantê-la como um indicador de capital econômico.

Na dimensão cultural, selecionamos as variáveis nível de instrução dos pais e ocupação profissional dos pais. As categorias da variável ocupação profissional foram reinterpretadas com base nas discussões de estratificação social (Carvalhoes e Souza, 2014; Scalón, 2013; Scalón e Salata, 2012), entendendo-as como parte fundamental das condições de existência dos agentes (Bourdieu, 2007a) que serão mobilizadas de forma relacional às outras categorias, como feito por Pereira (2016) e Bertonecelo (2010, 2013, 2016). Dessa forma, entendemos o Grupo 1 como as ocupações rurais, por envolver profissões manuais e não qualificadas que ocorrem, em geral, fora do ambiente urbano. O Grupo 2 representa as ocupações urbanas manuais e não qualificadas, pois é composto por profissões que não requerem uma qualificação específica e, em geral, podem ser executadas de maneira informal, como diarista, motorista particular, carteiro etc. O Grupo 3 abrange as ocupações industriais manuais-qualificadas, reunindo profissões que demandam uma qualificação mínima (torneiro mecânico, eletricista etc.) com um trabalho de caráter manual, geralmente no ambiente industrial. O Grupo 4 representa as ocupações não manuais qualificadas de rotina, envolvendo desde professores e policiais até pequenos proprietários de empresas. O Grupo 5 agrupa as ocupações qualificadas de gestão representadas por profissões com alto grau de escolarização (médicos, advogados, professores universitários etc.) e por proprietários de empresas médias ou grandes (mínimo de dez funcionários).

Visando a buscar um indicador de capital cultural alargado, não restrito à posse de bens culturais e relacionado com as disposições culturais distintivas no mundo escolar contemporâneo (Nogueira, 2021), como certas disposições cognitivas e linguísticas, incluímos nas análises o domínio da escrita formal dos candidatos, medido pela nota da primeira competência da redação, que é estruturada na forma de seis níveis categóricos. De acordo com a cartilha do participante (Brasil, 2019,

1. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>, consultado em 20/06/2021.

p. 6), a competência 1, avaliada por dois professores diferentes, usa como critério: “Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa”. A nota atribuída à competência é categórica, já que a redação pode se enquadrar apenas em um dos seis níveis de desempenho presentes no Quadro 1. Contudo, quando a nota de dois avaliadores difere por um valor igual ou inferior a 80, a nota final da competência é a média aritmética das notas atribuídas pelos dois (Brasil, 2019), o que implica valores intermediários. Para nossas análises, recodificamos essas notas de forma que os valores intermediários fossem agrupados sempre um nível acima. Por exemplo, os indivíduos que receberam 20 pontos foram alocados na categoria referente a 40 pontos, pois entendemos que esses casos não se enquadram no nível que “Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa” (Brasil, 2019, p. 12).

Para Bourdieu (2015), a língua não é um simples instrumento do pensamento, mas uma sintaxe, um sistema de categorias mais ou menos complexo, útil para decifrar e manipular estruturas complexas. O domínio da língua, valorizado e requerido pela escola, é função direta do nível de complexidade da língua falada no seio familiar, isto é, uma herança cultural transmitida pela família (Bourdieu, 2015). Além disso, para Bourdieu (2008), a capacidade de falar é universal e essencialmente não distintiva, mas a competência necessária para falar a língua legítima revela distinções sociais. Por isso, ao considerarmos uma das competências avaliadas pela redação do Enem, a de “Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa”, estamos, indiretamente, analisando o capital linguístico que é transmitido desigualmente segundo as classes sociais.

Assim, construímos uma ACM considerando um total de 10 variáveis (as nove expostas no Quadro 1 mais o desempenho na prova objetiva do Enem) e 46 categorias. Todas as variáveis e categorias foram tratadas como ativas, decisão inspirada em Lebaron e Bonnet (2019), que classificaram como passivas apenas as categorias problemáticas, referentes a respostas como “outros” ou então as de baixa frequência. Como os filtros que aplicamos previamente nos dados excluíram as categorias que entendemos como problemáticas (não respostas e respostas do tipo “não sei”), decidimos por manter todas as categorias e variáveis ativas.

As classes sociais e as chances de sucesso no Enem

Para investigarmos como a classe social está relacionada com as chances de sucesso do Enem e, conseqüentemente, com o acesso ao ensino superior, elaboramos uma ACM que buscou construir um espaço social baseado na renda familiar, escolaridade dos pais, categoria profissional dos pais, bens duráveis, domínio da norma culta da

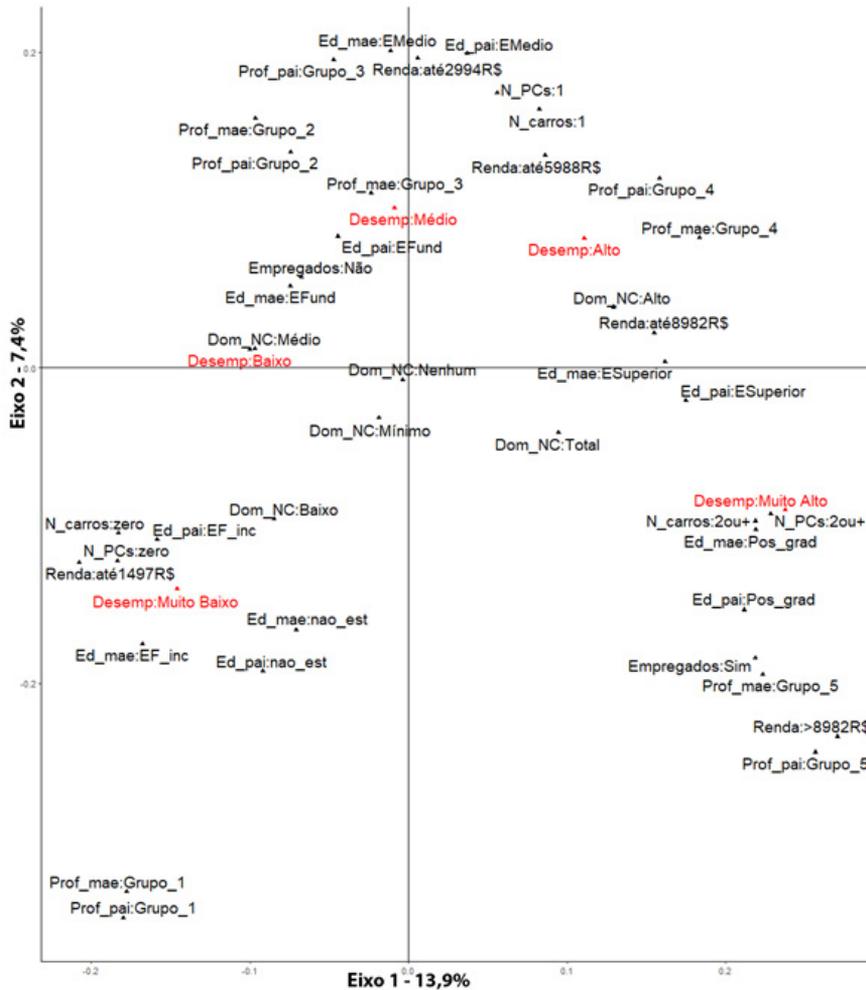
QUADRO 1

Variáveis, categorias, siglas e indicadores usados na análise

VARIÁVEL	CATEGORIA RECODIFICADA	INDICADOR
Escolaridade do pai (Ed_pai) Escolaridade da mãe (Ed_mae)	Nunca estudou (nao_est)	Capital Cultural
	Ensino Fundamental incompleto (EF_inc)	
	Ensino Fundamental completo (EFund)	
	Ensino Médio completo (EMedio)	
	Ensino Superior completo (ESuperior)	
	Pós-graduação completa (Pos_grad)	
Ocupação profissional do pai (Prof_pai) Ocupação profissional da mãe (Prof_mae)	Rurais manuais e não qualificadas (Grupo_1)	Capital Econômico
	Urbanas manuais e não qualificadas (Grupo_2)	
	Industriais manuais-qualificadas (Grupo_3)	
	Não manuais qualificadas de rotina (Grupo_4)	
	Qualificadas de gestão (Grupo_5)	
Renda mensal familiar total (Renda)	Até R\$ 1497,00 (até1497R\$)	Capital Econômico
	De R\$ 1497,00 até R\$ 2994,00 (até2994R\$)	
	De R\$ 2994,00 até R\$ 5988,00 (até5988R\$)	
	De R\$ 5988,00 até R\$ 8982,00 (até8982R\$)	
	Maior que R\$ 8982,00 (>8982R\$)	
Número de carros (N_carros)	Não há carros na residência (zero)	Capital Econômico
	Há um carro na residência (1)	
	Há dois ou mais carros na residência (2ou+)	
Número de computadores (N_PCs)	Não há computador na residência (zero)	Capital Econômico
	Há um computador na residência (1)	
	Há dois ou mais computadores na residência (2ou+)	
Empregado doméstico trabalhando na residência (Empregados)	Não trabalha empregado doméstico na residência (Não)	Capital Econômico
	Trabalha empregado doméstico na residência (Sim)	
Domínio da escrita formal da língua portuguesa (Dom_NC)	Excelente (Total)	Capital linguístico
	Bom (Alto)	
	Mediano (Médio)	
	Insuficiente (Baixo)	
	Precário (Mínimo)	
	Desconhecimento (Nenhum)	

FIGURA 1

ACM com renda familiar, escolaridade dos pais, categoria profissional dos pais, bens duráveis, domínio da norma culta da língua e desempenho no Enem (em vermelho) – todas categorias ativas



língua e desempenho. A análise revelou que o eixo 1 (autovalor 0,49953) apresentou 13,9% da inércia total e o eixo 2 (autovalor 0,267785) 7,4%, gerando uma inércia acumulada de 21,3%. Os eixos seguintes apresentaram inércias menores que 5%, o que nos levou a restringir a análise às duas primeiras dimensões. O resultado gráfico da ACM está na Figura 1.

Para caracterizar as categorias que contribuíram para cada eixo, consideramos aquelas com massa relativamente alta e com contribuição acima da média (Le Roux e Rouanet, 2010). Para o eixo 1, horizontal, as principais contribuições compõem o par de oposição entre a maior e menor renda (Renda: > 8982R\$ e Renda: até 1497R\$), profissão dos pais (Grupo_5 e Grupo_1), escolaridade parental (Pos_grad

e EF_inc) e posse de bens materiais (N_PCS: 2 ou + e N_carros: 2 ou + vs N_PCS: zero e N_carros: zero). O desempenho (Desemp: Muito_Alto e Desemp: Muito_Baixo) e domínio da norma culta da língua (Dom_NC: Alto e Dom_NC: Médio) também apresentaram pares de oposição com alta contribuição para esse eixo. Vale destacar que possuir empregados que trabalham na casa (Empregados: Sim) carrega alta contribuição, mas não representa um par de oposição. Dessa forma, o eixo horizontal separa principalmente os grupos de agentes dos extremos relacionados com a posse econômica (renda, profissão e bens materiais), sendo que a performance escolar (desempenho e domínio da norma culta) tende a acompanhar essa polarização.

O segundo eixo, vertical, apresenta principalmente elevadas contribuições em categorias de caráter semelhante às da primeira, mas em níveis diferentes. No polo superior temos contribuições elevadas para as categorias de pais com níveis intermediários de escolarização (Ed_Pai: EMedio e Ed_pai: EFund), profissões (Grupo_2, 3 e 4), renda (Renda: até 2994 R\$, Renda: até 5988R\$) e posse de bens materiais (N_carros:1 e N_PCS:1). Em oposição estão as categorias de maior e menor: renda, categoria profissional, escolarização e posse de bens materiais. O desempenho na prova também segue esse padrão, desempenhos intermediários (Desemp: Alto e Desemp: Muito Alto) estão em posição oposta aos extremos dessa variável. Embora o segundo eixo também apresente uma separação em função de aspectos econômicos, essa oposição é distinta do eixo 1 ao opor as categorias médias de seus maiores e menores extremos. Tal oposição contribui para revelar também que uma fração média social pode não ter as maiores chances de sucesso escolar, porém estão fortemente opostas às menores chances (Desemp: Muito Baixo), fato confirmado pela elevada contribuição dessa categoria para esta dimensão.

Para avançar na interpretação, é importante destacar também que o comportamento da distribuição das categorias ao longo dos dois eixos e o quadro visual da ACM parecem indicar que ocorreu um Efeito Guttman ou ferradura na análise (Hjellbrekke, 2019). Esse efeito, como explica Hjellbrekke (2019), não é necessariamente ruim ou problemático, ocorrendo em situações em que o eixo 1 separa os extremos das categorias e o eixo 2 separa os níveis intermediários dos extremos. Contudo, esse comportamento também indica certa unidimensionalidade nos dados, o que direciona a interpretação para uma leitura do plano geral, não mais dos eixos individuais (Hjellbrekke, 2019). Reconhecendo a predominância da dimensão econômica e o formato de ferradura em nosso resultado, decidimos interpretar as oposições presentes em ambas as dimensões do espaço social apresentado na Figura 1 em relação a quadrantes do espaço e não a cada eixo.

A distribuição das variáveis na Figura 1 revela uma primeira distinção entre os lados esquerdo e direito, o que é mais evidente na região inferior. Como principais

oposições estão os dois extremos do desempenho (Desmp: Muito Baixo *vs* Desemp: Muito Alto), que acompanham, por proximidade, os extremos de escolaridade (Ed_mae e Ed_pai: nao_est *vs* Ed_mae e Ed_pai: Pos_grad), de categorias profissionais (Grupo_1 *vs* Grupo_5) e de renda (Renda: até 1497 R\$ *vs* Renda: > 8982 R\$). Essa oposição entre uma região destituída de capitais e outra completamente privilegiada desses recursos fornece indícios de dois conjuntos distintos de condições de existência, apontando classes prováveis (Bourdieu, 2009) distintas pelo volume total de capitais (Bourdieu, 2007a).

Na região inferior esquerda temos um agrupamento dos menores níveis das categorias analisadas. Essa região contempla pais com escolaridade máxima de ensino fundamental incompleto (EF_inc e nao_est), com profissões rurais manuais e não qualificadas (Grupo_1) e com renda familiar máxima igual à R\$ 1497,00. A baixa posse de bens duráveis acompanha essas baixas categorias, com uma ausência total de carros (N_carro: zero) e de computadores pessoais (N_PCs: zero). Uma agregação entre baixa escolaridade dos pais, baixa renda familiar, privação de bens duráveis valorizados e categorias profissionais manuais e não qualificadas também foi encontrada por Bertonecelo (2010, 2016) ao investigar o espaço social brasileiro. Essas características representam frações de classe mais destituídas de recursos devido, principalmente, ao baixo volume de capitais (em especial, de capital escolar) e ao trabalho manual pouco ou não qualificado (Bertonecelo, 2016, 2013). Em relação às categorias escolares, estão nessa região o menor desempenho (Desempenho: Muito baixo) e um baixo domínio da norma culta da língua portuguesa (Dom_NC: Baixo). Embora o domínio mínimo (Dom_NC: Minimo) e não domínio (Dom_NC: Nenhum) também apareçam, a interpretação dessas categorias pode ser imprecisa devido ao posicionamento próximo do encontro dos eixos, ponto que representa uma força compartilhada por todos os agentes e impede sua distinção (Klüger, 2018). Sobre a dimensão escolar, Bertonecelo (2016, p. 84) argumenta que “o baixo capital escolar do domicílio reproduz o baixo capital escolar ‘herdado’”, o que se associa ao nosso resultado de que o menor desempenho se encontra nessa área, semelhante ao constatado por Almeida (2007), Matos *et al.* (2017) e Windle e Nogueira (2014). Sobre o baixo domínio da norma culta, notamos a ausência de capital linguístico (Bourdieu, 2008) como reflexo do baixo engajamento cultural, característico das frações de classe menos privilegiadas (Bertonecelo, 2015). Com isso, reconhecemos essa região como uma classe inferior, marcada por um baixo volume em relação aos capitais, à renda, escolaridade parental, posse de bens duráveis, domínio da norma culta e desempenho e por profissões de caráter rural, manual e pouco qualificado.

Como mostra Nogueira (2021), a literatura sociológica ainda evidencia que as práticas de leitura e escrita, associadas às competências linguísticas, são fundamentais

para o desempenho escolar, sendo transmitidas e requeridas pela escola e altamente rentáveis no mercado escolar. Embora o papel do conceito de capital cultural para entender as desigualdades escolares tenha sido reformulado na atualidade, para Nogueira (2021) ele continua sendo decisivo. Segundo a autora, é imperioso notar que permanece uma forte correlação entre o sucesso escolar e os modos de socialização familiar mais ou menos favoráveis no desenvolvimento de disposições cognitivas, linguísticas e comportamentais valorizadas pela escola (Nogueira, 2021).

Nesse sentido, o sucesso escolar, aqui representado pela aprovação no vestibular, é fortemente condicionado pela socialização familiar, de modo que o baixo domínio da norma culta e a ausência de capital linguístico, típicos das classes baixas, influem no baixo desempenho do estudante no exame, que vai se materializar na baixa probabilidade de acesso ao ensino superior. Sabendo que o desempenho mais provável dos estudantes da classe inferior é Baixo ou Muito Baixo, podemos compará-lo com as notas de corte do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)². Dos 5850 cursos disponíveis em 2020, apenas sete (0,12%) tiveram nota de corte menor do que 500 pontos, na faixa de desempenho Baixo e Muito Baixo. Isso significa que é muito difícil que estudantes das classes baixas ingressem no ensino superior público brasileiro via acesso por ampla concorrência, e menos ainda em cursos de maior prestígio social. Segundo o estudo de Mont’alvão Neto (2014), os filhos de pequenos proprietários rurais têm 30% a mais de chance em relação aos filhos de trabalhadores rurais não qualificados, essa vantagem aumenta para 80% para filhos de trabalhadores não manuais de rotina e 250% para filhos cujos pais são profissionais de alto nível. Nesse sentido, valorizam-se ainda mais as políticas de ações afirmativas que possibilitam a atenuação desse cenário. Os estudantes das classes baixas de nossa pesquisa concluíram o ensino médio, o que já configura um avanço em termos de escolarização quando comparamos o nível de instrução dos pais. No entanto, não captamos o quantitativo de jovens das mesmas classes que abandonam a escola antes de concluírem os estudos básicos.

A região espelhada a essa, quadrante inferior direito da Figura 1, é marcada pelos maiores níveis medidos. Os pais tendem a ter o Ensino Superior completo (Ed_mae e Ed_pai: Esuperior) ou uma Pós-Graduação (Ed_mae e Ed_pai: Pos_grad), e a renda familiar é maior que R\$ 8982,00, maior valor medido, essas famílias também tendem a contratar serviços como diaristas (Empregados: Sim). As categorias profissionais qualificadas de gestão (Grupo_5) são caracterizadas pela alta qualificação e caráter não manuais. A posse de bens culturais é marcada pelo maior nível, a posse

2. Nota de corte é a nota mínima para ingressar em um curso específico a partir do desempenho no Enem. A lista completa com as notas de corte de 2020 pode ser acessada em: <https://portalpne.com/sisu-enem/notas-de-corte-sisu-2020-veja-pontuacao-de-todos-os-cursos/>.

de dois ou mais carros (N_Car: 2 ou +) e computadores (N_PCs: 2 ou +). A Figura 1 mostra uma proximidade entre agentes de famílias com profissões não manuais qualificadas, renda *per capita* superior a dois salários mínimos e empregados diaristas, o que também foi encontrado nos trabalhos de Bertonceo (2010, 2013, 2016), que descreveram essa associação como características de uma fração de classe possuidora de um elevado volume de capitais, com alto engajamento cultural e posse de bens duráveis. O melhor desempenho (Desemp: Muito alto) e o completo domínio da norma culta língua (Dom_NC: Total) seguem o padrão das outras categorias e são possíveis indicadores de sucesso na transmissão familiar de capital cultural e escolar (marcado pela elevada escolarização dos pais) e de engajamento cultural. Essas marcas culturais levam a reconhecer essa região como uma fração de classe com altos privilégios, volumes elevados de capitais e relativo sucesso na reprodução de seus capitais (Bertonceo 2015, 2016), fração que chamaremos de classe superior.

Almeida (2007) examinou os elementos avaliados na redação do vestibular da Unicamp, verificando de que forma eles são definidores da cultura valorizada e legitimada pela seleção. De modo semelhante percebemos uma relação entre o domínio da norma culta da língua e o bom desempenho no exame, marca de uma socialização familiar privilegiada cuja herança é a incorporação de capital cultural valorizado pelo sistema de ensino. Assim, os agentes da classe superior têm todos os cursos superiores como possíveis escolhas. Em específico, essa faixa de desempenho é a mínima exigida para aproximadamente 4 mil dos 5850 cursos disponíveis, grupo que abriga os cursos de alto prestígio como Medicina (menor nota de corte 753,19) e Engenharia aeronáutica (menor nota de corte 761,8). Carvalhaes e Ribeiro (2019) também encontraram que os cursos com alto retorno financeiro e mais prestígio são o destino mais comum para estudantes com nível socioeconômico mais alto, e geralmente, para homens e brancos. Isso reforça que essa região da classe superior apresenta os maiores volumes de capitais, uma vez que os capitais herdados (relacionados à escolarização e posse de bens duráveis familiar) são capazes de se reproduzir, aqui pela dimensão escolar, e, conseqüentemente, conservar ou até expandir os privilégios e prestígios já possuídos.

A região superior ao eixo horizontal da Figura 1 parece desenhar uma fração intermediária, pois carrega as oposições entre níveis intermediários e seus extremos presentes no eixo 2. Mais à esquerda temos pais com o ensino fundamental completo (Ed_pai e Ed_mae: eFund) e com profissões urbanas manuais e não qualificadas (Grupo_2) e industriais manuais-qualificadas (Grupo_3). Essas profissões têm uma exigência de qualificação relativamente maior que as dos rurais manuais e não qualificadas, o que, junto à maior escolaridade, poderia justificar a distinção entre os quadrantes superior e inferior esquerdo. Esse argumento é reforçado pelos resul-

tados de Bertonecelo (2016) que mostraram uma distinção entre uma zona marcada por trabalhadores do campo e frações manuais urbanas fragilizadas; a escolaridade e renda também agiam para essa distinção. Ainda há um baixo desempenho e um médio domínio da norma culta da língua nesse espaço. Essa região parece caracterizar uma espécie de classe inferior urbana, que se distingue pela sua ligeira melhora na escolaridade dos pais e no tipo de trabalho manual, o que pode representar um relativo aumento no volume de capitais em função da melhora no desempenho e domínio da norma culta da língua. Esse ligeiro afastamento da classe inferior também se manifesta nas possibilidades de ingresso no ensino superior; o médio desempenho e domínio da norma culta permitem que esses agentes atinjam a nota de corte de quase 230 cursos. Contudo, essas possibilidades representam menos de 5% do total, e ressaltam outras dificuldades de acesso ao ensino superior, como o deslocamento e gastos, caso o estudante tenha de mudar de cidade ou estado. Isso foi relatado por Silveira, Barbosa e Silva (2015), estudantes de estados mais pobres são praticamente impossibilitados de estudar em estados mais ricos, devido às condições socioeconômicas.

Ao avançarmos para a direita, percebemos um aumento na renda, três níveis dessa categoria (Renda: até R\$ 2994,00, até R\$ 5988,00 e até R\$ 8982,00) encontram-se neste quadrante superior direito. Contudo, a renda de até R\$ 2994,00 parece caracterizar uma estreita região de interface entre essas possíveis frações de classe. Essa região está às margens do eixo vertical e aproxima esse nível de renda aos pais com Ensino Médio completo (Ed_pai e Ed_mae: EMedio) e a um desempenho intermediário no Enem (Desemp: Médio). A renda de até R\$ 5988,00 parece ser deslocada no espaço em função da categoria profissional não manual qualificada de rotina (Grupo_4) e de uma posse média de bens duráveis (N_carros: 1 e N_PCs: 1). Próximo a essas características também está o alto desempenho (Desemp: Alto) no Enem e o alto domínio da norma culta da língua. Entretanto, esse nível de domínio da norma está mais perto da renda de até R\$ 8982,00 que, por sua vez, está próxima aos pais com Ensino Superior. Nesse sentido, esses últimos três níveis parecem compor outra região de interface, desta vez entre os quadrantes superior e inferior direito. Além dos valores medianos, para Bourdieu (2009, p. 136) os agentes em posições intermediárias “[...] devem um certo número das suas características mais típicas ao fato de estarem situadas entre os dois polos do campo [...]”. Assim, essa região superior representa uma classe intermediária que, embora heterogênea, está posicionada entre polos. A região superior direita representaria, então, uma classe intermediária mais privilegiada, que nutre algumas proximidades com a classe superior. Tal aproximação se manifesta na ampliação das possibilidades de ingresso no ensino superior, pois essa fração atinge a nota de corte de mais de 2100 (35,9%)

cursos, um significativo aumento em relação à outra fração intermediária. Contudo, esses agentes ainda não conseguem ingressar nos cursos de maior prestígio, como Medicina. Semelhante à observação de Carvalhaes e Ribeiro (2019), de que pessoas com origem socioeconômica mais baixa se encaminham com mais frequência para cursos de menor prestígio, como os de formação de professores, serviço social, administração, tecnológicos e outros.

Implicações e limitações

Ao construirmos um espaço social brasileiro com base nos dados do Enem, encontramos configurações de classes semelhantes às aquelas relatadas por Bertonecelo (2010, 2013, 2015, 2016). Adicionamos a essa configuração a possibilidade de ingresso no ensino superior, na forma do desempenho e do domínio da norma culta da língua, considerando uma visão alargada do conceito de capital cultural, conforme discutido por Nogueira (2021). Assim, as desigualdades nas condições de existência, interpretadas aqui como elementos que podem compor estudos mais amplos de estratificação das classes sociais, também abrangem a dimensão das chances de sucesso no ingresso ao ensino superior. Encontramos uma classe superior com elevado volume de capitais e relativo sucesso na sua reprodução, o que lhe confere altos privilégios e a possibilidade de ingressar em qualquer curso via Enem, sendo a única classe capaz de ingressar nos cursos de maior prestígio. Uma classe inferior, marcada por um baixo volume de capitais representado pela precariedade em relação à renda, à escolaridade e à profissão parental, à posse de bens duráveis, ao domínio da norma culta e pela quase impossibilidade de ingresso no ensino superior. Seus desempenhos atingem a nota de corte de menos de 5% dos cursos disponíveis. Além de uma classe intermediária, relativamente heterogênea, marcada por níveis intermediários de capitais: uma fração mais privilegiada (ocupações não manuais e qualificadas e maior escolarização e renda familiar), que nutre algumas proximidades com a classe superior, sendo capaz de ingressar em 35,8% dos cursos superiores, mas ainda excluída dos cursos de alto prestígio; e uma fração intermediária inferior que se distingue da classe inferior pelo seu caráter urbano e uma possibilidade ligeiramente maior de ingressar no ensino superior. Essas relações indicam que o Enem pode estar atuando como um elemento de reprodução social, via educação, ao refletir e produzir condições que mantêm a estrutura do espaço social nacional. Esse caráter excludente do Enem foi criticado por Nilson José Machado, um de seus idealizadores, que afirma que a prova, ao se transformar em um vestibular, perdeu seu objetivo principal, o de avaliar a qualidade do ensino médio (Terra, 2013). Com base em Bourdieu (2015), podemos afirmar que ao tratar todos como iguais, por mais desiguais que sejam os

estudantes, o vestibular sanciona as desigualdades frente à escola e à cultura e reproduz as estruturas de dominação e distinção social. Isso reforça a tese de que há uma profunda estratificação social e hierarquização entre os cursos desse nível de ensino no Brasil, como aponta a literatura.

A originalidade deste estudo consiste no tratamento dos dados, buscando uma compreensão alargada do capital cultural (Nogueira, 2021), de modo a incluir elementos como o capital linguístico na análise; além de dialogar com a literatura de estratificação social que adota a perspectiva bourdiana e outros referenciais no sentido de construir as posições distintivas na estrutura social sem considerar a primazia de nenhuma característica e identificando suas relações na topologia social produzida pela ACM. Desta forma, esperamos contribuir para os estudos sobre a distinção no contexto nacional contemporâneo em relação ao sistema educacional, especificamente sobre o acesso ao ensino superior, demonstrando a fecundidade da interpretação bourdiana para explicar as marcas da origem social na escolarização dos sujeitos. Os resultados apresentados reforçam a necessidade de investir em medidas como políticas de ações afirmativas que sejam efetivas e abrangentes, para reduzir as profundas desigualdades de acesso ao ensino superior e ampliar as possibilidades de ingresso para estudantes de classes sociais desfavorecidas. Outra implicação relevante diz respeito à estratificação horizontal na escolha dos cursos: com esta pesquisa constatamos que os cursos de maior prestígio, isto é, os mais distintivos, são acessíveis a uma minoria, e resta à maior parte dos estudantes a opção por cursos menos seletivos, ou seja, as carreiras com menor chance de ascensão social.

Apesar disso, reconhecemos limitações nas análises realizadas, particularmente em termos metodológicos, por utilizarmos dados secundários, quais sejam, os microdados do Enem. Outra limitação, junto à utilização de um questionário não planejado para esta pesquisa, foi não contemplarmos nas análises discussões de gênero, etnia e idade. Além disso, nossa amostra é composta por estudantes concluintes do ensino médio em 2019 que prestaram o Enem, excluindo muitos jovens da mesma idade que não realizaram o exame. No entanto, pela importância da prova e sua abrangência, ainda assim conseguimos reunir um elevado número de representantes em cada uma das classes. Entendemos que a perspectiva relacional, objetiva e multidimensional do espaço social, pautada na concepção de classe bourdiana, revelou novas características estruturantes e estruturadas das classes, com detalhes mais sutis e maior poder explicativo sobre as práticas sociais quando comparada a um modelo de estratificação *a priori* e generalista.

Diante destes resultados, acreditamos ter contribuído com o debate acadêmico contemporâneo que parte das considerações de Bourdieu (2007a) para enfrentar o desafio de desenvolver novas análises teóricas e empíricas sobre gosto, cultura e

práticas das diferentes classes sociais. Empiricamente pudemos explorar dados de um grande volume de estudantes brasileiros, embora tenhamos enfrentado limitações quanto à natureza das questões presentes no Enem. Além disso, entendemos que a problemática da estratificação social brasileira persiste e, embora tenhamos buscado estabelecer um diálogo com essa literatura, reconhecemos a permanência de diversos desafios para a literatura sociológica brasileira no que tange ao reconhecimento de hierarquias sociais que configuram classes em relação ao campo do poder e ao campo das classes sociais, de acordo com a perspectiva bourdiana. O próprio Bourdieu (2013) reconheceu a dificuldade de operacionalização do conceito de campo, e quando nos propomos a investigar campos tão abrangentes quanto o das classes sociais os desafios são ainda maiores. Em nosso grupo, temos nos dedicado à compreensão e à mobilização deste conceito, explorando desenvolvimentos empíricos e estatísticos das proposições bourdianas que nos ajudem a captar a realidade social hodierna. Entendemos que estudos mais amplos, mobilizando o conceito de campo das classes sociais, são necessários e exigiriam a mobilização de dados empíricos nacionais mais amplos e com questões que permitissem superar a substancialização de elementos classicamente entendidos como capitais ao identificar, de forma relacional, quais são os capitais efetivamente em disputa e como eles se materializam no nosso contexto social e histórico. Por outro lado, consideramos que os elementos mobilizados em nosso estudo têm grande potencial para compor essas análises mais amplas sobre a estratificação social brasileira, contribuindo principalmente para as questões que concernem à sociologia da educação.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Maria F. (2007), “A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil?”. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro & ZAGO, Nadir (orgs.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade*. Petrópolis, RJ, Vozes, pp. 44-59.
- ALMEIDA, Ana Maria F. & ERNICA, Maurício. (2015), “Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no Estado de São Paulo (1990-2012)”. *Educação & Sociedade*, Campinas, 36 (130): 63-83.
- BERTONCELO, Edison Ricardo. (2010), *Classes sociais e estilos de vida na sociedade brasileira*. 2010. 261 p. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BERTONCELO, Edison Ricardo. (2013), “Classes e práticas sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 28 (81): 186-258.
- BERTONCELO, Edison Ricardo. (2015), “Social classes in Brazil: time, trajectory and immaterial inheritance”. *The Sociological Review*, 63 (2): 451-479.

- BERTONCELO, Edison Ricardo. (2016), "O espaço das classes sociais no Brasil". *Tempo Social*, São Paulo, 28 (2): 73-104. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.110534>.
- BORGES, José Leopoldino das Graças & CARNIELLI, Beatrice Laura. (2005), "Educação e estratificação social no acesso à universidade pública". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 35 (124): 113-139.
- BOURDIEU, Pierre. (2007a), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Editora Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. (2007b), "Condição de classe e posição de classe". In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, pp. 3-26.
- BOURDIEU, Pierre. (2008), *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo, Edusp.
- BOURDIEU, Pierre. (2009), "Espaço social e gênese das classes". In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 133-162.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), "Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 5 (200): 4-37.
- BOURDIEU, Pierre. (2014), "A escolha dos eleitos". In: BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a relação com a cultura*. Florianópolis, Ed. da UFSC, pp. 15-46.
- BOURDIEU, Pierre. (2015), "A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura". In: BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.
- BRANDÃO, Zaia. (2008), "Os jogos de escalas na sociologia da educação". *Educação & Sociedade*, Campinas, 29 (103): 607-620.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2019), *A redação no Enem 2019: cartilha do participante*. Brasília.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2020), *Censo da Educação Superior 2019*. Brasília.
- CARVALHAES, Flávio & RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. (2019), "Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional". *Tempo Social*, São Paulo, 31 (1): 195-233. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>.
- CARVALHAES, Flávio & SOUZA, Pedro. (2014), "Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil". *Plural*, São Paulo, 21 (2): 77-107. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2014.97213>.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. (1999), "Classes sociais". In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras (1970-1995)*. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs; Brasília, Capes, pp. 13-56.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, INEP.

- (2019), *Dicionário dos microdados do Enem 2019*. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>, consultado em 20/06/2021.
- HJELLBREKKE, Johs. (2019), *Multiple correspondence analysis for the social sciences*. Oxford, Routledge.
- KLÜGER, Elisa. (2018), “Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo, 86 (2): 68-97.
- LEBARON, Frédéric & BONNET, Philippe. (2019). “Class-specific analysis: Methodological and sociological reflections”. In: BLASIUS, Jörg; LEBARON, Frédéric; LE ROUX, Brigitte & SCHMITZ, Andreas (orgs.). *Empirical investigations of social space*. Paris, Springer, pp. 363-380.
- LE ROUX, Brigitte, & ROUANET, Henry. (2010). *Multiple correspondence analysis*. Thousand Oaks, CA, Sage.
- MARTELETO, Leticia; MARSCHNER, Murillo & CARVALHAES, Flávio. (2016), “Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil”. *Research in Social Stratification and Mobility*, 46 (part B): 99-111.
- MATOS, Daniel Abud S. *et al.* (2017), “Impactos das práticas familiares sobre a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental”. *Pro-Posições*, 28 (1): 33-54.
- MICHETTI, Miqueli. (2019), “Atualizações da ‘boa vontade cultural’: internacionalização e diversidade no ensino superior brasileiro”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 24 (46): 65-88. Disponível em <https://doi.org/10.52780/res.12327>.
- MONT’ALVÃO NETO, Arnaldo Lopo. (2014), “Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010”. *Educação & Sociedade*, 35 (127): 417-441. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200005>.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2015), “A segunda maior prova de acesso ao ensino superior do mundo”. *Portal MEC*, 05/10.
- NASCIMENTO, Matheus Monteiro. (2019). *O acesso ao ensino superior público brasileiro: um estudo quantitativo a partir dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio*. Porto Alegre, 292 p. Porto Alegre, tese de doutorado, Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- NEVES, Clarissa Eckert B.; RAIZER, Leandro & FACHINETTO, Rochele Fellini. (2007), “Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira”. *Sociologias*, Porto Alegre, 17: 124-157. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100006>.
- NOGUEIRA, Maria Alice. (2021), “O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 51 (e07468).
- “NOTAS DE CORTE SISU 2020: veja pontuação de todos os cursos”. (2020), *Portal Nacional da Educação*. Disponível em <https://portalpne.com/sisu-enem/notas-de-corte-sisu-2020-veja-pontuacao-de-todos-os-cursos/>.

- PEREIRA, Virgílio Borges. (2016), “Classes sociais e simbolização na cidade do Porto: Elementos teóricos e resultados de pesquisa empírica”. *Tempo Social*, São Paulo, 28 (2): 183-206. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.110722>.
- QUADROS, Waldir José de & MAIA, Alexandre Gori. (2010), “Estrutura sócio-ocupacional no Brasil”. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 14 (3): 443-468.
- R CORE TEAM. (2018), “R: A language and environment for statistical computing”. *R Foundation for Statistical Computing*, Viena, Austria.
- RISTOFF, Dilvo. (2014), “O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação”. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, 19 (3): 723-747.
- SALATA, André. (2018), “Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso?”. *Tempo Social*, São Paulo, 30 (2): 219-253. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>.
- SCALON, Celi. (2013), “Social stratification and its transformation in Brazil”. In: PEILIN, Li et al. (ed.). *Handbook on social stratification in the Bric Countries: change and perspective*, World Scientific Publishing Co., pp. 3-20.
- SCALON, Celi & SALATA, André. (2012), “Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica”. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, 27 (2): 387-407.
- SILVA, Graciete Borges da (1981), “Critérios de estratificação social”. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 15 (1): 38-45.
- SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Márcia Cristina B. & SILVA, Roberto da. (2015), “Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): uma análise crítica”. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, 37 (1): 1101-1105.
- TERRA. (2013), “Ranking do Enem: exame não mede qualidade do ensino, diz professor”. *Portal Terra*, 25/10.
- WINDLE, Joel & NOGUEIRA, Maria Alice. (2014), “The role of internationalisation in the schooling of Brazilian elites: distinctions between two class fractions”. *British Journal of Sociology of Education*, 36 (1): 174-192.

Resumo

Distinção e classe social no acesso ao ensino superior brasileiro

Este artigo tem como objetivo estratificar e configurar as classes sociais e suas distinções no acesso ao ensino superior brasileiro. A pesquisa adota técnicas estatísticas para investigar essas relações por meio dos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com base no capital cultural, econômico, social e linguístico, identificamos uma classe superior que tem acesso a todos os cursos; uma classe intermediária heterogênea, cuja fração privilegiada tem acesso a 35,8% dos

cursos, mas não aos de prestígio; e uma classe inferior, cujo baixo desempenho permite acesso a menos de 5% dos cursos. Assim, o Enem opera como um elemento que reproduz a diferenciação e hierarquização, ao manter o ensino superior como uma distinção social.

Palavras-chave: Classe social; Distinção; Enem; Bourdieu.

Abstract

Distinction and social classes in the access to higher education

The objective of this article is to stratify and configure the social classes and its distinctions in the access to higher education. The research uses statistical techniques to investigate these relations by the Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) data. Based on cultural, economic, social and linguistic capital, we identified an upper class which has access to all of the courses, a heterogeneous intermediate class, which a privileged fraction has access to 35.8% of the courses, but not the prestigious ones; and a lower class, whose low performance allows access to less than 5% of the courses. Thereby, Enem acts as an element that reproduces the differentiation and hierarchization, by maintaining higher education as a social distinction.

Keywords: Social class; Distinction; Enem; Bourdieu.

Texto recebido em 31/07/2021 e aprovado em 08/02/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.189030.

CARLOS HENRIQUE APARECIDO ALVES MORIS é discente do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, Bauru. E-mail: carlos.moris@unesp.br.

FERNANDO CASELLATO é discente do curso do Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista, de Araraquara. E-mail: fernando.casellato@unesp.br.

MATHEUS MONTEIRO NASCIMENTO é professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: matheus.monteiro@ufrgs.br.

GABRIELA AGOSTINI é discente do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, de Bauru. E-mail: gabriela.agostini@unesp.br.

LUCIANA MASSI é professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, Araraquara. E-mail: luciana.massi@unesp.br.



Fragmentación ideológica de la elite en Chile

Modesto Gayo*

<https://orcid.org/0000-0003-0446-2467>

María Luisa Méndez**

<https://orcid.org/0000-0002-3493-1511>

Introducción¹

En los últimos años ha habido un renovado interés por el estudio de las élites. Sea en la versión de las investigaciones sobre los ricos o la riqueza (Ariño e Romero, 2016; Sherman, 2017; Schimpfössl, 2018), o sea con un énfasis en estratos de profesionales y directos evidentemente acomodados (Andreotti *et al.*, 2015; Rivera, 2015; Gerhards *et al.*, 2017; Méndez e Gayo, 2019; Friedman e Laurison, 2019), el privilegio social ha devenido un tema central en la sociología actual. Ello ha permitido saber mucho más sobre los modos de acceder a las posiciones más destacadas de una sociedad, sus patrones de reproducción social y sus visiones a propósito de sí mismos o del privilegio que disfrutaban. Sin embargo, a pesar de su reconocida influencia, a partir de la mayoría de estas investigaciones, es mucho menos lo que se alcanza a conocer sobre sus visiones políticas.

A propósito de ello, la ciencia política ha sido una fuente relativamente abundante de referencias, algunos de cuyos ejemplos conviene mencionar. A modo de síntesis, dos líneas de trabajo se han abierto un notorio camino, la que se podría denominar

* Universidad Diego Portales, Santiago, Región Metropolitana, Chile.

** Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Región Metropolitana, Chile.

1. Agradecemos a los proyectos Fondecyt regular 1191440 y 1190094, y Anid/Fondap/15130009 el apoyo recibido para la realización de esta investigación.

de la fragmentación (Real-Dato, 2012; Brussino e Acuña, 2015; Broockman *et al.*, 2019), por un lado, y otra cuyo contenido está referido a las brechas de representación (Dosek, 2011; González, 2019), por otro. En otros términos, las elites están internamente divididas y son portadoras de visiones del mundo peculiares, que de ningún modo pueden ser reducidas a posturas mayoritarias o a una simple proyección o mediación respecto a otros grupos.

Asimismo, la tradición sociológica alimentó por largo tiempo el estudio de las clases medias, lo que produjo un conocimiento muy acabado sobre sus ideologías, actitudes, valores y, además, su comportamiento electoral y participativo más general (Gayo, 2021). En su conjunto, no se trataba de una elite, pero nociones más restringidas como la de clase de profesionales y directivos (Ehrenreich y Ehrenreich, en Walker, 1979), clase de servicio (Erikson e Goldthorpe, 1993) o una atención preferente por los grupos de tipo profesional y managerial (Andreotti *et al.*, 2015), a menudo bajo el rótulo de clase media, como en el trabajo de Heath y Savage (1994), situaban el centro de la investigación en lo que se puede entender como una “ordinary elite”, o un estrato donde comienzan las posiciones que acumulan poder y prestigio en una sociedad muy por encima del promedio. Trabajos sobre riqueza como los de Keister (2005), para quien los ricos son conceptualizados como los que poseen a partir de un millón de dólares en patrimonio neto, o Arndt (2020), quien habla incluso de los ricos con un patrimonio de medio millón de euros, dejan claro la elasticidad de la noción de elite, y como necesariamente incluye a un estrato alto de profesionales y directivos, la clase media alta tradicional de las aproximaciones de los estudios de estratificación y desigualdad propios de la investigación sociológica desde la segunda posguerra mundial hasta el presente, donde se inscribe también nuestro trabajo.

En este artículo presentamos los resultados de una investigación sobre las visiones políticas de los miembros de las clases alta y media alta chilena, a los que – siguiendo la literatura presentada – nos referimos como “elite”. En primer lugar, exponemos líneas de argumentación centrales respecto a la temática de elites, ideología y fragmentación interna. En segundo lugar, presentamos los elementos nucleares de la metodología empleada en conjunto con información relevante sobre los datos. Finalmente, exponemos nuestros hallazgos en dos secciones, una cualitativa con información de entrevistas en profundidad y otra cuantitativa a partir de datos de encuesta. Concluimos señalando algunas ideas sobre la actual fragmentación política de la élite en Chile, y la manera en que dicho patrón se inscribe en la literatura contemporánea que intenta problematizar la dicotomía conservadores frente a progresistas.

El clivaje político en las elites

En una de sus obras cumbre, Bourdieu sostuvo que la clase dominante, que incluía desde grandes industriales hasta profesores de universidad, pasando por las profesiones liberales, era un contenedor de tomas de posición política no sólo muy diversas, sino en franca oposición mutua (Bourdieu, 1979). Si las posiciones ocupadas por los primeros eran prototípicas de un apoyo irrestricto a posturas conservadoras, los profesores, dependientes laboralmente de su capital cultural, eran proclives a defender propuestas de izquierda. Por lo tanto, la división de los estratos dominantes no es algo nuevo, sino algo perteneciente a una tradición de investigación asentada.

En todo caso, lo que parece sencillo constatar desde un punto de vista económico, tomando como referencia la enorme diversidad de patrimonio y rentas en el conocido “1%” más encumbrado (Reeves, 2015), posee bastantes más matices cuando enfrentamos las divisiones internas de la elite considerando las visiones políticas. Desde una perspectiva de estratificación, las clases medias altas han sido descritas como beneficiarias del estado de bienestar en décadas previas y crecientemente adherentes de políticas neoliberales de privatización de los servicios de salud, educación y los esquemas de pensiones (Chauvel, 2006; Mau, 2015). En otras palabras, los estratos inferiores de la elite, compuestos por profesionales y directivos de nivel elevado, adoptarían un rostro conservador, al menos en temas económicos. Este es el tipo de aproximación que entiende de modo generalmente implícito que lo que sucede a la clase media alta, con mayor razón sucederá a las personas que están en el verdadero ápice de la sociedad, atribuyéndoles el rótulo del conservadurismo por defecto, y por tanto suponiendo la presencia de una clase alta unida en la derecha del espectro político.

Si de algún modo un cierto supuesto de unidad dentro del privilegio puede ser rastreado, a veces más bien intuitivo, en muchos trabajos, nuestro énfasis en este artículo está orientado a destacar las líneas de división política que emergen como fronteras que trazan diferencias significativas en el interior de la elite. Sin duda, en esta materia ya es clásica la que levanta una barrera entre las elites económica y la política², teniendo una buena expresión de su influencia en investigaciones recientes. En esta línea, Real-Dato *et al.* (2012) muestran que las elites económicas son más favorables a políticas pro europeas que las elites políticas. No obstante, en temas de seguridad social son las segundas más favorables a la europeización de las políticas

2. No es materia de este artículo reconstruir el debate clásico sobre la teoría de las élites, donde este tipo de distinciones entre tipos de elite son comunes, pero el lector interesado puede consultar, como algunos ejemplos señeros, las obras de autores como Wilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels, Wright Mills y Tom Bottomore.

públicas. Además, si se atiende únicamente a estas últimas elites, son los representantes socialistas (del Partido Socialista Obrero Español, PSOE) más europeístas que los que dirigen el conservador Partido Popular (PP) (Rodríguez-Teruel *et al.*, 2016). Por el otro lado, si se mira a las élites económicas, Arndt (2020) también constata que las mismas son mucho más conservadoras dentro del grupo de los que denomina “ricos”, lo que demuestra que estos son un grupo heterogéneo y que la posesión de patrimonio (*wealth*) marca una diferencia significativa frente a la simple obtención de ingresos elevados.

Diferenciaciones ideológicas tradicionales pueden ser encontradas en trabajos como los de Wayne (2016), para Estados Unidos, quien indaga en torno a las alianzas que requieren las políticas educativas en el país, identificando a grupos como los neoconservadores, los populistas autoritarios, los neoliberales y la nueva clase media de profesionales y directivos. Los neoliberales y la clase media favorecerían el mercado, y compartirían, frente a los neoconservadores y los populistas, un cierto progresismo (o liberalismo, como lo denomina) en la esfera cultural. Asimismo, las clases medias de profesionales y directivos estarían interesados en el desenvolvimiento de políticas de control tecnocrático, puesto que los convertiría en protagonistas y beneficiarios de este tipo de iniciativas, vengan de entidades públicas o privadas. Adicionalmente, un estudio sobre elites económicas de este mismo caso indica que la posición sobre diferentes asuntos políticos y sociales depende en gran medida de la posición en la estructura productiva de la industria en la que se desenvuelven sus miembros. Para demostrarlo, realizan una investigación sobre las visiones de las personas que ocupan posiciones destacadas en la industria tecnológica (Broockman *et al.*, 2019). De ello resulta que estos empresarios son demócratas o liberales en temas sociales (aborto, matrimonio homosexual) e incluso económicos (distribución de la renta), pero muy conservadores en cuanto a la intervención legislativa o las regulaciones en temas relativos a la gestión de las empresas, situándose incluso más a la derecha que los republicanos millonarios. También sobre el mismo país norteamericano, en un estudio sobre profesionales y directivos de muy altos ingresos en el área de Nueva York, Sherman (2017) hace expresa la diversidad de preferencias políticas, la mayoría identificándose como republicanos o demócratas, siendo los últimos generalmente conservadores respecto a temas de contenido económico. Asimismo, sobre grupos ocupacionales de clase media profesional, Gerteis (1998) habla de un posicionamiento en torno a un eje izquierda-derecha.

Una línea relevante de investigación respecto a las visiones políticas de la elite es la que se ha centrado en estudiar las brechas entre las mismas y aquellas que son propias de la mayoría de la población. En ocasiones, esto ha sido conceptualizado como “brechas de representación”, entre elite política y opinión de masas. Con el

objeto de resaltar algunas de las conclusiones centrales de esta línea de indagación, se puede mencionar algunos patrones. En base a estudios de países latinoamericanos, se extraen varias conclusiones (Dosek, 2011; Morales, 2011; González Bustamante, 2019). Las elites políticas están ideológicamente más polarizadas que el público general. En segundo lugar, la elite respalda con más intensidad la democracia que el conjunto de la ciudadanía. Tercero, las personas de los grupos socioeconómicamente más elevados tienen visiones consistentes con aquellas que portan los representantes de los partidos de derecha.

En base a todo lo expuesto, argumentamos que se enfrentan varias dificultades en el estudio de la relación entre las elites y la política, siendo el presente trabajo un intento de avanzar en solucionar dichas limitaciones. En primer lugar, existen encuestas a las élites, normalmente a grupos dentro de la misma, como políticos o directores de empresas, pero es escaso el trabajo sobre encuestas representativas realizadas a una población que es característica de dicho grupo privilegiado, es decir, ha sido muy poco habitual contar con una muestra representativa de la elite como clase social. En segundo lugar, cuando los estudios de encuesta están disponibles, se da una cierta tendencia a extrapolar las conclusiones a partir de la información existente, de tal modo que, como sucede en Goldthorpe, se entiende que los grandes propietarios se comportarían como la clase de servicio I, o de mayor estatus; o simplemente se sobreentiende, sea dicho o no, que la elite sería mayormente conservadora, pues no podría ser de otro modo siendo la principal representante y beneficiaria del *statu quo*. En tercer lugar, las divisiones han sido pensadas con frecuencia desde la tradicional tipología que ejemplifica muy bien el modelo Iemp de Mann (1993), es decir, tomando como punto de partida, y parece que también de llegada, la divisoria relativa a los grandes fundamentos del dominio social: el militar, el económico, el político y el intelectual. En este sentido, hay un supuesto de partida que dificulta hacer observaciones más matizadas sobre la posición de los individuos, y por tanto de las elites³. En cuarto lugar, a todo ello se agrega que el tipo de cuestiones planteadas a dichas personas ha sido restringido, al menos en la exposición que se hace en los estudios, con obvias preocupaciones, como su preferencia por la democracia y el mercado, o su apertura a dimensiones del cambio (parejas homosexuales, la globalización, entre otras).

3. Un estudio de corte bourdieuano que avanza en este sentido, con énfasis en la élite cultural, es el de Gayo (2020).

Datos y métodos

El presente estudio de la división interna de la elite combina 20 entrevistas en profundidad y el análisis de una encuesta cuyo terreno fue realizado en las áreas de mayor nivel socioeconómico de la capital, y en consecuencia del país, constituyendo un aporte inédito a la comprensión del estrato social más privilegiado de Chile, sin considerar aquí los “millonarios” o los “ultra-ricos”. Asimismo, es importante mencionar que el estudio se hizo dentro del proceso de movilización social posterior al conocido como “estallido social” de 18 de octubre de 2019. Precisamente, debido a la importancia del momento y la presión mediática ejercida a través de una constante crítica a las elites y su acumulación de riqueza y privilegios, junto a su poder objetivo, son las razones que respaldan que una disección a dicho grupo sea particularmente relevante en este momento de eventual cambio social.

Las entrevistas se hicieron entre los meses de noviembre de 2020 y diciembre de 2021 a hombres y mujeres de estrato alto. En este artículo analizamos la subjetividad política, la cual considera las categorías: estallido social, participación política y social, desigualdad e injusticia social, socialización política, y perspectivas sobre el escenario actual del país y su futuro. Todas las entrevistas fueron realizadas a través del servicio de videoconferencias Zoom, debido al contexto de Covid-19 que existía a nivel del país y global. Por tanto, dichos encuentros se concretaron 13 meses después de ocurrido el estallido social, y a un mes del evento político-social más reciente, el plebiscito constitucional. Esto llevó a que los y las entrevistadas narraran sus experiencias en un continuo entre ambos hitos.

En lo que respecta a la encuesta, se llevó a cabo durante la primera parte del año 2021 siguiendo el patrón de muestreo realizado en un estudio previo (Méndez e Gayo, 2019). La modificación en esta ocasión estuvo relacionada con la ampliación del área de la ciudad, dado que parecía conveniente incluir una geografía más vasta del privilegio tomando en consideración transformaciones recientes de Santiago. El mapa 1 refleja el área cubierta, que alcanza las 10 comunas de ingresos promedio más elevados de Chile, constituyendo lo que se conoce como el “cono de alta renta”, o zona nororiente capitalina. Como las comunas son socioeconómicamente heterogéneas, para el muestreo fueron seleccionadas las manzanas que cumplieran con un cierto nivel medio que mejorase significativamente la probabilidad de seleccionar a personas de clase media alta o alta⁴. Se hizo un muestreo representativo de hogares, por lo que

4. Debido a las dificultades que históricamente han tenido los estudios de encuesta para llegar a las clases más elevadas de la sociedad, nuestra estrategia consistió en identificar los lugares, bloques o manzanas de mayor renta dentro de las comunas de mayor nivel socioeconómico de la capital. El objetivo era hacer una construcción lo más acabada posible de una clase alta y media alta, en gran medida compuesta por

se incluyó a jefe/as de hogar e igualmente a sus hijo/as o cualquier otro residente. A consecuencia de la pandemia del Covid-19, la encuesta tuvo que ser realizada por vía telefónica, lo que supuso un fuerte recorte a la longitud del cuestionario original. No obstante, este hecho fue parcialmente compensado mediante la utilización de cuatro cuestionarios con un conjunto amplio de preguntas en común, como las variables activas que han sido utilizadas en esta investigación para formar el espacio social mediante un análisis de correspondencias, como se verá en una sección posterior. La muestra es de 1.700 personas, una de las más grandes que alcanzamos a conocer a nivel comparado a un grupo de estatus tan elevado.

Asimismo, en diálogo con los resultados del plebiscito sobre el proceso constituyente, el cual mostró que únicamente tres comunas, todas en el cono de alta renta, se posicionaron mayoritariamente en contra de las reformas, parecía conveniente atender a una dimensión geográfica que también lo es social, cultural y política, como se mostró en Méndez y Gayo (2019) sobre el mismo caso. El mapa 1 se basa en información de las mesas electorales y es contundente en demostrar la diferencia de apoyo al Apruebo o el Rechazo a los cambios constitucionales por sector dentro de esta gran área urbana, representante metafórico y fáctico del privilegio.

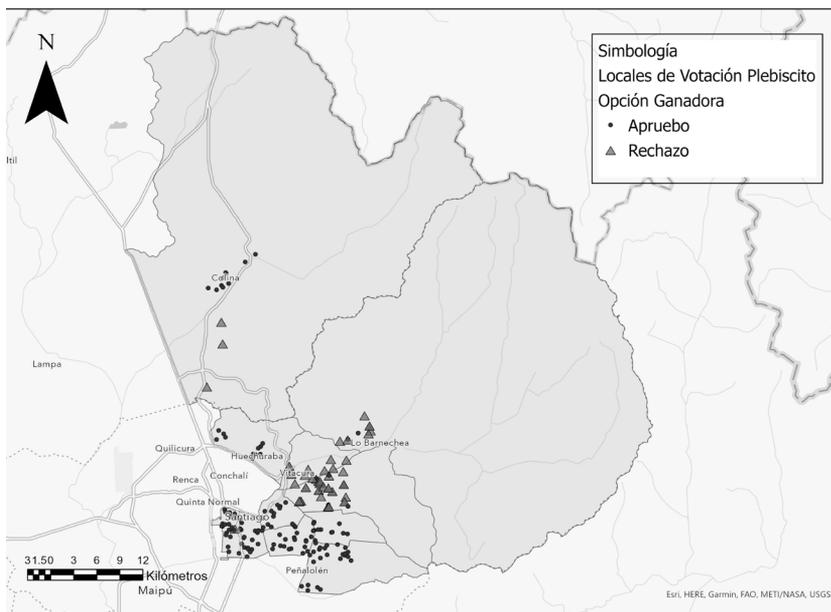
Confrontación entre el Apruebo y el Rechazo al proceso constituyente

Chile se encuentra atravesando un proceso histórico inédito de cambio político. Si bien el mismo se viene incubando durante más de una década y se ha manifestado en la emergencia de movimientos sociales con marcado protagonismo, como el relativo a la educación o el feminista, la nueva etapa se desencadena por una serie de protestas y manifestaciones altamente contenciosas que comenzaron en octubre de 2019 y se extendieron por los siguientes meses, incluso durante el tiempo de pandemia. Este proceso y período configuran una temporalidad política protagonizada por lo que ha sido descrito como el “estallido social” o la “revuelta social”.

profesionales, directivos y empresarios, pero que no diese por supuesta su composición ni eliminase su heterogeneidad interna, propia de las familias del sector, lo que sucede en el caso de las muestras en las que se identifica a posiciones de elite y sólo esas personas son entrevistadas, desconociendo su entorno social. Consideramos que la metodología empleada en esta investigación produce una radiografía más realista del privilegio, evitando que preconcepciones o clasificaciones ya fabricadas impongan una mirada que lleve a conclusiones precipitadas y muchas veces deudoras de tipologías internacionales que carecen del detalle necesario para diseccionar las posiciones más elevadas de una sociedad. Sin entrar en la multitud de detalles que ello supondría, desde un punto de vista ocupacional, efectivamente la muestra obtenida hace evidente la presencia de importantes niveles de profesionales de alto nivel, junto a perfiles de gestión o ejecutivos de empresas, además de empresarios de compañías de diferente tamaño.

MAPA 1

Resultados del plebiscito constitucional con opciones apruebo y rechazo



Fuente: elaboración propia proyecto Fondecyt 1191440.

Dada la violencia desatada en dichas protestas, así como también por la gran masividad y apoyo a las manifestaciones, el sistema político se vio obligado a canalizar el descontento por medio de un acuerdo nacional que planteaba un plebiscito para aprobar o rechazar un cambio constitucional, y la forma en que una nueva constitución sería redactada, ya sea con participación de miembros electos de una convención constitucional o entre estos y el parlamento. Los resultados fueron contundentes: el 80% de los votantes estuvo a favor de un cambio constitucional en la modalidad procedimental de una nueva constitución redactada por una convención o cámara de convencionales totalmente electa para este propósito de forma exclusiva. El mandato consiste en la redacción de un nuevo texto constitucional para dejar atrás definitivamente aquel elaborado en la dictadura de Augusto Pinochet y que se ha mantenido, sólo con algunas reformas, durante los ya más de 30 años de democracia tras el término del régimen autocrático.

En esta sección presentamos el análisis de las posiciones “apruebo” y “rechazo” a dicha reforma constitucional entre residentes de las comunas de más altos ingresos del país, ubicadas en la ciudad de Santiago, donde ganó de forma excepcional⁵ la opción “Rechazo” en el Plebiscito Nacional de octubre de 2020 (ver mapa 1).

5. Únicamente en tres comunas de aproximadamente 350 que conforman el país se produjo dicha victoria del “rechazo”.

El Apruebo al interior del privilegio: oscilando entre el pragmatismo y la solidaridad

Los entrevistados y entrevistadas a favor del Apruebo enfatizan su crítica al aislamiento y hermetismo de los grupos más privilegiados, planteando que quienes apoyan el cambio constitucional representan posiciones más capaces de establecer un vínculo hacia los sectores menos favorecidos y una mejor forma de comprender su vulnerabilidad. Sin embargo, existen matices en torno a los que se diferencian: una visión más político-pragmática y otra más solidaria-individualizada. Las posiciones que enfatizan una visión más política de la situación actual del país, lo hacen poniendo acento en la necesidad de actuar con decisión frente a una situación que es vista como “una olla a presión que no da para más”. En ese sentido, dichas posiciones son descritas con un mayor pragmatismo que lleva a abrazar el ritmo y la trayectoria de los cambios, al mismo tiempo que contienen una aspiración a ser parte de ellos.

Yo fui por el Apruebo. Nosotros votamos por el Apruebo y no porque hay que cambiar la Constitución. Pero el inicio de un proceso de diálogo me parece necesario. Capaz que terminemos con la misma Constitución, y no vivo apretado por los temores y la cuestión, no es mi caso, soy un outsider dentro de este tema... De alguna manera, Vitacura, las Condes y Providencia viven en un Chile paralelo... es individualismo con un sentido de pertenencia distinto y celosamente cuidado.

Realmente lo que la asamblea constituyente representa para esa cultura [de la élite] hay que entenderlo que no es un tema del modelo económico. Es mucho más grande que el modelo económico. En el fondo es hacerse cargo de una realidad, de un miedo profundo, es la dependencia de otro. Porque es una vulnerabilidad, esa vulnerabilidad cuando alguien cree que lo tiene todo resuelto, y ahora decirlo “no, nosotros dependemos unos de otros, nos necesitamos unos a otros”, es algo que prefieren no ver.

Cuando llegué de la votación, me encontré con dos mujeres que estaban acá conversando en el condominio y entonces yo venía con bebidas y hielo. Había pasado a comprar hielo y fui en la tarde, *más encima*. Me dicen “¿vecinito va a celebrar?”. Entonces le digo “lógico, si el país tiene que celebrar de que está tomando una decisión y que el 80% está de acuerdo en cómo seguir un camino, el 100% quiere lo mismo, solamente que el 80% escogió el mismo camino”. Me quedaron mirando y yo les digo “oye, y además si no te gusta, tienes un plebiscito de salida”, o sea, además tienes un paracaídas.

Por otro lado, la posición que enfatiza una condición personal de mayor empatía y solidaridad hacia quienes sufren las consecuencias de la desigualdad y la segregación

socioespacial pone en valor una forma de socialización personal o familiar, actividades de apoyo a sectores vulnerables, mayor interacción cotidiana con personas de menores ingresos, entre otras similares. Así, esta posición argumenta la decisión del “apruebo” desde la solidaridad que pueden mostrar hacia quienes encarnan la urgencia del cambio; no así en la dimensión institucional. Quienes se inclinan por mostrar sus actitudes solidarias o empáticas muestran opiniones sobre temas de desigualdad en términos de cuestionamiento a cómo la elite ve estos hechos. También se menciona el nivel de individualismo de los segmentos y/o barrios en cuestión, en los cuales no habría una manifestación de abierta preocupación por fenómenos o situaciones si no les afectan directamente. Este punto se reitera desde el discurso de un yo/otro, es decir, el desacuerdo dentro de un grupo al cual se pertenece, pero del que no se siente parte:

y mi hermano dice “yo no apruebo porque tengo mucho miedo”. Pero, ¿miedo a qué? ¿Cuál es tu temor? “Miedo a que quede la cagada, a que perdamos lo que hemos construido, al vandalismo, la violencia”. Y cuando le doy mi argumento de que es al revés, es una posibilidad de un proceso de diálogo, de legitimidad, a mostrarle el otro lado para abordar ese problema que él ve, y me dice que le encantaría pensar diferente. Cree eso pero tiene mucho miedo. Ese discurso a una cierta edad es muy común.

Uno entiende mucho el resentimiento, se entiende perfectamente. Es decir, con personas que no se preocupan del resto. Pero, y es como “¡ay! *Qué tanto escándalo el 18 de octubre si aquí no pasó nada*”. Es que sí pasó, poh, sí te afecta. “¡Ay! *Lo más terrible es que no llegó la nana*.” No, eso no es lo terrible, no es que no te llegó la nana. Preocúpate de ella si es que tiene comida, si es que tiene esto, si es que necesita algo, pregúntale... Pero la gente es súper ensimismada acá en estas comunas.

Y uno piensa, ¿cómo no van a tener resentimiento ni rabia? Si tú vei’ la embarrá’ que quedaba en el centro, la embarrá’ que estaba en el Metro, y aquí la gente comiendo en los restaurantes. Y tú deciaí’, es decir, no. Se entiende, se entiende perfectamente.

Esta posición enfatiza una crítica hacia quienes no tienen mayores inconvenientes bajo el sistema actual, ya que se sentirían conformes con sus actuales condiciones de vida, por lo que no necesitarían pensar en transformaciones sociales sustantivas:

Es como que a mí me parece la forma de ser humano es natural que, si tú estés normal y tranquilo, te dé miedo el cambio. Eso es lo que tratamos de entender. Por supuesto que es una falta de empatía y de entender lo que le pasa al resto, pero es como... yo creo que tiene que

ver con eso y se suma que Lo Barnechea tiene mucha gente mayor... yo espero que los jóvenes piensen de otra manera [...] En nuestro caso era el Apruebo, tiene que ver justamente con lo contrario que te decía, ser servicial, de entender que no porque yo estoy bien los demás estén bien, que las cosas estén bien hechas, no sé, de pensar un poco en el otro. Tiene que ver con eso, abrir un poco las realidades, no entender solo que si yo estoy bien eso es suficiente y el resto no. Para nosotros era lógico de tener que avanzar.

me parece que como que no hay un diálogo sobre el proyecto país que uno sienta que está como presente en estos grupos. Yo siento que ahí hay una falta de visión del otro. Se ve al otro como una persona que es una amenaza, y también están todos estos cuentos terribles de heridas que no se han elaborado. Son los mismos discursos que uno escuchaba hace 30 años del “come guagua”.

En síntesis, las dos posturas a favor del Apruebo se refieren al problema de la desigualdad social como origen del malestar. Sin embargo, sus visiones difieren en el papel que le corresponde a un cambio individual o a uno más estructural. El primero pone énfasis en oportunidades de ayuda social, caridad, actividades escolares y/o religiosas, y el segundo, en el papel de la institucionalidad política. Ambas posiciones buscarán liderar el cambio desde su lugar en el sector más privilegiado.

El Rechazo en las tres comunas “burbuja”: oscilando entre el miedo a la violencia y el miedo al cambio

La opción Rechazo sólo fue mayoritaria en tres comunas de Chile: Las Condes, Vitacura y Lo Barnechea, las de mayores ingresos a nivel nacional. Nuestros entrevistados muestran sorpresa por el resultado. Ello se da no por el hecho de que ganase el Apruebo, sino por lo acotado del resultado del Rechazo. Incluso hablan de la formación de un cierto estigma:

Te pone como un cierto estigma, ¿no es cierto?, a los barrios como que votan Rechazo, a la burbuja.

A los ojos de Chile obviamente que no es bien visto que haya ganado justo en estas tres comunas, que es donde se supone hay más recursos y todo. Yo creo que genera más odio, eso creo.

Nunca fue tema de qué comunas iban a ser, pero cuando salieron las tres, uno dice “tiene su lógica” que las tres comunas con mayor ingreso per cápita, porque son la gente que vive mejor en Santiago, haya votado en contra de un cambio radical.

Un aspecto transversal entre las y los entrevistados del Rechazo es el énfasis que ponen en el miedo que les despertó el estallido social y la violencia asociada a los destrozos y los saqueos. Al distinguir dentro de esta narrativa, nuestras entrevistas muestran que detrás de la opción del Rechazo hay dos tipos de miedo claramente identificables: 1) a la violencia desatada y a la destrucción bárbarica, y 2) al cambio y eventual deterioro del país.

Respecto del Rechazo como respuesta al miedo frente a una violencia percibida como anómica, esta opción se plantea como un recurso en contra de la protesta y como una forma de frenar una crisis social, política y económica mayor.

Claro, es que la gente sabe con todo lo del estallido, rompieron, quemaron, hicieron lo que quisieron. Al margen del propósito, es otra conversación saber por qué lo hicieron.

Pero la violencia que se vio en el estallido no la vi nunca, nunca vi semejante violencia, por ejemplo... La verdad es que me dio miedo, me hizo replantear un montón de cosas... si estamos bien acá, si este es el lugar en el que yo quiero que los chicos crezcan. Porque la verdad es que el nivel de violencia que se vivió, pero más que... ¿pero lo que más me causó, me dio más miedo? La gente que lo apoyo, eso me pareció... o sea, 100% honesta, me pareció terrible que uno tenga que pensar que tienes que quemar y hacer ló para que te escuchen, ¡no! No está bien, no está bien pensar eso, no me pareció, la verdad es que me dio mucho miedo.

Es interesante destacar que ninguno de los saqueos o protestas con destrozos se llevó a cabo en los barrios donde residen nuestros entrevistados. Sólo algunas manifestaciones con represión policial ocurrieron durante el estallido social en el sector céntrico de la comuna de Las Condes y, posteriormente durante el período previo al plebiscito, se llevaron a cabo marchas por el Rechazo, algunas de ellas donde hubo agresiones hacia transeúntes. Es importante tener esto en cuenta dado que se trataría fundamentalmente de una violencia que es observada a partir de los medios de comunicación y las redes sociales.

Por otra parte, el Rechazo se funda también en un miedo de mediano y largo plazo, uno que pone en el centro un cambio no buscado del estado actual de las cosas en el país y su consecuente deterioro. Es importante destacar que este temor se ancla en experiencias históricas propias de los sectores más oligárquicos que vivieron la reforma agraria y las expropiaciones durante los gobiernos de Eduardo Frei Montalva y Salvador Allende, así como en un horizonte colectivo más reciente y que habría sido fuertemente activado durante la campaña presidencial de Sebastián Piñera: el miedo a que Chile se convierta en Venezuela, lo que fue denominado *Chilezuela*.

Más allá de las desigualdades o problemáticas sociales que aquejan a grupos numerosos de la población, las posiciones del Rechazo indican que estas no justificarían acciones contenciosas. Palabras como “odio”, “resentimiento”, “rabia” o “envidia” aparecen en reiteradas ocasiones como detonantes, motivos u emociones asociadas a quienes poseen menores recursos. No se advierten en los relatos discursos asociados a derechos sociales de los individuos, tales como derecho a la vivienda, educación o salud:

O sea, no existe en ninguna parte en el mundo donde todos los niveles sociales sean iguales, no existe, pero nunca vi el resentimiento, ese resentimiento de decir ¿vos por qué tenés? Eso no lo vi nunca [...] y también Argentina tiene una desigualdad terrible, pero terrible, pero no vi ese resentimiento que tiene entre comillas, porque uno lo que tiene lo hizo trabajando, a nosotros nadie nos regaló nada.

Esta posición está fuertemente vinculada a una mirada sobre el aumento de la delincuencia y la inseguridad, lo cual sentaría las bases de perspectivas sobre el futuro, predominantemente asociadas a escenarios negativos:

Es como un caso perdido [...] todo el mundo está súper preocupado y urgido, yo de verdad casi no salgo de mi casa. Yo creo que es terrible vivir enjaulado. De hecho, nosotros estamos ad portas de emigrar justamente por lo mismo, cachai, por un tema de seguridad y de lo que se ha transformado un poco el país [...]. Te diría que hace 3 años atrás nuestra situación de vida acá era perfecta y hoy día ya no tanto, tampoco es que sea tan terrible, pero siento que hay como un mal pronóstico en lo que podría venir, entonces, ante eso, si se te presenta una oportunidad, es como aprovechémoslo.

Y, finalmente, tú vai escuchando – qué se yo – la gente que tiene poder adquisitivo, qué es lo que está haciendo, qué sustos tiene. Entonces, claro, también uno mira para allá y se... Bueno, ¡por algo será! Gente que sabe, o que se mueve un poco más, uno dice “bueno, ¿será o no?”. Bueno, ahora las discusiones siguen. [...] Pero ahí están todavía, de repente, las conversaciones en donde unos dicen “hay que arrancar” y otros dicen “no, hay que estar aquí al pie del cañón”.

Y ahora, *cómo está el odio, o sea, la rabia contra los que tienen. Y bueno, y que se ha visto obviamente en todos lados, pero aquí reflejado heavy, heavy, o sea, esa cuestión está terrible, terrible, terrible. Y mi hijo también quiere estudiar arquitectura y quiere estudiar en Chile. Yo lo miro y se me salen los ojos [risas]; mi hijo es de ojos azules, medio colorín, entonces... [...]* pero qué terrible a lo que hemos llegado. Y pa’ los dos lados al final, si en realidad es pa’ los dos lados, pero como te digo, en mi época no había pa’ ningún lado.

Al identificar los conglomerados políticos como insuficientes y la incertidumbre que generarían los extremos políticos, a los entrevistados del Rechazo les inquieta un futuro deterioro del país, y coincidirían en la necesidad de que políticas más moderadas tendrían un buen desempeño para el bien común:

A ver, en su espíritu me parece que es maravilloso lo que está pasando [...] Creo que en contra de muchas personas que dicen que va a quedar la cagá, siento que no es así, que vienen cosas buenas. Hay que ser responsables no más de la forma en que se lideran estos cambios, pero creo que en la forma hay una manera súper errada de ver las cosas. Esto de forjar todo esto como una lucha de clases con odio que llevó a un estallido social súper violento en paralelo al estallido social que ocurrió en espíritu, me parece que es pésimo. Y que haya líderes que lo avalen, me parece que es pésimo porque pierde toda la gracia el cambio de fondo por la forma.

Ojalá estemos todos equivocados los que votamos Rechazo. Ojalá sea así y sea pal' bien de Chile, y realmente estemos equivocados. Pero cuando uno ve que la posible candidata es la Pamela Jiles, o Jadue, de verdad que, como que... bueno, Dios quiera que, ojalá estemos todos equivocados y ojalá, realmente, el 80% sea el reflejo y sea algo bueno. Yo de verdad... es mi intención. Yo no soy ni fanática, ni pinochetista, ni ninguna de esas cosas... pero sí estoy asustá'. Veo que cada vez va, la cosa se va poniendo más y más de izquierda, ya no es una cosa media, moderada.

Las opciones Apruebo y Rechazo analizadas a partir de las entrevistas muestran que los primeros están orientados a mirar lo que ocurre “hacia abajo” en la estructura social, de forma similar a lo que discute Sherman (2017) para una parte de la élite neoyorquina (mayormente *demócratas*), mientras que los segundos se preocupan por el devenir del país y cómo encajan en los procesos de cambio que están acaeciando, incluso planteando alternativas de huida, total o parcial (Andreotti *et al.*, 2015). En este último sentido, la preocupación de aquellos que votaron Apruebo, por otro lado, no implica necesariamente salir del escenario político, sino navegar pragmáticamente dentro del mismo y a través de los canales institucionales que ofrece.

Visiones políticas y el clivaje ideológico

En esta sección profundizamos en la fragmentación interna de la elite chilena mediante un análisis de correspondencias múltiples (ACM). Esta técnica permite estudiar la relación entre un conjunto de categorías de variables medidas a nivel nominal u ordinal. La interpretación de los mapas de correspondencias de categorías que presentamos depende de la distancia relativa entre las mismas, del modo

siguiente: cuanto más cercanas están dos categorías, más intensa es la correlación entre ellas, si se quiere pensar desde el léxico y la lógica de las correlaciones, o más probable es que quien tiene una cierta preferencia o hace un cierto tipo de práctica realice otra en comparación con una tercera. A modo de ejemplo, en el gráfico 1, las personas fuertemente inclinadas a favor de la conveniencia de una reforma de la policía (“Police reform++⁶”) tienen una probabilidad más alta de estar de acuerdo con la idea de que las Isapres⁷ deben desaparecer (“Disappear isapre++”) que de estar muy en contra del aborto (“Abortion--“). Las variables activas son las que generan el espacio de correspondencias y las suplementarias son proyectadas en este mismo espacio cartesiano, pero sin ninguna función en su formación, teniendo no obstante un papel interpretativo muy relevante.

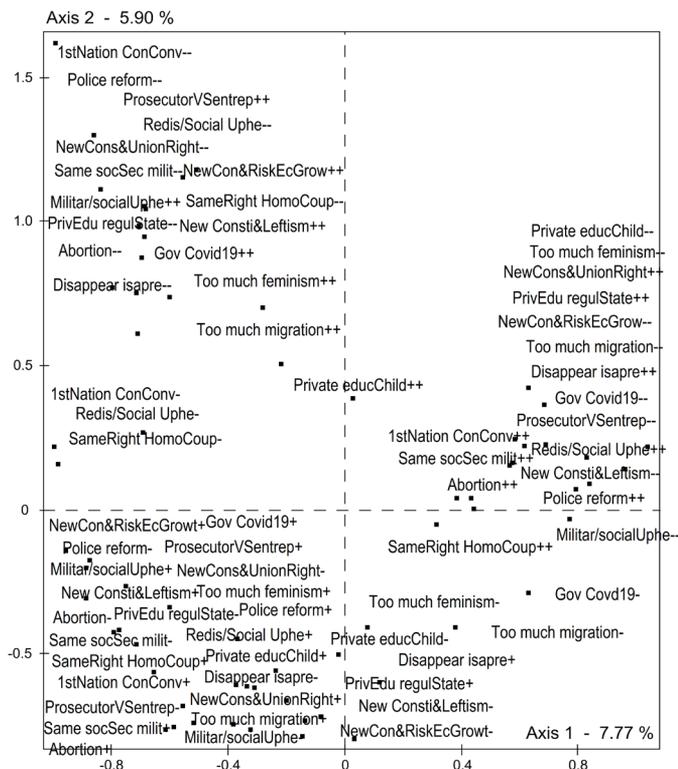
El Gráfico 1 recoge información sobre la asociación de un amplio conjunto de 17 preferencias relativas a temas diversos sobre los cuales los encuestados fueron preguntados. La encuesta incluye aspectos como: el manejo del Gobierno de la crisis del Covid-19, la respuesta al estallido o la revuelta social a través de fuerza militar o políticas de redistribución, la presencia del feminismo, el aborto, el régimen de pensiones y salud de los militares, la actuación de los fiscales contra los delitos de los empresarios, la desaparición de las Isapres, el eventual exceso de migrantes, el matrimonio homoparental, la reforma de las policías, la educación privada para los hijo/as y su regulación, algunos riesgos y contenidos de una nueva constitución y el reconocimiento de los pueblos originarios en el proceso constituyente. Respecto a los resultados, la distribución de preferencias muestra conglomerados muy consistentes de categorías. Para su comprensión, es útil atender a los dos extremos de la nube, situados en los cuadrantes superiores izquierdo y derecho. En el primero, se observa que quienes no consideran un avance para el país que los pueblos originarios tengan representantes en la convención constitucional, tampoco piensan que las policías necesiten reformarse, están en contra del aborto, les parece que hay demasiado feminismo en el país, que al estallido social hay que responder con fuerza militar, no comparten que las parejas homosexuales deban tener los mismos derechos que las que se componen de hombres y mujeres, aprueban la forma en que el Gobierno ha gestionado la crisis del Covid-19, no están a favor de la desaparición de las Isapres, aceptan que la migración ha alcanzado niveles excesivos, consideran que el Estado no debiera regular más la enseñanza privada, y ven un riesgo de izquierdización en la aprobación de una nueva constitución. Si bien hay

6. “+” significa acuerdo, y “++”, fuerte acuerdo. La situación inversa se da con el “-”, desacuerdo, y el “--”, fuerte desacuerdo.

7. Instituciones de salud previsional, de carácter privado.

GRÁFICO 1

Análisis de correspondencias múltiples de las preferencias políticas



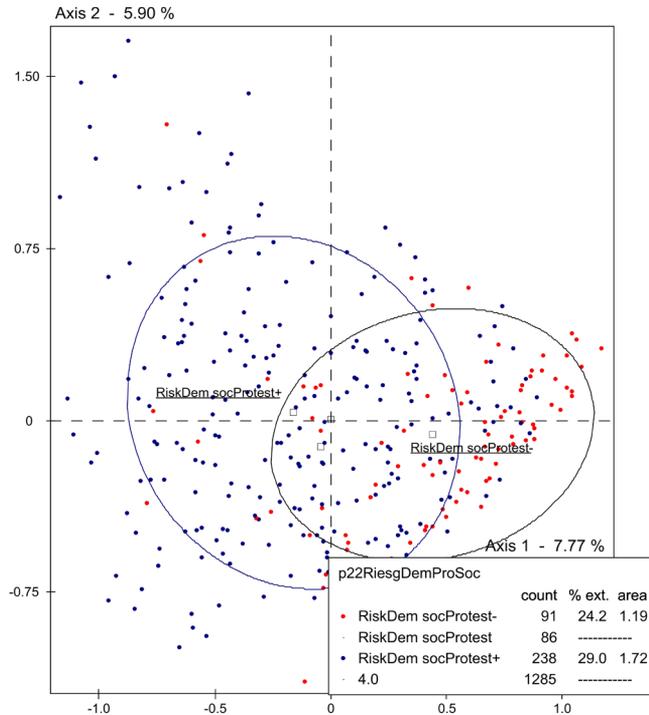
algunos otros elementos y matices, se hace notoria aquí una visión anti-reformista o que favorece el orden actual.

Sin necesidad de mencionarlo todo de nuevo de forma invertida, la agrupación de preferencias que se constata en el cuadrante superior derecho ofrece la descripción de una visión política que favorece fuertemente los cambios institucionales: aprueba la desaparición de las Isapres o avanzar hacia un sistema de salud con menos protagonismo de los sistemas privados, critica el manejo de la crisis del Covid-19 por parte de las autoridades de gobierno, no considera que la nueva constitución sea un riesgo para el crecimiento económico, no comparte que la educación privada sea el mejor instrumento para que los padres puedan garantizar la educación que desean para sus hijos, piensa que los militares deben disfrutar del mismo régimen de seguridad social (salud, pensiones) que el resto de la ciudadanía, no aceptan que los fiscales hayan actuado de forma excesiva contra los empresarios y las políticas de redistribución serían la mejor alternativa para enfrentar la revuelta social, entre los aspectos característicos de esta posición.

Si bien en sí mismo esto es coherente con la oposición que presentamos en la sección cualitativa sobre el Apruebo y el Rechazo al proceso constituyente, en los

GRÁFICO 2

La protesta social como riesgo para la democracia como variable proyectada en ACM



siguientes tres gráficos proyectamos tres variables diferentes que están precisamente relacionadas con ese mismo proceso de transformación institucional. En el Gráfico 2, se observa una separación considerable de los que consideran la protesta social un riesgo para la democracia, a la izquierda, en gran parte compartiendo el área de la resistencia a las reformas que describimos previamente a propósito del Gráfico 1; para lo que es importante entender que se trata del mismo espacio social. Como opuesto, en la derecha, la protesta social no supondría riesgo alguno para el régimen democrático, apareciendo en el lugar adecuado, consistente con la toma de posición favorable al cambio de acuerdo a las preferencias ya descritas.

También con respecto a la movilización, el Gráfico 3 presenta la confrontación entre una mirada que ve la revuelta social como una expresión de anarquismo, en la izquierda, frente a quienes niegan esta idea, en la derecha del espacio bidimensional. Nuevamente, ello se encuentra en consonancia con el material cualitativo. Adicionalmente, cuando se atiende a la participación en actividades de protesta de tipo “cacerolazo”, se constata que las posiciones más conservadoras, a la izquierda del cruce de ejes, no muestran haber tenido inclinación a involucrarse en dicha acción, mientras a la derecha del gráfico esto ha sido mucho más frecuente en las elites estudiadas.

GRÁFICO 3
Estallido social como expresión de anarquismo como variable proyectada en ACM

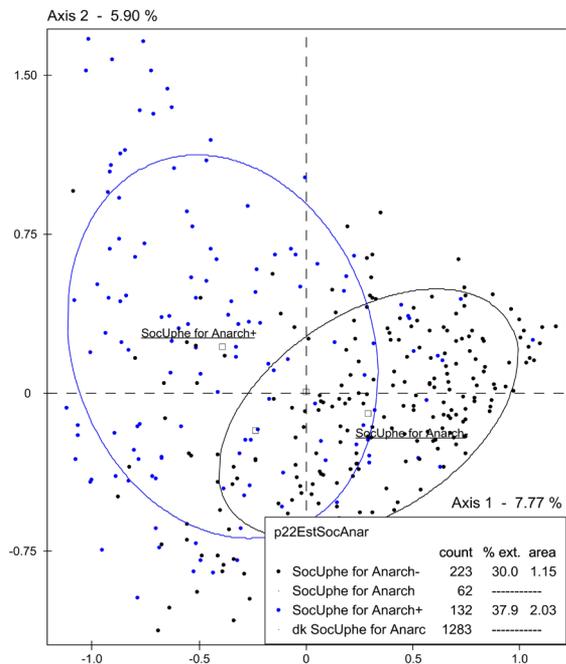


GRÁFICO 4
Participación en protesta (cacerolazo) como variable proyectada en ACM

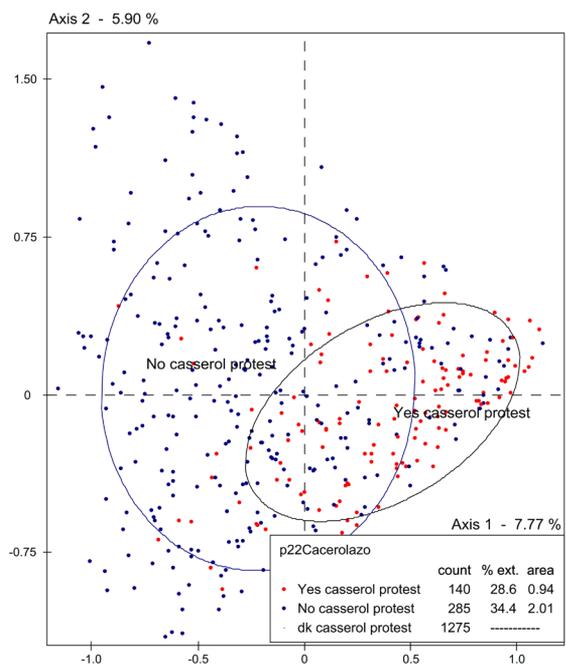
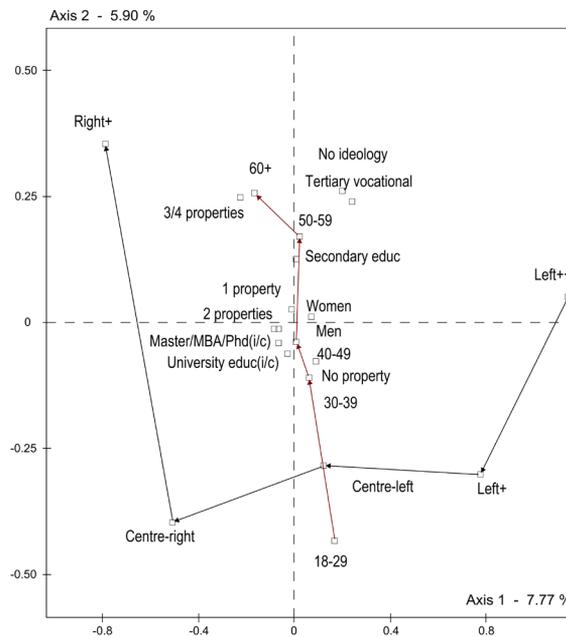


GRÁFICO 5

Variable suplementarias: educación, sociodemográficas e ideología proyectadas en ACM



A continuación, abordamos la asociación entre la distribución de tomas de posición y dos variables sociodemográficas típicas de este tipo de estudios, el sexo y la edad; la educación, como un indicador de nivel socioeconómico, si bien en nuestra muestra tiende a ser relativamente alto en su gran mayoría, pero sobre todo nos conecta con reflexiones sobre el efecto del nivel educativo en el comportamiento político; y, finalmente, el autoposicionamiento en el espectro izquierda-derecha, como una forma de aproximarnos a la argumentada oposición entre el conservadurismo y el progresismo en las clases más acomodadas de profesionales y directivos, e incluso de empresarios. Como respuesta, el Gráfico 5 indica con claridad que el sexo carece de relevancia. Por su parte, la educación tiene un impacto menor. De forma diferente, la edad estructura el espacio de sur a norte, o de abajo hacia arriba, si lo ordenamos desde los grupos de personas más jóvenes hasta los de mayor edad. Sin embargo, lo más destacable es que la ideología política es de forma evidente el factor que mayor influencia tiene en la estructuración del espacio social de las visiones políticas de las clases privilegiadas. En otros términos, la elite santiaguina está dividida de acuerdo a una lógica etaria y sobre todo en base a una división ideológica que fragmenta a dicho grupo en posiciones difícilmente conciliables. Brevemente, quienes resisten los cambios están frecuentemente identificados con la derecha política, y aquellos que los apoyan adoptan una identidad de simpatía hacia la izquierda.

GRÁFICO 6
Variable suplementaria edad proyectada en ACM

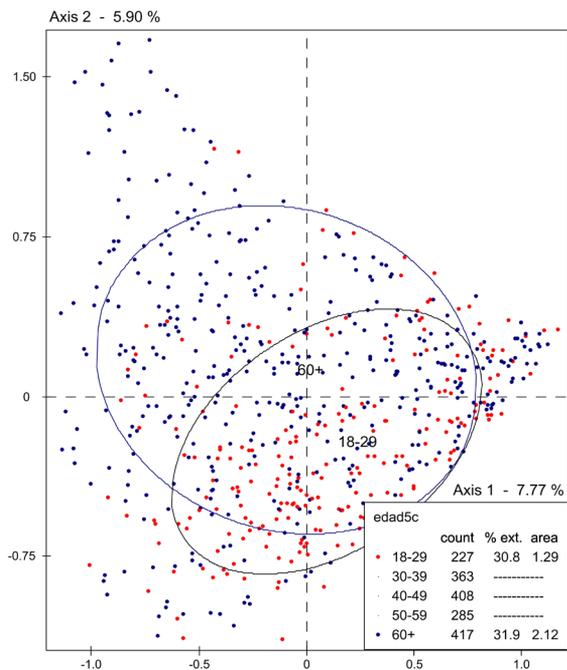
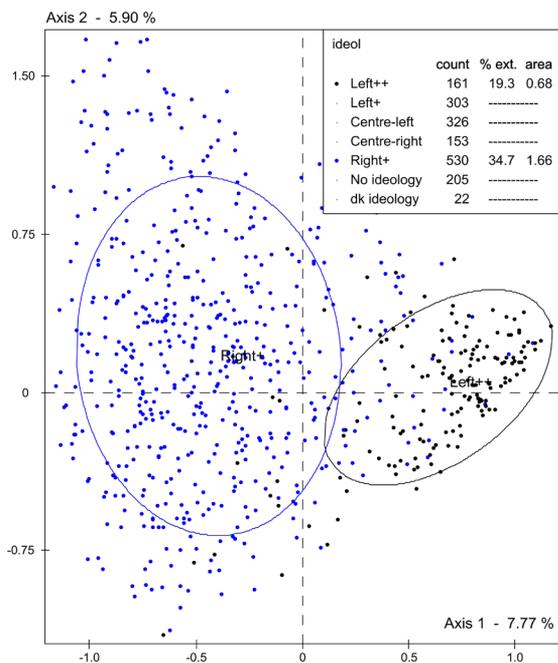


GRÁFICO 7
Variable suplementaria ideología proyectada en ACM



Con el propósito de ver cuán separados están los individuos según las variables edad e ideología, las de mayor impacto, hacemos dos análisis adicionales proyectando las categorías extremas de estas variables en la nube de posiciones posibles (o de individuos) del análisis de correspondencias múltiples. Con respecto a la edad, el Gráfico 6 muestra un importante solapamiento de las nubes de las personas sobre 60 años con la de los más jóvenes, pero en considerable menor grado de la segunda en la primera, es decir, las personas mayores de estrato alto manifiestan distribuir sus posiciones en todo el espectro de visiones presentes en su clase social, desde la resistencia al cambio hasta su aprobación. Sin embargo, los jóvenes se distancian de las posturas más conservadoras e identificadas con la extrema derecha. Aquí no podemos afirmar si esto es un efecto de la edad o no, pero pudiera perfectamente estarse dando una evolución ideológica producto de la cual se habría estado produciendo una profunda, quizás un tanto callada en la esfera pública, transformación hacia ideas más liberales, en donde se aceptan los cambios culturales e institucionales a cambio de mantener los privilegios económicos y el resguardo de los compromisos ideológicos y valóricos más fundamentales, lo que resulta del todo coherente con las narrativas cualitativas del “apruebo”. En lo que respecta a la ideología, el Gráfico 7 es ilustrativo del fuerte distanciamiento entre la derecha y la izquierda, con una sorprendente separación entre las nubes de individuos en cada bando. Esto pudiera ser indicativo de una significativa coherencia interna del universo de creencias y la consolidación de una cierta impermeabilidad de los extremos, lo que refuerza la tesis de la presencia y eficacia de un fuerte clivaje ideológico como configurador de la estructura de división interna de la elite chilena.

Conclusiones

Fundada en material de entrevistas en profundidad, análisis de encuesta y mapas de la geografía del voto en el plebiscito, la evidencia hasta aquí presentada demuestra de forma contundente la marcada división política que existe en el interior de la elite chilena. Con independencia de su aparente unidad en el privilegio, los sectores más acomodados se encuentran actualmente fragmentados en base a sus diferentes visiones sobre la sociedad y las instituciones. La ideología rompe cualquier atisbo de homogeneidad de las clases altas, las que enfrentan el destino del país con una notable diversidad de alternativas. Estas no son únicamente opciones, sino que aparecen en oposición mutua, con tensiones consolidadas cuya conciliación cuesta vislumbrar.

En este sentido, es particularmente relevante el momento en el que se hizo el estudio, en medio de una crisis social y política que no se recordaba desde los años 70. Por resistido su contenido y forzada su implementación que fuera, si la transi-

ción se condujo a través de una vía reformista contemplada en el constitucionalismo de la época, desde la revuelta social del 18 de octubre de 2019 la ruptura con la institucionalidad vigente pareció ser el único lugar de posible encuentro entre las elites dirigentes y las masas movilizadas. Es precisamente por ello que conocer el pensamiento de las primeras devino clave para poder ponderar qué era y es posible como acuerdo, y sobre qué tipo de bases democráticas se puede pensar el país hacia el futuro. Si las elites han sido pensadas a menudo en oposición a las masas de clase media y los sectores obreros y populares, a través de este estudio se puede constatar que fuertes líneas de oposición recorren también a las personas en las posiciones sociales que ocupan el ápice de la estructura social en Chile.

Referências Bibliográficas

- ANDREOTTI, Alberta; LE GALÈS, Patrick & MORENO FUENTES, Francisco Javier. (2015), *Globalised minds, roots in the city*. Chichester (UK), Wiley Blackwell.
- ARIÑO, Antonio & ROMERO, Juan. (2016), *La secesión de los ricos*. Barcelona, Galaxia Gutenberg.
- ARNDT, H. Lukas R. (2020), "Varieties of affluence: How political attitudes of the rich are shaped by income or wealth". *European Sociological Review*, 36 (1): 136-158.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction*. Paris, les Éditions de Minuit.
- BROCKMAN, David E.; FERENSTEIN, Gregory & MALHOTRA, Neil. (January 2019), "Predispositions and the political behavior of American economic elites: Evidence from technology entrepreneurs". *American Journal of Political Science*, 63, (1): 212-233.
- BRUSSINO, Silvina & ACUÑA, María Inés. (2015), "Confianza política, valores sociales e ideología política de las elites de poder". *Interdisciplinaria*, 32 (2): 223-246.
- CHAUVEL, Louis. (2006), *Les classes moyennes à la dérive*. Paris, Éditions du Seuil.
- DOSEK, Tomás. (2011), "¿Diferencia la izquierda y la derecha a los políticos y a los ciudadanos de América Latina?". *Boletín PNUD & Instituto de Iberoamérica*: 1-18. Disponible en https://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/062011.Boletin_PNUD-PELA3.pdf.
- Erikson, Robert & Goldthorpe, John H. (1993): *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Clarendon Press, Oxford.
- FRIEDMAN, Sam & LAURISON, Daniel. (2019), *The class ceiling. Why it pays to be privileged*. Bristol/Chicago, Policy Press.
- GAYO, Modesto. (2020), *Clase y cultura. Reproducción social, desigualdad y cambio en Chile*, Valencia, Tirant Humanidades.
- GAYO, Modesto. (2021), *Clase y política en España I (1986-2008). Estructura social y clase media en la democracia postransicional*, Madrid, Siglo XXI.
- GERHARDS, Jürgen; HANS, Silke & CARLSON, Sören. (2017), *Social class and transnational*

- human capital. How middle and upper class parents prepare their children for globalization.* Londres e Nova York, Routledge.
- GERTEIS, Joseph. (1998), "Political Alignment and the American middle class, 1974-1994". *Sociological Forum*, 13 (4): 639-666.
- GONZÁLEZ BUSTAMANTE, Bastián. (mayo-agosto 2019), "Brechas, representación y congruencia élite-ciudadanía en Chile y Uruguay". *Convergencia, Revista de Ciencias Sociales*, 80: 1-27.
- HEATH, A. & SAVAGE, M. (1994), "Middle-class politics". In JOWELL, Roger *et al.* (eds.), *British social attitudes: the 11th report*. Dartmouth, Aldershot, pp. 61-73.
- KEISTER, Lisa A. (2005), *Getting Rich. America's new rich and how they got that way*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MANN, Michael. (1993), *The sources of social power (vol. II): The rise of classes and nation-states, 1760-1914*. Nova York, Cambridge University Press.
- MAU, Steffen. (2015), *Inequality, marketization and the majority class: Why did the European middle classes accept neo-liberalism?*. Nova York, Palgrave.
- MÉNDEZ, María Luisa & GAYO, Modesto. (2019), *Upper middle class social reproduction. wealth, schooling, and residential choice in Chile*. Cham, Palgrave Macmillan.
- MORALES, Mauricio (coord.). (2011), "Brechas de representación. Elites parlamentarias y ciudadanía en Chile". *Documento Observatorio Político Electoral*, ICSO, Universidad Diego Portales.
- REAL-DATO, José; GÖRICZ, Borbála & LENGYEL, György. (2012), "National elites' preferences on the Europeanization of policy making". In: BEST, Heinrich; LENGYEL, György & VERZICHELLI, Luca (eds.). *The Europe of elites. A study into the Europeanness of Europe's political and economic elites*. Oxford, Oxford University Press, capítulo 4, pp. 67-93.
- REEVES, Richard V. (2015), "The dangerous separation of the American upper middle class". *Brookings Report*, September 3: 1-13.
- RIVERA, Lauren A. (2015), *Pedigree. How elite students get elite jobs*. Princeton e Oxford, Princeton University Press.
- RODRÍGUEZ-TERUEL, Juan; REAL-DATO, José & JEREZ, Miguel. (2016), "But still enthusiastic: The unchanged Europeanness of the Spanish parliamentary elite during the Eurozone crisis". *Historical Social Research*, 41 (4): 214-238.
- SCHIMPFÖSSL, Elisabeth. (2018), *Rich Russians. From oligarchs to bourgeoisie*. Nova York, Oxford University Press.
- SHERMAN, Rachel. (2017), *Uneasy Street. The anxieties of affluence*. Nova Jersey, Princeton University Press.
- WALKER, P. (1979), *Between labour and capital*. Sussex, The Harvester Press.
- WAYNE, Au. (2016), "Techies, the tea party, and the race to the top: the rise of the new upper-middle class and tensions in the rightist politics of federal education reform". *The Educational Forum*, 80 (2): 208-224.

Resumen

Fragmentación ideológica de la elite en Chile

Este artículo se titula “Fragmentación ideológica de la elite en Chile”. Ofrece resultados de una investigación sobre los estratos más privilegiados de la sociedad chilena compuestos por empresarios, directivos y profesionales. En base a literatura sociológica y politológica, se indaga sobre la división política de las clases altas y medias altas. Para ello, se emplea una aproximación metodológica que combina técnicas cuantitativas (análisis de correspondencias múltiples), cualitativas (entrevistas en profundidad) y una lectura geográfica (mapas). Se concluye que la elite chilena está fuertemente dividida en torno a los cambios que el país enfrenta, mostrando una fragmentación interna de acuerdo a la edad y sobre todo la ideología política.

Palabras clave: Elites; Fragmentación política; Ideología; Privilegio; Desigualdades.

Abstract

Ideological fragmentation of the elite in Chile

This article is titled “Ideological fragmentation of the elite in Chile”. It offers results of a research about the privilege in Chilean society, sociologically composed by entrepreneurs, managers and professionals. Based upon sociological and politological contributions, it studies political divides within the upper class and upper middle class. In order to do that, it uses a methodological approach which combines quantitative (multiple correspondence analysis) and qualitative (in-depth interviews) techniques, along with geographical tools (maps). It concludes that the Chilean elite is strongly divided regarding the views about the changes that challenge the country, showing an internal fragmentation by age and above all political ideology.

Keywords: Elites; Political fragmentation; Ideology; Privilege; Inequalities.

Texto recebido em 04/10/2021 e aprovado em 08/02/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.191178.

MODESTO GAYO é professor titular da Escuela de Sociología, da Facultad de Ciencias Sociales e Historia da Universidad Diego Portales. E-mail: modesto.gayo@udp.cl.

MARÍA LUISA MÉNDEZ é professora associada do Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, da Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos da Pontificia Universidad Católica de Chile. E-mail: mmendezl@uc.cl.



“Tuve la mala suerte de comer en el Ritz”

A autobiografia de Victoria Ocampo e a composição do *habitus* de elite em Buenos Aires em princípios do século xx

Alexandra Dias Ferraz Tedesco*

<https://orcid.org/0000-0001-7840-5014>

Las damas de familia Anchorena, así como las de Alvear o Alzaga eran tan conocidas en las grandes tiendas de París por sus fastuosas compras que las vendedoras al ver sus tarjetas exclamaban: “Ah! Madame appartient aux trois A”.

Juan José Sebreli em *Los Anchorena*.

O nosso amor-próprio sofre com mais impaciência a condenação dos nossos gostos do que das nossas opiniões.

Le Rochefoucauld, citado por Pierre Bourdieu n' *A distinção*.

Não é incomum que intelectuais consagrados optem por, em determinado ponto de sua trajetória, tentar controlar sua biografia ou sua *persona* (Goffman, 1985), especialmente quando dela depende, em alguma medida, a coerência entre a vida, a obra e a posição intelectual que encarnam ou defendem. De Franz Kafka a Jean Paul Sartre, a *operação social de enquadramento de si*, tomada como um objeto de análise em si mesma, levanta questões sobre a pertinência do incurso autobiográfico, sobre a propriedade que um sujeito do mundo letrado efetivamente tem ao procurar incidir

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

1. Esta e as demais traduções são minhas. “As damas da família Anchorena, assim como as Alvear ou Alzaga, eram tão conhecidas nas grandes lojas de Paris por suas faustosas compras que as vendedoras, ao verem seus cartões, exclamavam: ‘Ah! A Madame pertence aos três As’”.

deliberadamente nos instrumentos aos quais deve sua consagração e, também, sobre a possibilidade da busca por narrar a si mesmo como um *exemplar* de uma determinada *atitude* diante das coisas da cultura. Esses debates foram tematizados por distintas disciplinas e por variadas posições metodológicas. Do ponto de vista da história, a discussão sobre a pertinência das biografias e autobiografias acontece, sobretudo após os anos 1980, nos marcos de uma história política renovada (Sirinelli, 2013; Remond, 1997; Lejeune, 1996; Dosse, 2009). Nas ciências sociais, mais pontualmente na sociologia dos intelectuais, o interesse pelas possibilidades e limites das histórias de vida como componente explicativo do campo letrado tem sido visto ora como possibilidade, ora como ilusão (Bourdieu, 1997, 2008, 2010; Sapiro, 2013; Miceli, 2014; Milo, 1984), não sem provocar sérias querelas internas à disciplina a respeito do estatuto de objetividade que se pode conferir a alguém que fala de si mesmo retroativamente. Todas essas discussões remetem, ainda, aos debates mais amplos em torno do papel da narrativa, do rigor documental e, em alguma medida, do próprio estatuto de verdade objetiva eventualmente pleiteado pelos estudiosos do mundo intelectual.

Este artigo se ampara nessa farta discussão interdisciplinar para realizar duas investigações que, inicialmente em paralelo, se encontram na tematização da própria noção de autobiografia como testemunho de um conjunto de práticas, mais do que de narrativas. Tomando a trajetória da escritora e editora argentina Victoria Ocampo (1891-1979) como observatório, pretende-se identificar os dispositivos de consagração intelectual operantes na Argentina da primeira metade do século xx, considerando-os em sua dimensão prática, ou seja, colocando em relevo as marcas de distinção cultural que operam nas escolhas autobiográficas da autora. Em paralelo, este artigo almeja tematizar a relevância da posição autobiográfica para a aproximação entre os debates historiográficos e sociológicos em torno da construção das operações sociais de enquadramento de si que conectam uma trajetória intelectual específica às suas posições relativas no campo.

Por um lado, a trajetória social de Victoria Ocampo será observada à luz dos dispositivos de consagração social que aparecem em *Império insular*, parte de sua autobiografia dedicada à primeira juventude. Assim como muitos de seus pares, Ocampo incursionou algumas vezes pela narração em primeira pessoa, valendo-se dessa modalidade, inclusive, para projetar-se enquanto figura pública e ensaísta. Sua autobiografia, publicada em 1979, foi elaborada à luz de uma trajetória já consagrada como fundadora e diretora da *Revista Sur*, árbitro cultural do bom gosto argentino de 1931 até a década de 1970 (Silva, 2004; Gramuglio, 2007; Miceli, 2018), e registra uma teleologia pessoal pensada para leitores póstumos (Podlubne, 2016; Gonzalez, 2020). Nos termos de Podlubne, “el nacimiento de Sur, cuyos avatares Ocampo ya

había narrado en distintas oportunidades, opera en el desarrollo del plan general de la Autobiografía como la culminación del prolongado esfuerzo de rétablissement espiritual en torno al que se articula todo el relato de su vida” (2016, p. 87)². Além da *Autobiografía*, a composição da *persona* de Victoria Ocampo pode ser rastreada também a partir de seus *Testimonios* publicados entre 1935 e 1977. Menos sistemáticos, eles são um conjunto de anedotas e casos protagonizados por Victoria. Nos *Testimonios*, a narração de si, organizada de forma mais episódica, permite visualizar a confecção de uma história de vida a partir de registros menos elaborados, na medida em que menos implicados na confecção de uma narrativa que almeja a posteridade. Sem a dimensão de ponto de chegada que confere aos eventos um estatuto de predestinação, os *Testimonios* são reveladores da operação prática de agenciamento de si. Apesar disso, é na *Autobiografía* que os acontecimentos prosaicos são descritos com base em um *proyecto existencial*. Essa dimensão ultrapassa, na hipótese deste artigo, a história pessoal de Victoria e permite visualizar um processo de construção de si mesma que é, ao mesmo tempo, observatório de compreensão da formação de um *habitus* letrado específico³. O conceito de Pierre Bourdieu aqui empregado refere-se à dimensão das práticas e do estilo de vida. Para o sociólogo, é na esfera das ações e posições não sistemáticas – “aprendizagem total, precoce e insensível” (2010, p. 128) – que se podem observar os princípios hierarquizadores em ação. Assim, nos modos à mesa, nas escolhas de vestuário e na escolha do epistolário que compõem o *Império insular*, que normalmente não aparecem em uma autobiografia formal, a trajetória de Victoria Ocampo pode ser cotejada não apenas com sua própria biografia ou com a biografia de *Sur* com a qual procura identificar-se, mas com as normas, padrões e simbologias de distinção cultural que caracterizam a Argentina da primeira metade do século xx.

A figura de Victoria Ocampo é, talvez, junto com a de seu contemporâneo e amigo Jorge Luis Borges, uma das mais frequentadas por analistas interessados nos debates intelectuais sobre o universo literário argentino do século xx (Silva, 2004; King, 1986; Gramuglio, 2007; Fiorucci, 2001; Miceli, 2018). Destacando-se pela proximidade entre a abordagem historiográfica e a sociológica, Miceli pretende inserir-se na senda aberta por King (1986, 1990), que compreende a revista para além de seu

2. “O nascimento de *Sur*, cujos avatares Ocampo já havia narrado em distintas oportunidades, opera no desenvolvimento do plano geral da *Autobiografía* como a culminação do prolongado esforço de reestabelecimento espiritual em torno do qual se articula todo o relato de sua vida” (2016, p. 87).
3. Com efeito, o *habitus* é, simultaneamente, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e sistema de classificação (*principium divisoris*) dessas classes. É na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas (gosto), que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (Bourdieu, 2010, p. 270).

apelo intrínseco, observando a conformação de uma concordância que transcendia adesões refletidas: o senso prático, enfim, o *ethos* dos dândis portenhos, como constitutivos da teodiceia da revista. Comumente lida e interpretada como patrona⁴ do grande empreendimento cultural que foi a *Revista Sur* (1931-1980) – nos termos de Miceli (2018), um “banco central da cultura grãfina” –, Ocampo também tem sido objeto constante de leituras que a classificam sumariamente, junto ao grupo que orbitava a revista, como um símbolo da vocação cosmopolita e liberalizante da elite letrada argentina (Arregui, 1957; Jauretche, 1973). Amparado nesses debates, mas diferenciando-se deles quando pretende observar parte da autobiografia de Ocampo a partir da dimensão das práticas, este trabalho não tem pretensões tradicionalmente biográficas, nem pretende refazer as análises já consagradas, como a de Miceli (2018), sobre o papel de Ocampo na consolidação do mercado editorial argentino dos anos 1930⁵. Não pretende, ainda, julgar a trajetória de Victoria Ocampo em termos de sua posição política frente ao governo de Juan Domingo Perón.

A proposta é recapitular considerações introdutórias sobre a juventude da autora com base em uma parte específica de sua autobiografia, *El imperio insular*, para, por meio dela, incitar uma reflexão sobre a importância das redes familiares na circulação de um *habitus* culto. Em suma, trata-se de observar como Ocampo reivindica essas redes internacionais de sociabilidade, que denotam sobretudo familiaridade com o mundo das ideias e, ao mesmo tempo, as critica ferozmente: esta operação parece constituir o próprio cerne de uma das formas mais potentes de autoconsagração do universo letrado, aquela que se projeta na tensão entre o testemunho biográfico, o nome próprio e a origem social.

Este artigo enfoca três aspectos que um biógrafo poderia chamar de colaterais, mas que, ao final, podem contribuir para compreender a gestação e a consolidação de uma variedade de formas e redes de relações de prestígio. Os observatórios são: inicialmente, a relação de familiaridade com a dita cultura legítima por meio dos usos reivindicados de outras línguas, particularmente o francês. Em segundo lugar, as relações de Victoria com as principais figuras da cena política e cultural argentina, presente e passada, que permitem observar as reivindicações de filiação intelectual

4. Alain Viala, em *Naissance de l'écrivain* (1985), põe em relevo a importância da figura do mecenas na formação do campo literário: “En agissant en mécène, le riche ‘lave’ symboliquement tout sa fortune: de même que l’argent de la gratification apparaît comme un symbole du plaisir éprouvé, de même l’ensemble de sa richesse apparaît comme un symbole de ses mérites personnels”; “Ao agir como mecenas, o rico simbolicamente ‘lava’ sua fortuna: assim como o dinheiro da gratificação aparece como símbolo do prazer experimentado, toda a sua riqueza aparece como símbolo de seus méritos pessoais” (1985, p. 55).

5. Para entender o papel de Victoria Ocampo no campo editorial argentino, assim como suas relações com os sistemas gerais de consagração cultural, é possível consultar: Borrotorán, 2006; Bruno, 2009; Sarlo, 2007; Sigal, 1996; Silva, 2004; e Terán, 2008.

que transcendem a aderência teórica ou a reivindicação pura e simples do *gosto*. Por fim, este artigo mapeará os lugares que aparecem na história de Ocampo, procurando organizar uma proposta de geografia urbana do prestígio literário de Buenos Aires desde o início do século XX, dimensão que conecta os esboços autobiográficos com a dinâmica social em questão. Nos termos de Ortiz, referindo-se à tese de Marc Augé, o lugar será observado, nesta argumentação, como um “território de produção de sentido coletivo” (2019, p. 207).

Esses olhares sincrônicos ajudarão a esclarecer os elementos de distinção que operam na conformação do *habitus* por meio de sua substância constitutiva: os padrões de socialização. Os gostos, manifestados no texto como expressão da singularidade e da preferência pessoal, operam nesta leitura como marcadores de classe que se apresentam na forma de uma “competência cultural”. Nesse sentido, Ocampo não só foi patrocinadora e diretora da maior revista cultural argentina da primeira metade do século, mas também um observatório privilegiado das condições de circulação simbólica que fundamentam a construção do universo cultural da qual a revista *Sur* foi, durante tanto tempo, protagonista e antagonista exemplar.

O império insular ou *temps retrouvé*

Victoria Ocampo nasceu em 7 de abril de 1890 em Buenos Aires, no seio de uma das famílias mais tradicionais da Argentina. Momento de consolidação das elites exportadoras, os anos de 1890 a 1910 marcam o apogeu da economia pecuária e, paralelamente, o surgimento de uma elite urbana que, sustentada pela renda rural, reflete-se em Paris e vislumbra – na arte, na arquitetura, literatura etc. – a construção de uma Buenos Aires moderna, adaptada às suas novas demandas de consumo simbólico⁶. Protagonistas dessa mimese, as famílias mais ricas e tradicionais, com grandes volumes de capital cultural, procuraram atualizar os círculos letrados de Buenos Aires neste repertório (Tedesco, 2018).

O *Império insular*⁷ é o segundo número de um total de dez volumes – reeditados em 2014 em comemoração aos 35 anos de sua morte – em que a autora mescla ensaios, textos publicados em revistas internacionais, reflexões epistolares e autobiográficas. A escolha desse volume responde à hipótese de que é na época da primeira juventude de Ocampo que as relações sociais se fortalecem em sua trajetória pessoal (passando da vida doméstica para a vida “social”) e, paralelamente, remetem à época do apogeu

6. Para uma análise da relação entre as aspirações das elites e as mutações do espaço urbano de Buenos Aires é possível consultar Gorelik, 2005.

7. Para uma análise do primeiro volume da *Autobiografía*, é possível consultar Mackler, 2015 e Vázquez, 2019.

da elite portenha à qual a autora pertencia, levando ao limite a tensão entre o nome próprio (Victoria) e o nome de família (Ocampo), tensão constitutiva da própria identidade da personagem.

A relação de Victoria Ocampo com sua herança familiar é ambígua. Oscila entre a adesão e a crítica e, nesse movimento, deixa antever uma operação de feitura de si que, vinculada ao sobrenome de família, procura converter o capital econômico dos Ocampo em capital cultural. As interdições que se impunham à jovem Victoria, sobretudo dada sua condição como mulher, ajudam a delinear sua estratégia de criação de uma personalidade pública em oposição à figura feminina tradicional da época: “All these prohibitions and limitations were creating a state of rebellion in me and it just kept getting worse. But the latent rebellion really had emerged before my presentation to society. It had started in my adolescence” (Ocampo citada por Steiner, 1999, A, 2, p. 3034)⁸. Entender a relação de Ocampo com sua família e com os legados simbólicos que tal pertencimento mobiliza não é, nesse sentido, apenas uma questão de verificação biográfica, mas, antes, uma estratégia de intelecção das relações nem sempre estáveis entre um sujeito intelectual (Victoria) e seu leque de possíveis (Bourdieu, 2010).

O primeiro tema que chama a atenção em *Império insular* é o uso frequente da língua francesa. Essa característica é aqui interpretada como algo mais do que uma preferência: escrever em francês foi, para a elite portenha do início do século XX, uma oportunidade de se emancipar dos laços regionais e participar de consagrações simbólicas internacionais. A escrita de correspondência pessoal em francês, por exemplo, registra uma familiaridade com a língua francesa que ultrapassa, em larga medida, o impacto social do domínio do idioma. O pertencimento a uma tradição universal foi, inclusive, um dos motes centrais da projeção dos intelectuais do grupo *Sur* em geral e de Victoria em específico no universo intelectual europeu. Esse recurso ajudou os intelectuais periféricos a se projetarem no centro das consagrações culturais, já que a partir do século XVIII a língua francesa impôs seu uso transnacional (Milo, 1984; Sapiro, 2013; Sapiro e Heilbron, 2002).

Ressalto que essa tentativa de continuidade simbólica com a França não se concretizou, no caso de Ocampo, apenas desde as viagens periódicas de treinamento no universal que a família frequentemente fazia a Paris. Sintomaticamente, o início do *Império insular* é organizado a partir da expressão *temps retrouvé*. Nesse caso, não se trata apenas do uso do francês como língua de protocolo, mas de seu uso por meio

8. “Todas essas proibições e limitações criaram em mim um estado de rebelião e isso só foi piorando. Mas a rebelião latente realmente emergiu antes da minha apresentação à sociedade. Ela começou quando em minha adolescência” (Ocampo citada por Steiner, 1999, A, 2, p. 3034).

de Proust, indicando não só o domínio da língua, como também o domínio de uma certa tradição. Beatriz Sarlo (2010) igualmente nota, nesse sentido, que a escolha de cânones máximos de tradições europeias foi uma constante na trajetória de Victoria. O ensaio sobre a *Divina Comédia*, publicado em *La Nación* em 1928 e que ajudou a projetar Victoria na cena intelectual de Buenos Aires, seria um exemplo de uma atitude bastante frequente da escritora, a saber, a afirmação de uma familiaridade com as grandes tradições culturais. Nos termos de Sarlo, ademais

No se trata sólo de Dante· (con quien ya bastaría para probar esta relación) sino de citas filosóficas y teológicas: ¡una argentina que parece haber leído a los padres de la iglesia! Y las citas están, como corresponde, incorporadas en su idioma original cuando se trata de poetas: Shakespeare, Shelley, Oscar Wilde, Pater. (2010, p. 91)⁹.

O relato de Victoria registra que, junto com suas irmãs mais novas, não apenas frequentou aulas de alfabetização em francês, mas também aulas de dicção (as aulas que Ocampo frequentou, segundo ela, eram: de francês, inglês, piano, espanhol, italiano, dicção francesa e canção). A preocupação com o sotaque é, neste caso, uma preocupação com a familiaridade com a língua e com seu uso natural. Não se trata, portanto, do francês escolar, acessível a qualquer pessoa envolvida na aprendizagem formal, inclusive aos novos ricos de origem imigrante que começavam a ingressar no sistema universitário de Buenos Aires; trata-se, efetivamente, de um francês adquirido pela lenta familiarização, que atestava não apenas uma habilidade, mas também um modo específico de adquiri-la e professá-la.

Cartas escritas em francês para amigas como Delfina Bunge também demonstram mais do que a habilidade prosaica na língua de Molière: consta, junto com alguns relatos de viagens, uma série de composições poéticas de Victoria. Destaca-se também a carta escrita à mãe aos nove anos, na qual o francês também é a língua escolhida para falar de uma visita à casa de alguns parentes (no caso, Clara Cobo). O uso do francês na comunicação íntima com a própria mãe é uma indicação de que a língua prevalecia nas relações pessoais que, em teoria, não estavam sujeitas a qualquer escrutínio público. Essa familiaridade autêntica não pode ocultar uma certa relação legítima com a linguagem, operação distintiva observável também nas escolhas de estilo, entonação e vocabulário.

9. “Não se trata somente de Dante (com quem já bastaria para provar essa relação), mas também de citações filosóficas e teológicas: uma argentina que parece ter lido os pais da igreja! E as citações estão, como corresponde, incorporadas em seu idioma original quando se trata de poetas: Shakespeare, Shelley, Oscar Wilde, Pater.” (2010, p. 91)

Se o francês é a língua da vida cotidiana, o inglês aparece como *a língua das crianças*. Ocampo menciona não apenas sobre os teatros em inglês que ela representava para sua família durante os jantares (ela queria ser atriz na juventude, desejo frustrado pela censura familiar), mas também a constante importação de literatura em inglês que compunha a biblioteca familiar. O domínio do francês e do inglês não era, é importante enfatizar, uma peculiaridade da família Ocampo. Ao contrário, servia para marcar a existência de uma sociabilidade específica em Buenos Aires que aproximava as “boas famílias” e, sobretudo, permitia a socialização de seus filhos em redes de relações herméticas. Diante do crescimento da burguesia imigrante que começa a reivindicar posições de poder social adequadas ao seu crescimento econômico na década de 1910, aderir aos hábitos franceses, mesmo nas comunicações mais íntimas, é uma operação estratégica, na medida em que invoca uma tradição específica e, com ela, uma validação das distâncias sociais entre os eleitos e os candidatos à definição arbitrária do gosto. Como afirma Bourdieu em *A distinção* (2010), a mobilização de certos códigos de aprendizagem cultural é, antes de tudo, a capacidade de identificar rapidamente o que deve ser apreciado. Esse conhecimento é, no fundo, o produto de uma familiarização lenta, ao contrário da aprendizagem escolar, aberta a todos os candidatos, incluindo filhos de famílias italianas que se instalaram economicamente na capital. Estamos, portanto, no campo da prática. Importa mencionar, ademais, que o domínio da competência linguística opera, no caso das famílias ricas da oligarquia de Buenos Aires, em comunhão com outros marcadores franceses. Ocampo registra, por exemplo, a obsessão de sua tia, María Luiza Urquiza, com o aperfeiçoamento diário dos *omelettes soufflés* em sua residência na rua Lavalle.

Para Bourdieu, há modos de distinção que costumam funcionar como atestação da antiguidade do capital simbólico. É essa antiguidade, manifesta em aspectos como a alimentação, a cultura e os cuidados com a apresentação de si, que garante o efeito de precocidade que a aristocracia costuma demarcar como fronteira distintiva em relação às classes médias mais recentes. Nos termos do autor, “esse capital estatutário de origem é reforçado pelas vantagens dadas, em matéria de aprendizagens culturais, maneiras à mesa ou arte da conversação” (2010, p. 136). Dessa forma, aspectos como a alimentação não se restringem somente à escolha dos alimentos, mas também se referem às maneiras e aos rituais e à etiqueta que envolvem comer *omelettes soufflés* e não meros *huevos revueltos*.

Assim, sinteticamente, não só o domínio da língua, mas também os códigos de lazer franceses (“Naqueles anos, eu não ia ao baile e ficava contente em ver minha mãe vestida de baile [fantasias de Paris]”, p. 30), na alimentação (“Os cardápios são tão fartos e bons que não entendo como meu avô morreu de velhice e não de alguma daquelas doenças que predizem que os médicos abusam da mesa”, 1980, p. 27) e

nas interações cotidianas (“Assim como ninguém na minha infância ou juventude morava em apartamentos – refiro-me às pessoas da chamada oligarquia –, ninguém dava bailes em hotéis ou clubes. As casas eram para isso”, 1980, p. 28), a referência francesa é, para a adolescente Victoria, como o ar que respira.

A família ou *noblesse obligée*

A familiaridade com as coisas da cultura ajuda a medir o impacto das redes familiares *quatrocentonas* cuja antiguidade garantia, em uma Argentina que tinha 50% de adultos imigrantes em 1910, uma distinção social que as fronteiras econômicas não podiam mais sustentar. Nesse caso, a família aparece como princípio de organização social, como instituição de identidade e, ao mesmo tempo, como forma de naturalização do arbitrário social (Bourdieu, 1997).

A dimensão familiar é, como afirmado anteriormente, tensional ao longo da história de Ocampo. Alguns desses aspectos são importantes porque contribuem para que Ocampo seja capaz de se diferenciar de sua família, uma distinção que só pode ocorrer porque Victoria domina os mecanismos distintivos que separam seu próprio nome de seu próprio sobrenome. Essa característica de identificação / distanciamento, que só pode ser usada *a posteriori*, fica evidente em passagens que falam de sua insatisfação com as posições rígidas das famílias em certas áreas. Apesar de progressista em alguns campos, afirma Ocampo, uma certa xenofobia “pairava no ar” nos salões da elite portenha. Em sua festa de debutante, na casa de Teodelina Alvear, Ocampo não deixa de registrar o tédio que sente pelas limitações impostas às meninas de seu círculo social, como a proibição de dançar mais de uma vez com o mesmo rapaz. Outro exemplo dessa operação de construção de uma vocação pela liberdade em oposição aos rígidos códigos do Ocampo (“Vou levar os livros”, carta a Delfina Bunge, 30 de setembro de 1907; Ocampo, 1980) é abundantemente narrado quando, em certa ocasião em Paris, seus pais, tendo encontrado em seus pertences um exemplar de Oscar Wilde (leitura estritamente proibida), e repreendendo-a por escondê-lo, veem a tempestuosa primogênita Ocampo ameaçar atirar-se, junto com o livro, da janela do Majestic Hotel, na *Champs Elisée* (os livros permitidos, embora com restrições em alguns trechos, eram, segundo ela, a maioria dos clássicos, entre os quais cita Conan Doyle, Dickens, Racine, Hugo, Maupassant, Poe, Verlaine, Mme Lafayette, Molière, Tolstoy, Shakespeare e Dante).

Mesmo em Paris, grande parte da descrição presente no *Império insular* é dedicada às reuniões intelectuais a que a jovem Victoria teve a oportunidade de assistir. Os Ocampo eram parentes de Herman Bemberg, um músico renomado que havia estudado com Jules Massenet. Além disso, outras relações familiares permitem uma

viagem a Londres e à Escócia (carta a Delfina Bunge, 1908). Em 1909 veremos Victoria em Paris, frequentando cursos gratuitos de literatura e filosofia no College de France e na Sorbonne (“Programa do Curso de Inverno: 1. Audler: Nietzsche, Sua Vida e Seu Pensamento. 2. Hauvette: *A Divina Comédia*. 3. Faguet: Origens do romantismo. 4. Croiset: literatura grega. 5. Jeanroy: literatura italiana”. Carta para Delfina Bunge, 1908; Ocampo, 1980). Em fevereiro de 1910, ela posou para Dagnan Bouveret, com quem se corresponderia mais tarde. Apesar das oportunidades de contato com o universo intelectual parisiense, Victoria escreveu a Delfina, em dezembro de 1908, do Majestic Hotel: “Por fora, faço mais ou menos como todo mundo, pela minha mãe. Se não o fizer, será uma catástrofe para ela. Mas esse fingimento não vai durar. É muito pesado para mim” (*Idem*, p. 115). A saudade de Buenos Aires e o cansaço de Paris também são marcados por uma série de operações distintas, como: “Depois, tive o azar de comer no Ritz. Já não se tratava do esnobismo das Cartas, mas da nobreza: o marquês de tal, duque de quem, filho do conde *perico de los palotes*. Decidi não ir aonde possa encontrar argentinos” (*Idem*, p. 118, data da carta: 2 de fevereiro de 1909).

A ida a Paris, é relevante frisar, funcionava como um regulador civilizacional para a elite de Buenos Aires desde a primeira metade do século XIX. David Viñas, um intérprete do valor dessas viagens para a formação da elite letrada da qual Victoria Ocampo fazia parte, ressalta que era importante tanto ir quanto voltar da Europa e, notadamente, de Paris. Essa operação permitia, para o crítico literário, uma espiritualização do viajante, uma verdadeira transubstancialização que o tornava, na volta, um personagem quase ungido, a ponto de que “en algunos casos cuminantes el regreso de Europa no sólo implica la consagración en tanto argentino de primera clase, sino también la identificación con el europeo” (Viñas, 2005, p. 45)¹⁰.

Tratava-se, para Viñas, da exaltação de um certo valor inalterável nas coisas europeias, “*la extensa y atercopelada comarca de la vida interior*” (2005, p. 48)¹¹. A imigração, interpretada como uma ameaça massificadora, é observada a partir da Europa como uma ameaça aos valores individuais que sustentam os nomes próprios e seu papel na história argentina. Dessa forma, viajar à Europa é, para essa geração, como viajar a si mesmo. Nesse sentido, o passado se torna a única perspectiva identificada com o sempre, com o estável. A viagem à Europa, enfim, funcionava como legitimação do estatuto de homem cultivado, porque o retorno do universal em direção à Argentina trazia, na bagagem, elementos justificadores de um poder fundado sob sua competência (real ou não) em matéria de modernidade.

10. “Em alguns casos extremos, o regresso da Europa não só implicava a consagração enquanto argentino de primeira classe, mas também a identificação com o europeu” (Viñas, 2005, p. 45).

11. “A extensa e aconchegante comarca da vida interior” (2005, p. 48).

A rede de contatos da família Ocampo não só possibilitou que ela circulasse facilmente pelos ambientes parisienses, mas também, anos depois, lhe permitiu consolidar a ampla rede de apoio internacional que colocaria a revista *Sur* no epicentro da cultura argentina. Ao narrar essas memórias de sua juventude, ela insere, como apêndice, algumas cartas de figuras históricas argentinas a seus familiares, tais como: carta de Sarmiento para sua avó, Victoria Ocampo, 1846; carta de Sarmiento ao avô, Manuel Ocampo; versos de Vicente López a Manuel Ocampo; carta do general Venancio Flores ao bisavô em 1862; carta de Sarmiento à madrinha Francisca Ocampo de Ocampo, 1883; carta de Carlos Pellegrini a Francisca Ocampo de Ocampo, 1883; carta de Nicolas Avellaneda à Francisca Ocampo de Ocampo, 1884; Julio Roca ao bisavô, 1897. Ressalte-se mais uma vez que a relação mítica de Victoria Ocampo como subversiva de seus marcadores de classe – ela foi, afinal, uma pioneira e feminista, a única latino-americana presente no julgamento de Nuremberg – e a afirmação das origens familiares são, em última instância, a condição de participação nesse seletivo e pouco subversivo circuito de produtores culturais de Buenos Aires no início do século.

Operam, portanto, duas instâncias consagratórias nas viagens de Ocampo: por um lado as idas frequentes à Europa, que a certificavam enquanto uma cosmopolita. Por outro, a rede de contatos estabelecida através das viagens estimula um pertencimento endógeno, de modo que o contato de Victoria com grandes personalidades de seu tempo, inclusive com o presidente Marcelo Alvear, dá-se também na chave ambígua de europeus/argentinos. Tudo se passa como se Victoria, pela tensão constitutiva entre o nome próprio e o nome familiar, estivesse em condições de jogar dois jogos nos quais, a despeito das regras diferentes, os lances são materialmente os mesmos (ora a distinção pela origem familiar ora a distinção da origem familiar garantida pelas estratégias de confronto de Victoria). Nesse sentido, como ressalta a biógrafa M. S. Gonzalez, “*Victoria muestra no solo el conocimiento personal del entonces presidente, ministros y funcionarios sino que contaba con un capital relacional que le permitía unir las gestiones del Estado con las suyas*” (2020, p. 395).

Lugares de memória

Finalmente, destaco algumas das indicações fornecidas por Victoria para ilustrar o circuito de casas de família (e amigos íntimos) em que ela se movimentava durante os primeiros anos de juventude. Além do Majestic Hotel em Paris, os locais mencionados em Buenos Aires são: a. San Isidro (propriedade da família Ocampo, frequentemente usada no verão); b. Calle Viamonte, 555 (onde ela passou a adolescência), Juncal y Suipacha (casa de seus parentes de Cobo – Clara Cobo de Anchorena – a quem

Victoria chama de “meu país das maravilhas inernal da infância”, 1980, p. 24) e Lavalle, 777 (casa da família paterna).

Um aspecto relevante neste ponto é que esses endereços são, com exceção de San Isidro – mais remoto –, geograficamente muito próximos. Situadas no que hoje é o centro histórico de Buenos Aires (ou microcentro na direção de Palermo e Recoleta), refletem um tempo de modernização da cidade (a instalação do metrô é de 1915) e, sobretudo, de sua setorização: neste contexto, os bairros proletários continuam a ser os localizados na região sul, especialmente em La Boca, de modo que o circuito central das casas da narração de Ocampo compreende não só a região mais rica, mas também o lugar mais integrado da cidade. O circuito de danças e eventos sociais referidos no *Império insular* (como o hábito do chá e do almoço em casa) marca uma relação tensa entre a privacidade das relações domésticas, principalmente para as mulheres, e um gradativo domínio da sociabilidade urbana, cenário no qual a domesticidade é ostentada em termos da circulação em um espaço que constitui, socialmente, uma extensão das casas de família. Nos termos de Sánchez

[...] anteriormente discreta y austera, la elite, o parte de ella, vinculada al nuevo centro de poder político, se ha vuelto ostentosa, viviendo el estado floreciente de sus finanzas y exteriorizando su reciente prosperidad en la construcción de lujosas mansiones y Una vida social intensa (Sánchez en Rial, 1996, p. 142)¹².

Alguns elementos contextuais podem ser aventados nesse ponto do argumento para circunscrever a posição de Victoria e sua família no processo de modernização de Buenos Aires. Segundo Rapoport e Seoane, entre o censo de 1869 e o de 1914, Buenos Aires duplicou sua população a cada quinze anos. Entre 1895 e 1914, quando já contava com mais de 1,5 milhões de habitantes, o incremento foi de 137%. Além disso, a cidade concentrava 33% dos estrangeiros. Diante de uma situação como essa, “Los criterios que permitían reconocer a la gente decente eran el linaje y la familia” (2007, p. 192)¹³. No começo do xx começa a emergir uma burguesia rica, que se diferencia da “haute” tradicional na medida em que se amparava nas possibilidades de mudança social através dos estudos. Diante disso, as famílias tradicionais, como os Ocampo, agarram-se a instrumentos de distinção cujo direito de entrada era a antiguidade do sobrenome, e não propriamente a conta bancária.

12. “anteriormente discreta e austera, a elite, ou parte dela, vinculada ao novo centro de poder político, se tornou ostentatória, vivendo o estado florescente de suas finanças e exteriorizando sua recente prosperidade na construção de luxuosas mansões e uma vida social intensa” (Sánchez en Rial, 1996, p. 142).

13. “Os critérios que permitiam reconhecer a gente decente eram a linhagem e a família” (2007, p. 192).

O modelo de consumo e ostentação afrancesado, protagonizado por famílias ricas, como os Alvear, os Anchorena e os Ocampo, é fundamental para compreendermos o arquétipo do argentino que busca seu certificado de civilização em Paris ou em sua radiação. Para Vasquez Rial (1996), a europeização dos costumes muda o uso do espaço público de Buenos Aires da primeira década do século XX. No mesmo sentido, Sarlo aponta que é o espaço urbano a categoria que, naquele contexto, organiza o pensamento sobre a cultura, de modo que “la calle es el lugar, entre otros, donde diferentes grupos sociales realizan sus batallas de ocupación simbólica” (Sarlo em Vasquez Rial, 1996, p. 187)¹⁴.

Segundo Ortiz, “o mundo dos ricos não é um simples grupo de indivíduos, uma certa consciência de grupo os aproxima. Essa dimensão compartilhada de aspirações, de uma moral, diria Durkheim, está inserida no território urbano, entrelaçando-o com o universo do luxo” (2019, p. 190). A familiaridade com vestiários, lojas e casas de família restringe o espaço público para as senhoras da elite argentina, que paralelamente permite a criação de um circuito que, ao mesmo tempo, está protegido dos ruídos da tumultuada modernização de Buenos Aires (Romero, 1976; Gorelik, 2005), garantindo a consolidação da coesão do grupo. Recordando novamente a análise de Ortiz sobre o universo do luxo, a domesticidade coexiste, neste caso, com o imperativo da visibilidade, “a individualidade do famoso se afirma no espaço público, território de sua representatividade” (Ortiz, 2019, p. 197).

Embora as ruas de Buenos Aires tenham sido transformadas durante a gestão de Marcelo Alvear e os espaços gradativamente se tornassem mais atrativos para as exposições sociais, deve-se destacar que, no relato de Ocampo, esses espaços foram fechados às mulheres, principalmente às solteiras. Confinada à esfera estritamente doméstica – referências a casas de família em vez de clubes literários ou cafés (que já existiam em abundância em Buenos Aires no início do século) –, a restrita sociabilidade dessas jovens também é alvo de constantes críticas de Victoria. Nas páginas finais do *Império insular* há uma longa reflexão sobre os anos perdidos, em termos de disciplina de estudo e projeto de vida, devido à sua condição feminina. Em uma dessas direções, inclusive (Florida e Viamonte), o casamento de Victoria é celebrado, fato que ela relata depois como uma fuga do cativo (“Decidi ficar noiva. Caso contrário, não veria mais Jerome. Era a única maneira de sair do atoleiro: uma maneira péssima. Intolerável também era o impasse. Não me resignei a aguentar outro dia... mas me resignei a criar outro, pior, embora naquele momento não calculasse as consequências que o casamento poderia acarretar”, 1980, p. 168).

14. “a rua é o lugar, entre outros, onde diferentes grupos sociais realizam suas batalhas de ocupação simbólica” (Sarlo em Vasquez Rial, 1996, p. 187).

Se a referência aos modos de vida franceses é bastante evidente na sociabilidade de Victoria Ocampo e nas sucessivas viagens a Paris, o arranjo dos circuitos diários do grupo social de Victoria Ocampo não é menos associado a um “estilo de vida” francês. A vida da cidade, o território do *flaneur*, que se desenvolve nos círculos superiores de Paris, começa e termina nos amplos quartos, em sua maioria familiares. Nesse sentido, a baixa frequência de espaços públicos efetivos, como a universidade, por exemplo, é indicativa da força desse conjunto de relações. Mesmo quando vão para a Universidade, os filhos da aristocracia pecuária argentina perpetuam as redes familiares de amizade anteriormente desenvolvidas (Tedesco, 2018).

Subversão ou dissidência em consenso: considerações finais

Neste momento, observo brevemente algumas notas que os depoimentos de Ocampo podem oferecer para uma análise da formação de um *habitus* específico. Os três pontos de observação aqui destacados – a competência e o uso ritual de outras línguas além do espanhol, o apego a nomes consagrados da tradição política argentina por meio das relações familiares e a menção ao circuito de sociabilidade urbana do centro de Buenos Aires – convergem para uma reflexão mais ampla: a importância da circulação e da consolidação de um *habitus* na construção das redes de sociabilidade intelectual das elites portenhas que conduziram um fecundo ecossistema editorial na década de 1930.

Se os *Testimonios* oferecem uma possibilidade de apreensão episódica, a *Autobiografía* pode ser analisada como a tentativa de cristalizar a imagem de uma heroína autodidata (Podlubne, 2016). Além disso, a *Autobiografía* permite, como este artigo pretendeu argumentar, a visualização das operações de distinção do universo letrado ao qual pertencia Victoria a partir dos estratos de enredo que a autora consagrada mobiliza no agenciamento de sua própria trajetória. Assim como os *Testimonios*, a *Autobiografía* de Victoria possui uma importante dimensão não sistemática, que deixa antever a construção da operação social de si em seu fazer-se. A dimensão da prática, para além da dimensão narrativa, é um ponto de encontro possível entre uma análise histórica que leva em conta as posições dos sujeitos no campo social e uma sociologia que observa o testemunho como dispositivo de criação e agenciamento de uma identidade particular. Longe de degradar ou eliminar a agência da jovem Victoria em relação à sua própria trajetória, esse tipo de olhar permite, mais uma vez, usar a metáfora de Bourdieu que presidiu a esta reflexão: compreender a particularidade do trem a partir do condicionamento dos trilhos. As operações distintivas que Victoria realiza em relação a sua família, por exemplo, em toda sua ambiguidade, podem ser melhor observadas na prática do que na reconstrução

heroica de sua libertação da tradição familiar. “Como señala Sarlo, Ocampo elige la nobleza de toga frente a la nobleza de renta de la que provenía. Se desplaza, no fácil ni definitivamente, de una élite a otra. Su historia es la de quien busca hacerse un nombre propio, sin identificarse ni apartarse plenamente del apellido familiar.” (Podlubne, 2016, p. 94)¹⁵.

Este artigo procurou mostrar que marcas de prestígio não podem ser capturadas apenas através de observações puramente morfológicas, muito menos através de análises que se organizam a partir da narrativa dos “gênios”, criadores incriados de suas próprias escolhas estéticas. Ao contrário, argumentou-se que, junto da operação social de gerenciamento de si, vigora uma operação de segunda ordem, a saber, a da criação de um si mesmo definido com base na oposição entre o nome próprio e o nome familiar. Essa “dupla dimensão” pode ser observada de distintos pontos de vista disciplinares. Amparado por essas possibilidades, este artigo teve a pretensão de argumentar que uma análise que se direciona para o âmbito das práticas descritas em primeira pessoa oferece uma forma de comunicação interdisciplinar entre a história, a crítica literária e as ciências sociais. Nesse encontro possível, a autobiografia ou o registro em primeira pessoa aparecem antes como registros de uma atitude intelectual, que só é possível ou factível em determinadas contingências temporais e sociais e apenas posteriormente, como um documento contra o qual a realidade deve ser cotejada ou comparada. Não sem dificuldades, portanto, este artigo aciona discussões sobre a própria categoria do “testemunho” a partir da qual Ocampo organiza suas práticas. O tempo do testemunho é, como lembram Hartog (2013) e Sarlo (2007), o tempo do imprescritível e, nesse sentido, o mais refratário ao olhar temporalmente consequente do historiador. Em decorrência dessa indagação, entre as muitas advertências que poderiam ser feitas sobre a possibilidade de pensar a autobiografia como meio de acesso a uma sociabilidade, destaco aquela perpetrada por Bourdieu no comentário sugestivamente intitulado *A ilusão biográfica* (1997), no qual ele destaca as limitações inevitáveis do uso de conceitos como “história de vida” e “trajetória” entendidos como projetos coerentes voluntariamente decididos pela clarividência do sujeito autorreflexivo. O relato autobiográfico, para Bourdieu, parte de uma garantia frágil e limitante de que o domínio do futuro daria ao sujeito, em retrospecto, a certeza de que sempre se esteve indo a algum lugar.

El nombre propio es el certificado visible de la identidad de su portador a través de los tiempos y de los espacios sociales, el fundamento de la unidad de sus manifestaciones sucesivas y de

15. “Como assinala Sarlo, Ocampo elege a nobreza de toga frente a nobreza de renda da qual provinha. Se desloca, nem fácil nem decididamente, de uma elite a outra. Sua história é a de quem busca fazer um nome próprio, sem identifica-se nem separar-se plenamente do sobrenome familiar” (Podlubne, 2016, p. 94)

la posibilidad socialmente reconocida de totalizar estas manifestaciones en unos registros oficiales, [...] que constituyen la vida en totalidad finalizada por el veredicto emitido sobre un balance provisional o definitivo (Bourdieu, 1997, p. 77)¹⁶.

Menos do que compor uma acusação sobre as imensas distâncias sociais que o gosto acadêmico ajudou a perpetuar e naturalizar em Buenos Aires no início do século passado, e menos ainda do que restaurar a trajetória de Victoria Ocampo a uma dimensão fundacional mitológica, este artigo olhou para a trajetória da fundadora do grupo Sur, um caso limítrofe, dada a importância social desse nome próprio particular, a partir da história intelectual de orientação sociológica. Procurou contribuir, assim, para a possibilidade de que os depoimentos sejam considerados importantes repositórios de informações sobre formas, hábitos e disposições duradouras que organizam o consenso nas divergências das trajetórias intelectuais e dos grupos a elas associados.

Se, de fato, nem mesmo o nome próprio pode garantir a unidade de uma história de vida, essa relação, captável a partir de relatos não sistemáticos e, portanto, mais abertos à apreensão das práticas, conecta a dimensão pessoal da narração de si com os aspectos propriamente sociais da inserção do indivíduo em seu leque de possíveis, largamente determinado pela posição familiar. A história não precisa se confundir com a sociologia dos intelectuais para beneficiar-se de um instrumental que, sem retirar a prerrogativa da escrita de si e dos testemunhos, preocupa-se também com a direção, o tamanho e o alcance dos trilhos. Analogamente, Victoria Ocampo não é Clara Cobo de Anchorena, mas não poderia ser Victoria Ocampo sem ela.

16. “O nome próprio é o certificado visível da identidade de seu portador através dos tempos e espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações nos registros oficiais [...] que constituem a vida em totalidade finalizada pelo veredicto emitido sobre um balanço provisório ou definitivo” (Bourdieu, 1997, p. 77).

Referências Bibliográficas

- ARREGUI, J. J. H. (1957), *Imperialismo y cultura: la política en la intelligentsia argentina*. Buenos Aires, Ed. Amerindia.
- BORRATORÁN, P. (2006), “El peronismo bajo el prisma de los intelectuales”. *Anais da ANPH-LAC*, Campinas.
- BOURDIEU, P. (1997), *Razones practicas. Sobre la teoria de la acción*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1997.
- BOURDIEU, P. (2001), *Meditações pascalianas*. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (2008), *A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo, Edusp.
- BOURDIEU, P. (2010), *A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo*. Tradução de Pedro Duarte. Lisboa, Ed. 70.
- BRUNO, P. (2009), “La vida literaria porteña entre el 1860 y el fin de siglo”. *Anuario IEHS*, 24: 339-368.
- DOSSE, F. (2009), *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. São Paulo, Edusp.
- FIORUCCI, F. (2001), “Los escritores argentinos y la Sade”. *Prismas. Revista de História Intelectual*, 5:101-105.
- GOFFMAN, E. (1985), *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GONZALEZ, S. (maio-ago. 2020), “Una heredera infiel en los inicios de la sociedad de masas, Victoria Ocampo, Argentino, años veinte”. *Estudios Históricas*, Rio de Janeiro, 33 (70): 383-402.
- GORELIK, A. (2005), “A produção da cidade latino-americana”. *Tempo Social*, 17 (1): 111-133. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>.
- GRAMUGLIO, M T. (2007), “Sur: uma minoria cosmopolita na periferia ocidental”. *Tempo Social*, 19 (1): 51-69. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100004>.
- JAURETTCHE, A. (1973), *Los profetas del odio y la Yapa. Colonización Pedagógica*. Buenos Aires, Peña Lillo Ed.
- KING, J. (1986), *Sur. A study of the Argentine Literary Journal and its role in development of a Culture, 1931-1970*. Londres, Cambridge Iberian and Latin American Studies.
- KING, J. (1990), “Sur y la cultura argentina en la década del treinta”. *América: Cahiers du CRICCAL*, 4-5: 381-391.
- LEJEUNE, P. (1996), *Le pacte autobiographique*. Nouvelle ed. Argumenté. Paris, Seuil.
- MACKLER, A. V. (2015), “Victoria Ocampo, ensayista: el testimonio como estrategia”. *Inti: Revista de Literatura Hispánica*, n. 81, article 18.
- MICELI, S. (2014), *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MICELI, S. (2018), *Sonhos da periferia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MILO, D. (1984), “La bourse mondiale de la traduction: un baromètre culturel?”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 39^e année, 1: 92-115.

- OCAMPO, V. (1980), *Testimonios. Autobiografía II. O império insular*. Buenos Aires, Ed. Sur.
- ORTIZ, R. (2019), *O universo do luxo*. São Paulo, Alameda.
- PODLUBNE, J. (verano 2016), "Victoria Ocampo. La autobiografía como aventura espiritual". *Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, 17.
- RAPOPORT, M. & SEOANE, M. (2007), *Buenos Aires. Historia de una ciudad*, tomo 1. Buenos Aires, Fundación Banco Ciudad/Ed. Planeta.
- REMOND, R. (org.). (1997), *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas.
- REVISTA SUR (1931-1969). Archivo de la Biblioteca de la Facultad de Filosofía y Letras/Instituto de História Argentina Emilio Ravignani e acervo pessoal.
- ROMERO, J. L. (1976), *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires, Ed. Siglo Veintiuno.
- SAPIRO, G. (2013), "Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 5 (200): 70-85.
- SAPIRO, G. & HEILBRON, J. (Set. 2002), "La traduction littéraire, un objet sociologique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 144.
- SARLO, B. (2007), *La batalla de las ideas (1943-1973)*. Buenos Aires, Emecé.
- SARLO, B. (2010), *Modernidade periférica. Buenos Aires 1920 e 1930*. Tradução de Julio Pimentel, prólogo de Miceli. São Paulo, Cosac Naify. Prosa no Observatório.
- SARLO, B. (2014), *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEBRELI, J. J. S. (1985), *La saga de los Anchorena*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- SIGAL, S. (1996), *Le Role politique des intellectuels en Amérique Latine. La derive des intellectuels en Argentine*. Paris, Ed. L'Harmattan.
- SILVA, P. R. (2004), "As revistas *Sur*, *Contorno* e a Nova Geração intelectual argentina". *Revista da ANPHLAC*, 464.
- SIRINELLI, J. F. & LEYMARIE, M. (2013), *L'histoire des intellectuels aujourd'hui*. Paris, Press Universitaires de France.
- STEINER, P. O. (1999), *Victoria Ocampo. Writer, feminist, woman of the world*. Albuquerque, University of New Mexico.
- TEDESCO, A. D. F. (2018), *A Argentina na periferia do tempo: a sociologia científica e um mundo novo para os intelectuais*. Campinas, tese de doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- TERÁN, O. (2008), *Vida intelectual en el Buenos Aires fin de siglo (1880-1910). Derivas de la Cultura Científica*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- VASQUEZ RIAL, H. (org.). (1996), *Buenos Aires (1880-1930): la capital de un imperio imaginario*. Madri, Alianza Editorial.
- VÁZQUEZ, M. C. (2019), *Victoria Ocampo, cronista outsider*. Rosario-Buenos Aires, Beatriz Viterbo-Sur.

- VIALA, A. (1985), *Naissance de l'écrivain: sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris, Ed. de Minuit.
- VIÑAS, D. (2005), *Literatura argentina y política. De los jacobinos porteños a la bohemia anarquista*. Buenos Aires, Santiago Arcos Ed.

Resumo

"Tuve la mala suerte de comer en el Ritz": A autobiografía de Victoria Ocampo e a composição do habitus de elite em Buenos Aires em princípios do século xx

Este artigo revisa a trajetória intelectual de Victoria Ocampo à luz das reflexões de uma história intelectual sociologicamente orientada. Essa abordagem atenta ao papel de Ocampo como testemunha da constituição de um *habitus* cultivado, central para a composição do campo intelectual argentino. Proponho que três aspectos da autobiografia de Ocampo – o uso culto de línguas não maternas, a espacialidade urbana de sua criação e seu epistolário – elucidam dispositivos de consagração das atitudes intelectuais que estão na base da autoimagem da elite argentina do início do século XX e servem como paradigma para uma reflexão sobre a pertinência interdisciplinar do testemunho enquanto observatório de práticas sociais condensadas nos dispositivos de distinção cultural.

Palavras-chave: Victoria Ocampo; História intelectual; Biografia; Distinção; Elites culturais.

Abstract

"Tuve la mala suerte de comer en el Ritz": Victoria Ocampo's autobiography and the composition of the elite habitus in Buenos Aires at the beginning of the 20th century

This article reviews Victoria Ocampo's intellectual trajectory in the light of the reflections of a sociologically oriented intellectual history. This approach observes Ocampo's role as a witness to the constitution of a cultivated *habitus*, central to the composition of the Argentinian intellectual field. I propose that three aspects of the Testimonios de Ocampo – cultured use of non-native languages, the urban spatiality of their creation and their epistolary – elucidate devices for the enshrining of intellectual attitudes that underlie the self-image of the early twentieth century Argentinian elite and serve as a paradigm for a reflection on the interdisciplinary relevance of the testimony as an observatory of social practices gathered in the devices of cultural distinction

Keywords: Victoria Ocampo; Intellectual history; Biography; Distinction; Cultural elites.

Texto recebido em 04/07/2021 e aprovado em 20/09/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.188475.

ALEXANDRA DIAS FERRAZ TEDESCO é doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2018). Dedicase prioritariamente a temas vinculados a História Contemporânea, Teoria da História, História Intelectual e História das Ciências Sociais Latino-americanas. Atualmente é professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), na área de História Contemporânea. Integra o Laboratório de Pesquisa e Prática de Ensino (LPPE) do IFCH da Uerj e a Comum (Comunidade de Estudos de Teoria da História da Uerj). E-mail: alexandra.tedesco@gmail.com.



Entre cultura e política

A distinção na produção de opinião na mídia

Allana Meirelles Vieira*
<https://orcid.org/0000-0001-9925-8965>

Este artigo tem como objetivo analisar os diferentes mecanismos de produção de opinião política e de classificações como “esquerda” e “direita”¹ por parte de um conjunto de comentaristas e colunistas de política e economia do Brasil contemporâneo. Considerando, tal como Bourdieu, “o campo político como um campo da produção cultural, e a relação dos indivíduos com a política como um conjunto de disposições que refletem e são estruturadas por sua posição social” (Laurison, 2013, tradução nossa), o trabalho pretende relacionar dados de origem e posição social, expressões de gosto e preferências culturais, estilos de vida, públicos presumidos e formas de justificativa das tomadas de posição e das identificações mais à esquerda ou mais à direita, considerando o encontro entre *habitus* e campo para pensar esses diferentes mecanismos.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Neste trabalho, a proposta é pensar como os agentes estudados mobilizam as categorias de “esquerda” e “direita”, a partir da forma como se classificam e são classificados, como classificam os outros e como elas se correlacionam com as tomadas de posição que tiveram em dois períodos de crise recentes: o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, não se tem o objetivo de definir o que seja esquerda e direita nem enquadrar os agentes nessas categorias, mas sim colocar em evidência justamente essas lutas em torno dessas classificações no espaço da produção de opinião midiática, relacionando essas classificações com os dados de posição social.

Tendo como objeto os indivíduos² que concentram a “capacidade de produção do discurso sobre o mundo social” (Bourdieu, 2015a, p. 371), o trabalho considera as estratégias e critérios de distinção e hierarquização no interior de um microcosmo, qual seja, o de produção e reprodução de opiniões políticas na mídia – ou, nas palavras de Bourdieu, o “mercado dos discursos produzidos e oferecidos pelos detentores dos instrumentos de produção de problemas e de opiniões legítimas” (*Idem, ibidem*).

Para tal análise, algumas tendências gerais sobre esse espaço no Brasil são levadas em consideração: o domínio da indústria do entretenimento (Mira e Bertonecelo, 2019) e a relevância das redes sociais³ associadas ao fato de as celebridades passarem a disputar lugares no campo político e intelectual⁴; a ampliação do acesso ao ensino superior nas últimas décadas relacionada à segmentação dos produtos (inclusive, os informativos) dos meios de comunicação, que se ligam à diversificação em alguma medida das origens sociais dos produtores de opinião na mídia e seus consumidores⁵. Com essa ampliação e segmentação da produção cultural e ideológica, evidencia-se uma divisão do trabalho intelectual midiático (Meirelles, 2021), que estrutura e, ao mesmo tempo, é estruturada por diferentes mecanismos de produção de opinião política, a depender da posição dos agentes no espaço social, das origens sociais e dos públicos a que se direcionam.

Nesse sentido, busca-se também demonstrar como o arcabouço teórico, metodológico e analítico bourdieusiano, sobretudo o oferecido na obra *A distinção – crítica*

2. Fazem parte desse conjunto: Alexandre Schwartzman, André Singer, Antonio Prata, Arnaldo Jabor, Augusto Nunes, Bernardo Mello Franco, Bob Fernandes, Bolívar Lamounier, Carlos Alberto Sardenberg, Cynara Menezes, Demétrio Magnoli, Denis Rosenfield, Diogo Mainardi, Djamilia Ribeiro, Dora Kramer, Eduardo Moreira, Eliane Cantanhêde, Emir Sader, Fabio Giambiagi, Fernando Gabeira, Fernando Moraes, Fernando Schüler, Florestan Fernandes Jr., Guilherme Fiuza, Gustavo Franco, Jessé Souza, Joice Hasselmann, Laura Carvalho, Leandro Narloch, Leonardo Sakamoto, Luís Nassif, Luiz Felipe Pondé, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marcelo Rubens Paiva, Marcia Tiburi, Marco Antonio Villa, Marilena Chaui, Mario Sergio Conti, Merval Pereira, Míriam Leitão, Monica de Bolle, Murillo de Aragão, Paulo Henrique Amorim, Paulo Moreira Leite, Rachel Sheherazade, Reinaldo Azevedo, Ricardo Amorim, Rodrigo Constantino, Samuel Pessoa, Olavo de Carvalho, Vladimir Safatle. Esse conjunto, apesar de amplo, não se pretendeu exaustivo.
3. Apesar das transformações ligadas às redes sociais, observa-se a manutenção de uma divisão entre os que detêm legitimidade enquanto produtores de opinião e os que não detêm: iniciados e não iniciados (Bourdieu, 2015a; Bourdieu, 2015b), “influenciadores” ou “formadores de opinião” e “simples cidadãos” (Bourdieu, 2015a, pp. 372-373). Ademais, ainda que formadores de opinião socializados nas redes sociais passem a disputar um lugar no mercado de produção de discursos, os grandes meios de comunicação, jornais e universidades ainda detêm uma estrutura institucional e profissional de produção, reprodução e consagração que mantém seus agentes em posições relativamente legitimadas e privilegiadas nesse jogo.
4. Para uma discussão sobre as celebridades como modelo a ser imitado, ver Mira e Bertonecelo, 2019, p. 31. Sobre os “intelectuais pop”, “intelectuais midiáticos”, “fast thinkers”, ver Pinto, 2009; Bourdieu, 1998; Meirelles, 2021.
5. Com a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, houve um incremento na inserção de mulheres, não brancos e pobres nas universidades (Ridenti, 2018; Singer, 2018) – um contingente de pessoas aptas a ocuparem lugares nesse espaço da produção ideológica bem como a consumirem seus produtos.

social do julgamento, em particular o capítulo “Cultura e política” (Bourdieu, 2015a), pode contribuir para interpretações sobre a produção de discursos e opiniões políticas no Brasil contemporâneo. Para tanto, é preciso, é claro, levar em consideração as distâncias temporais e geográficas que impõem mediações ao estudo desenvolvido no contexto francês da década de 1970 – seja pelas diferenças em termos de desenvolvimento do capitalismo e da estrutura de classes no Brasil (Singer, 2012; Braga, 2016; Bertonecelo, 2016a), seja pelas diferenças em termos de acesso à educação formal no país (ainda que com avanços significativos nas últimas décadas) e pelas mudanças tecnológicas contemporâneas (com o desenvolvimento da internet, a ampliação do acesso às tecnologias digitais e a segmentação do mercado) (Ridenti, 2018).

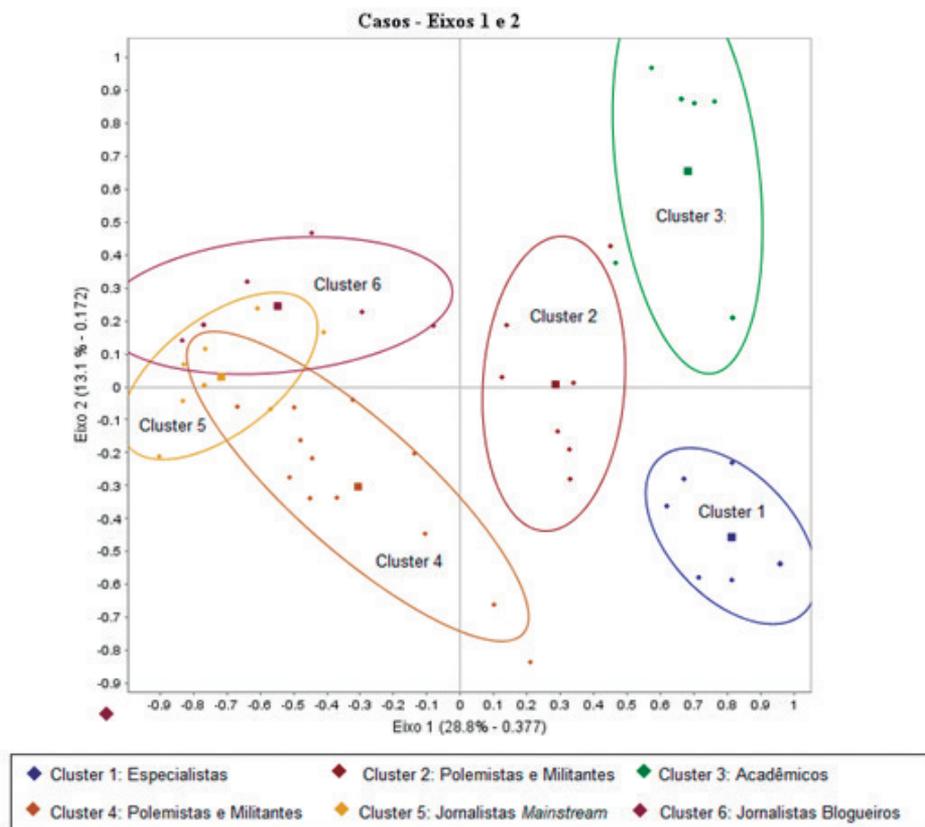
Embora as análises do capítulo “Cultura e política” ainda sejam pouco mobilizadas (Gaxie, 2013) e a hipótese sobre a homologia estrutural entre posições sociais e escolha de voto, por exemplo, seja nuançada ou contestada (Cautrès *et al.*, 2013), a importância das análises de Bourdieu sobre os efeitos do peso do capital cultural nas orientações políticas na França (Cautrès *et al.*, 2013) bem como seu foco sobre as disposições propícias ou não à formulação de discursos políticos e opiniões sobre questões sociais (Laurison, 2013; Gaxie, 2013) permanecem tendo validade empírica. Assim, pensar a relação entre posição social e política a partir dessa perspectiva pode trazer contribuições para além das análises que se restringem à escolha do voto, localizando o modo de produção das opiniões e posições políticas dentro de um conjunto de práticas e disposições relacionadas ao *habitus*.

O espaço da produção de opiniões políticas

Este estudo foi elaborado a partir da análise de 51 indivíduos, de diferentes características sociais, que se assemelham por ocuparem um lugar em canais de televisão e rádio, jornais impressos e *blogs* na internet, em que produzem e reproduzem diária ou semanalmente opiniões sobre economia, política e sociedade relativamente legitimadas e profissionalizadas (já que ancoradas no presente ou no passado recente em instituições como universidades, meios de comunicação, *think tanks* e movimentos sociais), tomando posições em momentos recentes chaves da política brasileira, tais como o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 – dois momentos de crise, aliás, que foram tomados como pontos de referência para a pesquisa. Esses agentes são também autores de livros com soluções políticas, econômicas e sociais para o país⁶.

6. Foram considerados como critérios de seleção para a composição do corpus de análise: 1) A posse de coluna nos principais jornais e revistas do país, de espaço opinativo em programas de rádio e televisão

GRÁFICO 1
Nuvem de indivíduos



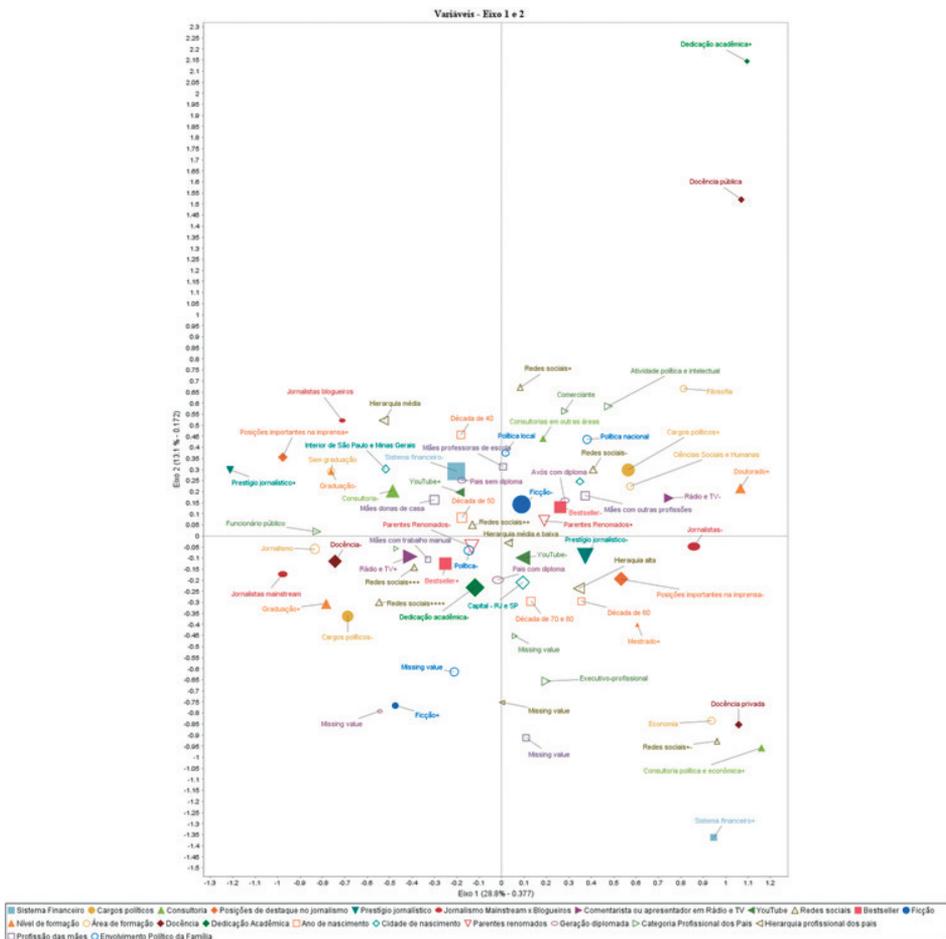
Fonte: Gerado pelo autor com auxílio da ferramenta SPAD.

Os dados dessas figuras foram coletados a partir de entrevistas realizadas ao longo de 2019 e 2020 com 31 dos nomes estudados, associadas a um levantamento das informações em currículos *on-line*, minibiografias em *sites* de instituições e redes sociais, entrevistas em jornais e revistas, programas de televisão e rádio, *posts* e textos na internet, livros escritos pelos autores, assim como livros, artigos, dissertações e teses sobre jornalistas, filósofos, economistas, que trouxessem elementos de suas trajetórias.

A maior parte desses agentes é de homens brancos, com mais de cinquenta anos, e apenas uma mulher negra, a mais jovem, tendo pouco mais de 35 anos. Concentram-se sobretudo no eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Oriundos em sua maioria

ou ainda em blogs e sites de grande repercussão; 2) A publicação de livros sobre política, diferenças entre esquerda e direita, com propostas de soluções políticas, econômicas e sociais para o país; 3) O fato de terem tomado posição em torno do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. A partir desses critérios, foram levantados os nomes nos principais jornais, revistas, canais de rádio e televisão, blogs e redes sociais de grande repercussão.

GRÁFICO 2
Nuvem de variáveis



Fonte: Gerado pelo autor com auxílio da ferramenta SPAD.

de classes médias ou altas, poucos vêm de classes populares, assim como hoje são dotados de relativo capital econômico e cultural, como parte das classes médias ou altas do país. Apesar dessas predominâncias em termos de dados macrossociais, há diferenças substanciais em termos de posição entre esses sujeitos no mercado de produção de opiniões, assim como de origens sociais, o que os leva a mobilizarem diferentes mecanismos de produção de opinião e discurso.

O mapeamento dessas posições foi realizado com auxílio da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)⁷ e da Análise de Classificação Hierárquica (Análise

7. Para explicações sobre a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), ver Le Roux e Rouanet (2010), Duval (2015), Bertonecelo (2016b), Klüger (2018).

de Cluster)⁸, a partir de dados sobre as relações que os agentes estabelecem com o poder político e econômico, o campo acadêmico, a imprensa, a mídia eletrônica e digital, e o mercado editorial⁹. Também foram considerados os dados de origem social, inseridos como variáveis suplementares. Optei por ocultar os nomes dos indivíduos no gráfico, já que a proposta do artigo não é traçar um perfil dos analisados, nem identificar exatamente as tomadas de posição de cada um deles, mas sim investigar os diferentes mecanismos de produção de opinião em cada um dos polos que estruturam esse espaço.

Os gráficos demonstram uma oposição principal entre os agentes com mais capital acadêmico – materializado nos diplomas de doutorado e nas experiências como professores universitários – e aqueles com mais capital jornalístico – evidenciado pelas trajetórias em grandes jornais, prêmios recebidos e altos cargos na profissão. Na região central, situam-se aqueles com menor volume de capitais acadêmicos e jornalísticos; são os que ocupam posições mais dependentes de seus públicos. A partir dessas oposições e da aplicação da análise de *cluster*, foi possível identificar alguns polos¹⁰ dentro desse espaço social:

8. Para explicações sobre a Análise de Classificação Hierárquica (ou Análise de Cluster), ver Bertonecelo (2016b); Klüger (2018).
9. Para aplicação dessas análises, foram seguidas as convenções estatísticas estabelecidas (Le Roux e Rouanet, 2010). Foram aplicadas treze variáveis ativas, com trinta modalidades ativas. As modalidades são seguidas pelo símbolo de “+” quando indicam a posse de uma propriedade e pelo símbolo de “-” quando indicam a ausência. Foram considerados então: o trabalho no sistema financeiro (Sistema financeiro+; Sistema financeiro-); a ocupação de cargos políticos (Cargos políticos+; Cargos políticos-); a atuação como consultor (Consultoria política e econômica+; Consultoria em outras áreas; Consultoria-); a ocupação de posições de destaque na imprensa (Posições importantes na imprensa+; Posições importantes na imprensa-); o alcance de prestígio jornalístico (Prestígio jornalístico+; Prestígio jornalístico-); a atuação no jornalismo mainstream versus a atuação no jornalismo blogueiro (Jornalistas mainstream; Jornalistas blogueiros; Jornalistas-); a atuação como comentarista ou apresentador em programas de rádio e televisão (Rádio e TV+; Rádio e TV-); a posse de canais no YouTube (YouTube+; YouTube-); a caracterização como best-seller (Bestseller+; Bestseller-); o fato de ter escrito ou não ficções (Ficção+; Ficção-); o nível de escolaridade (Doutorado+; Mestrado+ – projetada como suplementar por sua baixa ocorrência; Graduação+; Graduação-); a atividade de docência (Docência pública; Docência privada; Docência-); e a dedicação acadêmica (Dedicação acadêmica+; Dedicação acadêmica-). Foram considerados os dois primeiros eixos de análise, que apresentaram 92,9% de explicação (84% no eixo 1 e 8,9% no eixo 2), sendo também os mais sociologicamente significativos.
10. Os nomes dos *clusters* foram definidos na pesquisa macro (Meirelles, 2021), da qual este artigo faz parte, a partir tanto das propriedades sociais prevaletentes em cada um deles quanto dos jogos de classificação em que os agentes estão inseridos, levando em consideração a forma como se classificam e como são classificados pelos pares e opositores. Há que se ressaltar que a pesquisa macro se valeu de dados para além daqueles presentes na ACM, fortalecendo a justificativa em relação aos nomes de cada um dos polos.

TABELA 1

*Categorias ativas com maior contribuição para a formação do Eixo 1**

CATEGORIAS	CONTRIBUIÇÃO
Prestígio jornalístico+	7,1
Posições importantes na imprensa+	6,9
Jornalistas <i>mainstream</i>	6,5
Graduação+	4,9
Docência-	6,6
Cargos políticos-	4,4
ZONA CENTRAL	
Posições importantes na imprensa-	3,8
Cargos políticos+	3,6
Rádio e TV-	4,0
Jornalistas-	7,7
Docência privada	5,4
Doutorado+	9,1
Docência pública	4,1
Consultoria política e econômica+	5,9
TOTAL	79,8

Fonte: Elaborada pelo autor e sistematizada com auxílio da ferramenta SPAD.

TABELA 2

Categorias ativas com maior contribuição para a formação do Eixo 2

CATEGORIA	CONTRIBUIÇÃO
Sistema financeiro+	14,7
Consultoria política e econômica+	8,8
Docência privada	7,7
Ficção+	4,1
ZONA CENTRAL	
Docência pública	18,2
Dedicação acadêmica+	20,2
TOTAL	73,7

Fonte: Elaborada pelo autor e sistematizada com auxílio da ferramenta SPAD.

* Para uma explicação sobre cada item da Tabela 1 – peso, coordenada e contribuição –, ver Le Roux e Rouanet, 2010, p. 40; Klüger, 2018, p. 85. As categorias com maior contribuição são aquelas que mais se distanciam do centro do gráfico. No gráfico, o tamanho dos símbolos refere-se à quantidade de indivíduos que detém tal característica

O polo dos mais acadêmicos (*cluster 3*) é caracterizado pela posse de mais capital acadêmico, com doutorados em universidades de prestígio, exercício da docência em universidades públicas, dedicação acadêmica – evidenciada pelo título de livre-docência e por bolsas de produtividade do CNPq. Esses agentes também mantêm uma interlocução com o poder político, tendo ocupado cargos em governos e prestado assessorias a partidos e políticos.

TABELA 3
Modalidades ativas sobre-representadas no Cluster 3 (Acadêmicos)

CATEGORIA	% DA CATEGORIA NO GRUPO	% DA CATEGORIA NA AMOSTRA	VALOR-TESTE
Docência pública	100	17,65	5,55
Dedicação Acadêmica+	62,50	9,80	4,07
Doutorado+	100	39,22	3,54
Jornalistas-	100	50,98	2,81
Cargos políticos+	100	54,90	2,58
Rádio e TV-	75	35,29	2,12

Fonte: Gerada pelo autor com auxílio da ferramenta SPAD.

O polo dos mais especialistas (*cluster 1*) também possui relativo capital acadêmico, com diplomas de doutorado, mas nele se concentram os professores de universidades privadas, que mesclam docência e vida empresarial, como consultores de famílias endinheiradas, empresas, bancos e outros agentes do sistema financeiro e políticos. Assim, também são os que mais detêm capital político, atuando em altos cargos da burocracia estatal, em governos e partidos.

TABELA 4
Modalidades ativas sobre-representadas no Cluster 1 (Especialistas)

CATEGORIA	% DA CATEGORIA NO GRUPO	% DA CATEGORIA NA AMOSTRA	VALOR-TESTE
Docência privada	100	23,53	4,80
Consultoria política e econômica+	87,50	21,57	4,10
Sistema financeiro+	75	17,65	3,68
Jornalistas-	100	50,98	2,81
Doutorado+	87,50	39,22	2,65
Cargos políticos+	100	54,90	2,58
Bestseller-	87,50	49,02	2,03
Posições importantes na imprensa-	100	64,71	2,02

Fonte: Gerada pelo autor com auxílio da ferramenta SPAD.

O polo dos jornalistas *mainstream* (cluster 5) caracteriza-se por trajetórias consagradas na profissão, com postos de prestígio nos grandes jornais, prêmios e citações em livros memorialísticos da área. São os funcionários das principais empresas de comunicação do país, com destaque para as *Organizações Globo*.

TABELA 5
Modalidades ativas sobre-representadas no Cluster 5 (Jornalistas Mainstream)

CATEGORIA	% DA CATEGORIA NO GRUPO	% DA CATEGORIA NA AMOSTRA	VALOR-TESTE
Jornalismo <i>mainstream</i>	100	33,33	4,31
Posições importantes na imprensa+	100	35,29	4,16
Prestígio jornalístico+	77,78	23,53	3,54
Consultoria-	100	58,82	2,60
Docência-	100	58,82	2,60
Rádio e TV+	100	64,71	2,24
<i>YouTube</i> -	100	66,67	2,11

Fonte: Gerada pelo autor com auxílio da ferramenta Spad.

O polo dos jornalistas blogueiros (cluster 6), assim como os dos *mainstream*, são de repórteres consagrados. A diferença entre eles se dá, sobretudo, pelo fato de que esses escrevem hoje para *blogs* na internet, tendo deixado ou perdido os postos na chamada “grande mídia” em que também traçaram suas trajetórias.

TABELA 6
Modalidades ativas sobre-representadas no Cluster 6 (Jornalistas blogueiros)

CATEGORIA	% DA CATEGORIA NO GRUPO	% DA CATEGORIA NA AMOSTRA	VALOR-TESTE
Jornalistas blogueiros	100	15,69	5,27
Prestígio jornalístico+	71,43	23,53	2,55
Posições importantes na imprensa+	85,71	35,29	2,54
Docência-	100	58,82	2,11

Fonte: Gerada pelo autor com auxílio da ferramenta SPAD.

O polo dos mais polemistas e mais militantes mais próximos ao jornalismo (cluster 4)¹¹ são os que não detêm capitais acadêmicos, têm uma trajetória na mí-

11. Dois *clusters* são compostos pelos agentes classificados na pesquisa como “polemistas” e “militantes”. Isso ocorre porque as propriedades sociais com maior contribuição para o gráfico são aquelas mais ligadas ao capital acadêmico e ao capital jornalístico, de modo que o *cluster* 2 inclui os polemistas e militantes mais próximos da academia enquanto o *cluster* 4 inclui os polemistas e militantes mais próximos do jornalismo. Nesse sentido, as características preponderantes entre esses agentes – tal como

dia, mas (ainda) não conquistaram o mesmo prestígio dos mais jornalistas. Como escritores – inclusive de ficções – e ativistas, suas posições são mais dependentes das reações dos públicos, estando entre eles os principais *best-sellers* e os mais seguidos nas redes sociais. Alguns dos que se reconhecem como mais à esquerda situados nesse polo são ligados a ONGs e movimentos sociais; e alguns dos que se veem como mais à direita a *think thanks*.

TABELA 7
Modalidades ativas sobrerrepresentadas no Cluster 4 (Polemistas e militantes mais próximos do jornalismo)

CATEGORIA	% DA CATEGORIA NO GRUPO	% DA CATEGORIA NA AMOSTRA	VALOR-TESTE
Docência-	100	58,82	3,27
Graduação+	83,33	39,22	3,25
Ficção+	50	15,69	3,06
<i>Best-seller</i> +	91,67	50,98	3,02
Cargos políticos-	83,33	45,10	2,75
Jornalistas <i>Mainstream</i>	66,67	33,33	2,40
Prestígio jornalístico-	100	76,47	1,97

Fonte: Gerada pelo autor com auxílio da ferramenta SPAD.

Assim como os integrantes do *cluster 4*, os mais polemistas e militantes mais próximos da academia (*cluster 2*) são *best-sellers*, com números expressivos de seguidores na internet. Com algum capital acadêmico, eles já tentaram disputar lugares de prestígio na academia (sobretudo, os mais polemistas) ou ainda disputam (sobretudo, os mais militantes e mais jovens), sem terem alcançado a consagração no campo específico. Prestam consultorias em áreas como questões de gênero, raça, trabalho, comunicação e publicidade. Assim como no *cluster 4*, os considerados como mais à esquerda são ligados a ONGs e movimentos sociais; os mais à direita a *think thanks*.

TABELA 8
Modalidades ativas sobrerrepresentadas no Cluster 2 (Polemistas e militantes mais professores)

CATEGORIA	% DA CATEGORIA NO GRUPO	% DA CATEGORIA NA AMOSTRA	VALOR-TESTE
Consultoria em outras áreas	85,71	19,61	3,79

Fonte: Gerada pelo autor com auxílio da ferramenta SPAD.

o fato de serem *best-sellers* e influentes em redes sociais – não são definidoras do espaço social nem distintas, o que demonstra suas posições mais dominadas. Ademais, o fato de militantes (mais à esquerda) e polemistas (mais à direita) ocuparem os mesmos *clusters* demonstra a proximidade em termos das propriedades sociais consideradas como ativas na ACM.

Como é possível observar pelo gráfico, nos quadrantes em que os capitais acadêmicos predominam (à direita do gráfico), há distinções mais explícitas entre os grupos, enquanto entre os mais jornalistas e midiáticos, as posições são mais próximas (à esquerda do gráfico). Enquanto há uma distinção nítida entre acadêmicos e especialistas, uma diferenciação objetiva entre jornalistas *mainstream* e jornalistas blogueiros, os polemistas e militantes se distribuem em dois polos, a partir da aproximação ou não com os capitais acadêmicos. Esse dado aponta para o fato de que o jornalismo e a mídia se caracterizam por um menor grau de diferenciação, concorrendo nesse espaço diferentes princípios de hierarquização, com pouco grau de autonomia. Já no polo mais acadêmico, existe um nítido distanciamento entre aqueles com trajetórias mais autônomas em relação à economia e aqueles com maior dependência dos jogos do chamado “mercado”.

Acadêmicos e especialistas são os agentes que menos dependem da mídia nesse conjunto. Suas trajetórias foram traçadas ao largo dela, tendo os espaços de comentário e análise política na imprensa um peso simbólico em suas atividades na universidade, na consultoria, nos cargos políticos ocupados, mas não sendo a origem de seus ganhos materiais nem de suas consagrações. Eles falam sobretudo para pares da universidade e tomadores de decisão.

Os jornalistas, tanto *mainstream* quanto blogueiros, ainda que tenham se deslocado posteriormente para canais de rádio, televisão e internet, formaram-se no jornalismo impresso, como repórteres, detentores de certas normas e valores profissionais, respondendo a essa posição acima de outros critérios midiáticos. São os que alcançaram reconhecimento na área. Seus discursos tentam equilibrar suas posições de mediação entre diferentes poderes: as fontes, os chefes, os valores organizacionais das empresas e seus leitores.

Já os mais polemistas e militantes têm suas posições fortemente dependentes das reações dos públicos, sendo o número de seguidores ou suas audiências moedas de troca para a conquista de novos empregos. São os que mais dependem das lógicas midiáticas mais heterônomas, tais como o uso da polêmica, os altos níveis de venda, a fronteira com o entretenimento. Seja pelos ganhos econômicos e individuais, seja com a justificativa de dar visibilidade a uma causa, esses agentes falam sobretudo para públicos de “não iniciados”.

Nos próximos tópicos, serão traçadas as relações entre essas posições, as origens sociais, expressões de gosto e posicionamentos políticos. Como forma de ilustrar os argumentos, trarei alguns trechos das entrevistas realizadas com esses agentes.

“Eu diria que eu sou de esquerda, sempre fui, desde antes de nascer, meu pai quis marcar o nome dos filhos dessa forma”

O polo dos mais acadêmicos dos intelectuais midiáticos se caracteriza por agentes, em sua maioria, vindos de famílias com relativamente mais capital cultural e político do conjunto estudado. Como filhos de intelectuais, professores universitários, militantes políticos – tendo os pais e mães de alguns sido exilados na ditadura militar brasileira e havendo participado da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo –, a maioria vivenciou um ambiente de esquerda desde a infância. Formaram-se em colégios de elite, viveram em outros países, aprenderam diversos idiomas, tiveram uma formação artística e intelectual, que se expressa nos gostos e práticas culturais anunciadas:

Eu me interessava muito pela música contemporânea, pela música que seria clássica contemporânea. A música erudita do século XIX, XVIII, XVII me interessa bastante. [...] Eu não gosto da produção industrial, eu acho realmente que é uma coleção de mercadorias muito tipificadas, isso eu acho impossível de ouvir. [...]

Eu fui educado em música erudita quando eu estava no seminário. [...] De todos, eu gosto mais de Beethoven, mas gosto de Mozart também, Brahms, Stravinsky, que é de outra geração, Weber. Gosto muito de ópera, sobretudo Turandot.

Socializados em meio a discussões políticas, convivendo com artistas e intelectuais amigos de seus pais e tios, esses sujeitos adquiriram desde muito cedo as disposições propícias para a naturalidade na expressão de suas posições e ideias. Disposições essas que encontraram um terreno fértil na carreira acadêmica que seguiram, em faculdades de prestígio, convivendo com professores e colegas com quem mantiveram relações de proximidade e trocas múltiplas. Com títulos de doutorado, extensa produção acadêmica e editorial, reconhecimento dos pares, as disposições herdadas nos seios das famílias encontraram a legitimação necessária para esses agentes investirem no chamado “debate público”.

[...] a minha posição agora é de um intelectual público. [...] É sempre um processo de aprendizado, mas que, para mim, é o mais importante, porque é o que me importa efetivamente: é ter uma influência sobre a esfera pública política, lideranças populares.

A participação no debate público acabou transformando a linguagem que eu uso, ensina muito em termos de comunicação com um público de leigos, e mesmo a inter-relação com outras áreas, interdisciplinaridade que a nossa pesquisa científica, acadêmica, ela não estimula.

Assim a relativa naturalidade com que assumem a posição de “intelectuais públicos” encontra barreira na adaptação que tiveram que fazer ao chamado “grande público”. O processo de ajustamento necessário para esses agentes demonstra, em alguma medida, a distância em relação a uma linguagem não acadêmica, não especializada, ou seja, uma linguagem dos “não iniciados”.

A naturalidade de suas disposições para expressar suas opiniões e formular análises sobre o mundo também se evidencia no modo como se afirmam de esquerda: esses agentes não apenas tomam posições consideradas assim, como também se reconhecem e são reconhecidos pelos pares dessa maneira. Ou seja, não parece haver uma forte contradição entre a forma como se veem e a maneira como são classificados, ou com o enquadramento social de suas tomadas de posição políticas.

Dominantes em termos de capitais propriamente intelectuais, os mais acadêmicos dos intelectuais midiáticos mantêm afinidades com os parâmetros dominantes do campo, tais como as próprias definições de esquerda e direita, de modo que suas avaliações sobre o que é ser de esquerda se encontra, em grande medida, com os critérios explícitos e implícitos do próprio campo intelectual. Nesse sentido, ao pedirem para se classificarem entre uma extrema direita e uma extrema esquerda, movem-se entre se reconhecerem como de esquerda – qualificada, por eles, como “convicta”, “radical” – e serem taxados como “extrema-esquerda”.

Eu sou alguém de esquerda, com viés comunista assumido, ainda mais quando as pessoas saem xingando “comunismo” [...]. Acho que foi o Adorno que falou isto: “Eu sou judeu, mas só no sentido que o Hitler fala dos judeus”. Eu sou comunista só no sentido que a extrema-direita fala dos comunistas. [...] É difícil, porque... nem todos imaginam que a extrema-esquerda é da mesma maneira...

Na esquerda. Não sei o que você chama de extrema-esquerda. Eu tenho grande admiração pela experiência do pós-guerra, com a construção do Estado de Bem-estar. Como dizia o Keynes, se me perguntarem, eu estou na extrema esquerda do firmamento intelectual – eu também estou nesse sentido. Não no sentido... eu sempre tive uma crítica muito forte ao marxismo da União Soviética, isso muito antigo, né? Como disse o Stédile, ele disse uma vez, que eu era um keynesiano marxista cristão. É isso. Mistura. Cristo era um radical também, se você olhar desse ponto de vista.

É difícil isso. Porque o ciclo do Brasil hoje, eu sou extrema esquerda, digamos assim, mas eu não sou um... se você achar que extrema esquerda é um comunista no sentido... mas eu não sou isso e tal. Mas, eu diria que a minha posição seria de uma reorganização radical do capitalismo e um controle político do capitalismo econômico.

A dificuldade em se localizarem em um ponto do espectro político foi anunciada por vários entrevistados, de todos os polos. Mas é interessante notar em que sentido essa dificuldade se observou. No caso dos mais acadêmicos, em geral, o dilema estava em torno dos sentidos de “extrema esquerda”. Por um lado, o adjetivo “extrema” implica uma certa conotação negativa, que os impede de se assumirem assim. Por outro lado, eles frisaram aspectos como o fato de serem assim reconhecidos, de estarem mais à esquerda do que imaginavam no contexto brasileiro, de adotarem certa radicalidade. Nesse sentido, parecem construir uma descrição que se afasta do imaginário comum sobre serem “extremos”, mas ao mesmo tempo disputam esse lugar de uma certa “radicalidade”, ou seja, o lugar das transformações reais do mundo – cada qual entendendo essas transformações e as possibilidades de sua realização de um modo. Somam-se a isso os complementos tais como “viés comunista”, “socialista democrático”, “militante socialista”, “keynesiano marxista cristão”, além de menções a partidos conhecidos como mais à esquerda no campo político brasileiro, tais como Psol, PCdoB e PT.

“Nos termos do debate, em matérias de costumes, mais para esquerda, e em matéria econômica, mais para direita, com as categorias usuais”

Assim como os mais acadêmicos, alguns dos mais especialistas também são filhos de pais ou mães professores universitários, tendo tido acesso a discussões intelectuais e políticas desde cedo, bem como tendo passado por escolas e instituições universitárias de elite, com formação acadêmica extensa, diplomas de doutorado e publicações em suas áreas específicas. Relativamente, o volume de capital econômico herdado das famílias dos mais especialistas parece superior ao dos mais acadêmicos, o que se expressa, em alguma medida, nas práticas culturais e de lazer, bem como nas manifestações de gosto.

O senhor pratica algum esporte?

Pratico, sim. Tênis e caça submarina já não mais, a idade já não me permite. Esses foram os esportes que, em algum momento da vida, eu competi. [...]

O senhor costuma acompanhar partidas de futebol?

Sim. Meu pai foi sempre muito ligado ao Botafogo. Eu herdei esse problema. [...]

Acompanha em casa ou no estádio?

Em casa. Já não vou mais ao estádio.

Mas costumava ir?

Quando criança, sim. Meu pai era um entusiasta, ele tinha essas cadeiras perpétuas no Maracanã e, então, nós íamos sempre ao Maracanã, nessas cadeiras. Quer dizer, as cadeiras

perpétuas foram vendidas no momento da construção do Maracanã, ele comprou um monte. Então, toda minha juventude eu fui ao Maracanã nessas cadeiras.

Meu pai tem uma casa de praia em São Sebastião. Eu sempre velejei muito. Eu adoro velejar.

Meu pai, um homem comerciante, que não conhecia nada de filosofia, mas adorava o filho dele – e eu também adorava o meu pai – ele disse: “Então, eu vou te ajudar”. Então, ele me mandou para França, e lá eu consegui uma bolsa.

Assim, por um lado, certos especialistas tiveram heranças familiares intelectuais e políticas; por outro, a maioria contou com o acúmulo de capitais econômicos adquiridos pelos pais para convertê-los em capitais acadêmicos, intelectuais e culturais. Também as posições que esses especialistas possuem no espaço social mantêm uma dualidade: por um lado, com trajetórias acadêmicas extensas, presença em debates intelectuais, convivência com pares da universidade, eles têm que responder minimamente aos princípios e critérios do universo mais acadêmico; por outro lado, como sócios de agências de consultoria, ligações com o sistema financeiro, donos de empresas, esses sujeitos respondem também aos princípios do chamado “mercado”. Essa dicotomia se expressa na forma como alguns especialistas se identificam politicamente, associando posições mais “liberais” em relação à economia (e, portanto, reconhecidas como mais à direita) a posicionamentos progressistas no campo dos costumes (mais à esquerda).

Com resquícios de uma espécie de “vergonha” em se assumirem como de “direita”, esses agentes tentam encontrar desvios para essa definição, seja afirmando que ela não é suficiente, seja aplicando a ideia de dois parâmetros, seja colocando-se ao centro: “Eu gostei de uma definição do Fernando Henrique: um radical moderado, um radical de centro”; “Politicamente, ainda que seja um oximoro, eu sou um radical de centro, cada vez mais comprometido com o centro político. [...] Sou um extremista do centro”. Nesse sentido, esses especialistas se veem e são reconhecidos, nos espaços com lógicas distintas em que circulam, de maneiras contraditórias:

Meus amigos de direita acham que, porque eu trabalhei no governo Fernando Henrique e tal, eu sou comunista, e o pessoal de esquerda que eu conheço me enxerga à direita do governo Fernando Henrique, portanto, um neoliberal. Então, eu não estou em lugar nenhum, se é assim eu estou no centro.

É interessante ressaltar como também nesse conjunto o adjetivo “radical” se aplica com conotações positivadas – o que parece coadunar-se com posições mais próximas à trajetória acadêmica e mais dominantes, as quais se apresentam

como as que, dentro desse espaço, sofreriam menos pressões para negociarem suas tomadas de posição. Ademais, a menção aos governos de Fernando Henrique Cardoso e ao PSDB como réguas de medida também é mais comum nesse polo, servindo inclusive de justificativa para certos agentes localizarem-se como de centro-esquerda, ainda que com tomadas de posição e afinidades eletivas mais associadas à (centro-)direita.

Centro-esquerda, apesar de no Brasil eu ser taxado de direita. Acho super esquisito isso. Certamente, no Chile, votaria na Bachelet. Certamente, o governo FHC é à esquerda da Bachelet. Por que no Chile a Bachelet é de esquerda e no Brasil o FHC é de direita, eu não sei.

Além disso, há nesse grupo agentes que se qualificam diretamente como de direita ou centro-direita. Nesse sentido, o que se percebe é que quanto mais as origens sociais são próximas a uma intelectualidade ou militância, mais eles tentam se aproximar da esquerda (por meio das estratégias citadas acima) e, quanto menos tributários, em suas origens sociais, do estilo de vida e das defesas de esquerda, menos barreiras eles demonstram em se assumirem abertamente como de direita. De um modo ou de outro, esses agentes tomaram posições a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, e a maioria apoiou Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018, envergadamente ou não, ou optaram pelo voto nulo, com o argumento de que se tratava de polos equivalentes em disputa.

“Qual é a minha ideologia? É o jornalismo”

Os mais jornalistas, tanto os mais *mainstream* quanto os mais blogueiros, os mais à esquerda ou os mais à direita, apresentam características comuns em relação aos mecanismos que acionam para se classificarem. Com exceção de apenas um jornalista mais jovem, eles se inseriram na profissão nos anos 1960 e 1970, tendo vivenciado a efervescência cultural e política dessas décadas, enfrentando as censuras e perseguições da ditadura civil-militar. Nesse sentido, os ambientes familiares de infância e as cidades com características mais conservadoras em que cresceram (sendo boa parte dos jornalistas oriundos do interior de Minas Gerais e São Paulo) chocaram-se com as mudanças que esses agentes passaram nos anos da faculdade ou dos primeiros anos de redação.

Em seus relatos, é comum a referência à Música Popular Brasileira (MPB) e a alguns de seus representantes mais emblemáticos – tais como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Gal Costa, Milton Nascimento –, como formadores não apenas de gostos musicais, mas também de um modo de vida, de um pensamento político.

J&Cia – Você chegou aqui num caldeirão político. Tinha já alguma formação de esquerda? Fernando – Não. Meu irmão mais velho era um cara de esquerda. Meu pai não tinha convicções visíveis, mas nunca apoiou o golpe, por exemplo. Nunca, em nenhum momento, na minha casa, alguém foi para a oposição. Mas a minha cabeça política foi feita aqui. Antes de ser feita pela política foi feita pela música, porque fui durante um período repórter e depois editor de Variedades do *Jornal da Tarde* e isso me aproximou dos Baianos... o [Gilberto] Gil e o Caetano [Veloso]. [...] Acabei me convencendo que uma das maneiras de lutar contra a ditadura era lutar contra os valores da cultura burguesa. Eu era contra a família e a favor de todas as drogas... (Morais *apud* Ribeiro e Baroncelli, 2010, p. 5).

Soma-se a essa troca cultural o fato de terem vivenciado um período considerado mítico no jornalismo brasileiro, cujas resistências à ditadura serviram para a construção de uma memória heroica da profissão no país, bem como de seus jornalistas. Tributários, portanto, de valores de esquerda, esses jornalistas também encontram mais dificuldades para se assumirem como de “direita”, mesmo quando se aproximam dela em termos de tomada de posição. Quanto mais identificados como à direita do espectro político, mais adotam o “centro” como estratégia de escape dessa posição. Apenas dois dos mais jornalistas entrevistados afirmaram-se como de centro-direita, adotando como critério, mais uma vez, a justificativa econômica.

Em posições de mediação, muitas vezes dependentes das interpretações do mundo social oferecidas por especialistas e acadêmicos, localizados em uma rede de interdependências, esses jornalistas precisam dosar suas tomadas de posição, sob o risco de abalarem suas credibilidades. Assim, reproduzem em certa medida os argumentos adotados pelos mais especialistas e acadêmicos, sem no entanto a adição da “radicalidade”, que, dentro dos princípios que seguem, poderia ameaçar suas posições. Ademais, em suas autot classificações e visões políticas, expressam as próprias noções que perpassam suas práticas profissionais, tais como equilíbrio, pluralidade, moderação, imparcialidade, apartidarismo, o que fica explícito nas entrevistas com jornalistas *mainstream*:

Eu sempre me descrevi como de centro, porque, como jornalista, eu obrigatoriamente tinha que conversar sem preconceito com a direita, com a esquerda, com o centro, e consegui isso. É uma das vitórias da minha carreira, que eu consegui não ser tragada pela ideologia. Então, eu sou de centro, mas eu sou a favor da liberdade, da democracia, dos direitos...

Quando você trabalha no jornalismo político, se você trabalha nisso com honestidade de propósitos e sem esse engajamento partidário e tal, você nota muito rapidamente que está diante de um grande teatro. [...] E você nota, se tiver um olhar sem preconceito, sem condi-

cionamento, sem ser engajado e tal, que não tem mocinho que é 100% mocinho, nem bandido que é 100% bandido. E que em todos os partidos, todas as áreas [...] quase todos né, hoje em dia tem uns aí que é mais difícil... você encontra gente boa, gente ruim, gente correta, gente sacana, gente que está ali pela política, gente que está para fazer negócio.

Mesmo no caso dos jornalistas mais blogueiros, que assumem tomadas de posição mais evidentemente de esquerda, essa afirmação encontra riscos: “Qualquer vinculação... já é complicado de qualquer jeito, porque você já tem subjetivamente as suas preferências. Então, você tem que estar o tempo todo duelando contigo mesmo”. Se, por um lado, dependem de seus públicos de nicho, por outro, precisam também manter abertas as fronteiras para públicos mais amplos, assim como para outros empregos:

Eu não acho que o meu *site* ser declaradamente de esquerda, ou seja, tem um viés assumido, eu não acho que isso me prejudique jornalisticamente [...]. Eu acredito que, ao longo desses anos, tenho mais de trinta anos como jornalista, eu conquistei uma credibilidade, tanto é que meus colegas da mídia comercial divulgam os meus textos normalmente quando eles gostam de alguma coisa que eu escrevi. Também acho que essa história do jornalismo imparcial é uma balela, que a imprensa comercial inventou para dizer que eles não têm lado, sendo que o lado deles sempre foi explícito, basta a gente ver a perseguição que eles fizeram ao PT todos esses anos. O que eu defendo é que o jornalismo não precisa ser imparcial, o que ele precisa ser é honesto, e o que eu faço é jornalismo honesto. O que eu acho que pode me prejudicar ou me prejudica é certamente se eu fosse procurar emprego na mídia comercial, eu teria dificuldades, porque, como eles passam essa imagem falsa de que são imparciais, não costumam ver repórteres que têm uma posição política declarada.

Nesse sentido, ao contrário dos mais acadêmicos, a afirmação dos jornalistas como sendo de esquerda vem sempre carregada de riscos a suas próprias posições nesse mercado de produção de opinião, já que pode levá-los a dificuldades em empregos e a restrições a certos nichos de público. Para aqueles com tomadas de posição mais próximas à direita (como apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff, apoio ou construção dos argumentos dos polos equivalentes entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad nas eleições de 2018), o comportamento assemelha-se em alguma medida ao dos mais especialistas, no sentido de que também expressam certa “vergonha” em se assumirem como de “direita” e de que utilizam como parâmetro para tais definições a figura e o governo de FHC. Nas expressões de preferência política, também fica evidente a posição dominada dos mais jornalistas, com uma boa vontade cultural e intelectual e uma posição de admiração em relação a FHC, no caso de vários dos mais *mainstream*:

Eu sou... como é que eu vou me definir? Está tudo tão maluco... era mais fácil negócio de PSDB, tal, eu sempre fui simpatizante de uma coisa assim com o PSDB, não sei como a gente pode chamar isso... por exemplo, acho Fernando Henrique bárbaro, quer dizer, bárbaro assim... pô, foi ótimo aquele governo, de uma gente estudada, bem-intencionada... nem todo mundo, claro, bandidagem tem em todo canto... mas, assim, no geral era bom, ambiente legal, entendeu?! Ambiente legal. E eu gosto daquela gente, né? Assim, é o mais próximo de explicação que eu possa te dar... Então, é difícil dizer, seria fácilimo eu te falar assim: “centro-esquerda”, todo mundo que é tucano, não sei o quê, diz isso [risos], centro esquerda... mas acho tão... não sei se define, sabe?! [...] Gosto de tucano. Agora, gosto de todos os tucanos? Claro que não, né? [...] Então, eu gosto dessa gente assim... eu gosto de Fernando Henrique. Ai, eu gosto dessa gente inteligente, sabida, sabe?!

Já aqueles com tomadas de posição associadas mais à esquerda e estando no polo dos mais blogueiros, essa afinidade eletiva se expressa, em geral, em relação à figura de Luiz Inácio Lula da Silva. De um modo ou de outro, a despeito do discurso de neutralidade que perpassa as narrativas dos jornalistas, o mecanismo de produção de suas opiniões parece mais dependente dos vínculos estabelecidos com determinadas fontes, com os jornais em que trabalham, mas também com as figuras políticas com quem mantêm afinidades. Ademais, há um componente moral forte nas falas e produções desses jornalistas em torno da questão da corrupção, por exemplo, o qual se relaciona tanto com as disposições desses agentes – ligadas às suas origens sociais, com componentes mais conservadores, como a religião, as famílias e as cidades com tal característica – quanto com a *illusio* em torno do jornalismo como quarto poder, responsável por fiscalizar os outros.

“Eu prefiro nunca esconder que eu venho de uma visão de mundo de direita, eu sou um cara que atua na causa liberal há anos, eu não escondo isso de ninguém”

Entre os mais polemistas e mais militantes dos agentes estudados, estão aqueles com origens e posições sociais mais instáveis. É nesses polos que aparecem mais indivíduos de origens populares, filhos de empregadas domésticas e trabalhadores manuais, por exemplo. Mas também há nesses dois polos filhos de famílias abastadas, que vivenciaram falências e instabilidades financeiras. Entre esses agentes, os discursos de mobilidade social são mais comuns e os gostos expressam práticas não acionadas pelos outros polos, como pode ser observado nos trechos das entrevistas de alguns dos mais polemistas:

Aí, na 8ª [série], meu pai faliu, sumiu de casa, sabe “foi comprar cigarros e não voltou mais”?!

Atualmente, meu consumo cultural é mais caseiro. Gosto muito de programas de humor; séries, eventualmente; vejo filmes, em geral em casa. Gosto preferido em cultura e arte é musical. E aí, música é permanente, no carro, em casa... não trabalhando, nos deslocamentos, de lazer. Música é o principal consumo cultural. Sou músico amador também.

Pergunta: Quais atividades culturais você prefere?

Entrevistado: Cinema. Gosto de debates assim, não sei se isso é... palestras, debates sobre economia e tal. E TV, né... televisão, séries, videogame. Videogame é atividade cultural? [...]

Pergunta: Qual seu estilo musical favorito?

Entrevistado: Chato falar eclético, né!? Pera aí, deixa eu pensar. Eu gosto de *rock* britânico dos anos 1980, assim. [...] Ah, bota o *Karaoke* lá em cima, porque eu vou muito ao *Karaoke*.

Mesmo aqueles com origens sociais mais privilegiadas diferenciam-se dos mais acadêmicos e mais especialistas por não terem traçado uma trajetória acadêmica. Ou seja, são em geral os herdeiros despossuídos de títulos acadêmicos, os despossuídos de herança com títulos acadêmicos ou ainda os dois. Ainda assim, dentro do volume de capital desses agentes, é possível perceber relações, por um lado, entre aqueles cujos capitais escolar, cultural e político tiveram mais peso e valorização na origem social e os posicionamentos mais à esquerda; e, por outro, aqueles cujo capital econômico tem maior peso e os posicionamentos mais à direita.

Entre os mais polemistas, estão os que se assumem mais abertamente como de “direita” e os que são reconhecidos de forma mais enfática dessa maneira. Embora haja jornalistas *mainstream* e especialistas que assim se afirmem e que assim são identificados, é no polo dos mais polemistas que estão aqueles que se colocam também como “militantes” de direita. Socializados em *think tanks* e com contato com partidos, como o Partido Novo, os mais jovens desses polemistas associam um certo liberalismo econômico com o apreço pelo conservadorismo:

Aos poucos, eu fui percebendo que o que tirava as pessoas da pobreza, por exemplo, não era nada que... não é lei do salário-mínimo que vai aumentar de fato o salário dos trabalhadores. E fui entendendo um pouco mais de economia e vendo que a maior parte das medidas de esquerda, elas são tiros no pé, elas pioram o problema que elas tentam ajudar, que elas tentam resolver. E, além disso, eu conheci pelo Pondé o pensamento conservador e achei muito legal, muito interessante. Não que hoje eu seja um conservador, mas achei bem elegante.

Depois que eu escrevi os livros, muitos *think tanks* liberais me procuraram para dar palestras ou para conversar e tal. A partir deles, eu comecei a ler muita coisa. [...] eu vim de uma faculdade muito ruim, então não conhecia Milton Friedman, não conhecia os economistas

básicos, os mais básicos... e fui conhecendo tudo por esses movimentos de divulgação de ideias, que foram muito importantes.

Nesses casos, ao contrário de acadêmicos e especialistas, cujas socializações se deram sobretudo nos departamentos universitários em que estudaram, ou dos mais jornalistas, que se formaram nas redações dos grandes jornais, os mais polemistas e militantes atribuem suas formações a outros espaços, tais como *think tanks*, para os mais à direita, e movimentos sociais, para os mais à esquerda. Assim, se aqueles que se identificam ou tomam posição mais próxima à direita nos outros polos assumiram uma certa aproximação ou admiração com o PSDB, aqui, o apoio a Jair Bolsonaro se tornou mais evidente (entre os mais especialistas, esse apoio apareceu também em alguns agentes; e apenas um dos mais jornalistas *mainstream* também o expressou):

Eu acho que uma coisa, talvez, importante só de frisar é exatamente a influência do fato de a “direita” ter chegado ao poder, como que isso impacta na nossa luta e nos movimentos. E isso é uma coisa que a gente está vendo agora, esse grande dilema, porque tem muitos dos movimentos que entendem que Bolsonaro está longe de ser perfeito, mas mal ou bem representa muito das ideias que a gente pensa e, inclusive, com o ministério na área econômica muito alinhado [...].

Como regra no conjunto dos agentes estudados, mesmo os polemistas que apoiam Bolsonaro e que têm tomadas de posição mais associadas à extrema-direita tentam fugir da caricatura do “extremo”: “Eu acho que nesse caso os extremos são que nem ferradura, se encostam [...] eu não sou nem um socialista, nem um reacionário, eu sou um liberal clássico à direita”. Da mesma forma o fazem os militantes mais à esquerda, mas é importante ressaltar que esses não se ligam a partidos ou figuras políticas que acionam a violência como estratégia política recorrente, nem adotam posicionamentos com o conteúdo e a forma de violência dos mais à direita:

Eu venho de uma classe social explorada e desfavorecida, eu não venho das classes abastadas que produzem determinado tipo de intelectual, digamos, muitas vezes decorativo. Eu não queria ser essa intelectual decorativa da Zona Sul do Rio de Janeiro. Então, eu fui procurar também... eu, digamos, fui para o PT procurar a minha turma.

Eu sou uma pessoa feminista (risos), eu sou feminista, ou seja, eu sou uma pessoa de esquerda, é uma esquerda feminista, é uma esquerda bastante radical, mas não é uma extrema-esquerda. É a esquerda da democracia radical.

Enquanto os militantes mais à esquerda têm suas posições políticas mediadas pela participação em certos movimentos sociais, tais como o movimento negro, o movimento feminista, o MST, os posicionamentos dos polemistas mais à direita associam-se à causa liberal ou ao combate a esses movimentos de esquerda e a ideias como do “politicamente correto”. O trecho seguinte ilustra tanto a posição desses polemistas nesse mercado como esse mecanismo de produção de opinião:

Eu acho que as minhas crônicas sempre tiveram entretenimento [...] o meu leitor é o leitor que curte isto, aquela aparição literária sem pretender ser literária, mas sendo, né?, com humor, com pensamento, essa mistura aí. E, dentro da política, para simplificar, eu acho que a questão da minha reação é sempre muito clara à falsa virtude, ao falso progressivo, né?, ao que supostamente se associa à esquerda sem ser, não uso essa terminologia porque acho que ela está errada, ao politicamente correto. Eu acho que uma coisa que atravessa de fato toda... talvez, que unifique de alguma maneira o meu público, se isso é preciso dizer, é esse tipo de crítica, que é... que custa caro para mim, digamos, porque contrária, né?, muita gente de uma elite cultural, onde eu convivo também, né...

De todo modo, à esquerda ou à direita, esses agentes buscam, consciente ou inconscientemente, transformar as narrativas de suas trajetórias como uma espécie de capital que não apenas sustenta suas posições no espaço da produção e reprodução de opinião política, bem como justifica e embasa suas tomadas de posição. Criados com menos estímulos e reconhecimentos sobre seus lugares enquanto pessoas aptas a expressarem suas opiniões, eles forjaram essas habilidades em espaços como militância política e redes sociais.

Um dos mecanismos que mobilizam é o da “representação social”, tanto à esquerda quanto à direita. Esses últimos, por exemplo, com frequência, argumentam sobre uma dissociação entre as classes artísticas e intelectuais, que seriam mais à esquerda, e a população brasileira (incluindo pobres e classe média), tida como mais conservadora – ou seja, associam-se também a um certo anti-intelectualismo ou antiacademicismo. Colocam-se, nesse sentido, como representantes dessa sociedade, que não teria voz nos meios de comunicação e nas universidades. Ao mesmo tempo, são esses que reproduzem com veemência os discursos sobre “vitimismo”, “populismo”, “socialismo”, defendendo interesses dos dominantes economicamente no país.

Aqueles que se situam mais à esquerda também acionam os dados de exclusão de mulheres, negros, jovens, trabalhadores nos meios de comunicação e nas universidades como meio de legitimarem suas presenças nesse mercado de opiniões, bem como seus discursos. Ao mesmo tempo, estão fortemente inseridos nas lógicas da indústria do entretenimento e do mercado editorial, reproduzindo as heteronomias desses

espaços. Dominados no mercado da produção de discursos, com menor volume de capital específico e distintivo (sobretudo em relação ao polo dos mais acadêmicos e especialistas), militantes e polemistas buscam de certa forma transformar suas desvantagens nesse mercado em trunfo, ao tornarem os elementos sociais que justamente excluem desse mercado os agentes com origens sociais semelhantes em formas de legitimarem suas posições e discursos.

Entre os que se situam mais próximos a esses dois polos, parece haver menor mediação entre os dados de origens sociais e os discursos promovidos. Assim, encontram-se dependentes de determinados públicos e temas, performances e características pessoais, para se inserirem e permanecerem no jogo. São assim, com frequência, chamados a falar sobre suas vidas pessoais, mesclando suas opiniões sobre o Brasil com suas experiências vividas; ou convidados a entrevistas pelas suas performances tidas como “polêmicas”, “corajosas”, “inconformistas”, “iconoclastas”; mas, por outro lado, também classificadas como “pop” – ou seja, fortemente vinculadas à indústria do entretenimento.

Considerações finais

Como um espaço de interseção entre diversos poderes e campos, o mercado da produção de opinião, centrado na mídia, é regido por critérios e lógicas concorrentes entre si. Nesse sentido, agentes com diferentes capitais, que respondem a princípios, regras explícitas e implícitas, critérios de hierarquização e classificação distintos, disputam os lugares mais dominantes desse espaço, com os recursos e trunfos que conseguem acionar. Há, entre eles, os que têm forte legitimidade no campo intelectual e acadêmico específico; os que têm poder econômico e influência política mais direta; os que se ancoram em valores e reconhecimentos profissionais e institucionais do jornalismo; os que se valem sobretudo de suas performances e polêmicas; os que conseguiram obter uma eficácia simbólica na narrativa acerca de suas trajetórias; os que se associam a causas e movimentos sociais.

Nesse espaço, a naturalidade com que alguns se colocam enquanto formuladores de ideias e análises sobre o mundo social, associada ao reconhecimento dos pares e outros tomadores de decisão, se contrapõe à lacuna que há entre as disposições de origem e aquelas adquiridas em outros agentes, os quais mantêm afinidades menos mediadas com seus públicos, leitores, seguidores e fãs. Ao disputarem os sentidos e as referências do que seja esquerda e direita, mas também as valorações dessas classificações, esses agentes também disputam os seus lugares no mercado de opiniões e a legitimidade de seus capitais.

A partir do encontro entre *habitus* e espaço social, foi possível estabelecer correlações entre as origens sociais, as posições que os agentes ocupam nesse mercado

e os mecanismos de seus discursos e posicionamentos políticos, os quais se relacionam com as diferentes ancoragens de suas legitimidades. Nesse sentido, este artigo buscou demonstrar como essas tomadas de posição política não estão descoladas das origens e posições de classe, mas também das posições que eles ocupam nesse mercado, tentando traçar as formas como esses elementos interagem entre si. Ademais, procurou ilustrar, ainda que brevemente, como tais distinções se associam a diferentes expressões de gosto cultural.

Entre a Cultura e a Política, este trabalho tentou demonstrar como a perspectiva da sociologia da cultura, especificamente a de Pierre Bourdieu, contribui para se pensar a relação entre classe social e política, ao inserir as visões de mundo e os mecanismos de produção de opinião em um conjunto de práticas, preferências culturais, estilo de vida e posição no espaço social. Assim como os trabalhos citados na introdução (Laurison, 2013; Cautrés *et al.*, 2013; Gaxie, 2013), este artigo buscou mostrar a importância do capital cultural para a análise da relação entre classe e posicionamento político. Mas, além disso, ao centralizar a análise no espaço da produção cultural e ideológica, este artigo também estabeleceu a mediação dessa relação a partir dos jogos do campo em que os agentes estão inseridos.

Por outro lado, ao correlacionar as visões políticas com o gosto, o artigo também intentou demonstrar os ganhos analíticos para a compreensão da relação entre classes sociais e cultura de uma abordagem que leve em conta a produção de opinião e visões de mundo como integrada a esse universo simbólico. Ou seja, também para o estudo das práticas culturais e da dinâmica do campo da produção e do consumo cultural, os posicionamentos e capitais políticos parecem relevantes, especialmente no Brasil, em que os campos intelectual, artístico e político mantêm relações estreitas e relativamente pouco autônomas (Miceli, 2001; Meirelles, 2021).

Referências Bibliográficas

- BERTONCELO, Edison. (2016a), "O espaço das classes sociais no Brasil". *Tempo Social*, São Paulo, 28 (2): 73-104, setembro.
- BERTONCELO, Edison. (2016b), "O uso da Análise de Correspondências Múltiplas nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos". ANPOCS, 40. *Anais Eletrônicos...* Caxambu, ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st16-7/10296-o-uso-da-analise-de-correspondencias-multiplas-nas-ciencias-sociais-possibilidades-de-aplicacao-e-exemplos-empiricos/file>, consultado em 23/01/2020.
- BOURDIEU, Pierre. (2015a), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusc; Porto Alegre, Zouk.

- BOURDIEU, Pierre. (2015b), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), *On television*. Nova York, The News Press.
- BRAGA, Ruy. (2016), “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”. In: SINGER, André & LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo.
- CAUTRÈS, Bruno *et al.* (2013), “Retour sur l’hypothèse de ‘l’homologie structurale’: les déplacements des catégories sociales dans l’espace politique français depuis *La Distinction*”. In: COULANGEON, Philippe *et al.* *Trente ans après La Distinction, de Pierre Bourdieu*. Paris, La Découverte “Recherches”, pp. 327-337.
- DUVAL, Julien. (2015), “Analisar um espaço social”. In: PAUGAM, Serge (org.). *A pesquisa sociológica*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, Vozes, pp. 218-237.
- GAXIE, Daniel. (2013), “Retour sur les modes de production des opinions politiques”. In: COULANGEON, Philippe *et al.* *Trente ans après La Distinction, de Pierre Bourdieu*. Paris, La Découverte “Recherches”, pp. 293-306.
- KLÜGER, Elisa. (2018), “Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação”. *BIB*, 86: 68-97, outubro.
- LAURISON, Daniel. (2013), “La production des opinions aux États-Unis, trente ans après *La Distinction*”. In: COULANGEON, Philippe *et al.* (org.). *Trente ans après La Distinction, de Pierre Bourdieu*. Paris, La Découverte “Recherches”, pp. 307-326.
- LE ROUX, Brigitte & ROUANET, Henry. (2010), *Multiple correspondence analysis*. Londres, Sage.
- MEIRELLES, Allana. (2021), *Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia*. 465 f. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MICELI, Sergio. (2001), *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MIRA, Maria Celeste & BERTONCELO, Edison. (2019), “Apresentação. Para além da distinção? Desafios à abordagem bourdieusiana da formação social do gosto”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 24 (46): 19-43, janeiro a junho.
- PINTO, Louis. (2009), *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Broussieux, Éditions du Croquant.
- RIBEIRO, Eduardo & BARONCELLI, Wilson. (2010), “Fernando Morais: um olhar no jornalismo e o outro na literatura. E os dois na grande reportagem”. *Protagonistas da Imprensa Brasileira – Jornalistas&Cia*, setembro.
- RIDENTI, Marcelo. (2018), “Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil”. *Revista Plural*. São Paulo, 25 (1): 45-62, agosto.
- SINGER, André. (2018), *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SINGER, André. (2012), *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras.

Resumo

Entre cultura e política: a distinção na produção de opinião na mídia

Este artigo tem como proposta analisar os diferentes mecanismos de produção de opinião política entre um grupo de colunistas, comentaristas e analistas políticos da mídia no Brasil contemporâneo, relacionando tais mecanismos com as posições dos agentes no espaço social. Tomando como base as análises de Pierre Bourdieu em *A distinção – crítica social do julgamento*, especialmente do capítulo “Cultura e política”, este artigo propõe correlacionar esses mecanismos com um conjunto de práticas e disposições relacionadas ao *habitus* – incluindo, portanto, expressões de gosto e estilo de vida – bem como com o campo em que esses agentes se inserem. O estudo foi elaborado a partir da análise de 51 indivíduos, com a realização de entrevistas e prosopografia. Palavras-chaves: Opinião política; Gosto; Habitus; Mídia; Intelectuais.

Abstract

Between culture and politics: the distinction in the production of opinion in the media

This paper aims to analyze the different mechanisms of political opinion production among a group of columnists, commentators and political analysts of the media in contemporary Brazil, relating these mechanisms to the positions of agents in the social space. Based on Pierre Bourdieu's analyzes in *Distinction: A social critique of the judgement of taste*, especially in the “Culture and politics” chapter, this article proposes to correlate these mechanisms with a set of practices and dispositions related to the *habitus* – therefore including expressions of taste and style of life – as well as with the field in which these agents are inserted. The study was developed from the analysis of 51 individuals, with interviews and prosopography.

Keywords: Political opinion; Taste; Habitus; Media; Intellectuals.

Texto recebido em 26/10/2021 e aprovado em 04/02/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.191788.

ALLANA MEIRELLES VIEIRA é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil, e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. E-mail: allanameirelles@hotmail.com.



Coleções colaborativas

Um espaço de dois universos

Michel Nicolau Netto*

<https://orcid.org/0000-0003-0893-971X>

Bárbara Venturini Ábile*

<https://orcid.org/0000-0001-5391-4728>

Introdução

Este artigo¹ reflete acerca da produção de fronteiras simbólicas e de seus efeitos no espaço social, com base na análise das coleções colaborativas (CCs) na moda. As CCs são uma categoria de *co-branding*, termo utilizado pelo marketing para descrever a aliança pontual de duas ou mais marcas na criação de um produto ou serviço. As marcas envolvidas podem ser de setores diferentes, como foi por exemplo, a aliança entre a plataforma de *streaming* de música Spotify e o serviço de transporte por aplicativo Uber na criação de um serviço no qual o usuário poderia controlar a música ao longo de sua viagem; ou de um mesmo setor, como é a parceria entre a marca de chocolates Kopenhagen com a rede de fast-food McDonald's na venda de sorvetes. Neste texto analisaremos uma categoria de *co-branding* que envolve marcas do setor do vestuário: as coleções colaborativas entre *fast fashions* e marcas de luxo.

Ainda que estejamos falando de marcas que produzem e comercializam peças de roupas, é notável que suas respectivas posições no campo da moda são praticamente

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

1. Aproveitamos o espaço para registrar nossos agradecimentos, pelas trocas, ideias e debates, aos colegas do Grupo de Estudos em Bourdieu da Unicamp (Gebu), do qual o autor e a autora deste artigo fazem parte. Este artigo foi possível por contar com os seguintes apoios: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2018/20074-2; 2016/16686-7; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

opostas. As marcas de luxo detêm historicamente o poder de legislar em matéria de vestuário e de “bom gosto”, estabelecendo definições sobre o que seria uma moda “legítima” e de como “se vestir bem”. Para tanto, estabelecem uma série de estratégias (Kapferer, 1993) para tornar seus produtos raros, exclusivos e altamente disputados. As *fast fashions* não disputam essa legitimidade, nem se preocupam com a raridade dos produtos que comercializam. Desde que surgiram, na década de 1990, voltam-se para a confecção e a venda de peças de roupas de forma massificada e rápida, com distribuição em larga escala, por um preço baixo. Ou seja, enquanto as marcas de moda garantem sua legitimidade na rarefação de seus produtos, as *fast fashions* buscam sua massificação. É nessa diferença que reside o improvável das CCs: na *co-branding* que analisamos vemos a aproximação do que deveria estar absolutamente separado na produção de peças de roupa. Para falarmos como Durkheim (1996), as CCs parecem estabelecer a mistura do sagrado (o luxo, o ordinário acrescido de valor) e o profano (o *fast fashion*).

Essa oposição é percebida na primeira parceria do tipo, entre a *fast fashion* sueca H&M e o criador (e, na época, responsável pelas criações de moda de três marcas de luxo) Karl Lagerfeld, de 2004. Em seu vídeo publicitário² vemos dois homens conversando sobre o anúncio da CC em questão. Enquanto eles trocam frases como “é difícil acreditar que ele está fazendo isso” e “mas é mesmo verdade?”, algumas cenas são entrepostas. Todas elas representando, de diferentes formas, pessoas de alto poder aquisitivo completamente perplexas, quando não desesperadas, a respeito de tal coleção. O efeito de tal aliança, até então interdita pelas regras do campo da moda, adquire ares cômicos no vídeo: pessoas chorando, vendendo suas casas, gritando com outras e pulando de pontes ao ficarem sabendo da existência da CC. No Brasil, onde a H&M não tem nenhuma loja, as CCs tiveram início alguns anos depois, encabeçadas por duas *fast fashions*. A C&A, que, apesar de ser uma empresa holandesa, possui muitas lojas no país, já se aliou a nomes considerados relevantes no campo da moda, como Stella McCartney (2010) e Roberto Cavalli (2013), além de marcas de estilistas brasileiros como Reinaldo Lourenço (2009), Iódice (2014) e Alexandre Herchcovitch (2016). A outra, que possui um histórico maior de coleções colaborativas, e que, portanto, terá nossa atenção no presente artigo, é a brasileira Riachuelo. Suas CCs com marcas de luxo e estilistas passaram a ser mais regulares a partir de 2010, ano da coleção realizada com o estilista Oskar Metsavath, da marca brasileira Osklen. Sua primeira parceria internacional, com a marca de luxo italiana Versace (que também se aliou com a H&M em 2012), ocorreu em 2014; enquanto a segunda, de 2016, contou com a participação daquele que foi pioneiro nesse movimento, Karl Lagerfeld.

2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9NYGtjVXcmw>. Consultado em 10/03/2021.

Na medida em que pretendem vender o luxo e o *fast fashion* ao mesmo tempo, os promotores desse tipo de colaboração afirmam que o fato de haver uma expansão de classe consumidora do luxo (da elite para as classes médias e populares) denotaria uma democratização do luxo. Tais parcerias demonstrariam que o luxo se tornou acessível e, como tal, independente da classe a que o indivíduo pertence. O vídeo publicitário que mencionamos acima também deixa isso claro em duas cenas: ao afirmar, no início, que é muito mais valioso se ter uma “floresta” (melhor ter muitos consumidores) do que um “jardim” (do que um número restrito); e ao concluir que na CC o importante não é o preço (que é, como veremos, bem menor em relação ao praticado normalmente pelas marcas de luxo), mas sim o “bom gosto”.

Contudo, se essas colaborações aproximam marcas de universos opostos, elas não embaralham esses universos. Veremos aqui como as diferenças entre marcas de luxo e de *fast fashion* são firmemente mantidas, assim como os consumidores de luxo e aqueles das coleções colaborativas. Assim, se as tradicionais fronteiras que opunham as classes em relação ao consumo são desfeitas, outras imediatamente são postas, mantendo a diferenciação de marca e de classe relacionada. Isso leva a dois efeitos que analisamos neste artigo: em primeiro lugar a unificação de um mercado da moda, que inclui pessoas de várias classes no reconhecimento de símbolos de distinção; em segundo lugar, a separação e a hierarquização desses símbolos, o que recoloca fronteiras entre as classes sociais.

Este artigo é o encontro das pesquisas dos autores sobre cultura, distinção e classe social e tem como fundamento empírico a pesquisa³ realizada por uma de suas autoras. O referido trabalho envolveu a pesquisa de dados produzidos na área da história da moda, do mercado de luxo e do marketing. Somado a isso, foi feita a análise de arquivos, estatísticas e relatórios das marcas que foram objeto do trabalho. Ainda, foram realizadas entrevistas com alguns agentes, mais especificamente com a responsável pela direção de marketing da marca Riachuelo, em dezembro de 2016, e com um dos estilistas que colaboraram com a *fast fashion* brasileira nos anos 1990, em agosto de 2017. As informações recolhidas foram trabalhadas com materiais recolhidos na mídia, como relatos e entrevistas com esses mesmos agentes, bem como outros igualmente relevantes para o objeto. As reportagens e editoriais realizados pela mídia especializada da área de moda e marketing foram utilizados, principalmente no que se refere às coberturas de lançamento das coleções colaborativas.

3. “Da griffe ao fast fashion: uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas” (Ábile, 2019), tese defendida na Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Renato Ortiz. Na banca esteve a Profa. Miqueli Michetti, a quem agradecemos pelas contribuições fundamentais.

O objeto de nossa análise são duas das colaborações da *fast fashion* Riachuelo com marcas de luxo: Versace (de 2014) e Karl Lagerfeld (de 2016). Com base nelas, demonstraremos a existência de novas fronteiras simbólicas entre o luxo e as *fast fashions* e seus efeitos no estabelecimento de fronteiras sociais, ou seja, na divisão de grupos sociais em razão de suas práticas de consumo e gostos. Na primeira parte, apresentamos a crença do campo em uma suposta “democratização” do luxo presente nos discursos dos agentes da moda e do marketing. Supõe-se, com esse termo, que o luxo não mais estabelece fronteiras entre as diferentes classes sociais, sendo as CCs a comprovação disso. Argumentamos, ao contrário, que as colaborações só são possíveis porque as fronteiras entre luxo e *fast fashions* são rígidas e intransponíveis. Na segunda parte, entramos nas próprias lojas de *fast fashion* para analisarmos como nelas novas fronteiras são formadas, separando as CCs e as coleções regulares da Riachuelo. Na última parte observamos que a suposta democratização é, na verdade, uma unificação do mercado da moda e do luxo, o que significa uma expansão pelas classes sociais do reconhecimento dos valores estabelecidos pelo luxo. Ao mesmo tempo há uma hierarquização entre os símbolos presentes neste mercado, sendo que as marcas de luxo continuam detendo o monopólio do estabelecimento do “bom gosto”. Isso reverbera em fronteiras sociais bem estabelecidas, de maneira que os consumidores das diferentes classes continuam não se misturando.

As fronteiras entre o luxo e as coleções colaborativas

É marcante a expansão do luxo nas últimas décadas e como ela se dá em diversos níveis. Seja pelos canais de TV a cabo ou aberta, seja pelas revistas, redes sociais, sites de estilos de vida etc., o luxo, ao menos virtualmente, invade nosso cotidiano. Se há alguns anos seus produtos eram pouco conhecidos – ao menos pouco vistos – por uma grande parcela da sociedade, hoje os resultados de uma busca na internet com termos tão vagos quanto “produto de luxo” nos oferecem uma ampla gama de vídeos, reportagens e imagens sobre o processo de compra, o preço, as especificações, a embalagem, entre outros detalhes dessa categoria de objeto. O luxo também se torna mais global. Como mostrou Renato Ortiz, se há uma expansão geral do consumo de objetos de luxo, ela tem maior destaque em novos centros, em especial a China, a Índia e as Américas (Ortiz, 2019, pp. 15-16). Como diria Appadurai (1996), as marcas de luxo se inserem em um “fluxo cultural global” formando uma paisagem de símbolos compartilhada globalmente.

Esse conjunto de formas de expansão é utilizado por alguns autores e agentes do próprio universo do luxo como justificativa para uma suposta “democratização”, que surge vinculada à ideia de um “novo luxo”. Como mostramos em outro lugar

(Nicolau Netto e Miraldi, 2017), esse é um discurso comum entre tais agentes. Uma autora da área, por exemplo, afirma que:

O velho luxo era sobre atributos, qualidades e características do produto, e muito de seu apelo derivava do status e do prestígio. O novo luxo define a categoria a partir do ponto de vista do consumidor. Os consumidores do novo luxo de hoje focam na experiência do luxo incorporada nos produtos e serviços que compram, não na propriedade ou posse em si. Assim, o novo luxo é sobre a experiência do luxo a partir da perspectiva do consumidor, onde o velho luxo permanece focado no tradicional status e prestígio ideal do luxo (Danziger, 2005, p. 7).

A respeito de nosso objeto, a referência ao luxo como algo voltado para além da elite é algo recorrente: tal ponto foi explorado não só na publicidade da coleção *Karl Lagerfeld for H&M*, como nos próprios anúncios das parcerias da Riachuelo. No caso da Versace, a CC foi considerada por alguns jornalistas como uma das “maiores revoluções da moda brasileira” exatamente por comercializar as criações de uma marca de luxo dentro do espaço físico das *fast fashions*, com uma média de preço mais próxima àquela praticada por essas redes, do que àquelas praticadas pelas marcas de luxo. Da mesma forma, a coleção com Lagerfeld teve a seguinte manchete em uma revista de grande circulação entre o público jovem: “Sim, você vai poder comprar peças desenhadas pelo todo-poderoso da Chanel a partir de R\$ 49,90!”⁴ Mesmo quando a empresa inaugurou uma filial na Rua Oscar Freire, em São Paulo, endereço conhecido por reunir as maiores marcas de luxo na cidade, seus representantes afirmaram que assim eles davam “mais um passo rumo à verdadeira democratização da moda”⁵.

Essa narrativa de democratização da moda pressupõe a não existência de uma relação direta entre consumo e classe, ou seja, o consumo de determinado bem não seria mais determinado pela classe de origem do consumidor, tampouco seria forma de produção de diferença entre as classes. É isso que notamos na fala de nossa entrevistada, responsável pelas coleções colaborativas da Riachuelo com marcas de luxo⁶:

Eu acho que hoje bolso não define cabeça mesmo, antigamente era tudo muito segmentado, classe A gostava de uma coisa, queria tal coisa, classe B, C, tal. Hoje em dia a mesma informação

4. Ver em: <https://capricho.abril.com.br/moda/veja-todos-os-looks-da-colecao-do-karl-lagerfeld-para-a-riachuelo/>. Consultado em 10/03/2021.

5. Em 2013 a Riachuelo abriu uma loja na rua Oscar Freire, em São Paulo, conhecida como um dos endereços que concentram as maiores lojas de luxo da cidade.

6. Entrevista realizada em dezembro de 2016.

está aí para todo mundo e isso é maravilhoso! Então as pessoas conseguem se alimentar da mesma fonte de informação e terem as mesmas demandas. (informação verbal).

Em outro momento, a entrevistada afirma que:

Aí a gente percebeu realmente que o mundo mudou totalmente, que existe essa quebra muito grande, principalmente do bolso não definir as pessoas. A gente encara isso muito como nossa missão assim, de trazer um design acessível, fazer uma moda acessível, fazer aquela mulher que não tem o dinheiro para se vestir dos pés à cabeça com uma marca, ou nem com uma peça de marca, mas ela está bem, ela está linda, ela está se sentindo bem. E acho que essa é muito nossa missão [...] (informação verbal).

Nossa entrevistada entende que há a passagem de um mundo no qual o gosto se baseava na segmentação das classes, para um no qual o gosto, como do luxo, pode ser compartilhado por pessoas de diferentes classes. Ou seja, não haveria mais uma fronteira que separaria os consumidores, que agora se misturariam como se vivessem em uma grande feira livre. Se o dinheiro pode ser um entrave para a realização desse gosto, a Riachuelo propõe que o obstáculo seja ultrapassado pelas coleções colaborativas (CCs). Seriam elas que levariam o luxo para as classes mais baixas. De fato, as CCs permitem que pessoas que talvez nunca teriam condições econômicas de comprar uma roupa de Karl Lagerfeld possam adquirir uma peça Lagerfeld *for* Riachuelo. Seria isso, contudo, bem traduzido pela palavra democratização? Tal consumo significaria mesmo que os indivíduos não são mais separados pelo que podem ou não comprar? Caso isso seja verdadeiro, as CCs não representariam somente o acesso dos consumidores ao luxo, mas também o apagamento das distinções entre os consumidores de tais coleções e aqueles que consomem objetos das próprias marcas de luxo. Em outras palavras, as fronteiras entre luxo e *fast fashion*, e entre seus consumidores, estariam deixando de existir.

Mas a própria divisão de trabalho entre as marcas em colaboração já permite perceber as fronteiras simbólicas entre elas. Ela funciona da seguinte forma: (i) a marca de luxo é a responsável por toda a criação e desenho das peças. A inspiração e/ou o tema da coleção, por sua vez, são sempre autorreferenciados, isto é, é a própria marca de luxo que é representada. Isso se nota pelo ostensivo uso do nome da marca nas peças, ou de seu logo, ou de referências facilmente identificáveis por quem já está familiarizado com a marca de luxo, como cores, modelos, estampas e materiais, e até mesmo releituras das peças mais famosas. A proposta para cada peça é então (ii) entregue a uma equipe de marketing e de estilo da *fast fashion* que, baseando-se em suas pesquisas internas, (iii) indica possíveis mudanças nos desenhos das roupas

FIGURA 1

Comparação de Karl Lagerfeld for Riachuelo com as peças originais da marca de luxo. Montagem realizada com imagens de arquivos da Riachuelo (à esquerda) e imagens publicadas pelo site da marca Karl Lagerfeld (à direita).



Fonte: Ábile, 2019.

que a marca de luxo propôs. O objetivo não é interferir no desenho da peça, mas baratear seus custos e torná-la um *produto comercial*⁷. Nota-se, portanto, que entre a entrega do desenho e a confecção das roupas existe uma tentativa de tradução das peças originais dessas marcas para as possíveis peças das CCs. Isto é, existe uma linguagem estética a ser seguida que consiste no *deslocamento* de símbolos específicos de uma peça para a outra, e é isso que torna a tradução possível. Finalmente, uma vez chegado em um acordo, (iv) a *fast fashion* responsabiliza-se pela produção, provas e finalização da peça (que envolve uma cadeia de atividades terceirizadas, que não será tratada aqui), que será vendida em algumas de suas lojas. Nessa fase de conclusão, é (v) acoplada na peça uma etiqueta que faz referência à marca de luxo, normalmente através de menções que seguem o padrão *marca de luxo for fast fashion*, como *Versace for Riachuelo* ou *Karl Lagerfeld for Riachuelo* por exemplo.

Essa divisão do trabalho é rígida e não poderia existir com funções invertidas entre as marcas. As marcas de luxo detêm a autoridade de criar peças de roupas que são lidas como socialmente distintivas – algo que a *fast fashion* não consegue fazer e nem tem a intenção. Portanto, seria inconcebível que a marca *fast fashion* ocu-

7. Tal categoria nativa é utilizada para descrever produtos que são considerados de “venda fácil”, ou seja, produtos que chamam a atenção dos consumidores devido a uma mistura de características específicas, dentre as quais podemos citar o preço e a estética, por exemplo.

passa a função (i), ou seja, fosse responsável pelo desenho da roupa. Também seria inconcebível que a etiqueta acoplada nas peças colaborativas marcasse o processo invertido e fosse uma coleção especial da *fast fashion for* a marca de luxo. Com isso se nota que a marca de luxo se especializa em todo trabalho simbólico (ou seja, tudo o que acresce valor à roupa é consequência do trabalho da marca de luxo) da parceria, enquanto a marca *fast fashion* se especializa no trabalho material, de produção e comercialização das peças. Como as CCs se diferenciam de produções regulares das *fast fashions* pelo trabalho simbólico, a própria intenção da marca de *fast fashion* é apagar seu trabalho, dando-se a impressão de que todo o trabalho foi conduzido pela marca de luxo. Observa-se que não há mistura entre o trabalho da *fast fashion* e da marca de luxo. Em termos simbólicos não há colaboração: não se propõe em nenhum momento que a peça da CC teve qualquer contribuição estética da *fast fashion*, mas apenas da marca de luxo. O seguinte trecho da entrevista com a responsável pelas CCs na Riachuelo reafirma esse ponto: “[...] A gente realmente respeita o DNA, recebe aquilo [o desenho] e vai fazer da forma mais próxima possível. [...] realmente a gente se mete o mínimo possível, deixa fluir e procura executar exatamente o que recebeu.” (informação verbal, grifos nossos).

Dessa forma percebemos que as colaborações são possíveis não porque misturam *fast fashion* e luxo, mas, ao contrário, porque as mantêm rigidamente separadas. Não há confusão entre as marcas envolvidas e as *fast fashions* só conseguem mobilizar o repertório simbólico do luxo (seja suas marcas, seus *designs*, o formato dos desfiles, o *visual merchandising* da loja ou sua estratégia comercial) porque as fronteiras entre elas e as marcas de luxo continuam evidentes. Se houvesse o apagamento das fronteiras e as peças das CCs de fato se misturassem com aquelas de luxo, sequer haveria a possibilidade do ganho simbólico transferido do luxo para o *fast fashion*. Afinal, tal ganho se dá porque o luxo se encontra em outro lugar, distante, onde se valoriza como o inacessível e o exclusivo. É lá que se produz sua valorização e ela só pode ser momentaneamente transferida para a *fast fashion* porque aquele lugar – o universo do luxo, como chama Ortiz (2019) – permanece do lado de lá.

Também notamos que não há o embaralhamento das marcas – de luxo e de *fast fashion* – quando observamos como elas se posicionam no mercado e o público a que se dirigem. Tomando a Versace como exemplo, a empresa se posiciona como um “símbolo do luxo italiano em todo mundo”⁸ e “se orgulha em ser uma marca elegante que comercializa para os grupos de consumidores privilegiados”⁹. Isso está

8. Ver em: <https://www.versace.com/international/en/about-us/company-profile.html>. Consultado em 10/03/2021.

9. Ver em: https://issuu.com/mollieroobinson/docs/mollie_robinson_. Consultado em 10/03/2021.

FIGURA 2

Comparação de Versace for Riachuelo com as peças originais da marca de luxo. Montagem realizada com imagens de arquivos da Riachuelo (à esquerda) e imagens publicadas pelo site Vogue France (à direita).



Fonte: Ábile, 2019.

no campo oposto da Riachuelo, que afirma ter como “objetivo democratizar a moda, vendida a preços acessíveis”¹⁰ e define que seu posicionamento de marca é trabalhar

[...] o conceito de democratização da moda, oferecendo para as diversas classes sociais todos os atributos da moda a preços competitivos, com o intuito de atrair o consumidor do mercado informal para o formal, além de disponibilizar condições de pagamento específicas para o nível de renda de seus clientes (Guararapes, 2018).

É possível, contudo, se pensar que a colaboração entre as duas marcas aproxima seus consumidores? Se olharmos para quem é o público das CCs e o público da marca de luxo envolvida na CC percebemos o grande abismo. Como exemplo, peguemos apenas a forma como a Versace anuncia seu consumidor alvo. Em primeiro lugar, a marca mira “mulheres de 25 a 44 anos”. Dentro desse grupo, elas são segmentadas para que a marca enfoque “mulheres de classe média alta [*upper middle class*] com rendas discricionárias entre US\$100.000 e US\$150.000, com rendas familiares de até US\$450.000”. No mesmo relatório, a marca traça um consumidor modelo. “Nosso consumidor é Emília Eckhardt. Ela é uma mulher de 38 anos, casada e com carreira.

10. Ver em: <https://www.riachuelo.com.br/a-empresa/historia>. Consultado em 10/03/2021.

Ela trabalha como diretora de arte e seu marido é cirurgião plástico. Eles moram em Nova Iorque. O salário dela é de US\$150 mil anuais. Seu marido ganha um pouco mais de US\$600.000 anuais¹¹. Se convertermos os ganhos de Emília e marido para reais, temos que em 09/02/2021 ela ganharia R\$815 mil anuais e o casal teria uma renda de mais de R\$4,5 milhões. O casal está entre o 1% mais rico em quase todos os países do mundo: com sobras nos EUA (mais de US\$485 mil) e ainda mais no Brasil (mais de US\$176 mil)¹².

Como ponto de comparação, coloquemos tal renda em escala de classe por rendimento, pois é assim que a Riachuelo foca seu público. A classe A no Brasil é definida pelo IBGE como aquela cujas rendas de todos os membros de uma família somam mais de 20 salários-mínimos por mês, ou seja, 240 SMS por ano. Em 2021, isso significa uma renda anual de R\$264.000. Ou seja, até a mulher solteira mais “pobre” do público-alvo da Versace (a que ganha US\$100.000 anuais, ou seja, R\$543.000) estaria no topo da classe A brasileira. Isso difere radicalmente do público da Riachuelo e das CCs. Segundo nossa entrevistada, a maior parte do público da loja e das CCs está na classe C (confirmaremos isso abaixo com informações do relatório da Riachuelo), o que significa que suas famílias possuem renda entre R\$52.800 e R\$132.000 por ano. Ou seja, o topo do público-alvo da Riachuelo possui uma renda 35 vezes menor que a do casal Eckhardt.

Apenas pela observação da renda tem-se que os públicos das CCs e das marcas de luxo se distanciam radicalmente, algo que certamente se radicalizaria se fôssemos observar estilos de vida. Isso significa que as pessoas que adquirem as peças colaborativas são aquelas que não têm acesso às peças da marca de luxo. Da mesma forma, contudo, as peças da CCs não entram no circuito dos consumidores de luxo. Se encontramos a Versace *na* Riachuelo, é impossível encontrar a Riachuelo em uma loja da Versace. Isso significa que quem adquire *Versace for Riachuelo* tende a não ser a pessoa que adquire a “*Versace for Versace*”. A fronteira, assim, está estabelecida e os públicos das CCs e das marcas de luxo rigidamente separados. O trânsito entre os públicos seria a profanação do luxo e é interdito. E é justamente a não confusão de público entre um universo e outro, junto de outras estratégias, que garante que a marca de luxo não perca seu poder simbólico (seu *mana*) ao se juntar à marca de *fast fashion*. Ao contrário do discurso da democratização, a aquisição de peças de coleções colaborativas não leva à inserção no luxo, mas denota, na verdade, a continuidade da exclusão daquele que a adquire de fazer parte do núcleo do universo do luxo.

11. Ver em: https://issuu.com/cherishriley/docs/versace_brand_extension_final. Consultado em 10/03/2021.

12. Ver em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2020-02-07/how-to-be-in-the-richest-1-around-the-world>. Consultado em 10/03/2021.

Fronteiras internas nas fast fashions

Além de não significarem a superação das fronteiras entre as marcas de luxo e de *fast fashion*, as CCs produzem fronteiras internas nas próprias *fast fashions*. Se é fundamental que não haja confusão entre *fast fashion* e luxo, também as CCs não podem ser confundidas com as coleções regulares das *fast fashions*. Uma série de estratégias é empreendida para tanto.

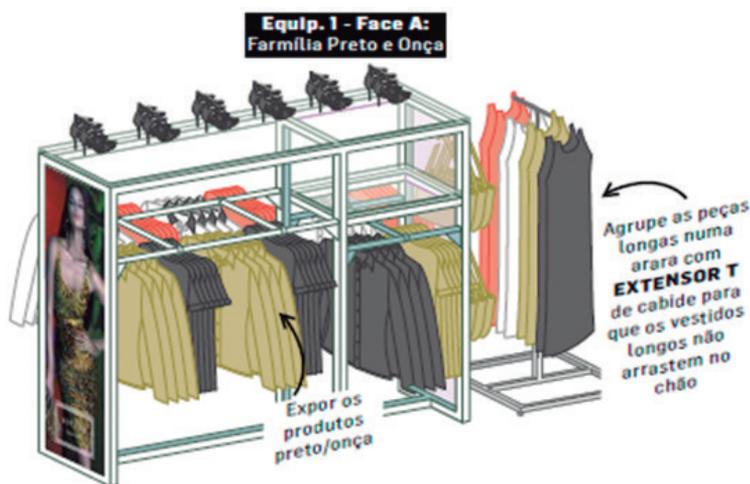
A primeira é a seleção das lojas que receberão as CCs. De fato, as coleções não estão presentes em todas as lojas, mas especialmente nas filiais estrategicamente escolhidas pelos responsáveis da marca. Os números a esse respeito são reveladores. Na época de sua coleção com a Versace, a Riachuelo contava com 257 filiais. Dessas, 170 foram selecionadas para receber as peças da parceria. Ou seja, 34% das lojas não entraram no circuito. Em 2016, já com 290 lojas, a coleção ficou restrita a 139 endereços diferentes; mais da metade das lojas, portanto, foram excluídas. A escolha das lojas que recebem as coleções, segundo a direção da Riachuelo, se relaciona com o histórico de volume de vendas das filiais. Contudo, também é fácil notar que entre suas razões está a localização desses pontos de venda: o circuito mais próximo de um consumo de alto padrão tende a ter mais lojas com a presença das CCs, com destaque para as filiais em Shoppings Centers e ruas de comércio de luxo. Para se ter uma ideia, 11 lojas receberam as duas CCs da Riachuelo (Versace e Lagerfeld) na cidade de São Paulo; nove delas em Shopping Centers, uma na Rua Oscar Freire e outra na Avenida Paulista¹³.

Quando entramos nas lojas em que há as CCs, notamos novas separações relativas à exibição e à permanência das peças das CCs e das coleções regulares das *fast fashions*. As peças regulares são exibidas de acordo com uma lógica de expectativa de consumo: supõe-se que o consumidor de uma peça possa tender a comprar outra peça e, por isso, elas estão próximas no cabide. Ainda que haja uma preocupação com a estética da exibição nessas lojas, é frequente encontrarmos roupas de cores e estampas muito diferentes figurando juntas em um mesmo aparelho expositor. O contrário ocorre com as peças das CCs. Como a Figura 3 nos mostra, a coordenação entre cores e estampas não só é previamente estudada pelas equipes de *visual merchandising* da empresa, como também sua manutenção é uma prioridade.

13. A filial da Oscar Freire foi inaugurada em 28/11/2013, ou seja, no ano anterior da CC com a Versace. É evidente que o histórico de venda não explicaria sua escolha.

FIGURA 3

Orientação de visual merchandising da Riachuelo a respeito da exposição das peças de sua coleção com a Versace.



Fonte: arquivos da empresa.

Nas palavras de nossa entrevistada:

[As coleções colaborativas designam] um momento que você consegue apresentar aquela coleção de uma vez, com força, porque no dia a dia do varejo é assim [...], [se] está faltando isso aqui na loja, você tinha um coordenado de 4 estampas, mas se está precisando de vestido, manda o vestido e quebra o coordenado. Isso acontece todos os dias, é difícil [...] você conseguir manter aquela história que foi concebida no começo... ou então [...] uma peça atrasou, você vai segurar o coordenado? Não vai. E quando é uma coleção [colaborativa] assim, em um ponto de venda, você segura, né? Então acho que ela chega com muita força, é uma coleção feita com muito cuidado, tem muitas provas de roupas, algo que claro que o ritmo do varejo nem sempre permite, né? (informação verbal, colchetes nossos).

Essas diferenças são complementadas por outras estratégias: as CCs ganham materiais especiais que são usados durante o lançamento e venda da coleção, como cabides específicos, adesivos, sinalizações da loja, etiquetas promocionais, códigos de autenticidade, sacolas etc. Da mesma forma, a localização das peças na loja se difere. As peças regulares das *fast fashions* estão espalhadas pela loja, em várias combinações entre si e não possuem uma localização fixa. Já as peças das CCs devem permanecer agrupadas, concentradas em um determinado lugar que, na maioria das vezes, é a vitrine e a entrada da loja. Ou seja, desde a estética de exposição até a disposição na loja, tudo é feito para que as CCs e as coleções regulares não se misturem (afinal, elas não

fazem parte de um mesmo universo), ao mesmo tempo em que as CCs ganhem maior destaque (elas representam universos não apenas diferentes, mas hierarquizados).

Outra separação entre as coleções se refere à própria disponibilidade. As peças regulares da *fast fashion* seguem uma dinâmica de reposição diretamente ligada à demanda. Ou seja, assim que um produto alcança uma quantidade mínima em estoque de uma loja, a matriz é acionada para enviar novos exemplares. O mesmo não ocorre com as CCs, em que a reposição é pensada de forma estratégica para produzir escassez. De fato, o número de peças produzidas para as CCs é consideravelmente menor do que o produzido nas coleções regulares. Mas há algumas regras adicionais que buscam a rarefação. Uma delas se refere ao tempo de permanência das peças na loja. Ao contrário das peças regulares, que ficam expostas até serem vendidas, as peças das CCs são exibidas por um tempo determinado no contrato com a marca parceira. Após esse período, as peças são retiradas da loja e não podem mais ser comercializadas. A diferença de tempo entre os eventos de pré-venda e o período da venda em si demonstra como a disponibilidade das CCs é propositalmente reduzida: no caso de *Karl Lagerfeld for Riachuelo*, a coleção foi anunciada dia 13 de janeiro de 2016, as peças foram expostas nas vitrines em 18 de abril e suas vendas só foram permitidas em 27 do mesmo mês, o que significou quase 10 dias de exposição de uma peça que não podia ser vendida. O término da venda, por sua vez, foi previsto para dia 16 de maio, mesmo que o estoque não tivesse acabado, podendo terminar antes se não houvesse mais estoque. Ou seja, apesar dos mais de três meses de intensa divulgação, as roupas só ficaram disponíveis para compra durante 20 dias. Algo similar ocorreu na coleção *Versace for Riachuelo*, cujos “boatos” da colaboração (difundidos pela maior publicação de moda do país, a *Vogue Brasil*) surgiram em janeiro de 2014, mas o início das vendas foi dia 7 de novembro de 2014, com término em 31 de dezembro do mesmo ano.

Dessa forma, a incitação ao que é restrito é uma estratégia central de tais coleções; inclusive, algumas CCs permitem a compra de somente uma peça por pessoa. O jogo de divulgar a disponibilidade e depois restringir o acesso ao produto é, portanto, um padrão. Por exemplo, logo no lançamento de *Karl Lagerfeld for H&M*, ao se esgotar grande parte do estoque, a fabricação de mais peças foi completamente descartada pelos executivos da *fast fashion* (e, mais tarde, pelo próprio Lagerfeld). Esse jogo é explicado pela diretora de marketing da Riachuelo. Segundo ela, a empresa percebeu que as coleções colaborativas só dão certo quando há um equilíbrio entre o oferecimento de um produto “bom”, isto é, que venda facilmente, que tenha também um preço “acessível”, mas que também seja extremamente pontual, bastante exclusivo e limitado, com uma divulgação “agressiva”. Sua explicação define o termo *masstige* – junção, em inglês, das palavras massa e prestígio – que é comumente usado pelos agentes aqui pesquisados para definir esse tipo de *co-branding*.

Esses aspectos denotam que tudo é feito para que haja a produção de uma rígida fronteira entre as peças regulares e as das CCs. Elas coabitam um mesmo espaço, mas não um mesmo universo. Elas quase se encostam, mas nunca se misturam. E na verdade, a não mistura, ou seja, a fronteira que as separa, é a própria condição de existência de ambas. Caso a fronteira não existisse, não existiria CC, uma vez que tudo seria a coleção regular da *fast fashion*. Dessa forma, as características entre ambas não “colaboram”, mas se opõem radicalmente, como se percebe em um quadro classificatório binário:

PEÇAS REGULARES	PEÇAS COLABORATIVAS
Em todas as lojas	Em algumas lojas selecionadas
Abundantes e rapidamente repostas	Estratégias de rareamento
Expostas de forma espalhada pela loja	Expostas de forma concentrada
Expostas em locais aleatórios	Expostas em vitrine e na entrada
Sem ordem estética ou de cor	Com ordem estética e de cor

Fonte: Elaboração própria.

Esse quadro representa uma fronteira interna às lojas que permite que não haja a mistura entre as CCs e as coleções regulares da Riachuelo. Ao mesmo tempo, contudo, é também a fronteira que permite resguardar às CCs todo seu poder simbólico capaz de gerar valorização da marca Riachuelo e das próprias peças regulares. Em outras palavras, é pela manutenção das fronteiras que as CCs podem gerar uma nova classificação à Riachuelo. Começamos a perceber isso quando olhamos para a importância das CCs para a economia das *fast fashions*. Uma coleção entre a Target – oitava maior varejista dos Estados Unidos – e o estilista Isaac Mizrahi, no início dos anos 2000, “gerou US\$ 300 milhões no ano, segundo o New York Times reportou em uma matéria de 2008”. No mesmo período, a Target faturou apenas com roupas e acessórios US\$13,5 bilhões. Ou seja, uma bem sucedida CC gerou em vendas 2,2% do faturamento total da empresa¹⁴. As CCs da Riachuelo tampouco representam mais de 2% de seu faturamento, segundo o presidente da marca¹⁵. Ao mesmo tempo, os momentos de aumento do faturamento da empresa

14. Ver em: <https://ffw.uol.com.br/noticias/business/fast-fashion-as-moedas-que-estao-em-jogo-nas-colecoes-assinadas-por-estilistas/>. Consultado em 10/03/2021.

15. Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/09/1813977-em-tempos-de-criese-redes-de-fast-fashion-se-transformam-em-vedetes-de-shoppings.shtml>. Consultado em 10/03/2021.

são atribuídos por seus gestores, ao menos em parte, às CCs. Quando em 2016 a receita líquida aumentou 10,3%, a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo afirmou que a CC com Karl Lagerfeld “ajudou a companhia a ampliar as vendas no segundo trimestre”¹⁶. Ao justificar o ganho econômico em 2013 – o lucro da Riachuelo aumentou 17% no ano – o relatório da empresa aponta que o “desempenho dessas parcerias comerciais vai além do enorme sucesso alcançado em suas vendas. O ganho de imagem de moda junto a um público jovem é o trunfo gerado por tais estratégias”. O desencontro entre os dados – o aumento de lucro muito maior do que impacto direto da venda dos produtos das CCs – revelam que as CCs geram ganho econômico apenas indiretamente. Seu trabalho é, de fato, centrado no ganho simbólico. É ao valorizar a marca Riachuelo e suas peças, e não por sua venda direta, que as CCs geram ganhos econômicos.

A unificação do mercado simbólico e as hierarquias

A operação desse lucro simbólico produz ao mesmo tempo uma unificação de um mercado simbólico e novas hierarquias baseadas nas fronteiras que se estabelecem nesse mercado. Para demonstrar esse movimento complexo, primeiro notemos que as empresas de *fast fashion* negam qualquer separação entre seus públicos consumidores. Nós já vimos como as CCs são discursadas como uma forma de democratização, levando o luxo para as classes mais baixas. Contudo, há também o movimento contrário, no qual a democratização significaria levar as roupas da Riachuelo para as classes mais altas. O depoimento do presidente da marca é elucidativo. Perguntado sobre seu público-alvo:

Resolvemos chutar o balde desse dogma da segmentação. [...] O nosso modelo de negócios permite alargar infinitamente esse universo porque, apesar de os bolsos serem diferentes, as aspirações são cada vez mais homogêneas. Simplesmente tiramos isso do nosso mapa. [...] Pela primeira vez, estamos liderando com larga margem na classe A e na classe D. Passamos a Renner. Estamos empatados com ela na classe B. Na classe C, a Renner está um pouquinho na frente. Isso confirma o que um fato já apontava em 2013, quando a gente quebrou um recorde com 35 inaugurações. A 34ª inauguração foi na rua Nova de Recife, que é um formigueiro humano, talvez uma das ruas de comércio popular de mais baixa renda do Brasil. Aquela loja é belíssima. São três mil metros de área de venda. Quebrou o recorde de vendas em inaugurações. Uma semana depois, inauguramos outra na esquina da Oscar Freire com a Haddock Lobo, em São Paulo. Uma loja com metade

16. Ver em: <http://sbvc.com.br/riachuelo-grife-luxo/>. Consultado em 10/03/2021.

da área, 1,5 mil metros, no ponto mais “high end” do mercado brasileiro, arrebatou o recorde da rua Nova¹⁷.

Se no discurso público a Riachuelo afirma que não diferencia as classes sociais – seus gostos são homogêneos e a marca estaria presente em todas as classes, em todas as regiões da cidade – em seus relatórios internos a situação se mostra diversa. Um estudo de 2011 demonstra que, ao contrário de uma oferta homogênea de produtos, há uma intensa divisão dos clientes (Avelar Junior, 2011). Por exemplo, os cartões Riachuelo, além de oferecerem crédito – o que permite às empresas lucrarem com os juros pagos pelos clientes, uma vez que elas são também financeiras – possuem justamente a função de “gerar informações de segmentação”. Em primeiro lugar, os clientes são divididos por “renda, ocupação, educação e classe social”, tendo em vista o objetivo de “desenvolver uma estratégia de segmentação em harmonia com o que [as pessoas de acordo com os critérios de segmentação] representam”. Em segundo lugar, os critérios acima atribuídos a cada cliente são reunidos com dados de “segmentação psicográfica”, ou seja, uma busca ativa para caracterizar cada fração por “personalidade, atitudes e estilo de vida”. A reunião desses dados permite que “os segmentos [sejam] identificados de acordo com características específicas de cada produto”. Em outras palavras, os produtos não são pensados indiscriminadamente para todas as classes, mas especificamente para cada classe social, reafirmando a relação entre classe e tipos/bens de consumo. Tal segmentação é identificável na própria variedade de submarcas existentes na Riachuelo, cada uma direcionada para um “tipo” de cliente. A título de exemplo, no setor feminino as submarcas da Riachuelo são separadas por sete diferentes *lifestyles* (estilos de vida): Pool Trendy, Pool Street, AK Urban, AK Casual, AK Glamour, Dript e Body Work.

Ao mesmo tempo em que as classes são segmentadas, os gestores das *fast fashions* comemoram na mídia a conquista das classes mais altas, como quando a Riachuelo atingiu, entre as lojas varejistas, a preferência de 18% da classe A, contra 15% da Renner. Contudo, seu relatório de 2017 aponta qual é seu grande público consumidor: “A Riachuelo possui como mercado-alvo os segmentos de renda C e D uma vez que a renda média mensal de seus 28 milhões de clientes é de aproximadamente R\$1.700,00 (mil e setecentos reais)”¹⁸.

17. Flavio Rocha – CEO grupo Guararapes – Riachuelo. (Revista The President dez\jan\fev\2017). Ver em: <https://www.nelsonleite.com.br/assuntos/riachuelo-forca-de-um-emprededor-qual-e-o-seu-publico-alvo/>. Consultado em 10/03/2021.

18. Conforme <http://ri.riachuelo.com.br/Download.aspx?Arquivo=ohh6/eh9jhqVKa2+hTZ9pw> . Consultado em 10/03/2021.

Há uma série de contradições nas informações que demonstramos. Elenquemos para seguirmos à análise: a) há um aumento de faturamento que se atribui às CCs, mas as CCs em si representam uma parte mínima do faturamento; b) há um discurso de que a Riachuelo vende para todas as classes, mas a renda média de seu consumidor o localiza nas classes C e D; c) há a divulgação de que a Riachuelo oferta produtos homogeneamente para todas as classes, mas se esforça em segmentar a oferta pelas próprias classes.

Mas se entendemos o trabalho simbólico desempenhado pela Riachuelo e como as CCs e as classes consumidoras se relacionam, tais contradições se dissolvem. Para tanto, vamos retomar a análise de Bourdieu (1996) sobre o mercado linguístico, pois nos serve de perfeita analogia. Segundo o autor, a adoção de uma língua nacional padrão, inculcada pela escola, produz um mercado linguístico unificado, em que todos se sentem parte em igualdade, uma vez que compartilham a mesma língua. Contudo, segundo ele, isso é parte de uma crença que vela a existência de formas mais ou menos legítimas de uso da língua, sendo que o fato de a elite utilizar a forma mais legítima a permite exercer um poder sobre as outras classes. Assim, enquanto nas classes populares há uma série de restrições, mesmo inconscientes, sobre o que se pode falar, a elite se sente à vontade e livre para o uso legítimo da língua. Ou seja, uma vez unificado o mercado, internamente ele é hierarquizado, justamente porque uma hierarquia só pode ser feita se todos compartilharem a crença naquilo que a gera.

O mesmo ocorre com nosso objeto. O que observamos é que de uma língua exclusiva da elite, o luxo agora aparece como uma língua franca e, na qualidade de língua, igualmente disponível a todas as classes sociais. Se a elite sempre teve o monopólio dessa língua, observamos com as CCs que ela agora alcança as classes consumidoras de *fast fashion*. Outros estudos notam que ela mesmo alcança – em suas declinações – classes sociais ainda mais baixas. Ana Lúcia de Castro pesquisou os hábitos de consumo no Jardim Santo André, em Santo André, Grande São Paulo. Nove mil famílias habitavam nesse bairro entre 2009 e 2010, sendo 5799 em “núcleos de favelas” e outras 3031 em unidades habitacionais financiadas pela CDHU. Dentre os participantes da pesquisa (365 famílias moradoras em favelas e 385 em prédios do CDHU), apenas 0,5% declarou uma renda superior a três salários-mínimos (Castro, 2016). Nessa população, Castro percebeu que não existe conhecimento das marcas de roupa consideradas de maior prestígio. “Quando expusemos os logos de grifes mundialmente reconhecidas e prestigiadas, apenas aquelas ligadas ao universo esportivo foram reconhecidas e identificadas pelo nome. Louis Vuitton, por exemplo, era chamada como ‘aquela bolsa’” (Castro, 2019, p. 233). Isso não significa, contudo, que a ideia distintiva de marca estivesse ausente dessa população. Contudo, para ela “roupa de marca é a da C&A e da Renner” (Castro, 2019, p. 224).

Isso significa que se as marcas de roupa das famílias do Jardim André e as da Rua Oscar Freire não são as mesmas, essas famílias compartilham a noção de que a marca da roupa representa formas de distinção. Assim, das classes altas às baixas se torna necessário o conhecimento de um consumo que podemos chamar de estetizado. Isso nos leva a repensar as atribuições de gosto que Pierre Bourdieu fez às diferentes classes sociais. Lembremos que o autor denominou o gosto das classes populares de gosto de necessidade. Premidas pelas urgências da vida, essas classes incorporam uma disposição para uma valorização da função das coisas em detrimento da forma. Como afirma Tony Bennett, a escolha do necessário significa, segundo Bourdieu, que as classes populares não possuem “qualquer capacidade para fazer julgamentos relacionais da forma” (Bennett, 2011, p. 532). O gosto de necessidade se opõe ao gosto de liberdade, que caracteriza as classes dominantes. Livres das urgências da vida, membros dessas classes tendem a valorizar a forma das coisas sobre sua função. Ou seja, seu julgamento estético valoriza aquilo que não parece necessário, nem sequer que corresponda a qualquer interesse imediato. O luxo se define justamente por essa não necessidade e, por isso, caracteriza o gosto da classe dominante (mais especificamente da fração dessa classe rica em capital econômico). Justamente, segundo Bourdieu, a oposição entre forma e função é mobilizada pela classe dominante para a classificação dos estilos de vida. Quanto mais se valoriza a forma em detrimento da função, mais a classe dominante se diferencia das classes dominadas e se classificam como superiores. Bourdieu, retomando Weber, denomina essa valorização da forma de estilização da vida. Nas palavras do autor,

[...] oposições de estrutura semelhante às que se observam em matéria de consumo cultural encontram-se, também, em matéria de consumo alimentar: a antítese entre a quantidade e a qualidade, a grande comilança e os quitutes, a substância e a forma ou as formas, encobre a oposição, associada a distanciamentos desiguais à necessidade, entre o gosto de necessidade – que, por sua vez, encaminha para os alimentos, a um só tempo, mais nutritivos e mais econômicos – e o gosto de liberdade – ou de luxo – que, por oposição a comezaina popular, tende a deslocar a ênfase da matéria para a maneira (de apresentar, de servir, de comer, etc.) por um expediente de estilização que exige à forma e às formas que operem uma denegação da função (Bourdieu, 2006, p. 13).

A estilização da vida é, portanto, uma prática distintiva da classe dominante, uma vez que a ela – e só a ela – é dada a condição de apreciação da forma sobre a função. Tony Bennett faz uma série de críticas a Bourdieu pelo que considera um fechamento que sua noção acarreta às possibilidades de as classes populares possuírem apreciações estéticas que não sejam meramente derivadas das classes dominantes. Independente

dos acertos ou erros do autor francês, a contemporaneidade impõe desafios a essa noção. A questão central que nos interessa é que a noção de estilização da vida de Bourdieu não levou em conta o papel que a cultura de consumo desempenharia. Mike Featherstone nos lembra que a boemia europeia desde o final do século XVIII tentou romper a separação entre arte e vida e transformar a própria vida em uma obra de arte, tornando signo tudo a seu redor, ou seja, significação de algo que transcende sua própria utilidade. Esse projeto se encontra no século XX com a crescente importância que o consumo passa a assumir na vida cotidiana produzindo aquilo que Baudrillard (2009) denominou de “sociedade de consumo”. Essa sociedade se baseia justamente na valorização do signo. Como afirma o francês, as “mercadorias não são mais definidas por seu uso, mas pelo o que elas significam. E o que elas significam é definido não pelo o que elas fazem, mas pela relação com todo o sistema de mercadorias e signos” (Baudrillard, 2009, p. 8). O mesmo processo é percebido por Lash e Urry (1994, p. 4) quando afirmam que:

O que é cada vez mais produzido não são objetos materiais, mas signos. Esses signos são de dois tipos. Ou eles têm um conteúdo primordialmente cognitivo e são bens pós-industriais ou informativos. Ou têm principalmente um conteúdo estético e são o que podemos denominar bens pós-modernos. O desenvolvimento deste último pode ser visto não apenas na proliferação de objetos que possuem um componente estético substancial (como música pop, cinema, lazer, revistas, vídeo e assim por diante), mas também no componente crescente de valor-símbolo ou imagem incorporada em objetos materiais. Esta estetização dos objetos materiais ocorre na produção, na circulação ou no consumo de tais bens.

Isso significa que o processo de estilização da vida – ou seja, a valorização da forma ou da estética em detrimento da função – tornou-se na contemporaneidade não apenas uma prática da elite, mas uma forma de funcionamento do próprio capitalismo. Desse modo a estilização da vida também deve aparecer nas classes médias e populares. O nosso objeto demonstra isso. A pesquisa realizada em 2017 pela consultoria XP Check, com consumidores maiores de 21 anos de todos os estados do Brasil, propõe quatro possíveis motivos para um consumidor preferir uma loja de vestuário da Renner, Riachuelo, C&A, Hering e Marisa. São eles: produtos na moda, qualidade, preço e localização. Pode-se dizer que o primeiro critério privilegia a forma, os dois últimos a função, e o segundo (qualidade) é incerto, pois pode se referir à durabilidade da roupa (o que se aproxima da funcionalidade) ou a algum atributo estético do material (forma). Segundo a consultoria, preço e localização não somam metade das respostas para nenhuma loja, nem cada uma das categorias representa a principal resposta a nenhuma. Já produtos na moda dominam as res-

postas em relação a quatro lojas (44% em relação à Renner, 40% Riachuelo, C&A 32% e Marisa 35%), enquanto qualidade é a resposta mais frequente em uma das lojas (Hering, com 42%)¹⁹.

Ainda que não possamos nos fiar plenamente na precisão dos dados levantados – não conhecemos o suficiente sobre os procedimentos metodológicos – o fato de que tenham sido esses os fatores escolhidos para o questionário e o destaque que o relatório da consultoria atribuiu à grande preferência por produtos da moda demonstram uma valorização da forma sobre a função no consumo das classes médias e populares. Podemos dizer, assim, que as *fast fashions* levam para esses consumidores, pelas coleções colaborativas principalmente, uma forma de consumo que depende da condição para a apreciação estética.

Isso significa uma reafirmação da unificação de um mercado não apenas do luxo, mas da própria apreciação estética. A escolha de roupa, em quase todas as classes, se define excepcionalmente somente pela função, sendo que na maioria das vezes envolve a necessidade de um senso estético do consumidor. Justamente aqui reaparecem as CCs e seu trabalho pedagógico que ensina aos consumidores em geral quais são os representantes da moda dita “legítima”. Citando mais uma vez uma fala do vídeo publicitário da CC que aliou Lagerfeld e H&M, o criador afirma que nessa coleção o preço mais baixo que o normalmente praticado em suas coleções próprias não é importante, e que isso não desvaloriza as peças. Nessa coleção, “*it’s all about taste*”, é sobre gosto, o “bom gosto”.

Assim, a cultura de consumo leva noções como bom gosto, marcas, moda etc. a quase toda a extensão da sociedade, e seus membros, das mais variadas classes, estilizam suas vidas e desenvolvem formas de apreciação estética. É, justamente, essa apreciação estética materializada no luxo a língua franca desse mercado simbólico unificado. Baseados na produção desse mercado, seus agentes supõem que haja sua democratização. Mas tudo que nossa análise demonstra segue no sentido contrário. Em verdade, há uma intensa hierarquização nesse mercado. É simples notar isso já pelo preço dos produtos que estamos tratando. Voltemos às *fast fashions* e ao mercado de luxo. Segundo a pesquisa da XP Check, 83% dos consumidores da Riachuelo declararam gastar até R\$250,00 em uma compra na loja, sendo que 44%, o maior conjunto, gasta entre R\$75,00 e R\$150,00 (13% até R\$75; 26% entre R\$150,00 e R\$250,00; 17% acima de R\$250,00). Esses dados estão de acordo com os preços praticados pela loja em 2016, uma vez que uma calça custava cerca de R\$60,00. Contudo, se a calça

19. Conforme 6ª edição da pesquisa XP Check. Disponível em: http://arquivos.sindicatodaindustria.com.br/app/cni_sindicatos/2011/01/10/123/20171124091533330590i.pdf. Consultado em 10/03/2021.

for de uma CC o preço é multiplicado. Na CC com Lagerfeld, também de 2016, as calças variavam entre R\$159,99 e R\$259,99, ou seja, acima do que a maior parte dos clientes costumava gastar na loja. Já se olharmos um preço de uma calça na própria coleção do estilista, então chegamos a R\$2.300 e R\$9.000. Dessa forma, se olhadas pela elite as CCs são uma forma barata de se adquirir produtos da moda, entre os consumidores das *fast fashions* elas podem significar um empenho extraordinário de recursos. Ainda, se para a elite o consumo em *fast fashion* não significa qualquer forma de distinção (a não ser, diria Bourdieu, por condescendência), essas lojas são, justamente, o espaço em que as classes médias e baixas jogam o jogo da distinção.

Conclusão

Estamos diante de um mercado unificado extremamente hierarquizado em fronteiras simbólicas às quais vão corresponder fronteiras sociais. As fronteiras simbólicas desse mercado podem ser observadas na seguinte sequência do mais ao menos legítimo: coleções regulares das marcas de luxo (Lagerfeld e Versace) → coleções colaborativas (*Lagerfeld for Riachuelo; Versace for Riachuelo*) → coleções regulares das *fast fashions* (Riachuelo). As fronteiras se comunicam, mas nunca se misturam. A elas também correspondem fronteiras sociais. Como Lamont e Molnár (2002, p. 169) definem, quando as fronteiras simbólicas são “amplamente acordadas”, como é o caso dessas que aqui analisamos, elas “podem se tornar fronteiras sociais, isso é, traduzir, por exemplo, em padrões identificáveis de exclusão social ou de segregação de classe e racial”. Essas fronteiras sociais são facilmente identificáveis se olharmos as condições econômicas de cada grupo social em adquirir produtos ofertados dentro de cada das fronteiras simbólicas. Contudo, essas condições podem ser ultrapassadas, pois, como vimos, membros das classes altas compram nas lojas de *fast fashion*. Excepcionalmente, membros de classes médias também podem comprar nas marcas de luxo.

Contudo, os sentidos desses consumos são diferentes para cada classe e essas diferenças são insuperáveis. Uma peça de uma CC não significa um objeto de luxo para as classes altas. Como nos lembra Baudrillard (2009), um objeto não tem seu sentido de forma isolada. Ele está sempre inserido em um sistema, no qual a relação entre objetos é que produz o sentido de cada um. Assim, uma peça de CC em um consumo de membros da elite se insere em um sistema de objetos no qual o sentido que adquire é o oposto do luxo. O próprio termo que membros da elite dão às peças compradas em *fast fashion* indica essa noção: é o “basiquinho”, ou seja, o que está na base, no lugar mais distante do topo. Se olharmos para o mesmo consumo, mas agora feito pelas classes médias e populares, os sentidos se invertem, e a peça da CC pode passar a figurar como um objeto valorizado, cuja compra justifica um

dispêndio excepcional de recursos. Contudo, justamente porque as classes altas não reconhecem esse consumo como de luxo, as classes médias e populares não ultrapassam a fronteira que as divide das classes altas. Um processo similar se daria se as classes médias e populares pudessem adquirir um objeto de luxo. Embora o objeto seja percebido como de luxo pelas classes altas, assim o é porque faz parte desse sistema simbólico dessas classes. Como demonstra Renato Ortiz em seu estudo sobre o luxo, o relevante para a definição de um objeto de luxo é “estabelecer o vínculo existente entre objetos, práticas e instituições” (Ortiz, 2019, p. 65). Isso significa que um objeto só é de luxo se ele está em uma rede de relações com outros objetos, práticas e instituições, que, em conjunto, produzem o sentido do luxo. Por isso que o autor afirma que “[...] o universo do luxo realiza-se no mundo dos ricos, sem este último elo seu valor simbólico permaneceria incompleto.” (Ortiz, 2019, p. 172). Em outras palavras, quem compra um perfume de uma marca de luxo, mas que não é capaz – seja por desconhecimento, seja por impedimento econômico – de adquirir outros produtos e práticas que correspondem a esse perfume, acaba por desvalorizar o próprio produto. É necessário que junto ao perfume haja um conjunto de práticas, como viajar para determinado lugar, escolher a bebida “certa”, combinar peças de roupa etc. Sem esse código, que ordena as práticas e o consumo, o dinheiro pode permitir a compra, mas não o pertencimento do objeto ao “universo do luxo”. Ao contrário, para os que habitam o universo de luxo, um objeto de luxo se torna vulgar quando consumido pelas classes médias e baixas. As empresas de luxo estão cientes disso e imediatamente restringem a própria oferta ou criam categorias especiais, exclusivas, para as classes altas.

Desse modo, o consumo não embaralha essas classes. Ao contrário, pelo consumo, dimensão em que o gosto se manifesta, as fronteiras que as diferenciam se estabelecem e, mais importante, uma fronteira que parte de um gosto legítimo, monopolizado pela elite. Esse ponto também deve ser percebido nas CCs. Lembremos que as classes altas fazem parte do público das *fast fashions*, mas como demonstramos não porque elas sejam um público relevante para essas lojas, nem porque estejam interessadas no consumo de luxo. A função que elas ocupam é de valorização simbólica dos próprios produtos das *fast fashions*. É o fato de que ali elas também consomem – embora em quantidade pequenas, mas suficiente para que sejam transformadas em objeto de marketing – que permite a percepção nas classes populares e médias de que os produtos disponíveis são valorizados, são de luxo. Na prática, as classes altas cumprem um sentido similar ao das marcas de luxo: sua “colaboração” serve para a elevação, para as classes médias e populares, dos objetos das *fast fashion* tal como se eles fossem de luxo. Nesse sentido poderíamos sugerir, nos termos de Callon et al (2000), que as classes altas fazem uma (re)qualificação dos produtos da *fast fashion*.

Essa (re)qualificação conduziria o consumidor a uma reavaliação dos produtos, seja em termos de preço, características ou, como nosso caso nos mostra, simbólicos. Isso só é possível porque o gosto da elite é reconhecido pelas classes consumidoras dessas lojas.

Nesse sentido, o consumo das CCs não produz embaralhamento das classes, nem uma inserção das classes médias e populares no gosto das classes altas. Contudo, isso não significa que não produza distinção. As CCs se inserem na produção de fronteiras internas às próprias classes médias e baixas. Uma vez valorizadas pelas elites, a condição de fazer parecer detentora de um gosto de elite permite que frações das classes médias e baixas se diferenciem entre si. Seria necessária uma pesquisa que buscasse compreender as características socioeconômicas – ou, para dizer como Bourdieu, os capitais acumulados referentes às posições no espaço social – que diferenciam quem consome roupas de CCs, de coleções regulares das *fast fashions* ou de lojas mais populares, como a Terra-Torra, a loja mais frequentemente visitada pelos entrevistados de Ana Lúcia de Castro. Não somos aqui capazes de definir tais condições, mas certamente na relação dessas com as práticas de consumo poderemos observar o jogo da distinção entre as classes médias e populares. Um jogo definido internamente à cultura de consumo.

Referências Bibliográficas

- ÁBILE, Bárbara Venturini. (2019), *Das griffes ao fast fashion: uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas*. Campinas, 229 p. Dissertação (Mestrado). Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REOSIP/335422>. Consultado em 10/03/2021.
- APPADURAI, Arjun. (1996), *Modernity at Large*. Minneapolis, University of Minnesota.
- AVELAR JUNIOR, Odilardo Viana de. (2011), “Estratégia de marcas próprias nas lojas de departamentos”. *Rev. Ciênc. Admin.* Fortaleza, 1(17): 146-179. <https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/3233>. Consultado em 10/03/2021.
- BAUDRILLARD, Jean. (2009), *A Sociedade de Consumo*. Lisboa, Edições 70.
- BENNETT, Tony. (2011), “Culture, choice, necessity: a political critique of Bourdieu’s aesthetic”. *Poetics*, 6(39): 530-546.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo, Edusp.
- BOURDIEU, Pierre. (2006), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk.

- CALLON, Michel; MÉADEL, Cécile; RABEHARISOA, Vololona. (2000), “L'économie des qualités”. *Politix*, 52(13): 211-239. https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2000_num_13_52_1126. Consultado em 23/02/2022.
- CASTRO, Ana Lúcia de. (2016), “Sentidos do consumo e fronteiras simbólicas: uma etnografia entre grupos de baixa renda em um município da Grande São Paulo”. *Etnográfica [Online]*. Brasil, 1(20): 101-117. <http://journals.openedition.org/etnografica/4216>. Consultado em 10/03/2021.
- CASTRO, Ana Lúcia de. (2019), “Mídia e mercado: mediações na construção de sentidos do consumo das ‘roupas de marca’”. *Política & Sociedade*. Florianópolis, 43(18): 224-241. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n43p224/42772>. Consultado em 10/03/2021.
- DANZIGER, Pamela. (2005), *Let them eat cake: marketing luxury to the masses - as well as the classes*. USA, Dearborn Trade Publishing.
- DURKHEIM, Émile. (1996), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo, Martins Fontes.
- GRUPO GUARARAPES. (2018), Formulário de Referência.
- LAMONT, Michèle & MOLNÁR, Virág. (2002), “The Study of Boundaries in the Social Sciences”. *Annual Review of Sociology*, 28: 167-195.
- LASH, Scott & Urry, John. (1994), *Economies of Signs & Space*. London, Sage Publications.
- KAPFERER, Jean-Noël. (1993). Luxes, marques et griffes, confusion préjudiciable. *La Revue des marques/Prodimarques*, 1.
- NICOLAU NETTO, Michel & MIRALDI, Juliana Closesel. (2017), “Turismo de luxo: a produção do destino e a denegação do social”. *Revista Pós Ciências Sociais*, 14(28): 191-218. <http://www.periodicoelectronico.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/7300>. Consultado em 10/03/2021.
- ORTIZ, Renato. (2019), *O Universo do luxo*. São Paulo, Alameda.

Resumo

Coleções colaborativas: um espaço de dois universos

Neste artigo estudamos a produção de fronteiras simbólicas e sociais valendo-nos das coleções de roupas realizadas entre marcas de luxo e de *fast fashion*. Elas são divulgadas como democratização do luxo, já que supostamente facilitam o acesso a esses tipos de bens. Nossa análise sobre as colaborações entre a *fast fashion* Riachuelo e as marcas de luxo Versace e Karl Lagerfeld mostra, contudo, que essas colaborações não embaralham esses universos e seus consumidores. Identificamos uma unificação simbólica do mercado de luxo, a consequente expansão transclasse do reconhecimento de elementos estabelecidos como distintivos e o estabelecimento de hierarquias que mantêm as fronteiras sociais entre as classes.

Palavras-chave: Consumo; Distinção; Luxo; Fast fashion; Moda.

Abstract

Collaborative collections: a space of two universes

In this article we study the production of symbolic and social boundaries from the collections of clothing made between luxury and fast fashion brands. They are publicized as the democratization of luxury since they supposedly facilitate access to these types of goods. Our analysis of the collaborations between fast fashion Riachuelo and the luxury brands Versace and Karl Lagerfeld shows, however, that these collaborations do not confuse these universes and their consumers. We have identified a symbolic unification of the luxury market, the consequent expansion across the recognition of elements established as distinctive, and the establishment of hierarchies that maintain social boundaries between classes.

Keyword: Consumption; Distinction; Luxury; Fast fashion; Fashion.

Texto recebido em 10/03/2021 e aprovado em 16/02/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.183052.

MICHEL NICOLAU NETTO é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: mnicolau@unicamp.br

BÁRBARA VENTURINI ÁBILE é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: bvabile@gmail.com.



Entrevista com Johannes Hjelldreke

Michel Nicolau Netto*

<https://orcid.org/0000-0003-0893-971X>

Edison Bertonecelo**

<https://orcid.org/0000-0002-6771-0563>

Fábio Ribeiro***

<https://orcid.org/0000-0002-2006-754X>

Johannes Hjelldreke é professor de Sociologia na Universidade de Bergen. Seus trabalhos enfocam memória coletiva, classes sociais, elites, mobilidade social, epistemologia, ética na pesquisa e análise geométrica de dados. Suas publicações mais recentes incluem, entre outras, *Multiple correspondence analysis for the social science* (Routledge, 2018) e *New directions in elite studies*, em coautoria com Olav Korsnes, Johan Heilbron, Felix Bühlmann e Mike Savage (Routledge, 2018). Mais informações podem ser consultadas em: <https://www.uib.no/en/persons/Johs..Hjelldreke>.

You have extensively used MCA in your work. In fact, you may have contributed to the fact that recently more and more researchers inspired by Bourdieu have paid closer attention to MCA. However, it is probable that even nowadays Bourdieu's concepts and theory are much better known than his methods. Could you please explain how you see the relation between Bourdieu's theory and his use of MCA?

First of all: if any of my texts have made others become interested in MCA, I'm really happy. When I started reading Bourdieu's work almost 35 years ago, there

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

** Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

were hardly any sociologists outside of France who knew MCA. I hope that situation has changed. But you are right: Bourdieu's concepts and theory are still far better known than his preferred statistical methods. To me, there is a close relation between his theory of fields and MCA. First, if the object is constructed correctly, MCA makes it possible to uncover the capital structures in a given space or a potential field. The relational interpretation of the results is also compatible with Bourdieu's methodological relationalism. And by the exploration of the associations between active and supplementary variables, one can also analyze the relations between the structures in the social space, the structures in a given field and the structures in the space of position takings. Furthermore, with the integration of MCA and variance analysis, pioneered by Brigitte Le Roux and the late Henry Rouanet (2010), the internal oppositions in a given group or a given field position can be examined in very detailed ways. With the risk of overdoing it, one might even claim that it also permits an analysis of the "*habitus clivé*" – hypothesis that other methods cannot, or at least not as easily, do. To me, MCA shows clearly why statistics should not be "the science of averages", but rather "the science of variation", as the difference between the Gaussian and the Galtonian view on statistics has been described.

Cultural capital is one of the most original concepts in Bourdieu's work. Recent studies have employed the notion of "emergent cultural capital" to address the fact that culture operates as some sort of capital but in a different way than in the past. There is also a great deal of evidence showing that tastes and lifestyles are shaped by social class. Less clear though is whether these practices and tastes are in fact some sort of power for these classes. Therefore, in terms of methodological tools, how can we capture practices and tastes that are not only forms of identification but also sources of power for social classes? In other words, how can we operationalize culture as distinction?

This is a question that in my opinion not primarily has to do with methods per se, as some recent trends in causal analysis might lead one to think, but rather with demonstrating and corroborating how cultural capital, like other forms of capital, has had, and still has, an inherent capacity to generate a "surplus value" or a profit for the holders, profits that those without the given type of cultural capital do not have. Whether or not, or to what degree, culture also is distinction, will probably vary between societies and/or over time. Bourdieu was well aware of this in his discussions of the homology thesis, when he explicitly warned against substantialist readings of his work. And as goes without saying, what counts as cultural capital in Brazil and in Norway might very well be very different, as will also the returns on the capital. So might the centrality of, and the return of other forms of capital, e.g., economic,

social, political and military capital, in the two social spaces. If this isn't reflected in the construction of the research object, e.g., the Brazilian or the Norwegian field of power, one risks in my view of doing a preconstruction of the research object. Simply to copy what Bourdieu did, would in my opinion be to look for France in Norway or for France in Brazil. The best way to avoid that, and at the same time to analyze whether or not specific types of capital also are sources of power, is to do a historically informed analysis of how, and by what means, these capital indicators are, and over time, linked to other forms of inequality in a given society. Are they linked to processes of social closure? To processes of social exclusion? To various forms of power? I'm afraid it's a Sisyphus task.

Much has been said about the conditions to operate Bourdieu's contribution in countries that are not France. Bourdieu himself addressed this question. You used Bourdieu's apparatus in Norway. Which are the precautions one should have to use Bourdieu's theoretical and analytical tools in different countries and social conditions? Which differences between Bourdieu's findings and yours are the most remarkable?

As I mentioned above, simply to copy what Bourdieu did in, for instance, "Distinction" would in my view be to do a preconstruction of the research object. As with any theory, one must separate between empirical and theoretical generalizations: this is also the case when one seeks to apply Bourdieu's theory of fields. And to quote the late Henry Rouanet: "...it is not enough to do a correspondence analysis to do what Bourdieu did in 'Distinction'". In the Norwegian case, the importance of political capital, also as a way to get access to the field of power, is in my view an interesting result. It is also a result that highlights the centrality of what is called tripartite system of industrial relations, with a tight collaboration between the labor unions, the managerial associations and the Norwegian state. This particular system, which has been in place for decades, is probably unique to Norway. Not to take it into consideration when constructing the Norwegian field of power would be a serious mistake. But nothing similar exists in France. Also, for this reason, it would be equally wrong to "look for Norway in France".

You argued above that "whether or not, or to what degree, culture also is distinction, will probably vary between societies and/or over time". What do you think are the main empirical results concerning "culture as distinction" in recent sociological research? In other words, what are the most pertinent results, in your opinion, regarding the operation of culture as a specific capital in contemporary societies?

In my view, two of the most important recent approaches are those of Mike Savage and Philippe Coulangeon. About ten years ago, Mike introduced the term “emerging cultural capital” to grasp the changing cultural capital in the British society, and how the accessibility was structured along class lines. Legitimate culture is still very much legitimate. But emerging forms of cultural capital further complicates the cultural capital hierarchies. To grasp these complexities and their consequences is an important task. For reasons mentioned above, to copy Mike’s indicators is probably not a good idea. But to try to develop adequate indicators on the emerging forms of cultural capital in a given society might also add an important temporal dimension to the analyses.

And Philippe Coulangeon’s recent book *Culture de masse et société de classe* (2021) shows clearly that even though the cultural oppositions found in the 1960s seem to have been replaced by an opposition between openness and closure towards cultural diversity, cultural class divisions are still “alive and kicking”. Not only is openness versus closure to cultural diversity structured along class lines. Cultural eclecticism can also be a way of maintaining social distance: while the upper classes might exhibit increasing interest in select working-class cultural repertoires, Coulangeon argues, the working classes display “cultural insularity”. In short: lifestyles and dispositions may have changed, but they are still classed, both in terms of their social structuring and in terms of their consequences in social life. And if I may add to this: upper class “cosmopolitanism”, a phenomenon that some authors have linked to globalization, is nothing new. As early as in 1938, Maurice Halbwachs wrote about this in his eminent book *Esquisse d’une psychologie des classes sociales*. It is still worth reading!

One of the main challenges for Bourdieusian research in the 21st century is coming to terms with the new speed of communication due to the internet, which arguably makes symbolic capital much more volatile in certain fields, and also creates new avenues for the accumulation and conversion of cultural capital. How do you picture a Bourdieusian research project dealing with such a scenario, both in methodological and theoretical terms?

The sociology of the internet is definitely outside of my field of expertise. But based on analyses of Norwegian data on cultural practices and preferences, it seems clear that because of the internet, generational differences are more present than before. Whether or not capital conversion has become easier, it is of course an empirical question. Any analysis of cultural capital and its conversion to other forms of capital must take these aspects into consideration. And in the artistic field, not to include

new forms of art in the construction of the field, like digital art, would probably be a serious mistake. The same goes for the new markets for selling art, like NFT-art. Whether or not this results in new structural oppositions is not given. It might simply be that the existing oppositions become stronger.

Entrevista realizada em abril de 2022.

Referências Bibliográficas

- COULANGEON, Philippe. (2021), *Culture de masse et société de classes*. Paris, PUF.
- HALBWACHS, Maurice. (1938), *Esquisse d'une psychologie des classes sociales*. Paris, Marcel Rivière.
- HJELLBREKKE, Johannes. (2018), *Multiple correspondence analysis for the social sciences*. Londres, Routledge.
- KORSNES, Olav; HEILBRON, Johan; HJELLBREKKE, Johannes; BÜHLMANN, Felix & SAVAGE, Mike (orgs.). (2018), *New directions in elite studies*. Londres, Routledge.
- LE ROUX, Brigitte & ROUANET, Henry. (2010), *Multiple correspondence analysis*. Thousand Oaks, Sage.
- PRIEUR, Annick & SAVAGE, Mike. (2013), "Emerging forms of cultural capital". *European Societies*, 15 (2): 246-267.

Texto recebido em 04/06/2022 e aprovado em 06/06/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.198612.

MICHEL NICOLAU NETTO é professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Doutor em Sociologia pela Unicamp, com estágio de doutorado na Humboldt Universität de Berlim, tem pós-doutorado em Sociologia pela Unicamp. Foi visiting scholar no Ilas/Columbia University, nos EUA, e visiting fellow, na London School of Economics and Political Science, Inglaterra. É diretor-associado do IFCH. É membro do Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas – Gepracc, PUC-SP, e líder do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu – Gebu, Unicamp. É pesquisador do Projeto Temático Fapesp "Para além da distinção: gostos, práticas culturais e classe em São Paulo". Seus principais interesses de pesquisa são as reconfigurações da nação na globalização e práticas culturais e distinção. Fez pesquisas recentes, a partir desses interesses, em megaeventos esportivos, turismo e mercado internacional de música. Seu livro mais recente é *Do Brasil e outras marcas: nação e economia simbólica nos megaeventos esportivos* (Intermeios/Fapesp, 2019). E-mail: mnicolau@unicamp.br.

EDISON BERTONCELO é professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, fez estágio doutoral na Universidade de Essex e pós-doutorado no Cedec, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. E-mail: edison.bertoncelo@usp.br.

FÁBIO RIBEIRO é professor substituto de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) e pós-doutorando pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), além de tradutor especializado em ciências humanas e filosofia. É pesquisador do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu – Unicamp, onde coordena a área de teoria e epistemologia. Seu principal interesse de pesquisa é o contexto epistemológico da obra de Pierre Bourdieu, especialmente em suas relações com a filosofia da ciência francesa e seu impacto na teoria da prática bourdieusiana. E-mail: frfs@usp.br.



O jornalismo no novo ambiente comunicacional

Uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”

Luis Felipe Miguel*

<https://orcid.org/0000-0002-0420-6327>

Há mais de duas décadas, publiquei um artigo que definia o jornalismo como uma forma de sistema perito – um conjunto de práticas especializadas, no qual os consumidores depositavam uma confiança cuja solidez não tinham competência para avaliar (Miguel, 1999). Na época, a internet estava no início de sua transição para a chamada “Web 2.0” (com interface mais amigável e foco na construção de redes). Algumas mídias sociais virtuais já operavam desde a metade da década, mas com pequeno alcance; os primeiros grandes sucessos, ainda assim com alcance restrito para os padrões de hoje (*Friendster* e, sobretudo, *MySpace*), só surgiriam no início do século XXI. Os *smartphones* ainda não existiam e a internet móvel engatinhava. Mesmo nos países mais ricos, o acesso à internet era reservado a uma parcela bastante minoritária da população¹. Talvez ainda mais importante, para o usuário comum a experiência de navegação começava tipicamente pelo portal de um provedor de serviço, que orientava fortemente seu percurso, de uma maneira não muito diferente do que ocorria com a mídia tradicional. Em suma: o impacto da internet na configuração do ambiente comunicacional era relativamente pequeno.

O cenário atual é muito diferente. O rápido avanço das tecnologias da comunicação gerou uma situação em que a reivindicação central do jornalismo profissional,

* Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

1. Um documento do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 2000, fala em 275 milhões de usuários de internet em todo o mundo (para uma população planetária então estimada em 6 bilhões de pessoas) e avalia que, nos Estados Unidos, cerca de 20% dos lares teriam acesso a ela (MCT, 2000, p. 9).

de ser o agente autorizado a *expor o mundo* para o público, é desafiada de múltiplas maneiras. Ao contrário, porém, do que preconizava a crítica “progressista” aos meios de comunicação de massa e ao monopólio discursivo de que eles desfrutavam, o principal aspecto do novo ambiente comunicacional não é a pluralização de vozes e de perspectivas sociais e políticas, que permitiria ampliar e aprofundar o debate público. Segundo uma leitura muito difundida, o efeito principal das novas tecnologias é a formação de enclaves discursivos fechados em si mesmos (“bolhas”) e a erosão da referência a uma realidade fática comum, necessária para o avanço de qualquer troca argumentativa (“pós-verdade”).

São questões disputadas. “Pós-verdade” é, em grande medida, uma expressão retórica que não alcançou o estatuto de um conceito, ainda que haja autores que se esforçam para dotá-la de maior rigor (Harsin, 2018; Block, 2019; Kapolkas, 2019). Ela busca sintetizar um conjunto de fenômenos que emergiram para a consciência pública no início do século XXI, concomitantemente à disseminação da internet e, em particular, das mídias sociais: ampliação da desconfiança nas fontes até então julgadas legítimas de saber (como a ciência, a escola e também o jornalismo) e disseminação de um relativismo radical, levando à crença de que não há possibilidade de estabelecer com segurança qualquer fato e à equalização de todos os discursos como “opiniões” de valor simétrico. Estudos mostram também que a inconsistência gritante em discursos públicos, como quando um líder político sustenta afirmações contraditórias de forma simultânea ou quase simultânea, mostra-se insuficiente para erodir a adesão de seus partidários, em contraste com as percepções anteriores sobre o processo de produção da confiança nas relações interpessoais (Lewandowsky *et al.*, 2017). É evidente, portanto, que há um mal-estar informacional.

Mas não está pacificado se a “pós-verdade” se refere a uma incerteza epistêmica generalizada ou localizada – ou, então, ao uso estratégico que dela fazem alguns agentes políticos. Nem mesmo há consenso sobre qual o grau de ruptura com a situação anterior, já que muitas das características apontadas na pós-verdade podem ser identificadas no passado. A disseminação de *fake news* remete ao velho uso interessado da mentira por agentes políticos (mas não só eles). Bolsões de crenças em práticas desacreditadas pela ciência são antigos, mesmo entre pessoas que tiveram acesso à educação formal, como exemplificam os casos da astrologia e da homeopatia, entre outros. De maneira mais geral, como escreveu Paul Ricœur (1965), herdamos de Marx, Nietzsche e Freud uma “hermenêutica da suspeição”, segundo a qual qualquer discurso busca esconder interesses aos quais serve. Todas estas são características que podem ser reencontradas no cenário da pós-verdade².

2. O novo, talvez, resida no fato de que a hermenêutica da suspeição aponta para a veracidade ou sincerida-

Já a percepção de que as interações nos novos meios digitais tomam a forma de “bolhas” (Pariser, 2011) ou de “câmaras de eco” (Sunstein, 2009) tem sido desafiada por estudos empíricos (Dubois e Blank, 2018; Cardenal *et al.*, 2019). Ao que parece, a abundância de fontes e o caráter caótico da disseminação da informação na era da internet tornam inevitável que as pessoas tenham contato com visões diferentes das suas. No entanto, o fenômeno que a noção de “bolha” pretende explicar – a invulnerabilidade das opiniões aos argumentos contrários – permanece central para a compreensão do avanço de formas agressivas de polarização social e política e da situação de pós-verdade. Talvez seja possível supor que, embora o enfrentamento com visões de mundo diversas seja inevitável, a abundância de informações dá a cada um acesso a um grande contingente de discursos de reforço às próprias convicções, permitindo descartar, sem muito estresse, aqueles que a contrariam. Mais do que um muro inexpugnável, portanto, a “bolha” ou “câmara de eco” funcionaria como um mecanismo de redução do custo de lidar com a dissonância cognitiva.

Diante disto, qual é a situação do jornalismo? Trata-se de uma das vítimas da pós-verdade, que põe em xeque sua pretensão de relatar a realidade de forma fidedigna – pretensão que, por sua vez, é o que embasa sua legitimidade diante do público. Ao mesmo tempo, uma organização do mundo social na forma de bolhas invalida a capacidade do jornalismo de produzir uma narrativa comum a partir da qual a vida em sociedade é experienciada; isto é, compromete o poder de agenda que, há décadas, a literatura indica como sendo o fundamento de sua influência (McCombs e Shaw, 1972). Os termos da discussão podem ainda estar fluidos e sob contestação, mas resta pouca dúvida de que, nas últimas décadas, a posição do jornalismo mudou significativamente e que uma descrição de seu funcionamento como aparelho social feita no século XX não se adequa às circunstâncias de hoje. Em particular, como já apontam algumas pesquisas, seu funcionamento como *sistema perito* se encontra sob ameaça (Bezerra e Almeida, 2020; Aguiar e Rodrigues, 2021; Cesarino, 2021; Freitas, 2021; Roxo e Aguiar, 2021).

A primeira seção do artigo desenvolve a ideia de que o jornalismo funcionava como um sistema perito, expondo as peculiaridades do sistema de crenças que sustentava sua legitimidade pública. A segunda seção sumariza os desafios que as novas tecnologias apresentam para as empresas de comunicação em geral e para o jornalismo profissional em particular, destacando a competição ampliada pela atenção pública

de dos discursos, isto é, para a relação entre seus enunciados e as reais intenções dos emissores. Já a pós-verdade impõe dificuldades crescentes para o resgate de outra (e mais básica) condição de validade do discurso – para usar a terminologia de Habermas ([1981] 2003, vol. 1) –, a verdade. A fundamentação da reivindicação de verdade é impossibilitada quando qualquer comprovação apresentada é descartada *a priori* como possivelmente falsa ou manipulada.

e a predileção crescente dos consumidores por informação gratuita. A terceira seção trata da crise de legitimidade que o jornalismo atual enfrenta, em especial com a produção permanente da incerteza sobre a veracidade de qualquer informação, própria do contexto da pós-verdade – e como ele tem buscado reagir. A conclusão, enfim, discute as implicações do atual ambiente de comunicação para a democracia.

O jornalismo como sistema perito

O conceito de sistema perito (*expert system*), com o qual Anthony Giddens elabora motivos weberianos para indicar uma característica fundante do mundo moderno, se refere a “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social” (Giddens, [1990] 1991, p. 35), incluindo saberes, práticas e artefatos. Somos todos clientes desses sistemas, exceto na (necessariamente reduzida) área de *expertise* de cada um – e a posição de cliente implica *crer* na competência do sistema sem dispor dos instrumentos para fazer uma avaliação acurada de seu funcionamento. É a crença do paciente na ciência médica, encarnada no médico, e na indústria farmacêutica, incorporada no medicamento; do passageiro na engenharia aeronáutica, materializada no avião, e no treinamento do piloto. Em geral, o paciente ou o passageiro não têm condições de avaliar os saberes especializados de que vai se valer: ele *confia* em seus portadores (sejam eles pessoas ou equipamentos). Esta é uma vivência cotidiana no mundo moderno, presente em situações tão comezinhas quanto acionar o interruptor para acender a luz, ligar a televisão ou o computador, andar de automóvel, ônibus ou metrô, passar sobre uma ponte.

Como observa Giddens, a confiança no sistema perito é semelhante à crença depositada no xamã de uma sociedade tradicional, mas com duas diferenças importantes. O conhecimento do perito é, em tese, acessível a qualquer um que se disponha a aprendê-lo. E sua esfera de competência é restrita: em outros campos, ele fica reduzido à posição de leigo. Já o “guardião da tradição” dispõe de “um *status* distinto e generalizado na comunidade” (Giddens, [1995] 1997, pp. 83-4) e jamais se torna uma pessoa leiga.

Além disso, nossa dependência dos sistemas peritos é incomparavelmente maior. Num trecho famoso, que antecipa o cerne da formulação de Giddens, Max Weber elucidou o sentido da racionalização do mundo, “criada pela ciência e orientada cientificamente pela tecnologia”, indicando que o domínio da natureza pela humanidade (no coletivo) leva a um menor domínio de cada ser humano sobre o ambiente que o cerca. Comparando um estudante que acompanhe sua palestra a “um índio americano ou um hotentote”, no que diz respeito ao conhecimento sobre as próprias condições

de vida, ele conclui que “o selvagem [...] conhece, de maneira incomparavelmente melhor, os instrumentos de que se utiliza” (Weber, [1919] 1995, p. 439).

Com base nesse conceito, é razoável entender o jornalismo como um sistema perito que estabelece com seu público – o leitor, ouvinte ou espectador, no papel de consumidor de notícias – uma relação similar à dos outros sistemas. A confiança depositada no jornalismo pode ser dividida em três momentos: 1) quanto à veracidade das informações relatadas; 2) quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante dos “fatos” disponíveis. O primeiro momento corresponde à objetividade factual e à distinção mais básica entre verdade e mentira. O segundo e o terceiro momentos se deslocam para as questões relacionadas aos enquadramentos e ao poder de agenda do jornalismo.

Há uma característica distintiva do jornalismo, em relação a outros sistemas de especialização técnica: a baixa capacidade de comprovação independente da correção da confiança do público. A crença nos sistemas peritos não é gratuita, nem irracional; ela é sustentada pela experiência cotidiana, que confirma que eles funcionam. Via de regra, os aviões chegam a seus destinos, os médicos aliviam as doenças, os edifícios e as pontes não desabam. Minha confiança é sustentada pelo uso que faço deles (ou que pessoas próximas fazem). Mas a comprovação da efetividade do jornalismo – de que ele fornece o que promete – é mais difícil. O primeiro momento da crença do consumidor de informação (a veracidade do relato) permite a verificação apenas em certos casos, quando há possibilidade de conferir diretamente. Mas se a notícia se refere a um local física ou socialmente distante, poucos leitores terão condições de confirmar a exatidão da informação. A verificação do segundo momento da crença no jornalismo (na seleção dos elementos que compõem a notícia) é ainda mais difícil. Sua comprovação (ou não) exige o conhecimento íntimo de realidades que fogem por inteiro da vivência do consumidor de informação. Como saber, por exemplo, se o relato de uma manifestação não deixa de fora aspectos relevantes, quanto este relato é a única via de acesso a ela? Esta é, afinal, a justificativa da existência do jornalismo como sistema especializado de transmissão de informações: o fato de que nossa vida cotidiana nos coloca em contato com uma parcela muito restrita das informações de que podemos precisar para orientar nossa vida em sociedade.

Da mesma forma, a verificação do terceiro momento (a crença na correta seleção das notícias, diante dos fatos disponíveis) é inacessível para os consumidores de informação. Por vezes, determinada vivência pode levar ao questionamento dos critérios de seleção da imprensa – quando alguém está envolvido em algum acontecimento que julga que tem envergadura e percebe que ele foi ignorado pela imprensa. Mas é, no máximo, algo pontual. Não é possível questionar globalmente a seleção das notícias,

já que o universo de fatos dos quais cada um toma conhecimento independente da imprensa é muito restrito.

Um ponto adicional deve ser abordado. A confiança não se sustenta apenas na experiência prática do funcionamento do sistema, mas também em “forças reguladoras”, isto é, “organismos que licenciam máquinas, mantêm vigilância sobre os padrões dos fabricantes de aeronaves, e assim por diante” (Giddens, [1990] 1991, pp. 36-7). Sei que posso usar os produtos ou contratar os profissionais sem receio porque eles estão sob supervisão de tais agências. É possível dizer que elas funcionam como metassistemas peritos (Miguel, 1999), já que o público deve conferir a elas a mesma confiança desprovida de *expertise* que confere aos sistemas que elas supervisionam ou regulam. O cliente que não tem como aquilatar a competência do médico ou a segurança do avião também não saberá avaliar a justeza das medidas do conselho de medicina ou da agência reguladora do tráfego aéreo.

O conceito de metassistema perito pode ser ampliado para abranger os variados mecanismos que operam para reforçar a crença no funcionamento de determinados sistemas, para além da experiência individual dos consumidores. É o caso, por exemplo, da publicidade comercial, cuja ação Giddens ignora, e cujo discurso, embora voltado para a promoção de *marcas* específicas, afirma a eficácia daquela classe de produtos (e dos saberes nela materializados). Outro caso é, naturalmente, o jornalismo. Ele também amplia a experiência do consumidor de informação, para além de sua vivência pessoal, confirmando ou desmentindo as crenças estabelecidas na fiabilidade dos saberes incorporados em profissionais ou em artefatos. Ele funciona como um foro permanente de legitimação ou deslegitimação dos diversos sistemas peritos.

Cabe perguntar quem cumpre o papel de metassistema em relação ao próprio jornalismo. Em alguns casos, há mecanismos legais de reparação, que visam a impedir calúnia ou difamação, mas são morosos, envolvem aspectos polêmicos ligados à liberdade de expressão e, sobretudo, não atingem, de forma nenhuma, o segundo e o terceiro momentos da fé do consumidor de informação: a confiança na justeza da seleção dos elementos do relato e dos fatos considerados mais importantes. Quanto a isto, apenas o próprio jornalismo pode controlar a si mesmo. Ou seja, a responsabilidade é colocada nas mãos da *concorrência*. No entanto, ela é um mecanismo de controle muito insuficiente. A própria prática jornalística estrutura certas disposições que fazem com que o profissional tenda a selecionar determinado tipo de fato como relevante, dada a uniformização dos critérios de noticiabilidade. Além disso, os grandes órgãos de imprensa compartilham uma mesma visão de fundo – afinal, são grandes empresas capitalistas e, ademais, dependentes de anunciantes que também são, por sua vez, grandes empresas capitalistas. Há um interesse de classe compartilhado pelos controladores dos meios de comunicação.

Em suma, a concorrência funciona de maneira muito imperfeita como metassistema perito para o jornalismo. Ela o faz em alguma medida, como mostram a busca pelo furo de reportagem, a denúncia das “barrigas” alheias ou mesmo o intento de oferecer uma cobertura mais completa do que a dos outros veículos. Mas, se a competição funciona no varejo, no atacado permanece a pressão uniformizante provocada pela maneira de ver o mundo compartilhada pelos jornalistas, pelo interesse de classe dos proprietários e pela influência dos anunciantes.

O desafio das novas tecnologias

A crítica à posição ocupada pela mídia empresarial nas sociedades capitalistas contemporâneas (sugerida, ainda que não desenvolvida, no final da seção anterior) aponta para o baixo pluralismo como seu principal problema. Donos de empresas de comunicação, por um lado, e jornalistas, por outro, ocupam localizações sociais similares, o que implica interesses e perspectivas comuns. Na medida em que o jornalismo, como sistema, monopoliza a capacidade de dizer o mundo para o público, seu discurso particular vai transitar socialmente como universal. As implicações são profundas, tanto na autocompreensão dos grupos sociais subalternos quanto na estruturação do debate político – uma vez que os meios de comunicação podem ser considerados uma esfera de representação política, aquela em que são representadas as vozes relevantes para a troca pública de razões (Miguel, 2014).

Neste cenário, as novas tecnologias da informação surgiram como uma esperança de democratização. Elas propiciaram uma brutal redução dos custos de produção e distribuição, além de quebrar restrições técnicas (como as que limitavam o número de estações de rádio e televisão). A fantasia alimentada por Brecht em relação ao rádio, quando imaginou que cada pessoa seria uma estação transmitindo de sua própria casa, ressurgiu com mais força e, talvez, também mais fundamento. Não é meu objetivo aqui contar a história, tantas vezes narrada, da ascensão e queda da profecia de que a internet seria o instrumento de uma democratização radical em todos os âmbitos da vida social. O ponto é indicar que, em relação aos meios de comunicação de massa, ela realizou um aspecto das previsões, a perda de centralidade dos veículos tradicionais. Mas quanto ao outro aspecto, a emergência de uma pluralidade de vozes que permitiria um debate público muito mais vibrante, é inevitável constatar que malogrou.

Falar da *perda de centralidade* dos veículos tradicionais, como no parágrafo anterior, não equivale a afirmar que eles se tornaram irrelevantes. É razoável avançar a hipótese de que continuam detendo grande influência na produção da agenda, mesmo em relação aos novos circuitos de difusão de informação. A “velha mídia” pauta *websites*, *blogs* e redes sociais todos os dias; o que eles fazem, muitas vezes, é

reinterpretar ou mesmo desmentir o que é noticiado pelo jornalismo³. É bem verdade que a influência na direção contrária (as redes pautando jornais ou telejornais) parece ocorrer com frequência crescente, mas, ainda assim, a mediação dos veículos tradicionais permanece relevante para que um tema ingresse na agenda pública geral, já que eles tendem a atingir um público menos segmentado⁴. A situação ganha complexidade maior ainda pelo fato de que muitos agentes, como políticos, governos, empresas e celebridades do *show business*, usam as novas ferramentas com o duplo propósito de falar com suas redes e atingir a imprensa – que, por sua vez, investe considerável energia em monitorar espaços como o microblog *Twitter* ou a rede social *Instagram* (Ekman e Widholm, 2015).

Para colocar o ponto de maneira sintética: os primeiros desafios que as novas tecnologias apresentam à mídia tradicional e, em particular, ao jornalismo não se ligam à produção da informação ou à formação da agenda pública, mas à *concorrência pela atenção* e ao *financiamento*. Começo por este último. As novas plataformas favorecem a circulação de informação grátis – o que compromete, em primeiro lugar, a vendagem dos veículos impressos. E elas permitem também que os consumidores de informação escapem da publicidade comercial, o que atinge todas as mídias. Apesar dos gigantescos esforços das empresas, a propaganda *on-line* ainda se mostra menos eficaz, seja porque é eliminada nos múltiplos processos de compartilhamento da informação, seja porque existem ferramentas tecnológicas para fugir dela (como bloqueadores de anúncios), seja ainda porque enfrenta a resistência dos usuários que a veem como imposições que prejudicam a fruição dos conteúdos que desejam acessar.

No entanto, a produção da informação, e sobretudo da informação de qualidade, que ande na contramão de discursos oficiais, continua tendo custos. O financiamento pelo mercado, tanto de anunciantes quanto de leitores, tinha problemas, mas apresentava ao menos a promessa de uma deontologia apoiada em valores de independência e imparcialidade – que nunca eram inteiramente realizados, mas formavam um horizonte normativo a partir do qual avaliar as práticas jornalísticas efetivas. Hoje, a sustentação deste modelo está cada vez mais difícil.

Não se trata só da pressão sobre o jornalismo propriamente dito. Toda a rede de financiamento dos veículos tradicionais foi atingida pela mudança tecnológica,

3. A fragmentação dos espaços de produção de discursos públicos também gera novos desafios para a pesquisa empírica sobre jornalismo e política. Há, no entanto, um bom conjunto de trabalhos, focando processos diversos, que fundamentam a afirmação feita aqui – por exemplo, Sayre *et al.* (2012), Skogerbø e Krumsvik (2014), Harder *et al.* (2017), Su e Borah (2019) e Gilardi *et al.* (2021).

4. Sobretudo quando se leva em conta que tendem a agir como um *sistema* de agendamento mútuo, em que o veículo A e o veículo B podem atingir públicos distintos, mas vão coincidir em grande parcela dos assuntos tratados.

enfraquecendo um modelo que permitia às empresas sustentar um jornalismo por vezes deficitário ou pouco lucrativo. A expansão da internet levou ao súbito desaparecimento de importantes fontes de receita, como os anúncios classificados – o surgimento da Craigslist, nos Estados Unidos, em 1995, é considerado o momento de virada, a partir do qual as seções de classificados nos jornais estavam condenadas. E reduziu a audiência da mídia tradicional, já que o público passou a dedicar à internet uma parte crescente do tempo que antes gastava, por exemplo, vendo televisão (Liebowitz e Zentner, 2012), com impacto na captação de publicidade.

Assim, para o jornalismo produzido na mídia comercial, colocam-se pressões contraditórias. Com receitas declinantes, as empresas são levadas a cortar custos e reduzir pessoal, mas com isso reduzem seu diferencial de qualidade em meio à cacofonia de informações presente no mundo virtual. Se apertam os controles para impedir a difusão indiscriminada de seus conteúdos, correm o risco de reduzir sua influência na opinião pública e frustram as expectativas de um público que passou a ver no compartilhamento uma forma de ocupar uma posição menos passiva na economia da disseminação da informação (Oeldorf-Hirsch e Sundar, 2015; Choi, 2016), além de entrar numa disputa provavelmente inglória com tecnologias projetadas para burlar tais barreiras. Se esmaecem a fronteira entre noticiário e conteúdo patrocinado – o que é uma forte tendência em empresas jornalísticas às voltas com receitas publicitárias minguantes (Hirst, 2017, p. 89) – ou, *a fortiori*, aceitam o financiamento oculto de quem não deseja dar visibilidade a marcas e produtos, mas sim influenciar no debate público⁵, colocam-se a serviço de interesses políticos e comerciais de uma maneira que tende a minar sua credibilidade.

Pelo mundo afora, as maiores empresas jornalísticas sobrevivem num equilíbrio instável entre tais exigências. As fórmulas adotadas – como o *paywall* poroso, que permite acesso gratuito a uns poucos conteúdos a cada semana ou mês, exigindo pagamento uma vez superado o limite, ou a permissão de compartilhamento em redes sociais de um número também restrito de *links* por cada assinante – são reveladoras das pressões contraditórias que os veículos enfrentam. Eles também têm uma relação conflituosa com as plataformas *on-line*, para as quais produzem conteúdo sem obter remuneração, o que levou, por exemplo, o jornal *Folha de S.Paulo* a interromper a publicação no *Facebook* (Myllylahti, 2018). Propostas inovadoras para a sustentação econômica de um jornalismo imparcial e de qualidade, do *crowdfunding* cidadão ao financiamento público para empreendimentos independentes, nos moldes da pesquisa acadêmica, como propõe Robert McChesney (2013), não têm sido implantadas, a não ser em pequena escala.

5. Estudos têm mostrado a “repartidarização” da imprensa brasileira (Lattman-Weltman e Chagas, 2016).

Por vezes, os veículos de imprensa se veem forçados a uma espécie de “fuga para a frente”, abandonando a seus concorrentes setores inteiros que antes cobriam. Foi o que ocorreu com os anúncios classificados; mais tarde com a agenda cultural (programação de cinema, teatro etc.), hoje disponibilizada *on-line*; enfim, com os resultados de campeonatos esportivos. Instada pelo *ombudsman* do jornal a explicar o definhamento do noticiário de esportes, a secretaria de redação da *Folha de S. Paulo* explicou que estava ocorrendo a transição “para uma edição qualitativa, em que [o jornal] possa oferecer enfoques diferenciados ao leitor, conteúdos que ele não encontra na maciça cobertura esportiva de TVs, *streamings* e redes sociais” (*apud* Mariante, 2022, p. A-5). A rigor, tal movimento pode se espriar para toda a cobertura, não apenas para a seção de esportes. Um reposicionamento que pode fazer sentido, mas que marca, inequivocamente, a demissão da missão original do jornalismo, que consiste em relatar ao público a realidade factual à qual ele não tem acesso direto⁶.

A situação para o jornalismo profissional de qualidade é desafiadora sobretudo porque, num ambiente saturado de informação, a esfera pública se organiza como uma competição pela atenção. O sensacionalismo se impõe, quase que naturalmente, como caminho mais óbvio para obter sucesso. Dada a relativa horizontalidade da rede, notícias produzidas dentro dos parâmetros da melhor deontologia jornalística concorrem com manchetes de caçadores de cliques (*websites* que são remunerados pelo tráfego em suas páginas e que, portanto, lutam desesperadamente para atrair os internautas). É claro que uma cobertura ponderada, que tenha a pretensão de ser fiel aos fatos e de ao menos arranhar a complexidade do mundo, parte em desvantagem. São estímulos aos quais o jornalismo não é insensível; como alguns pesquisadores apontam, seus critérios de seleção transitam dos “valores-notícia” para os “valores-compartilhamento” (Trilling *et al.*, 2017).

Ao mesmo tempo, as funções do jornalismo continuam tendo que ser supridas. A pulverização dos canais potenciais de publicização de discursos não eliminou a necessidade de *gatekeepers*, isto é, de alguém que recolha, selecione e hierarquize as informações. Mesmo que as novas tecnologias possam ter viabilizado o acesso direto a algumas delas, o integrante comum do público não tem condições de assumir o trabalho de filtrá-las. Não é razoável esperar que todos tenham que ler milhares e milhares de páginas de documentos vazados pelo *Wikileaks* ou assistir a horas intermináveis de vídeos postados por mídias-ninjas para, a partir daí, encontrar aquilo que é importante. Pode ser que a função de selecionador da informação seja ocupada por mais pessoas e por pessoas mais diferentes entre si, o que tem potencial

6. Este caminho leva a imprensa a se constituir como um mostruário de opiniões, menos ou mais plural conforme seu posicionamento no mercado (Vieira, 2021).

democratizador. Mas não é imaginável que cada indivíduo precise se defrontar com uma avalanche de informação não selecionada e não hierarquizada a cada dia.

Além disso, continua a ser necessária uma agenda pública comum. A multiplicidade de *gatekeepers* pode gerar uma multiplicidade de critérios de seleção diferentes, o que também é potencialmente democratizador. Mas leva ao risco de formação de bolhas que não se comunicam entre si. De fato, a disponibilidade quase inesgotável de informação pode levar a níveis antes inimagináveis de alienação, já que cada um pode se limitar a um conjunto microscópico de temas e interesses – cada um deles provavelmente produz informação suficiente na internet para manter alguém ocupado em tempo integral. Os algoritmos das redes sociais, que são centrais no processo de produção de bolhas (Pariser, 2011), reforçam esta tendência. No entanto, isso não elimina o fato de que haverá uma agenda pública que norteará as decisões de alcance coletivo. Se a multiplicidade de *gatekeepers* permite equalizar um pouco a disputa pela construção dessa agenda, isso é positivo. Mas o efeito pode ser apenas por nos tornar menos conscientes dela, por nosso isolamento em mundos estanques.

A crise de legitimidade do jornalismo

O percurso traçado até aqui deixa claro que as novas tecnologias da comunicação, facultando o acesso de um grande número de pessoas a meios de disseminação de conteúdos que antes eram caros e exclusivos, ampliam a concorrência ao jornalismo profissional. Mas é a erosão dos critérios de verdade que dificulta que este mesmo jornalismo profissional empunhe os valores de uma *expertise* única, que serviria para diferenciá-lo de seus novos competidores. Numa situação em que todos os relatos são iguados como “narrativas” incapazes de embasamento seguro num mundo real, objetivo e compartilhado, a informação produzida por uma redação de repórteres experientes guarda, por definição, tanto valor de verdade quanto aquela disseminada por outro sujeito qualquer. O mesmo vale, aliás, para as vozes das autoridades, tanto funcionários públicos quanto sábios, nas quais o jornalismo com frequência sustentava seus relatos, servindo de intermediário entre elas e os cidadãos comuns.

Cada vez mais, a identificação entre o emissor e seu público torna-se a chave para o sucesso do processo comunicativo. À credibilidade da fonte original da informação, isto é, de quem a produziu, junta-se a credibilidade/familiaridade da fonte do seu compartilhamento. Não se trata de fenômeno inédito – Katz e Lazarsfeld (1964) já assinalavam a importância dos “líderes de opinião” –, mas ganha novas dimensões com a internet, sobretudo pela ampliação exponencial do círculo sobre o qual um

mesmo indivíduo pode exercer sua influência (Turcotte *et al.*, 2015)⁷. O jornalismo profissional apoia-se, como outros sistemas de *expertise*, no princípio oposto, isto é, na distância entre os meros consumidores e os especialistas (na captura e seleção de informação)⁸.

Esta distância é própria da relação entre um interlocutor que controla capital cultural e outro que não o controla. Em texto anterior, descrevi o cenário da pós-verdade como uma “cruzada contra o capital cultural” (Miguel, 2021). O reconhecimento “espontâneo” que era fornecido aos detentores de capital cultural, tal como identificado por Bourdieu (2016, p. 261), desliza para seu oposto. Qualquer reivindicação de uma autoridade baseada em competência diferencial é rechaçada como inaceitável e antidemocrática. De maneira talvez paradoxal, esse discurso é mobilizado sobretudo por setores extremados da direita política. Ou seja: o setor ideológico que mais defende uma sociedade hierárquica é aquele que adere à recusa radical de hierarquias quanto se trata de conhecimento.

São afetadas até as ciências naturais, como bem exemplificam o negacionismo climático, o negacionismo epidemiológico, o criacionismo e o terraplanismo. Os procedimentos científicos de testagem e comprovação de hipóteses são ignorados, por meio de uma mescla de relativismo radicalizado (nada, afinal, pode ser provado para além de qualquer dúvida), de reforço da crença na experiência pessoal direta e de democratismo (a opinião do amador sem formação tem tanta autoridade quanto a afirmação do cientista).

A produção interessada de controvérsias em questões de ciência não é nova, mas é possível identificar mudanças em relação às técnicas usadas desde o início do século passado. Indústrias como a do tabaco, a dos pesticidas, a dos combustíveis fósseis ou, antes ainda, a das tintas à base de chumbo (Michaels, 2008) patrocinavam pesquisas que favorecessem seus interesses, a fim de induzir a ideia de que permaneciam polêmicas abertas em questões sobre as quais o consenso científico já estava

7. A pesquisa sobre as práticas de consumo/compartilhamento de notícias nas mídias sociais ainda é incipiente. São canais múltiplos, com dinâmicas diversas (basta pensar em *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*, por exemplo) e uma multidão de usuários, também muito diversos entre si, que não reagem necessariamente de maneira igual a diferentes circunstâncias. Boa parte da pesquisa empírica é baseada em observação limitada ou na construção de situações “de laboratório” bastante estilizadas – em um caso como no outro, com baixo potencial de generalização. Para uma revisão parcial da literatura, ver Kümpel *et al.* (2015).

8. Isto não significa que mecanismos de identificação com o público não sejam postos em ação pelo jornalismo profissional, apenas que eles representam um segundo momento da relação, subsidiário à afirmação do distanciamento entre quem tem e quem não tem competência para dizer o mundo. A identificação cumpre papel sobretudo na dinâmica da “objetivação de padrões morais” (Ettema e Glasser, 1998, p. 71; ênfase retirada), com a qual o jornalismo se coloca como “consciência” do mundo social. Sobre o tema, ver Biroli e Miguel (2012).

estabelecido havia muito – como os riscos da contaminação por chumbo nos anos 1920, os malefícios do cigarro nos anos 1950, os efeitos dos venenos agrícolas ou da poluição por monóxido de carbono nos anos 1960. Hoje, ainda há investimento nos “mercadores da dúvida” (Oreskes e Conway, 2010), isto é, naqueles que alugam suas credenciais como cientistas e mimetizam os procedimentos consagrados de pesquisa para produzir resultados que sustentem os interesses das indústrias. Mas, em paralelo, há a aposta na afirmação de *certezas* invulneráveis ao debate e ao questionamento por parte de detentores de competências especializadas.

Como o discurso científico não pode abrir mão da possibilidade da dúvida, ele fica, por um lado, vulnerável às manobras dos patrocinadores de pesquisas enviesadas e, por outro, inferiorizado diante das crenças irredutíveis de quem não se guia por seus métodos⁹. No caso das ciências históricas, que já gozavam de menor legitimidade social do que as ciências naturais, um mecanismo importante de deslegitimação do capital cultural é que a evidência anedótica ganha peso superior à pesquisa. Se meu vizinho bem de vida cursa uma universidade pública, então ela é reduto de privilegiados e deve cobrar mensalidade, não importa o que digam os dados sobre o perfil do estudantado. Se meus parentes têm boas lembranças dos anos 1970 e nunca sofreram violências, então não é verdade que o Brasil vivesse na época sob uma ditadura. A este tipo de falácia, acrescenta-se uma exacerbação da plasticidade dos conceitos, que poderiam ser redefinidos praticamente ao infinito, sem necessidade de qualquer referência a sentidos compartilhados. Alcança-se um nominalismo radical, que permite, por exemplo, justificar, a partir de uma compreensão arbitrária do significado da metáfora espacial esquerda-direita como organizadora dos conflitos políticos, a conclusão de que “o nazismo era de esquerda” (Andrade, 2019)¹⁰.

O estatuto epistemológico e a imagem social do jornalismo certamente são diversos dos das ciências, mesmo das ciências humanas, mas também ele se apresenta como gerador de conhecimento – uma forma de conhecimento cristalizado no singular, para usar a definição lukacsiana de Genro Filho (1987). A ruptura da relação fiduciária entre o jornalismo e seu público é motivada sobretudo por outro aspecto do universo intelectual da pós-verdade: o complotismo. As narrativas presentes nos órgãos de imprensa podem ser descartadas de antemão porque todos eles estariam a

9. O trecho de um documentário sobre o divulgador científico estadunidense Bill Nye serve de ilustração. Ao final de um debate entre Nye e Ken Ham (criacionista, defensor da terra jovem e negacionista climático), o moderador pergunta a ambos o que os faria mudar de opinião. Nye diz que ele mudaria de opinião caso apresentado a qualquer evidência sólida. Ham diz que, como a Bíblia é a palavra de Deus, não muda de opinião de jeito nenhum. E a plateia aplaude entusiasticamente a resposta de Ham, impressionada com a coerência de suas convicções (Alvarado e Sussberg, 2017).

10. Para discussões sobre o revisionismo histórico, ver Traverso (2015); Sena Jr. *et al.* (2017).

serviço de interesses ocultos, em favor dos quais a informação seria manipulada de forma permanente e sistemática.

É possível encontrar essa reação em partidários de diferentes cores políticas, mas ela é bem mais frequente nos círculos conservadores (Lee e Hosam, 2020). À esquerda, também pode ocorrer, por vezes, a recusa sistemática a partes do noticiário – como, para alguns militantes, tudo o que se refere aos regimes da Venezuela ou da Coreia do Norte, para introduzir um exemplo de fácil compreensão. Em geral, porém, é privilegiado um tipo de explicação mais complexo, em que o destaque é concedido mais aos esquemas amplos de formação de sentido sobre o mundo (a ideologia) do que ao falseamento puro e simples da realidade factual. Sem descartar a possibilidade da existência de afinidades eletivas que tornem o pensamento de direita mais propício a alimentar teorias conspiratórias, observo que, no momento atual, é a extrema-direita que assume um discurso vigorosamente antissistêmico e de oposição entre o “homem comum” e as elites degeneradas que o oprimem. Portanto, é para ela que se coloca a necessidade de denunciar os esquemas institucionalizados que impediriam as pessoas de encarar a realidade tal como ela é.

Diante da crescente descrença em seus relatos, o jornalismo descobre que o mesmo mecanismo que fundava o privilégio de dizer o mundo a seu público – a impossibilidade de comprovação direta dos fatos, por parte dos consumidores de informação – compromete a capacidade de apresentar respostas convincentes aos céticos. De fato, seu funcionamento como sistema perito repousa necessariamente na confiança depositada pelos usuários, de uma maneira que o diferencia de muitos dos sistemas peritos “típicos”.

Um tratamento médico, imagina-se, dará resultado mesmo que o paciente não acredite no médico ou nas drogas, assim como o passageiro cético quanto à engenharia do avião ou à qualificação do piloto chegará, a despeito disto, a seu destino. Como observado na primeira seção, são estas experiências concretas, independentes das disposições subjetivas, que propiciam a disseminação da crença em tais sistemas. Quando se fala do cenário da pós-verdade, a autoridade dos especialistas é questionada em questões de médio ou longo prazo, com múltiplas mediações e causalidades cruzadas – como as relações entre tabagismo e câncer, entre ação humana e aquecimento global, entre escravidão e inferiorização social da população negra nas Américas. Não é colocada em xeque a *expertise* do engenheiro elétrico, se cada vez que apertado o interruptor a luz se acende.

O efeito do jornalismo, por sua vez, depende integralmente da confiança depositada pelo público. Sem ela, não é possível organizar a percepção do mundo e orientar o comportamento dos agentes. Se essa confiança é negada ou está fragmentada, isto é, se não é depositada no jornalismo como sistema relativamente unificado, fica com-

prometida sua capacidade tanto de agendamento (definição do elenco de questões importantes, às quais a sociedade, em geral, e o campo político, em particular, devem fornecer respostas) quanto de enquadramento (definição das narrativas explicativas possíveis para os problemas identificados na agenda).

Contra isso, as empresas jornalísticas têm investido em duas respostas que estão fadadas ao fracasso, uma vez que, para funcionar, dependem exatamente de que o público mantenha, diante das fontes consideradas legítimas de conhecimento, a postura que se erodiu nos últimos anos. A primeira resposta é o apelo à consciência cívica sobre a necessidade de produção de informações fidedignas, quando não imparciais. Está presente na publicidade dos próprios veículos, em suas campanhas de assinatura e também em recomendações de que qualquer mensagem obtida por outro meio seja confrontada com o relato autorizado do jornalismo profissional. Orienta iniciativas como *The Trust Project*, que reúne veículos que se comprometem publicamente com a manutenção de elevados padrões éticos na cobertura jornalística, elencados como os “valores” fundadores da autoridade baseada em pesquisa, autenticidade, transparência, inclusividade, imparcialidade e confiabilidade (*reliability*)¹¹.

Assim, a imprensa se reafirma como capaz de ocupar o ponto de vista da universalidade, a partir da afirmação de valores que, no entanto, há muito são criticados como ilusórios (Miguel e Biroli, 2010). E que foram descartados pelas novas epistemologias populares que ganham força no ambiente da pós-verdade.

A segunda resposta é o recurso às agências de checagem de fatos (*fact checking*), sejam elas externas aos veículos ou organizadas como seções independentes das redações. Elas são usadas ostensivamente tanto como um antídoto à disseminação de *fake news*, sobretudo por parte de agentes políticos, quanto como uma comprovação da objetividade (isto é, adequação ao mundo factual) da cobertura jornalística. Cumprem um indistigável papel ideológico, na medida em que resumem a acurácia da cobertura à correção na apresentação de determinados dados, como estatísticas ou datas, deixando de fora sejam o agendamento e o enquadramento, sejam os conflitos sociais que atravessam os processos de produção de sentido (Miguel, 2019; Moretzsohn, 2019).

No entanto, ao terceirizar a checagem dos fatos – ou mesmo ao buscar uma chancela externa para afiançar a veracidade de seus próprios relatos –, o jornalismo

11. Ver <https://thetrustproject.org/> (consultado em 13/02/2022). Dezenas de empresas de mídia do mundo todo são acreditadas como parceiras do projeto, incluindo os jornais *El País*, *Toronto Star* e *The Washington Post* e a revista *The Economist*. Do Brasil, são listados os portais de notícia *A Gazeta*, do Espírito Santo, e *Amazônia Real*, do Amazonas. O *website* da *Folha de S.Paulo* anuncia que ela participa do projeto, mas não está listada oficialmente (cf. <https://www.folha.uol.com.br/>, consultado em 13/02/2022).

abre mão de sua pretensão original, que era exatamente relatar de maneira fidedigna o mundo a seu público. E nem isso garante a recomposição da confiança de seu público. Afinal, o ambiente cognitivo da pós-verdade se organiza como um pesadelo epistemológico, uma vez que, por definição, nenhum sistema pode pretender ocupar a posição de guardião da veracidade factual e todos os discursos com pretensão à veracidade são contestáveis. A parcela do público que desconfia do jornalismo e de suas fontes autorizadas, que julga que eles estão a serviço de interesses inconfessáveis e empenhados em ocultar a realidade, não tem por que não estender essa desconfiança às agências de checagem de fatos às quais recorre a imprensa. Seriam necessárias organizações para atestar a confiabilidade das agências de checagem, mas essas organizações também precisariam ser certificadas, num processo sem fim.

Conclusão

A crer no trajeto percorrido neste artigo, a crise de legitimidade do jornalismo, que compromete sua capacidade de funcionar como sistema perito, se deve a uma multiplicidade de fatores que se retroalimentam e não encontra solução fácil ou óbvia no horizonte. Os problemas identificados há décadas pela literatura crítica sobre a imprensa e os meios de comunicação de massa – baixa pluralidade, autorreferencialidade, vulnerabilidade ao poder econômico, efeito de universalização de uma perspectiva social particular – não foram resolvidos. E a eles foi acrescido um elenco de novas questões, vinculadas à erosão dos critérios compartilhados de validação de discursos e à crescente dificuldade de estabelecer um chão comum para o debate público.

Ao mesmo tempo, as promessas de horizontalidade das novas tecnologias da informação, anunciadas pela primeira geração de entusiastas, não se verificaram. É bem verdade que, hoje, gerar informação é mais fácil, publicá-la tornou-se fácil. No entanto, *blogs* ou páginas em redes sociais são, para quase todos os usuários, muito mais uma forma de desabafar do que de reconfigurar o debate público. Se esta capacidade depende menos do crédito de que dispunham os portadores de saberes especializados, como o próprio jornalismo, agora se ampara no controle de outros recursos, como o dinheiro. De fato, o enfraquecimento do capital cultural tende a servir ao fortalecimento do capital econômico (Miguel, 2021), desequilibrando ainda mais a luta “pela imposição do princípio de dominação dominante” e, simultaneamente, “pelo princípio legítimo de legitimação” da dominação social (Bourdieu, 1989, p. 376).

O novo ambiente informacional coloca desafios para o funcionamento da democracia eleitoral e é um dos fatores que compõem sua crise atual. Em contraste

com o arranjo da Grécia antiga, de onde retira seu nome de batismo e uma parte de seu imaginário, a democracia moderna prevê uma profunda especialização política, com o exercício direto do poder sendo privilégio de uma minoria de cidadãos. O caráter democrático do sistema depende dos mecanismos de autorização e de responsabilização dos governantes, ambos implementados por meio do voto. Uma vez que o direito de voto se mostrou um incentivo muito fraco para a qualificação política cidadã, o sistema precisa presumir que, mesmo com baixo investimento na aquisição de conhecimentos sobre o mundo social, as pessoas seriam capazes de votar de maneira razoavelmente esclarecida e condizente com seus próprios interesses.

A mídia, assim, ocupa posição central – e dentro dela, em especial, o jornalismo. Ele deve reverberar as pressões de partidos, de movimentos e de outros grupos com interesse político, decantar uma agenda hierarquizada de preocupações comuns, apresentar as alternativas existentes. Com isso, baliza as escolhas das pessoas comuns, permitindo que a democracia eleitoral cumpra seus objetivos. Como já assinalado antes, o jornalismo nunca cumpriu seu papel sem ruídos, mesmo nos países que lograram alcançar uma mídia mais independente e com valores profissionais mais exigentes. De qualquer jeito, sua mediação é parte necessária do modelo.

O novo ambiente comunicacional é o ambiente em que estão erodidas as condições para reproduzir a centralidade incontestada do jornalismo profissional na configuração do debate público – e nada indica que haja um caminho para recompô-las. As gigantes da internet se tornaram grandes demais para serem enfrentadas, sobretudo se suas adversárias serão instituições políticas cuja legitimidade é cada vez menos consensual. As técnicas de capturas de dados, cada vez mais sofisticadas, ampliam a capacidade de manipulação de comportamentos, delas e de seus clientes (Zuboff, 2018). Ao mesmo tempo, as iniciativas para ampliação da capacidade crítica do público, na trilha da “alfabetização midiática” (*media literacy*), exigem empenho, distanciamento e concentração. Ou seja, o contrário do que é estimulado pela cultura das redes, que impele à atenção fragmentária e à reação impensada.

A mudança no ambiente comunicacional expõe e aprofunda a contradição que já reside no coração da democracia eleitoral: o poder deve ser, em última análise, exercido por um povo que, no entanto, tem baixo estímulo e poucas oportunidades para se qualificar politicamente. Um recuo ao passado – que inclui a recomposição de um jogo democrático fortemente filtrado pelas elites, como transparece em boa parte da literatura sobre a crise da democracia produzida no *mainstream* da Ciência Política (Miguel, 2022, cap. 1) – é improvável. Mesmo onde os “populistas de direita” são apeados do governo, permanecem uma elevada tensão política, uma polarização extremada e o risco de transbordamento violento do conflito. E a incerteza informacional é componente relevante deste caldeirão.

A nostalgia da situação anterior, além de paralisante, já que aponta para um caminho de volta que não será viabilizado, leva a ignorar os problemas estruturais que geraram a crise atual. Como escreve Hirst (2017, p. 82), ainda que sem dúvida haja “necessidade de um antídoto para a disseminação de falsas narrativas antidemocráticas no jornalismo”, é preciso reconhecer que “o paradigma do Quarto Poder (*Fourth Estate*) não contém as respostas”. A estrita divisão do trabalho e a passividade a que eram relegadas as pessoas comuns, em seu duplo estatuto de cidadãs e consumidoras da informação, fazem parte da explicação do porquê elas se tornaram tão vulneráveis aos discursos demagógicos, às *fake news* e ao irracionalismo. Para o jornalismo, assim como para a democracia, a tarefa é reinventar-se, de um modo que ainda não se pode saber exatamente qual será, mas que certamente precisará ser mais pluralista e mais participativo.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Leonel Azevedo de & RODRIGUES, Cláudia Miranda. (2021), “Expertise no jornalismo”. *Chasqui*, 147: 243-57.
- ALVARADO, David & SUSSBERG, Jason. (2017), *Bill Nye*. Documentário de longa-metragem. Produção estadunidense (PBS).
- ANDRADE, Érico. (2019), “Sobre o espólio do mal”. *Le Monde Diplomatique, on-line*, 25 de abril. Disponível em <https://diplomatie.org.br/sobre-o-espolio-do-mal-e-o-nazismo-e-de-esquerda/>, consultado em 10/02/2022.
- BEZERRA, Arthur Coelho & ALMEIDA, Marco Antônio de. (2020), “Rage against the machine learning”. *Brazilian Journal of Information Studies*, 14 (2): 6-23.
- BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. (2012), “Orgulho e preconceito”. *Opinião Pública*, 18 (1): 22-43.
- BLOCK, David. (2019), *Post-truth and political discourse*. Cham, Palgrave-Macmillan.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *La noblesse d'État*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (2016), *Sociologie générale: cours au Collège de France (1983-1986)*, vol. 2. Paris, Seuil.
- CARDENAL, Ana S. et al. (2019), “Echo-chambers in on-line news consumption”. *European Journal of Communication*, 34 (4): 1-17.
- CESARINO, Leticia. (2021), “Pós-verdade e a crise do sistema de peritos”. *Ilha*, 23 (1): 73-96
- CHOI, Jihyang. (2016), “News internalizing and externalizing”. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 93 (4): 1-20.
- DUBOIS, Elizabeth & BLANK, Grant. (2018), “The echo chamber is overstated”. *Information, Communication & Society*, 21 (5): 729-45.

- EKMAN, MATTIAS & WIDHOLM, Andreas. (2015), "Politicians as media producers". *Journalism Practice*, 9 (1): 78-91.
- ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore L. (1998), *Custodians of conscience*. Nova York, Columbia University Press.
- FREITAS, Gustavo. (2021), "Regimes de verdade e discurso jornalístico". *Revista Comunicando*, 10 (2): 186-206.
- GENRO FILHO, Adelmo. (1987), *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre, Tchê!
- GIDDENS, Anthony. ([1990] 1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesp.
- GIDDENS, Anthony. ([1995] 1997), "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In: GIDDENS, Anthony *et al.* *Modernização reflexiva*. São Paulo, Editora Unesp.
- GILARDI, Fabrizio *et al.* (2021). "Social media and political agenda setting". *Political Communication*, "ahead of print", pp. 1-22.
- HABERMAS, Jürgen. ([1981] 2003), *Teoría de la acción comunicativa*, 2 vols. 4 ed. Buenos Aires, Taurus.
- HARDER, Raymond A. *et al.* (2017) "Intermedia agenda setting in the social media age". *The International Journal of Press/Politics*, 22 (3): 1-19.
- HARSIN, Jayson (2018). "Post-truth and critical communication studies". In: *Oxford research encyclopedia of communication*. Oxford, Oxford University Press, *on-line*. Disponível em oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-757, consultado em 14/06/2020.
- HIRST, Martin. (2017), "Towards a political economy of fake news". *The Political Economy of Communication*, 5 (2): 82-94.
- KAPOLKAS, Ignas. (2019), *A political theory of post-truth*. Cham, Palgrave Macmillan.
- KATZ, Elihu & LAZARFELD, Paul F. (1964), *Personal influence*. Nova York, Free Press.
- KÜMPEL, Anna Sophie *et al.* (2015), "News sharing in social media". *Social Media + Society*, 1 (2): 1-14.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando & CHAGAS, Viktor (2016). "Mercado futuro: a economia política da (re)partidarização da imprensa no Brasil". *Dados*, 59 (2): 323-56.
- LEE, Taeku & HOSAM, Christian. (2020), "Fake news is real". *Sociological Forum*, 51: 996-1018.
- LEWANDOWSKY, Stephan *et al.* (2017), "Beyond misinformation". *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 6 (4): 353-69.
- LIEBOWITZ, Stan J. & ZENTNER, Alejandro. (2012), "Clash of the titans". *The Review of Economics and Statistics*, 94 (1): 234-45.
- MARIANTE, José Henrique. (2022), "O Brasil tá vendo. E a Folha?". *Folha de S.Paulo*, 13 fev., p. A-5.
- MCCHESENEY, Robert W. (2013), *Digital disconnect*. Nova York, The New Press.
- MCCOMBS, Maxwell & SHAW, Donald. (1972), "The agenda-setting function of mass media". *Public Opinion Quarterly*, 36 (2): 176-87.
- MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia). (2000), *Evolução da internet no Brasil e no mundo*.

- Brasília, MCT. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=18037&co_midia=2. Acesso em: 26 mai. 2021.
- MICHAELS, David. (2008), *Doubt is their product*. Oxford, Oxford University Press.
- MIGUEL, Luis Felipe. (1999), "O jornalismo como 'sistema perito'". *Tempo Social*, 11 (1): 197-208.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2014), *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo, Editora Unesp.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2019), "Jornalismo, polarização política e a querela das *fake news*". *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16 (2): 46-58
- MIGUEL, Luis Felipe. (2021), "A cruzada contra o capital cultural". *Paper* apresentado no xxx Encontro Anual da Compós. São Paulo, 27 a 30 de julho.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2022), *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. (2010), "A produção da imparcialidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 73: 59-76.
- MORETZSOHN, Sylvia Debossan. (2019), "O joio, o trigo, os filtros e as bolhas". *Brazilian Journalism Research*, 15 (3): 574-97.
- MYLLYLAHTI, Merja. (2018), "An attention economy trap?". *Journal of Media Business Studies*, 15 (4): 237-53.
- OELDORF-HIRSCH, Anne & SUNDAR, S. Shyam (2015), "Posting, commenting, and tagging". *Computers in Human Behavior*, 44: 240-9.
- ORESQUES, Naomi & CONWAY, Erik M. (2010), *Merchants of doubt*. Nova York, Bloomsbury.
- PARISER, Eli. (2011), *The filter bubble*. Nova York, Penguin.
- RICCEUR, Paul. (1965), *De l'interprétation*. Paris, Seuil.
- ROXO, Luciana & AGUIAR, Leonel. (2021), "O populismo digital e a infodemia". *Revista Comunicando*, 10 (2): 138-63.
- SAYRE, Ben *et al.* (2012), "Agenda setting in a digital age". *Policy & Internet*, 2 (2): 7-32.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de *et al.* (orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro, Consequência.
- SKOGERBØ, Eli & KRUMSVIK, Arne H. (2014), "Newspapers, Facebook and Twitter". *Journalism Practice*, 9 (3): 350-66.
- SU, Yan & BORAH, Porismita. (2019), "Who is the agenda setter?". *Journal of Information Technology & Politics*, 16 (3): 236-49.
- SUNSTEIN, Cass R. (2009), *Republic.com 2.0*. Princeton, Princeton University Press.
- TRAVERSO, Enzo. (2015), *Le passé, modes d'emploi*. Paris, La Fabrique.
- TRILLING, Damian *et al.* (2017), "From newsworthiness to shareworthiness". *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 94 (1): 1-23.
- TURCOTTE, Jason *et al.* (2015), "News recommendations from social media opinion leaders". *Journal of Computer-Mediated Communication*, 20 (5): 520-35.

- VIEIRA, Allana Meirelles. (2021), *Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- WEBER, Max. ([1919] 1995), “A ciência como vocação”. In: *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 2. São Paulo, Cortez.
- ZUBOFF, Shoshana. (2018), *The age of surveillance capitalism*. Nova York, Public Affairs.

Resumo

O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”

O artigo revê, à luz das transformações contemporâneas no ambiente comunicacional, a noção de que o jornalismo opera como “sistema perito” – um sistema de *expertise* que desfruta da confiança nele depositada por usuários incapazes de avaliá-lo tecnicamente. As novas tecnologias ampliaram a concorrência no espaço discursivo, dissolvendo o monopólio do jornalismo e erodindo suas fontes de financiamento. Ao mesmo tempo, uma incerteza epistêmica radical (“pós-verdade”) e o insulamento do público em enclaves fechados comprometem sua legitimidade. Esta situação contribui para a crise da democracia, uma vez que seu funcionamento pressupunha um patamar mínimo de concordância sobre a agenda e sobre os fatos relevantes, que o jornalismo supria.

Palavras-chave: Jornalismo; Sistema perito; Pós-verdade; Crise da democracia.

Abstract

Journalism in the new communicational environment: a reassessment of the notion of “journalism as an expert system”

The article reviews, in the light of contemporary transformations in the communicational environment, the notion that journalism operates as an “expert system” – a system of expertise that receives trust by users who are technically unable to evaluate it. New technologies have increased competition in the discursive space, dissolving the monopoly of journalism and eroding its sources of funding. At the same time, radical epistemic uncertainty (“post-truth”) and the insulating of the public in closed enclaves compromise its legitimacy. This situation contributes to the crisis of democracy, since its functioning presupposed a minimum level of agreement on the agenda and on the relevant facts, which journalism supplied.

Keywords: Journalism; Expert system; Post-truth; Crisis of democracy.

Texto recebido em 01/03/2022 e aprovado em 01/04/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.195368.

LUIS FELIPE MIGUEL é professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq. Autor, entre outros, dos livros *Democracia e representação: territórios em disputa* (Editora Unesp, 2014) e *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil* (Autêntica, 2022). E-mail: luisfelipemiguel@gmail.com.



Facções prisionais em dois territórios fronteiriços

Camila Nunes Dias*

<http://orcid.org/0000-0002-8389-3830>

Luiz Fábio S. Paiva**

<https://orcid.org/0000-0002-2669-5635>

O artigo busca analisar as dinâmicas criminais que envolvem a atuação de grupos brasileiros de base prisional (conhecidos como “facções prisionais”) em territórios transfronteiriços, especialmente nos mercados de drogas ilícitas, como a cocaína. Interessa apresentar algumas reflexões sobre como os grupos originalmente oriundos de prisões brasileiras, e com atividades intensas de controle social nas periferias urbanas das principais cidades brasileiras, conseguiram chegar até as fronteiras do Brasil com outros países latino-americanos posicionando-se como agentes importantes – algumas vezes protagonistas – de esquemas criminais transnacionais através da articulação com atores que estão vinculados aos mercados internacionais de produtos ilícitos, geralmente atuando através de complexas redes sociais. A crescente participação de atores associados aos grupos brasileiros de base prisional nos esquemas transnacionais de tráfico de drogas evidenciou novos desafios para a compreensão das dinâmicas criminais no Brasil e a centralidade das prisões na conformação dessas dinâmicas. Desta maneira, este artigo contribui com essa análise valendo-se da experiência de duas realidades transnacionais latino-americanas que se situam em contextos geográficos e culturais diferentes e, ao mesmo tempo, apresentam similaridades entre si. Antes de adentrar na especificidade dessa experiência, é preciso

* Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

tecer algumas considerações gerais sobre o fenômeno das drogas na América Latina, sobretudo em relação à cocaína.

Para a compreensão do fenômeno estudado, é importante destacar que a América Latina abriga os países responsáveis pelo cultivo de cocaína e múltiplas organizações envolvidas nas produções, trânsitos, distribuições, exportações e comércios desta que é uma das mercadorias mais rentáveis e lucrativas em circulação¹. A realidade da produção de coca envolve situações socioambientais específicas, com cenários econômicos e políticos desconsiderados por governos que investem exclusivamente na repressão policial como meio de controle dos ilegalismos envolvidos pelo comércio de cocaína (Davalos, Berjarano e Correa, 2009). O *World Drug Report* de 2019 do United Nations Office on Drugs and Crime demonstrou que a produção de cocaína ainda se concentra na Colômbia, no Peru e na Bolívia, enquanto o Brasil continua ocupando a posição de país de trânsito e destino da droga (Kenny, 2007). Essa situação contribuiu para cenários socioeconômicos complexos, com participação de pessoas que encontram na produção, distribuição e comércio da droga oportunidades de rendimentos substantivos. Em linhas gerais, essas pessoas participam de organizações estruturadas para atuar de maneira ilegal e movimentar mercados com repercussões econômicas que são objeto de conflitos sociais e propagadores de diferentes tipos de violência (Manso e Dias, 2018; Geffray, Fabre e Schiray, 2002).

Ao considerar esse cenário, este trabalho foi elaborado a partir dos resultados de pesquisas realizadas em contextos transfronteiriços afetados pelas movimentações dos mercados ilegais de cocaína e pela presença de grupos brasileiros de base prisional, reconhecidos socialmente como “facções criminosas”. As pesquisas foram feitas no período de 2013 a 2018, em duas regiões: a) a fronteira entre Brasil e Paraguai, especialmente entre as cidades de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY); b) a fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, na região do Alto Solimões (AM).

As cidades-gêmeas Ponta Porã e Pedro Juan Caballero² formam um denso conglomerado comercial, historicamente marcado por densas movimentações de mercadorias e negócios entre os dois países. O município de Ponta Porã/MS fica a cerca de 326 km de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. A região tem assumido uma importância crescente, não apenas como rota do comércio de produtos provenientes do Paraguai, como a maconha, mas também como entreposto das rotas de distribuição dos derivados da coca, mercadorias provenientes do Peru e da Bolívia. Os produtos que entram no Brasil a partir dessa região, em geral, são

1. Arriagada e Hopenhayn (2000) traçaram um painel geral dos problemas sociais na América Latina e de como os governos se comportaram diante de situações de comércio e consumo de drogas, considerando cenários nacionais e internacionais
2. A partir daqui passaremos a nos referir a essa região através da abreviação PP/PJC.

destinados aos mercados consumidores nacionais localizados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e, também, aqueles que têm como destino os mercados europeus e cuja porta de saída se dá através do porto de Santos (Manso e Dias, 2018).

Na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia encontraram-se as cidades de Letícia, na Colômbia, Tabatinga, no Brasil, e o *centro poblado* de Santa Rosa no Peru. Trata-se de uma região situada na floresta Amazônica, com atuação de grupos de países produtores de cocaína e envolvidos na condução da droga dessa região até mercados do Nordeste e Sudeste do Brasil. Ademais, existem muitas conexões entre a droga que sai dessa região a caminho do Ceará para destinos na África, Europa e Oceania (Paiva, 2018). A tríplice fronteira se transformou em uma área de influência e disputa entre diferentes grupos envolvidos na comercialização da cocaína e seus derivados. É uma área com intensa presença militar e de forças policiais dos três países em função da sua localização estratégica no trapézio Amazônico (Zárate Botia, 2008).

As duas fronteiras são espaços sociais mobilizados por mercados ilegais e dinâmicas criminais que envolvem grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e a Família do Norte (FDN). Essas regiões são áreas de trânsito de cocaína por meio de múltiplos mercados em que essas organizações se encontram buscando, entre outras coisas, exercer um papel de protagonismo em um cenário de disputas e conflitos de alta letalidade e através de um processo recente de desalojamento e de rupturas violentas com grupos locais que, historicamente, controlavam os mercados ilícitos nessas regiões.

A fronteira retrata uma complexidade de relações sociais, morais e políticas que ultrapassam os limites das demarcações territoriais, possibilitando questionamentos sobre as dimensões teóricas e metodológicas da própria sociologia (Cardin e Albuquerque, 2018). Como explica Grimson (2005), as fronteiras revelam tramas socioculturais constitutivas das experiências sociais em contatos transnacionais. Portanto, estudar as dinâmicas do crime em fronteiras é uma questão que impõe aos cientistas sociais pensar múltiplas dobras feitas na realidade social (Chin e Zhang, 2012). As percepções dos deslocamentos transfronteiriços envolvem maneiras de ver e interagir com o outro para fazer o crime entre sujeitos estrangeiros e nativos, nacionais e transnacionais, locais e globais. Considera-se aqui que as ações para o tráfico de cocaína não são apenas uma atividade criminosa, mas uma prática que afeta as culturas locais, conforme observou Campbell (2005) em seus estudos na fronteira entre Estados Unidos e México. Agir na fronteira e depois em territórios internacionais, participando das atividades de produção e distribuição em outros territórios internacionais, transformou organizações como o PCC, o CV e a FDN em grupos transfronteiriços (Dias e Ribeiro, 2019; Siqueira e Paiva, 2019). Suas ações passaram a mobilizar governos de diversos países que retratam suas preocupações na

reprodução de mercados que, desde sua origem, funcionam para além das fronteiras nacionais, burlando estratégias e inovações tecnológicas para o controle policial dos limites territoriais entre os países³. Neste trabalho, o objetivo é compreender como as facções encontraram nas fronteiras brasileiras maneiras de fazer o crime e condições objetivas com as quais aprenderam a trabalhar, aumentando seu raio de influência e transformando as dinâmicas conhecidas desde as prisões e periferias brasileiras.

Em suma, ao considerar a passagem da cocaína entre diferentes territórios fronteiriços do Brasil, este trabalho procura entender como as facções brasileiras que se originaram nas prisões do país se movimentaram em direção às fronteiras e se transformaram para se tornarem atores centrais ou protagonistas nas redes nacionais e internacionais de tráfico de drogas ilícitas, sobretudo, nos esquemas criminais que se apoiam no território brasileiro como rota de passagem para os produtos. Discute-se o pressuposto de que as facções prisionais brasileiras assumiram um papel importante nas decisões de quem deseja usufruir dos rendimentos desse mercado ilegal, articulando o cárcere, a periferia das grandes cidades (varejo) e as fronteiras internacionais (atacado). Neste sentido, trata-se de uma mudança importante em seu *status* de agentes do crime, reconfigurando o lugar da prisão como locus de reprodução das organizações criminais que atuam nos mercados ilícitos transnacionais que têm o Brasil como ponto de passagem. As realidades nacionais foram tensionadas na medida que grupos brasileiros assumiram um lugar de prestígio ao comandarem rotas internacionais de distribuição de cocaína em escala mundial. Não obstante, esse protagonismo também afetou as relações internacionais entre traficantes e, conseqüentemente, criou outros conflitos entre e no interior de uma mesma facção.

Questões metodológicas da pesquisa sobre dinâmicas criminais de grupos em ação nas fronteiras brasileiras

Um dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa é analisar o crime como uma experiência transfronteiriça e uma prática constituída por múltiplos sentidos possíveis de alcance e compreensão sociológica. Para isso, ao considerar os aportes da sociologia compreensiva de Weber (2000), o trabalho investiga o sentido das dinâmicas criminais, seus efeitos morais e a constituição simbólica na formação de uma experiência social singular em territórios transfronteiriços (Lo, 2020).

As investigações desenvolvidas são qualitativas, com realização de trabalho de campo, análise de documentos, conversações e entrevistas. Como o crime é uma

3. Sobre o aparato policial de fronteira e suas inovações tecnológicas para o controle territorial dos limites nacionais de determinados países, ver Loftus, 2015, pp. 115-125.

experiência social moralmente desonrosa, foram necessários cuidados em relação à integridade dos pesquisadores e informantes. Como destaca Barreira (1998), em suas entrevistas com pistoleiros, é sempre preciso refletir sobre falas atravessadas por moralidades e busca de preservação da dignidade de quem está envolvido com dinâmicas criminais. Este elemento percorreu nossas aproximações de envolvidos com as práticas de crime, mas também as falas de quem trata de crimes na fronteira. É sempre preciso considerar as práticas locais que, como demonstrou Rabossi (2015), envolvem tempos, espaços e movimentos transnacionais de um cenário transfronteiriço. Os limites internacionais criam relações próprias entre os limites nacionais, os negócios e os trânsitos de mercadoria, atuantes entre as fronteiras da legalidade e da ilegalidade (Almeida, 2015).

Os trabalhos de campo realizados também possibilitaram que se observasse como o sucesso de grupos brasileiros permitiu que eles conseguissem posições de prestígio, disputando com outros grupos internacionais e locais a apropriação de grandes quantidades de cocaína para distribuição em mercados nacionais e internacionais⁴. Embora oriundas de projetos desenvolvidos com objetivos diferentes, as pesquisas conseguiram captar elementos de como PCC, CV e FDN atuaram em dois cenários importantes para o mercado internacional para o trânsito seguro da droga pelas fronteiras e territórios transnacionais. Ademais, a partir de experiências de pesquisa sobre as dinâmicas faccionais em territórios urbanos e prisões⁵, foi possível perceber especificidades e diferenças da atuação desses grupos na fronteira, observando como eles adaptaram dinâmicas criminais a estilos necessários ao tráfico internacional e aos esquemas dos fluxos transnacionais e provocando tensionamentos e conflitos.

As duas regiões abordadas foram historicamente afetadas pelas dinâmicas criminais que movimentam os mercados ilegais de drogas e armas. A comparação entre essas dinâmicas permite adensar o entendimento de como esses grupos atuam nas regiões de fronteira. A partir de uma perspectiva comparativa apresentam-se peculiaridades e especificidades de dinâmicas criminais produzidas em configurações sociais distintas em termos geográficos, culturais, históricos e políticos. As diferenças e similaridades possibilitaram um olhar sociológico sobre experiências sociais de pessoas que praticam crimes e movimentam mercados permeados por múltiplos envolvimento, estudados a partir de um ponto de vista multissituado e relacional (Marcus, 1995; Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2004).

4. Para melhores informações sobre o trabalho de campo, ver Albuquerque e Paiva, 2015.

5. Os trabalhos de Dias (2013) sobre o trabalho do PCC, nas prisões de São Paulo, e de Paiva (2019), na periferia de Fortaleza, ilustram a maneira como esses grupos atuaram em territórios nacionais de diferentes maneiras na prática de crimes e coordenação de mercados ilegais.

Na fronteira Brasil/Paraguai: as dinâmicas criminais nas cidades-gêmeas Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

As áreas de fronteira do Brasil com o Paraguai tornaram-se, nas últimas décadas, focos de conflitos diversos. Os conflitos sociais aumentaram com o avanço da frente econômica produtora de soja, que se estendeu do sul do Brasil para o interior do Paraguai, provocando a formação de grupos políticos, do lado paraguaio, de resistência ao avanço do agronegócio, ao uso de agrotóxicos e também à destruição florestal (Albuquerque, 2010). O aumento da criminalidade naquelas áreas de fronteira deriva do desenvolvimento de economias ilegais associadas ao contrabando, ao tráfico de armas e drogas, sendo a região bastante utilizada para o plantio de maconha (Salla e Alvarez, 2011).

A importância do Paraguai para as dinâmicas criminais brasileiras tem uma longa história e está relacionada tanto com sua centralidade na produção da *cannabis* quanto com sua localização geográfica estratégica no continente, notadamente para o Brasil. As fronteiras do Brasil com o Paraguai se estendem desde a região central, passando pelos estados do Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), até a região Sul, no estado do Paraná (PR). Ou seja, o Paraguai é o principal entreposto entre as áreas de produção da coca e o maior mercado consumidor nacional – localizado nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro – e uma das mais importantes portas de saída para o além-mar, via portos ou aeroportos.

As cidades-gêmeas apresentam, de forma mais explícita, as dinâmicas que conformam as peculiaridades das regiões fronteiriças (Silva e Oliveira, 2008). No que concerne às cidades-gêmeas PP/PJC, a atuação de pistoleiros e de grupos de criminosos vinculados a políticos locais e nacionais para viabilizar o funcionamento de suas atividades ilegais, associada ao envolvimento de policiais de ambos os países nas diversas atividades ilícitas da região, e, ainda, os conflitos envolvendo outras variáveis, como a disputa por terras e a luta pelos direitos dos povos indígenas, fazem com que essa região esteja imersa numa complexa trama de múltiplas tensões e conflitualidades, conformando-se em *hub* de redes múltiplas e complexas.

Em PP/PJC, a conformação dos mercados ilícitos, historicamente, esteve relacionada com os atores vinculados aos grupos de base familiar-étnica, que tradicionalmente se constituíram como figuras importantes nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas, lícitas ou não, dessa área fronteiriça (Oliveira, 2013; Jara, 2003). Ao observar o processo histórico de povoamento da região, dos processos migratórios e a conformação de poder estabelecida por algumas famílias tradicionais dessas localidades, é possível compreender o processo histórico em que acumularam poder econômico, social e político, as formas pelas quais atuaram nos mercados ilícitos,

e exerceram controles sociais nos territórios através da regulação de conflitos que emergiram a partir daí. A paulatina aproximação e, na última década, a presença mais espessa dos grupos de base prisional provenientes do Rio de Janeiro e de São Paulo, especialmente CV e PCC, produziram efeitos sobre a ordem social que se constituiu nessas áreas, reconfigurando as relações sociais locais e redefinindo a dinâmica criminal e as formas de violência predominantes na região.

O Sumário Executivo da pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras aponta que o deslocamento do PCC e CV para regiões da fronteira de estados como MT e MS teria contribuído para desestruturar os controles locais outrora exercidos por grupos de traficantes e contrabandistas ligados às elites locais (Ministério da Justiça, 2016, p. 64). O relatório indica que esse desarranjo estaria ligado a uma fragmentação das redes cuja consequência imediata seria o aumento da violência nos conflitos entre esses atores. Porém, através das observações realizadas ao longo dos últimos anos, consideramos que tais transformações estão atreladas às conexões estabelecidas entre esses atores criminais e as redes prisionais, aos mercados consumidores extralocais e à pretensão de hegemonia apresentada especialmente pelo PCC, que acabou por tensionar demasiadamente um contexto marcado pela competitividade e, também, pela convivência entre os diferentes atores criminais atuantes na região e que em regra estabeleciam formas de cooperação (Manso e Dias, 2018). Nesse sentido, tem-se um cenário anterior de fragmentação, mas com um padrão de convivência relativamente pacífica entre as elites das diferentes redes criminais, apesar de desequilíbrios violentos recorrentes nas suas bases.

Além disso, essas redes “tradicionais”, baseadas em laços étnicos ou familiares, estavam atreladas aos mercados comerciais legais e aos mercados ilícitos de contrabando e de drogas (Ministério da Justiça, 2014); e, em geral, se mantinham apartadas da criminalidade “comum”, vinculada aos roubos e furtos, e também não se confundiam com os atores do pequeno mercado varejista de drogas ilícitas que se constituiu naquelas cidades. Com a intensificação de conformação de redes criminais constituídas a partir das prisões, ocorre um imbricamento entre as atividades relacionadas com essas distintas dinâmicas criminais, entre o mercado de drogas e o mercado de objetos roubados e furtados (Feltran, 2018). Ou seja, os negócios das drogas se conectam nas diversas escalas a partir das quais ele se estrutura na região e também se articula com o universo criminal local dos roubos e dos furtos e acentua a conexão com o mercado das armas. A configuração local, tanto social como política e econômica, se transforma de maneira profunda. A pretensão de hegemonia do PCC tensiona ainda mais as conformações locais e rompe o frágil equilíbrio que garantia a permanência de uma multiplicidade de redes dos mais diversos tamanhos e que atuavam em diversas escalas.

Desde o final dos anos 1990 a presença de grupos brasileiros na fronteira Brasil/Paraguai tensiona as dinâmicas locais e o domínio de famílias tradicionais associadas ao crime. Nos últimos anos, ocorreu uma intensificação dessas tensões na região de PP/PJC, especialmente nas relações entre PCC e Jorge Toumani Rafaat, último *capo* das famílias tradicionais a regular essa região.

O ano de 2016 representa um marco em termos dos processos que integram a análise proposta nesta pesquisa em razão da ocorrência de dois fatos que, juntos, produziram profunda reconfiguração de poder na região e nas dinâmicas criminais brasileiras: em primeiro lugar, o processo de intensificação dos conflitos entre os atores criminais em PP/PJC, que envolviam vários *capos* do narcotráfico Brasileiro e os grupos oriundos das prisões brasileiras, culminou com a execução cinematográfica de Rafaat em junho de 2016; em segundo lugar, ocorreu uma ruptura das relações entre o PCC e o CV, colocando fim a uma relação de colaboração nos mercados ilícitos que vigorava havia mais de vinte anos.

Os dois eventos acontecem quase simultaneamente e se constituem como divisores de águas, tanto pelas suas características quanto pelo seu significado, na região e fora dela.

As transformações que ocorreram na região de PP/PJC indicam um processo de reconfiguração local caracterizado pela passagem entre duas formas de exercício do poder e a contraposição de conformações sociais diferentes, associadas às diferenças entre os atores centrais nas dinâmicas criminais da região: empresário \times bandido, famílias locais \times facções “estrangeiras”, o conhecido \times desconhecido. Talvez pudéssemos compreender também como uma mudança que opõe tradição \times modernidade ou local \times transnacional. No último ponto, vale ressaltar que a economia ilícita, na forma como era gerida por Rafaat, também apresentava caráter transnacional. Contudo, as reconfigurações mencionadas aqui parecem atrelar mais fortemente as dinâmicas locais às redes internacionais dos mercados ilícitos.

Nesta nova configuração fronteiriça, há uma importante alteração nas relações estabelecidas entre os atores dos mercados ilícitos e os agentes estatais e a população local: a ausência de ligações culturais ou sociais com o território, a origem predominantemente urbana (paulista), o forte vínculo identitário com o crime e as diversas formas de atuação nos mercados ilícitos – além do tráfico de drogas propriamente dito, os roubos e furtos – aprofundaram as tensões e as conflitualidades violentas na região.

A diferença na conformação das redes criminais “tradicionais” da fronteira com as redes criminais constituídas pelas facções pode ser exemplificada através da fala de um interlocutor, o qual era integrante da Sintonia dos Estados e Países do PCC e que cumpria pena numa unidade prisional. Para ele, “a fronteira é um lugar perigoso

porque é dominada por narcotraficantes”. A compreensão dessa fala só é possível considerando-se as diferenças das dinâmicas sociais que se apresentam a partir da conformação das distintas redes que atuam nos mercados ilícitos, constituídas por atores com trajetórias, comportamentos, posições sociais e econômicas, identidades e identificações bastante diferentes entre si.

Nesta chave de análise, o “narcotraficante” representa as figuras dos fornecedores e que transacionam drogas, especialmente cocaína em larga escala e volume, para diferentes atores, enquanto os indivíduos que integram as redes criminais vinculadas ao PCC seriam portadores de uma moralidade própria, que se conectam uns aos outros por interesses econômicos, mas principalmente através de outros tipos de vínculos, de relações de pertencimento, membresia e identificação e de práticas sociais, de valores e de uma ética do crime, coletivamente compartilhados. Neste sentido e, por estas razões, o interlocutor afirmava que a fronteira “não tem disciplina porque quem cuida [da região] são os narcotraficantes, que são milionários e não aceitam PCC. Não são justos porque matam alguém por interesse deles e não da população e muitas vezes tomam as coisas das pessoas, e o PCC não faz e não aceita isso”.

Ainda de acordo com ele, contudo, “a fronteira um dia vai evoluir”, uma vez que se trata de um território em guerra permanente. “Se a fronteira é assim, a gente tem de agir de acordo”, disse ele. O PCC, portanto, está na guerra para promover a evolução das relações criminais no âmbito da fronteira, o que significa, em linhas gerais, construir uma configuração marcada por práticas e valores similares àqueles que são vigentes nos demais territórios onde o PCC exerce controle ou forte influência. Essa percepção da fronteira permite compreender a diferença entre esses territórios e os territórios urbanos, especialmente do estado de São Paulo, de onde provém a maioria dos integrantes do PCC.

Entre os aspectos importantes que essa percepção ‘nativa’ nos traz, sublinhamos a relação desses indivíduos com o território. As “quebradas” de São Paulo constituem seus territórios de origem e/ou fixação, isto é, o local onde eles nasceram, vivem, mantêm laços fortes com a família, os vizinhos e a comunidade local e, neste sentido, emergem como figuras relevantes no ordenamento social local, angariando e reivindicando legitimidade social (Ruotti, 2016). A região da fronteira para a grande maioria desses indivíduos constitui território estranho em termos sociais e culturais, para o qual eles se dirigem para cumprir missão “profissional” ou manter-se fora do radar das autoridades estatais. Em geral, não estabelecem vínculos sociais mais sólidos, predominando os laços econômicos que apresentam certas fragilidades e precariedade que os tornam mais voláteis. Nesse sentido, constitui-se como território de passagem, marcado pelos fluxos de mercadorias e de pessoas.

Tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia

No ano de 2015, a operação *La Muralla* retratou determinadas ações que a justiça atribuiu ao trabalho da FDN (Polícia Federal, 2016). No relatório final da operação, um dos acusados narra a travessia de lancha com quantidades que variavam de 100 a 300 quilos de cocaína. Ele levava também quantidades de até 400 quilos de maconha e armas no mesmo transporte. O mesmo acusado revela, nas escutas do relatório, que perdeu em menos de um ano três carregamentos de 300 quilos, sendo um para piratas do rio⁶, outro para policiais civis e mais uma para a polícia federal. A situação o obrigou a trabalhar com quantidades menores, inclusive para evitar maiores prejuízos. Essa ação refletiu uma forma de lidar com dificuldades que se impõem e precisavam ser ultrapassadas. A droga transportada vinha desde o Peru, em virtude de conexões conquistadas e bem estabelecidas por membros da FDN em sua gestão transnacional de um negócio extremamente rentável, pois mesmo com as perdas de grandes carregamentos ainda era possível lucrar com cada quilo de pasta base da fronteira que efetivamente chegou aos seus destinos. No âmbito da operação referida, as apreensões de drogas, entre maconha e cocaína, foram estimadas em 18 milhões de reais, equivalentes a aproximadamente 2,2 toneladas de drogas.

É importante ressaltar que a tríplice fronteira amazônica abriga práticas relacionadas com o mercado internacional de cocaína desde meados da década de 1970, quando o Cartel Letícia foi um dos braços no fornecimento de cocaína para o Cartel de Medellín (Paiva, 2018). A ideia de que os colombianos dominam os grandes esquemas de tráfico perdurou até o início dos anos de 2010, quando a FDN se consolidou com esquemas que movimentaram toneladas de cocaína, além de uma série de ações que envolvem pessoas implicadas na missão de deslocar essas grandes quantidades pela fronteira, alcançando mercados nacionais e internacionais (Siqueira e Paiva, 2019). A tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia se transformou em território de múltiplos conflitos, envolvendo organizações nacionais e internacionais. Mesmo com seu domínio na região, os esquemas de grande escala da FDN conviveram ainda com movimentos de pequenos empreendedores do tráfico e ações circunstanciais em virtude dos rendimentos simbólicos e econômicos que constituem a prática de crimes. Ademais, a pressão de organizações como PCC e CV mobilizou a FDN para um controle social silencioso e preciso da região, com agenciamento de pistoleiros para eliminação de alvos determinados e suspeitos de colaboração com as outras facções.

6. Sobre as formas de governo na tríplice fronteira e a ação de “piratas dos Solimões” na região, ver Melo, 2018.

Na fronteira, a FDN precisou aprender a se relacionar com todo o aparato policial constituído para o controle social da produção e comércio de cocaína. Hirata (2015) demonstrou que esse aparato, entre outras coisas, dispõe das estruturas das Forças Armadas que atuam nas regiões de fronteira como forças policiais. Isso cria uma série de nuances para a atuação da facção amazonense na fronteira, pois enquanto ela enfrenta nas periferias de Manaus a Polícia Civil (PC), a Polícia Militar (PM) e eventualmente a Polícia Federal, na fronteira as Forças Armadas são mais um elemento fixo de enfrentamento às suas movimentações. Ademais, a PF é uma presença mais aguda no enfrentamento em relação ao que acontece em Manaus, por exemplo. Por isso, muitas adaptações precisaram ser feitas, considerando a logística das forças de segurança pública presentes na região fronteiriça.

Outro problema é o contato com os produtores de cocaína que não são brasileiros. Embora não seja um país produtor da planta que origina o alcaloide de coca, o Brasil faz fronteira com todos os países produtores. Isso significava que toda cocaína que entra no país é oriunda de territórios estrangeiros e organizações transfronteiriças. No processo de deslocamento e comercialização da cocaína, pessoas e grupos que operam os mercados ilegais brasileiros têm participado de esquemas complexos entre países latino-americanos, inclusive disputando posições de poder nos circuitos de produção e distribuição de drogas. No Amazonas, a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia é um desses espaços únicos em que múltiplos sujeitos se encontram para articular como a droga produzida irá subsidiar centenas de esquemas que funcionam em escalas e atendem a demandas muito diferentes. Para isso é preciso muito mais organização do que força, considerando as maneiras pelas quais a droga precisa sair da fronteira para abastecer mercados importantes no Brasil e em outras partes do mundo.

“O segredo é a alma do negócio”, e passar diversas quantidades de drogas foi o grande desafio das movimentações da FDN na tríplice fronteira amazônica. Pessoas trabalham discretamente, e a comunidade só tem ideia de quem pratica esse crime em ocasiões de prisão. Existe a compreensão nas facções de que não é possível movimentar diferentes quantidades de cocaína com sujeitos envolvidos e conhecidos por policiais. Existe, portanto, um trabalho que acontece nas prisões e comunidades para consórcios e movimentações entre traficantes envolvendo pessoas que vão ter a incumbência de levar a droga para além da fronteira. Aconteceu de ouvir depoimentos de pessoas não envolvidas na facção que receberam propostas para transportar uma quantidade determinada de droga. Esse fato colabora com a ideia de que, na tríplice fronteira, “o tráfico é de formiguinha”. Uma das implicações desse tipo de esquema é que pessoas não envolvidas terminam presas e efetivamente se tornam responsáveis por aquela quantidade de droga que, em diversos casos, pertence à FDN e integra um grande esquema de transporte em pequenas proporções.

Nesta região as ações da FDN são consideradas discretas e divergem da maneira violenta como a facção atua em outros espaços sociais. Apesar de não abrir mão da violência como meio de exercer seu poder de mando na tríplice fronteira, a FDN recorria quando possível a pistoleiros para matar alvos determinados e apontados como suspeitos de trair a confiança ou cooperar com o PCC, por exemplo. A FDN procurou seguir uma prática comum de outros grupos que atuavam naquela região, que está presente na ideia de que na tríplice fronteira “a bala tem nome e endereço certo”. Isso significa que o crime seguia uma lógica e as pessoas que morriam tinham uma responsabilidade pelos eventos que causaram o seu óbito. Em seu trabalho na fronteira, a FDN não mudou radicalmente uma realidade referente a dinâmicas locais de tráfico, mas buscou se adaptar e agenciar traficantes de múltiplos esquemas em um sistema colaborativo entre pessoas que trabalham na produção, fornecimento e distribuição de cocaína.

A tríplice fronteira amazônica, também, foi marcada por eventos sistemáticos de conflito entre facções brasileiras. Aqui o PCC cumpriu importante papel como grupo que almejava ter maior participação em esquemas que alcançassem a cocaína oriunda dessa fronteira. Ao longo do trabalho de campo foi possível escutar histórias de pessoas assassinadas em virtude de acusações de colaboração com o PCC. Não obstante, o principal acontecimento ligado a esse conflito se deu no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), quando 56 foram assassinadas por integrantes da FDN que as acusavam de serem integrantes ou colaboradoras do PCC no Amazonas (Candotti, Melo e Siqueira, 2017). Essa situação está conectada ao trabalho intenso da FDN para ter o controle dos esquemas criminosos que, em toda sua extensão, atravessam o Amazonas e têm na tríplice fronteira a sua principal fonte de rendimentos.

Apesar do controle da tríplice fronteira, a FDN precisou não apenas vincular-se a pessoas envolvidas no tráfico na Colômbia e no Peru, foi necessária uma rede para circulação e distribuição da cocaína em outras cidades brasileiras e delas para destinos internacionais, sobretudo na Europa. Assim, a FDN desenvolveu uma aliança estratégica com o CV, articulando esquemas lucrativos em praticamente toda a região Nordeste e outras áreas controladas pela facção oriunda dos presídios cariocas. Essa aliança repercutiu ainda em outros estados, como no caso do Ceará, em que ambas as facções atuaram juntas para o controle de prisões e territórios locais importantes para seus negócios. A cooperação entre os dois grupos começou a ruir a partir de brigas internas entre os próprios líderes da FDN, e um acerto de contas importante se deu, novamente, dentro do sistema penitenciário do Amazonas. Dessa vez foram 55 mortes espalhadas em quatro unidades: Instituto Penal Antônio Trindade (25), Centro de Detenção Provisória (5), Compaj (19) e Unidade Prisional do Puraque-

quara (6). Neste caso as mortes foram consideradas parte de uma disputa interna envolvendo a divisão da FDN e a associação de parte de seus integrantes ao CV.

Conforme é possível perceber, os principais acertos de contas entre os grupos que atuam na fronteira aconteceram dentro do sistema prisional. Contudo, é importante destacar que os eventos nas prisões concentram a tensão, enquanto na fronteira ela segue ritmos mais cadenciados, com assassinatos sistemáticos distribuídos ao longo do ano e alvos mais específicos. Esses esquemas também precisam considerar os riscos de uma área densamente povoada por agentes de segurança pública, em que o exército tem atribuições policiais. A fragilização decorrente da guerra entre grupos brasileiros proporciona a maior participação de grupos estrangeiros, interessados nos lucros que podem ser alcançados pelo trânsito da droga no Brasil. Por isso, rumores de organizações colombianas e mexicanas atuando na região da tríplice fronteira e embaralhando as disputas locais fazem parte do contexto local, embora existam limites importantes, sobretudo pelo forte controle exercido nas prisões do Amazonas e nas áreas de periferia de Manaus, dificultando uma escalada mais vigorosa de grupos estrangeiros no território brasileiro. Essa conjunção entre prisão, periferia e fronteira se tornou um elemento central para as movimentações das facções e seu controle dos esquemas de tráfico nacional e internacional de drogas que circulam pelo Brasil.

Da prisão às fronteiras: os aprendizados transfronteiriços das facções

A América Latina experimentou transformações importantes em suas dinâmicas criminais, sobretudo em função da atuação significativa de grupos brasileiros na constituição e integração de mercados mundiais de drogas. Várias regiões do país são partes de rotas internacionais de comercialização de cocaína, desde os países produtores (Bolívia, Colômbia, Peru) até os principais mercados consumidores (Estados Unidos, Europa e também África, como rota ou destino final). Ademais, o desenvolvimento econômico experimentado pelo Brasil, sobretudo na década de 2000, consolidou um grande e lucrativo mercado consumidor interno que envolveu a inserção de localidades fora dos eixos urbanos mais tradicionais e a incorporação de médias e pequenas cidades, em todas as regiões do país, à lógica do mercado de drogas ilícitas, com demanda intensiva e a conformação de grupos dispostos a suprir essa demanda, através da conexão em rede com outros atores (Manso e Dias, 2018).

Nesse mesmo período, em processos que ocorreram simultaneamente, o aumento da população carcerária produziu novas configurações dentro das prisões brasileiras, e isso acabou por reverberar no deslocamento da própria centralidade do cárcere nas dinâmicas sociais e criminais brasileiras (Dias e Ribeiro, 2019). Ou seja, no bojo em que o Brasil se consolida como rota dos mercados internacionais

de cocaína e como um dos principais mercados consumidores mundiais de drogas ilícitas, há uma drástica ampliação de sua população encarcerada e a proliferação de grupos de presos – que até a década de 1990 era um fenômeno do Rio de Janeiro e de São Paulo – por todo o país.

Conforme foi analisado em vários outros trabalhos (por exemplo, Dias, 2013; Manso e Dias, 2018)⁷, a consolidação dos grupos de base prisional – isto é, a faccionalização das prisões brasileiras – posicionou a prisão como lócus de fortalecimento e de reprodução dessas redes criminais e permitiu não apenas a continuidade das atividades ilícitas dentro dos espaços prisionais, como conectou de maneira mais dinâmica – através dos aparelhos de telefone celular e *smartphones* – as dinâmicas prisionais com as dinâmicas criminais. Em consequência do caráter ilícito de seus empreendimentos e, portanto, da impossibilidade de recorrer às instituições estatais formais para arbitrar a competição, as disputas e os conflitos, os vários grupos criminais em competição nesta economia ilícita deram início a uma espécie de “corrida armamentista” para garantir a sua posição de mercado e, em alguns casos, o controle dos territórios. Como foi possível observar em declaração de um promotor público do Rio de Janeiro, em matéria publicada pelo jornal *El País*, a expansão do PCC no estado impulsionou a aquisição de fuzis entre traficantes locais para controle de territórios e enfrentamento de grupos rivais (Martín, 2017). Essa situação também foi verificada nos estudos realizados nos dois territórios fronteiriços analisados aqui. A relação entre os grupos de base prisional e o controle armado de territórios, também, é uma característica notada por pesquisadores desde os primeiros textos de Zaluar (2004) a respeito do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. O conflito entre esses grupos gerou formas de sociabilidade e conflitos armados que caracterizam diversas formas de enfrentamento em territórios urbanos de diferentes cidades brasileiras (Sá, 2011; Grillo, 2019).

Em decorrência desses processos sociais e por serem consideradas importantes portas de entrada dos produtos e mercadorias – droga e armas – comumente associadas à violência urbana nos grandes centros do país, as regiões de fronteira têm merecido atenção destacada nas discussões sobre segurança pública. A constituição de algumas dessas localidades como rotas de escoamento desses produtos para o Brasil produz a intensa movimentação e circulação das diversas redes que atuam nesses

7. Embora não seja possível afirmar objetivamente a relação de causalidade entre o aumento de circulação de armas de fogo e a expansão do crime por facções, no Brasil, estudos como de Cerqueira e Melo (2012) evidenciam a presença de armas de fogo nas principais ocorrências de homicídios registradas no Brasil. Os estudos de Silva (2010) sobre a violência urbana no Rio de Janeiro mostraram, também, como a relação com as armas foi fundamental para a criação de relações entre e com pessoas armadas nas periferias urbanas brasileiras.

segmentos e transforma esses territórios em palcos privilegiados dos conflitos entre esses grupos, configurando-se, assim, territórios da violência, marcados por altas taxas de homicídios e outros crimes violentos (Dias e Bordin, 2011).

Simultaneamente a esses processos, assistimos a um incremento avassalador do uso da prisão como forma de controle social, de segregação e de incapacitação de indivíduos que estão fora dos fluxos econômicos contemporâneos⁸. A intensificação do encarceramento como opção política reconfigurou o lugar assumido pela prisão no Brasil, deslocando-a para uma posição de centralidade na dinâmica criminal, produzindo o transbordamento de seus limites e o embaralhamento dos limiares entre o dentro e o fora, o interno e o externo⁹. Dessa forma, nas últimas décadas e cada vez de forma mais explícita, envolvendo localidades diferentes e extensão cada vez mais ampla, bem como articulação e conexão de múltiplas redes e atores, a prisão se situa como epicentro das mais graves crises na segurança pública brasileira (Dias, 2013). O surgimento, a expansão e a consolidação de grupos de presos dentro (e, depois, fora) das prisões são o produto mais imediato da intensificação do encarceramento e, ao mesmo tempo, fazem parte dos processos que colocam a prisão numa posição central nas dinâmicas contemporâneas (Dias e Ribeiro, 2019).

Com o processo de intensificação do encarceramento em todo o país, foram criadas as condições para que essas redes se fortalecessem em sua densidade e em sua extensão, conformando uma dinâmica de autorreprodução através da inserção compulsória de novos indivíduos nas malhas tecidas dentro das prisões. Por outro lado, a saída dos indivíduos já então conectados através das redes tecidas dentro das prisões teria permitido a ampliação da sua extensão e da conectividade, abarcando outros indivíduos, ampliando os nós e permitindo que fluxos de múltiplos recursos passassem a circular na rede, independentemente dos muros das instituições.

Conforme o processo foi ganhando corpo e assumindo condições para autorreprodução, a rede se estendeu para outros estados da federação e conformou uma conexão com algumas regiões da fronteira com países vizinhos ao Brasil, especial-

8. Conforme Sinhoreto, Silvestre e Melo (2013) demonstraram, as prisões, apenas no Estado de São Paulo, sofreram um incremento importante entre os anos de 1992 e 2012, saltando de uma população de 30.670 pessoas para cerca de 190 mil. O estudo ressalta que “esse incremento do poder estatal ocorreu simultaneamente a uma reorganização da gestão da vida por parte dos coletivos de presos” (p. 102).
9. Estudo de Godói (2019) demonstrou o transbordamento da prisão para a vida e as experiências dos familiares de presos, especialmente as mulheres. Ademais, trabalho de Lourenço (2018) evidencia os problemas do dispositivo prisional cuja ação em si funciona fora dos limites legais estabelecidos. Cipriani (2021) apresenta as dinâmicas prisionais-criminais em Porto Alegre. Como mostraram estudos de Manso e Dias (2018) e Feltran (2018), as facções prisionais intensificaram as articulações entre as práticas prisionais e as atividades ilícitas, sobretudo o tráfico de drogas e outras redes criminais que podem ser a ele acopladas, como o comércio de veículos roubados.

mente Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia. Ou seja, constituiu-se uma conectividade central para a circulação dos fluxos que perpassam essa rede: prisão-fronteiras-centros urbanos. Nesse sentido, as dinâmicas que envolvem esses pontos nodais da rede estão diretamente interconectadas, de forma que, por exemplo, conflitos desencadeados dentro das prisões se refletem nos centros urbanos e em regiões de fronteira e vice-versa (Dias e Ribeiro, 2019). São dinâmicas que alimentam circuitos e contatos dos grupos brasileiros em territórios e nas prisões de outros países, articulando trocas entre as diferentes escalas de crimes praticados para a consolidação de redes internacionais de tráfico de drogas e saberes entre pessoas envolvidas na prática de crimes.

Ao longo de sua existência, as facções desenvolveram saberes e métodos constitutivos de maneiras de fazer o crime em prisões e periferias urbanas, com enfrentamentos recorrentes de forças de segurança pública. Nas fronteiras, as facções encontraram outras realidades que as colocaram diante de novos desafios. Enquanto práticas foram replicadas para o domínio de prisões e territórios, outras foram adaptadas aos movimentos necessários para a sua sobrevivência e sucesso em territórios transnacionais. Outras relações tiveram que ser inventadas no contato com traficantes, produtores e transportadores de coca em regiões repletas de singularidades. A transformação do Brasil em mercado consumidor e de trânsito para outros lugares do mundo possibilitou aos grupos brasileiros um *status* inédito. A história dos grandes cartéis de drogas é contada por grupos colombianos e mexicanos, mas no mundo contemporâneo PCC e FDN ocuparam um lugar de destaque, e sobretudo a organização paulista tem demonstrado grande capacidade de resiliência e longevidade na sua atuação nacional e internacional.

Embora sejam grupos originários das prisões brasileiras, CV, PCC e FDN extrapolaram, e suas maneiras de fazer o crime transbordaram como experiências sociais replicadas em escala internacional. São grupos que criaram modelos e coordenaram operações complexas, atuando em articulações políticas transnacionais e conectando o mercado brasileiro aos países produtores e principais consumidores de drogas de alto custo. Esses grupos funcionam por meio de um sistema de cooperações entre diferentes segmentos e escalas de traficantes. São fenômenos de massa que atualizam maneiras de fazer o crime nos territórios de fronteira. Assim, é possível afirmar que esses grupos afetam a fronteira e aprendem a manejar relações internacionais necessárias para o trânsito de um mercado transfronteiriço. Observa-se que PCC e FDN atuam de maneira diferente em fronteiras, mobilizando negociações e, somente em situações determinadas, utilizando da sua força como meio de garantir os seus interesses em negociações com múltiplas pessoas que fazem o mercado ilegal de cocaína. As dinâmicas de segurança pública, também, impõem que os envolvidos no trânsito da cocaína ativem suas redes e seus recursos para não apenas disputarem

espaço, mas fazerem com que o problema central do tráfico seja resolvido: a passagem da cocaína das zonas de produção para as de comércio. Nesse aspecto, os grupos brasileiros parecem ganhar força na medida em que o mercado brasileiro se tornou importante e grupos como PCC, CV e FDN conseguiram garantir a constituição e a manutenção de redes internacionais que asseguram a chegada e a comercialização de cocaína em mercados internacionais altamente rentáveis.

Considerações finais

As reflexões apresentadas trazem elementos preliminares que podem contribuir para outros estudos sobre as dinâmicas das economias ilegais nas áreas de fronteira da América do Sul. Algumas questões são fundamentais para entender os efeitos sociais, na América Latina (Arriagada e Hopenhayn, 2000), da articulação das diferentes economias ilegais entre si; a dimensão de composição dessas economias ilegais com as atividades empresariais “legais”; o envolvimento de personagens políticos locais e nacionais com a proteção das atividades ilegais; a participação direta e indireta de autoridades do sistema de justiça (policiais, promotores de justiça, juízes) nas redes de sustentação de tais atividades; o perfil dos principais grupos criminosos que operam essas economias ilegais e seu papel na violência que se estabeleceu nessas áreas.

Conforme foi possível evidenciar, as fronteiras internacionais representam desafios, e as facções brasileiras precisaram usar sua *expertise* considerando dificuldades e possibilidades presentes nas regiões transfronteiriças. Entre as dificuldades, destacam-se o desmantelamento das relações tradicionais estabelecidas em cada região, os conflitos com outros grupos e o aparato de segurança pública articulado ao trabalho de forças armadas que se encontram nas fronteiras. Em todos os casos, a equação a ser resolvida envolve o transporte de drogas e armas das regiões transfronteiriças para mercados rentáveis e com outras fronteiras a serem atravessadas.

A compreensão das dinâmicas criminais a partir das duas realidades empíricas aqui apresentadas oferece perspectivas analíticas de contextos distintos, mas presentes na realidade brasileira como partes integrantes de um fenômeno social que envolve a maneira como grupos brasileiros de base prisional e urbana alcançaram as fronteiras e se consolidaram como protagonistas de redes internacionais de esquemas criminosos, envolvendo a comercialização de drogas ilegais. Nas atividades de pesquisas realizadas tanto na fronteira entre Brasil e Paraguai quanto na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, foi possível observar as transformações que a estruturação da dinâmica criminal a partir das prisões tem provocado nas duas localidades, com arranjos e desarrajos fortemente marcados por conflitos violentos armados entre os grupos tradicionais da região e os grupos de base prisional. Ao mesmo tempo, a

comparação entre as duas regiões aponta para especificidades culturais e geográficas que conformam peculiaridades locais e que estão profundamente implicadas nas conformações territoriais dos mercados ilícitos, de seus atores e suas dinâmicas, tal como eles se constituem nestas áreas de fronteira. Em suma, as facções de base prisional conseguiram encontrar meios para lidar com problemas, consolidar redes, imprimir determinados controles e limites para atuação de grupos de outros países interessados nos rendimentos do crime em territórios brasileiros e para além deles. A extensão desses efeitos sociais pode ser observada a partir da presença desses atores nas prisões e territórios latino-americanos negociando e, também, realizando acertos de contas próprios das necessidades de domínio dos territórios transfronteiriços.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, José L. (2010), “As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. *Análise Social*, 195: 329-351.
- ALBUQUERQUE, J. L. & PAIVA, L. F. S. (2015). “Entre nações e legislações: algumas práticas de ‘legalidade’ e ‘ilegalidade’ na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru)”. *Revista Ambivalências*, 3 (5), 115-148.
- ALMEIDA, Leticia N. (2015), *O Estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai: um estudo de caso sobre a fronteira de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- ARRIAGADA, Irma & HOPENHAYN, Martín. (2000), *Producción, tráfico y consumo de drogas en América Latina*. Santiago, Cepal.
- BARREIRA, César. (1998), *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude. (2004), *O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, Vozes.
- CAMPBELL, Howard. (2005), “Drug trafficking stories: Everyday forms of Narco-folklore on the US–Mexico border”. *International Journal of Drug Policy*, 16 (5): 326-333.
- CANDOTTI, F. M., MELO DA CUNHA, F. & SIQUEIRA, Í. L. (2017), “A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado”. *BR*, 111 (21).
- CARDIN, Eric G. & ALBUQUERQUE, José L. C. (2018), “Fronteiras e deslocamentos”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6 (12): 114-131.
- CERQUEIRA, Daniel R. de C. & MELLO, João M. P. de. (2012), *Texto para discussão 1721: menos armas, menos crimes*. Brasília, Ipea.
- CIPRIANI, Marcelli. (2021), *Os coletivos criminais de Porto Alegre: Entre a “paz” na prisão e a guerra na rua*. São Paulo, Hucitec.

- CHIN, Ko-lin & ZHANG, Sheldon X. (2012), *Chinese connection: cross-border drug trafficking between Myanmar and China*. Final report to the United States Department of Justice (unpublished), National Criminal Justice Reference Service.
- DAVALOS, Liliana M.; BEJARANO, Adriana C. & CORREA, H. Leonardo. (2009), "Disabusing cocaine: Pervasive myths and enduring realities of a globalised commodity". *International Journal of Drug Policy*, 20 (5): 381-386.
- DIAS, Camila N. (2013), *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo, Ed. Saraiva.
- DIAS, Camila. C. N. & BORDIN, Marcelo. (2011), "Territórios da violência no Paraná: a porosidade da fronteira e sua influência na criminalidade". In: FRAGA, Nilson César (ed.). *Territórios paranaenses*. Florianópolis, Insular, pp. 255-274.
- DIAS, Camila N. & RIBEIRO, Natália C. T. (2019), "O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais". *Revista Brasileira de Sociologia*, 7 (17): 98-124.
- FELTRAN, Gabriel. (2018), *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GEFFRAY, C.; FABRE, G. & SCHIRAY, M. (ed.). (2002), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report on Brazil, China, India and Mexico. Drug trafficking, criminal organisations and money laundering*. Paris (FRA)/Vienne, Unesco/UN ODCCP.
- GRILLO, Carolina Christoph. (2019), "Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 12 (1): 62-92.
- GRIMSON, Alejandro. (2005), *Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur*. Buenos Aires, Clacso.
- HIRATA, Daniel. (2015), "Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do Arco Norte". *Ciência e Cultura*, 67 (2): 30-34.
- JARA, Vladimir. (2003), *Beira-Mar en Paraguay: Mafia, traición y muertes en la frontera; cruenta guerra de narcos en Amambay; el dinero de las drogas en las bases del poder*. Asunción, Paraguay, Salpa.
- KENNY, M. (2007), "The architecture of drug trafficking: network forms of organization in the Colombian Cocaine Trade". *Global Crime*, 8 (3): 233-259.
- LO, Sonny S. H. (2020), *The politics of cross-border crime in greater China: Case studies of mainland China, Hong Kong, and Macao*. Nova York, Routledge.
- LOFTUS, Bethan. (2015), "Border regimes and the sociology of policing". *Policing and Society*, 25 (1): 115-125.
- LOURENÇO, Luiz Claudio. (2018), "Prisões fora da lei: notas de um dispositivo punitivo marginal". In: MARQUES, V.; SPOSATO, K. & LOURENÇO, L. C. (orgs.). *Direitos humanos na democracia contemporânea: velhos e novos embates*. Rio de Janeiro: Bonecker, v. 3, pp. 84-96.
- MANSO, Bruno P. & DIAS, Camila Nunes. (2018), *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo, Todavia.
- MARCUS, George E. (1995), "Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography". *Annual Review of Anthropology*, 24 (1): 95-117.

- MARTÍN, Maria. (2017), “Maior facção criminosa do Brasil lança ofensiva empresarial no Rio”. *El País*. Rio de Janeiro, 16 jun. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/22/politica/1482434757_533449.html, consultado em 20/03/2022.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2014), *Projeto Gestão da Política de Segurança Pública nas Regiões de Fronteira – Relatório Final*. Brasília.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2016), *Segurança pública nas fronteiras – Sumário executivo*. Brasília, Relatório MP.
- MELO, Flávia. (2018), “Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia”. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 49 (3): 201-242.
- OLIVEIRA, Giovanni F. (2013), *Nas bocas da Cidade de Corumbá – MS: O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia*. Campo Grande, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS.
- PAIVA, Luiz Fábio S. (2018), “As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34 (99).
- PAIVA, Luiz Fábio S. (2019), “‘AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO’: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil”. *Caderno CRH*, 32: 165-184.
- POLÍCIA FEDERAL. (2016), *Operação La Muralla, Relatório final*. Superintendência Regional do Amazonas, DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes.
- RABOSI, Fernando. (2015), “Tempo e movimento em um mercado de fronteira: ciudad del este, Paraguai”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, 5: 405-434.
- RUOTTI, Caren. (2016), *Pretensão de legitimidade no PCC: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP.
- SÁ, L. D. de. (2011), “A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, 4 (2): 339-355.
- SALLA, Fernando & ALVAREZ, Marcos C. (2011), “Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo”. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Curitiba, GT 32 – Violência e Sociedade.
- SILVA, Luiz Antonio M. da. (2010), “Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual”. *Caderno CRH*, 23 (59): 283-300.
- SILVA, Ricardo M. & OLIVEIRA, Tito C. M. de. (2008), “O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços”. *Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social*, 2 (5): 22-30.
- SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane & MELO, Felipe Athayde Lins de. (2013), “O encarceramento em massa em São Paulo”. *Tempo Social*, 25 (1): 83-106. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100005>.

- SIQUEIRA, Ítalo B. L. & PAIVA, Luiz Fábio S. (2019). “No Norte, tem Comando’: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 7 (17): 125-154.
- WEBER, Max. (2000), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora da UNB.
- ZALUAR, Alba. (2004), *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- ZÁRATE BOTÍA, Carlos. (2008), *Silvícolas, sirringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Letícia, Instituto Amazónico de Investigaciones (Imani).

Resumo

Facções prisionais em dois territórios fronteiriços

O texto analisa de um ponto de vista comparativo as dinâmicas criminais que ocorrem em fronteiras caracterizadas pela presença de grupos brasileiros de base prisional na operacionalização do comércio transnacional de cocaína. Trata-se dos resultados de investimentos de pesquisa qualitativa desenvolvidos entre 2013 e 2018, na região da fronteira entre Brasil e Paraguai e da fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. As áreas estudadas são espaços alcançados por mercados ilegais e dinâmicas criminais transfronteiriças que têm sofrido importantes transformações, sobretudo em decorrência do protagonismo assumido por grupos brasileiros que aprenderam maneiras de atuar para a movimentação de mercados ilegais transnacionais, preservando estratégias que marcam sua história de base prisional e atuação em periferias urbanas.

Palavras-chave: Mercados ilícitos; Dinâmicas criminais; Fronteira; Prisão; Violência.

Abstract

Prison factions in two border territories

The text analyzes from a comparative point of view the criminal dynamics that occur at borders characterized by the presence of Brazilian prison-based groups in the operationalization of the transnational cocaine trade. These are the results of qualitative research investments developed between 2013 and 2018, in the region of the border between Brazil and Paraguay and the border between Brazil, Peru and Colombia. The areas studied are spaces reached by illegal markets and cross-border criminal dynamics that have undergone important transformations, especially as a result of the leading role assumed by Brazilian groups that have learned ways to act to move illegal transnational markets, preserving strategies that mark their base history prison and acting in urban peripheries.

Keywords: Illicit markets; Criminal dynamics; Border; Prison; Violence.

Texto recebido em 06/10/2021 e aprovado em 11/04/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.191220.

CAMILA NUNES DIAS é doutora em Sociologia pela USP, professora associada da UFABC, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (Seviju), pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP) e pesquisadora do CNPq. E-mail: camila.dias@ufabc.edu.br.

LUIZ FÁBIO S. PAIVA é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor associado da UFC, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV-UFC) e pesquisador do CNPq. E-mail: luizfabiopaiva@gmail.com.



Os significados de caipira

Luiz Antonio Guerra*

<https://orcid.org/0000-0001-5350-9052>

Introdução

Sobre o sujeito caipira, historicamente recaíram representações antagônicas, estabelecidas a partir da sua alteridade perante os olhares citadinos: ora como obstáculo ao progresso do país, ora ressaltando as suas virtudes de força, pureza e engenhosidade. Tal imaginário pitoresco e anedótico, mas de longa durabilidade, foi em grande medida consumado por meio do regionalismo paulista de Almeida Júnior, Valdomiro Silveira, Amadeu Amaral, Monteiro Lobato, Cornélio Pires, Afonso Arinos, entre tantos outros. Como demonstra Antonio Celso Ferreira, havia ali “sentimentos simultâneos de identificação e afastamento, característicos da sociedade letrada em relação àqueles seres tidos como representantes de um mundo arcaico a ser negado, mas que faziam parte das suas raízes e com os quais guardavam contiguidade física e cultural” (Ferreira, 2002, p. 69).

Frente a tais representações, a partir da década de 1950, sociólogos paulistas buscaram dar um entendimento científico à assimilação do trabalhador rural e às resistências culturais ao processo de mudança social então em curso (Lima, 1997), de modo a conceituar “caipira” como um modo de vida específico. Nessa perspectiva sociológica, com evidente influência do materialismo marxista, a organização econô-

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

mica da sociedade caipira correspondeu a um tipo humano particular, a saber, pobres sitiados vivendo do labor familiar em comunidades rurais relativamente isoladas, em relações de produção essencialmente pré-modernas, baseadas na subsistência e nos mínimos vitais. Foi essa configuração socioeconômica, de lenta transformação, que permitiu a colonização de uma vasta área geográfica no centro-sul do Brasil, do século XVI até meados do XX, quando mudanças significativas no campo e na cidade intensificaram o processo de urbanização e êxodo rural, desmantelando a civilização caipira, da qual restam apenas fragmentos.

Apesar da desorganização das bases materiais da sociedade caipira, todo esse processo histórico resultou em uma das mais importantes matrizes culturais brasileiras. A hipótese apresentada no presente artigo é a de que a reflexão sobre os caipiras migrou da Sociologia Rural para estudos culturais diversos, e a Sociologia da Cultura em particular, dado o avanço da crise do mundo caipira, já constatada nos anos 1950, e muito agravada nas últimas décadas.

Este texto é fruto de uma pesquisa de doutoramento em Sociologia pela Universidade de São Paulo, que se dedicou a analisar o desenvolvimento da cultura caipira, tendo como objeto as representações simbólicas presentes na prática artística de violeiros (Guerra, 2021). Aqui, analisa-se a consolidação histórica da civilização caipira e a sua fragmentação a partir de mudanças estruturais da sociedade brasileira, a qual resultou no êxodo rural massivo, mas também na resiliência de elementos de uma antiga cultura rural, para enfim responder à questão: o que significa ser caipira, hoje?

Ascensão e queda da civilização caipira

A formação da sociedade caipira está associada aos processos de colonização do interior empreendidos a partir das bandeiras que, desde o século XVI, saíram de São Paulo com o objetivo de aprisionar indígenas e procurar metais preciosos. Passada a corrida pelo ouro e prata, que atraiu movimentos migratórios de todo o Brasil, a população mestiça se dispersou e sedentarizou, e os sertões foram ocupados por pequenos agricultores, pecuaristas, caçadores e coletores que desenvolveram, com o passar dos séculos, determinados tipos de sociabilidade e cultura.

Tais aspectos culturais elementares da população camponesa do centro-sul brasileiro se expressam em técnicas de trabalho rudimentares, individuais e coletivas, utilizadas na roça, na criação de animais, na construção manual de benfeitorias e artefatos; em relações comunitárias baseadas na vizinhança e no compadrio; em valores e costumes tradicionais, provenientes do catolicismo popular e santorial; em festas religiosas e folguedos, como as folias, as congadas e demais comemorações do calendário hagiológico; em expressões musicais, como a moda de viola e os cantos

de trabalho, bem como em danças como o cururu e a catira; na culinária típica; em maneiras de falar a língua portuguesa – o dialeto caipira, como ficou conhecido (Amaral, 1976) etc.

Neste sentido, a designação “caipira” não é usada da maneira do senso comum, como um adjetivo de sentido amplo, frequentemente com acepção pejorativa. Para a Sociologia Rural paulista, o caipira é um tipo humano específico: refere-se aos homens e mulheres livres e pobres do campo de uma ampla região do interior do Brasil, que compreende os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e estados adjacentes. Em outras palavras, diz respeito às populações rústicas que povoaram as enormes extensões de terra – os sertões – não ocupadas pelos latifúndios escravocratas.

Antonio Candido, em *Os parceiros do Rio Bonito* ([1964] 2010), defende que a estrutura fundamental da sociabilidade caipira eram os bairros rurais, ou seja, pequenos núcleos habitacionais dispersos, originados da economia predatória e seminômade dos bandeirantes, baseados em relações de vizinhança e parentesco, arraigado tradicionalismo, práticas de auxílio mútuo e sentimento de localidade, onde predominava relativa homogeneidade social devido à economia quase fechada, voltada à subsistência. A produção dos meios de vida pouco dependia do mercado, de forma que os produtos agrícolas e a quantidade abundante de terras possuíam pouco valor financeiro, sendo raro o dinheiro em espécie. O parco excedente produzido era vendido em vilas ou cidades próximas para a compra do que não se conseguia produzir, como sal e instrumentos de metal.

Ao reformular a noção de cultura rústica, cara aos anteriores estudos de comunidade (Willems, [1944] 2009), enfatizando a relação entre a obtenção dos meios de vida e as formas de sociabilidade, Antonio Candido influenciou uma série de estudos decorrentes sobre as populações do campo focada no bairro rural, ao mesmo tempo que forneceu uma interpretação abrangente da formação social de parte significativa do Brasil, inserindo-se na tradição do pensamento social brasileiro (Jackson, 2001).

Para demonstrar essa densidade investigativa, vale a pena nos determos em algumas das ricas descrições que Candido faz de elementos culturais da sociedade caipira tradicional, a começar pelas moradias, artefatos e outros aspectos dos modos de vida:

A sua casa (significativamente chamada *ranch*o por ele próprio, como querendo exprimir o seu carácter de pouso) é um abrigo de palha, sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo. [...] A esta rudeza correspondiam técnicas e usos igualmente rudimentares. [...] Todos faziam fio de algodão, que as tecedeiras transformavam em pano, com o qual se confeccionava a roupa: camisolão até o joelho para meninos e meninas; camisa e saia para as mulheres; ceroula e camisa, usada sobre aquela, para os homens.

Trançavam-se em casa excelentes chapéus de junco [...], “que duravam dois anos”. Andava-se geralmente descalço, e o único calçado era a *precata* (alpargata), feita igualmente em casa. [...] Os utensílios eram, na maior parte, feitos em casa. Mais tarde foram entrando os do comércio, e as pessoas deixaram de fazer os antigos: gamela de raiz de figueira, vasilha e prato de porungaetê, cuia de beber, pote de barro, colher de pau etc. [...] Para iluminação usava-se candeeiro de barro, com banha de porco ou azeite de mamona, e torcida de algodão, tudo feito em casa, menos quando o candeeiro era de ferro. [...] Indústria caseira eram também o açúcar, a rapadura e a garapa (que o substituíam frequentemente como adoçante), envolvendo a utilização de aparelhos feitos pelo próprio roceiro, como moendas, geralmente manuais, de madeira, e os fornos de barro, além de outros adquiridos, como fôrmas ou tachos, de lata e cobre (Candido, 2010, Parte I, capítulo 1, pp. 48-52).

A alimentação é abordada a partir da lente sócio-histórica, como se pode perceber neste trecho:

O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem, pois, o que se poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterado mais tarde com a substituição da última pelo arroz. [...] Em torno destes alimentos básicos, ordenavam-se outros, frequentes, embora não constantes: as diversas abóboras, [...]; tuberosas, como a batata-doce, o cará, o mangarito – todas autóctones. Outras plantas logo se aclimataram aqui, devendo-se mencionar os legumes que mais penetraram na dieta do caipira: a couve e a chicória, presentes desde o século XVI, mais a serralha – todas aqui naturalizadas.

Quanto aos temperos e condimentos, alma da culinária, já vimos que a influência portuguesa assimilou por meio deles os alimentos da terra. As pimentas [...], adubo de índio, passaram principalmente às populações litorâneas e nortistas, mas também às caipiras; nunca, todavia, em detrimento do sal e da gordura. O tocinho imperou, absoluto, quase até os nossos dias [...]. Ligado à criação doméstica do porco, podia ser obtido, ao contrário do sal, sem o estabelecimento de relações fora do grupo. [...] A atividade caipira por excelência era todavia a caça, através da qual se obtinha quase toda a ração cárnea (Candido, 2010, Parte I, capítulo 2, pp. 68-72).

Ademais, Candido também ressalta o amálgama existente entre a cultura e o trabalho nos bairros rurais:

E um dos elementos de sua caracterização era o trabalho coletivo. [...] A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento. Na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o *mutirão*. [...] As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades

de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança (por vezes entre fazendeiros), suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. E o aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira. Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (Candido, 2010, Parte I, capítulo 4, pp. 87-88).

Nota-se, pelas descrições, que os bairros rurais eram caracterizados por uma situação de manifesta pobreza, que se revelava no aspecto precário das moradias, nas ferramentas e utensílios domésticos, nas técnicas de trabalho, na alimentação cabocla e nas roupas dos seus moradores fiadas por eles mesmos. A sua pobreza fez com que tantas vezes os caipiras fossem julgados como ignorantes, enfermos e preguiçosos, como a clássica caricatura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato ([1918] 2004). Porém, Candido esclarece que a cultura rústica dos caipiras foi resultado de exitosa adaptação civilizatória, ao produzirem apenas os mínimos vitais de alimentação e abrigo que pudessem ser garantidos pela economia de subsistência. Em outras palavras, a formação dos bairros rurais representou o equilíbrio ecológico e social que, por séculos, permitiu a fixação dessas populações nos sertões, garantindo-lhes sobrevivência e margem de lazer, alheias à dinâmica mercantil, enquanto houve ampla disponibilidade de terras e manutenção das necessidades restritas aos mínimos vitais.

Assim, a existência autônoma, ainda que modesta, do bairro rural, exigia certa dispersão e isolamento. Esse aspecto é reforçado por Antonio Candido como pressuposto para a manutenção da subsistência caipira. Embora reconheça a necessidade de relacionamento com cidades e bairros vizinhos, afirma que ela se dava de modo restrito aos limites impostos pela economia fechada. Maria Isaura Pereira de Queiroz, por sua vez, propõe uma compreensão mais flexível da organização dos bairros rurais, a qual possibilita uma definição ampliada do sujeito caipira, pois abrange relações de trabalho e produção não circunscritas à subsistência familiar. Para ela, a relação com o mercado não implicaria, necessariamente, a dissolução do bairro rural, já que a sua sobrevivência dependeria, sobretudo, do equilíbrio com a sociedade externa.

Assim, a análise da autora revela maior resiliência do mundo caipira, se comparada aos prognósticos de Candido. As atividades de subsistência poderiam ser combinadas com a venda de criações, pescados, leite, ovos, hortaliças, frutas, verduras, cultivos

e extrativismos diversos, além de produtos de fabricação caseira, como doces e artesanatos. A pequena comercialização de mercadorias obtidas com técnicas tradicionais, conjugada com a produção para subsistência, permitia relativa elevação do nível de vida, complementação da dieta e maior contato com áreas urbanas. Com a complexificação social do meio rural brasileiro, os bairros caipiras tornaram-se lócus de tipos intermediários de trabalhadores rurais, tais como parceiros, agregados e colonos. Esses tipos intermediários não provocaram o abandono da produção para subsistência e organização sociocultural própria do bairro rural, mas, ao contrário, exigiram a sua conservação, afinal o pagamento da força de trabalho era insuficiente para a sua própria manutenção.

Entretanto, durante o século XX, os bairros rurais assistiram a uma progressiva e acelerada desagregação. Rompeu-se o equilíbrio que possibilitava a economia de subsistência e exauriu-se o estilo de vida baseado nos mínimos vitais como possibilidade de ajuste social. A viabilidade desse equilíbrio dependia da compressão das necessidades a ponto de poderem ser satisfeitas pelo trabalho dos sitiantes com o uso restrito da mão de obra familiar e técnicas produtivas tradicionais. Com as comunidades rurais cada vez mais integradas à dinâmica mercantil, novas necessidades foram introduzidas e a produção para a subsistência tornou-se, assim, insuficiente. Outro fator que colaborou de maneira decisiva para o rompimento do equilíbrio sobre o qual se assentavam os bairros rurais foi a disseminação de latifúndios nas áreas ocupadas pelos pequenos sitiantes. A riqueza dos caboclos era a superabundância de terras no sertão, espoliada pelo processo de concentração fundiária.

Com a valorização do preço das terras, que se tornaram escassas e passaram a ser usadas predominantemente com vistas à exploração lucrativa, enquanto os sitiantes se viram pressionados a vender as suas propriedades e a sua mão de obra para a lavoura comercial, os agregados e parceiros passaram a ter que alugar a terra, pagando em espécie pelas glebas onde costumavam morar de favor ou em troca de parte da produção familiar. Essa inserção cada vez maior nas relações capitalistas estimulou a necessidade de dinheiro, o que provocou a crise da subsistência e impeliu os pequenos produtores independentes a buscarem empregos como assalariados, garantindo uma oferta abundante de mão de obra para o trabalho nas grandes fazendas vizinhas, quando não o êxodo rural. A própria expansão da pecuária extensiva contribuiu para a desarticulação da produção agrícola tradicional, ao passo que a demanda por pastos implicou o desflorestamento de vastas áreas de mata virgem.

As relações de trabalho passaram a ser definidas pelos termos do vínculo salarial entre patrão e empregado. Tornaram-se cada vez mais raras as relações de trabalho tradicionais como a mão de obra familiar, a parceria e o colonato, que forneciam certa autonomia ao trabalhador rural ao permitir o dispêndio de parte da energia

laboral à subsistência. A concentração de terras, a mecanização da agropecuária e a disseminação do contrato de trabalho assalariado fizeram emergir novas categorias profissionais, como os boias-frias e os volantes, trabalhadores que moram nas cidades e são contratados para a execução de tarefas sazonais nas grandes monoculturas de cana-de-açúcar, soja, algodão, eucalipto etc. Profissões antes essenciais à sociedade caipira, como os tropeiros, os carreiros e os boiadeiros, entraram em vias de extinção, rendendo-se ao desenvolvimento da logística rodoviária.

Aos habitantes dos bairros rurais que não lograram resistir em sua autonomia de pequenos proprietários na sua própria região, para não serem absorvidos como mão de obra barata nos latifúndios circundantes, restou a alternativa do êxodo. As migrações podiam ocorrer para novas fronteiras agropecuárias, que se expandiam para o interior das regiões Centro-Oeste e Norte, onde as terras ainda se mantinham desvalorizadas; ou para as cidades médias e metrópoles, engrossando as levas de migrantes que se integravam ao proletariado urbano, caminho ao qual foi impelida a maior parte da população caipira.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a população brasileira tornou-se majoritariamente urbana. Se, na década de 1940, a taxa de urbanização era de apenas 26,35%, em 1980 chegou a 68,86%. Nesses quarenta anos, a população total do Brasil triplicou, mas a população urbana cresceu muito mais, sete vezes e meia (Santos, 1993, p. 29). Os bairros caipiras típicos tornaram-se cada vez mais raros, a ponto de a população rural nas regiões Sudeste e Centro-Oeste atualmente não passar de 10%, de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em contrapartida, as cidades médias e as grandes metrópoles assistiram a um crescimento vertiginoso, em que caipiras se encontraram com migrantes de outras regiões.

Entretanto, o êxodo rural não pode ser reduzido a uma expulsão passiva de um mundaréu de caipiras. Na verdade, trata-se de uma miríade de histórias particulares de migrações de sujeitos motivados pela busca de melhores condições de vida frente às transformações socioeconômicas profundas e desfavoráveis que inviabilizaram a vida tradicional dos pequenos produtores rurais (Durham, 1978). Na cidade, os migrantes encontraram oportunidades de emprego, ainda que precários; puderam adquirir imóveis econômicos em bairros periféricos; alcançaram maior acesso a bens de consumo e serviços públicos básicos; viram seus filhos frequentarem escolas regulares, na esperança, tantas vezes concretizada, da ascensão social familiar pela educação dos descendentes. Para tanto, tiveram que barganhar o contato com a natureza, a vida em comunidade do bairro rural, os valores tradicionais que organizavam a sua vida social e a autonomia de produzir para si mesmos.

A mudança de um sistema de relações socioeconômicas para outro, assentados sobre valores tão díspares, inevitavelmente, fez com que os migrantes perdessem –

pelo menos – parte dos fundamentos culturais da sociedade caipira. Por outro lado, as tradições atuaram como mediadoras das transformações sociais, atenuando-as. Vários elementos identitários lograram sobreviver, amoldando-se fora do contexto rural de origem, expressando-se nos costumes e sotaques, na nostalgia, na moralidade autodefensiva ou por meio das diferentes alternativas pelas quais os caipiras buscaram reinventar-se cultural e economicamente nas urbes (Martins, 2001).

Não apenas nas pequenas cidades interioranas (onde o limite entre o rural e o urbano é mais fluido), mas nas médias de influência regional e, inclusive, nas capitais e grandes metrópoles, a migração massiva de caipiras incutiu lógicas da cultura rústica nas cidades, especialmente nas periferias. Ainda hoje, fazem parte do cotidiano de zonas urbanas de muitos municípios do Brasil central as vias de terra batida, a criação de animais, a manutenção de hortas, pomares e pequenas lavouras, o uso de cavalos e veículos de tração animal para locomoção, o hábito do banho em córregos que cortam as cidades, entre outras práticas.

Dessa forma, com o êxodo, persistiram nas cidades culturas híbridas, resultado da reelaboração por parte dos migrantes de elementos da sua identidade originária, ainda que vivos apenas na memória. O sujeito caipira foi progressivamente se urbanizando, mas as cidades acabaram por absorver também aspectos culturais tipicamente rurais trazidos pelos migrantes.

O novo mundo rural

As transformações estruturais ocorridas e intensificadas ao longo do século XX alteraram profundamente a organização econômica e social das populações rurais do centro-sul do Brasil, bem como a sua relação com o meio natural e comunitário. A paisagem do interior do país transfigurou-se com o declínio demográfico das populações camponesas. Sem dúvida, entre trabalhadores rurais assalariados e pequenos e médios proprietários que habitam os interstícios de grandes extensões de pastos e lavouras mecanizadas, é comum encontrarmos vários elementos típicos da civilização caipira, como o uso de ferramentas e técnicas de cultivo tradicionais, construção manual e rudimentar de artefatos e benfeitorias, emprego de equinos e bovinos como meio de trabalho e transporte, folguedos e práticas do catolicismo popular, costumes e maneiras de se relacionar com o tempo e com a natureza distintos do modo de ser urbano. Entretanto, por mais tradicional que pareça ser, à primeira vista, o estilo de vida de muitos dos habitantes de chácaras, sítios e fazendas, a realidade hoje é muito distinta daquela que levou a Sociologia a definir os bairros rurais como unidade elementar da organização econômica, social e cultural das populações do campo do centro-sul brasileiro.

Atualmente, o meio rural conta com infraestrutura de bens e serviços que até pouco tempo era exclusiva às zonas urbanas. O fornecimento de energia elétrica, por exemplo, é hoje o serviço domiciliar mais abrangente no Brasil, tendo alcançado neste século os mais recônditos rincões do país, especialmente após o programa Luz para Todos, implantado pela gestão petista do governo federal, a partir de 2003. Assim, se em 1950, 24,6% dos domicílios brasileiros dispunham de energia elétrica (sendo 60% dos domicílios urbanos e apenas 3,6% dos rurais), em 2010, 89,7% dos domicílios rurais já contavam com o serviço. O censo de 2010 mostrou ainda que apenas 1,3% do total de domicílios brasileiros não possuem energia elétrica, sendo a maioria deles nas regiões Norte e Nordeste¹.

Ressalta-se que a chegada da rede de energia elétrica em uma comunidade rural eleva significativamente seu nível de vida, trazendo consigo novas necessidades materiais impossíveis de serem satisfeitas com a produção exclusivamente voltada à subsistência, a começar pela tarifa do serviço a ser paga. O usufruto da comodidade provida pela eletricidade depende de objetos que não podem ser produzidos de maneira artesanal, como lâmpadas, chuveiro elétrico, geladeira, eletrodomésticos, aparelhos de rádio, televisão e telefone celular, hoje acessórios prosaicos no cotidiano dos habitantes das zonas rurais.

Também o sistema viário deu um salto colossal nas últimas décadas. Além do adensamento e expansão da malha rodoviária, a facilidade de aquisição de veículos automotores e a implantação de linhas municipais e interestaduais de transporte coletivo promoveram a integração de bairros e propriedades rurais. O próprio alargamento do perímetro urbano ocasionou a aproximação física entre cidades e comunidades rurais, preenchendo as vias de acesso com comércios e entrepostos que testemunham o avanço da urbanidade.

Romperam-se as barreiras que mantinham o relativo isolamento das populações do campo até poucas décadas atrás. Os bairros rurais, outrora habitados exclusivamente por aqueles que trabalhavam a terra, hoje abrigam muitas pessoas que realizam o trânsito pendular para os centros urbanos, onde trabalham, estudam e frequentam por motivos diversos de lazer, de consumo ou de acesso a serviços. Podemos notar uma reorientação das funções dos antigos bairros rurais, que deixam de ser o princípio organizador da economia e da sociabilidade camponesa, para assumir um vínculo primordial com as cidades mais próximas. Com o passar do tempo, as comunidades tenderam a perder população, desarticulando-se ou até desaparecendo, mas eventual-

1. Dados da Aneel, disponíveis em www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/aspectos_socioeconomicos/11_2_1.htm, consultados em 03/02/2022, e do IBGE, disponíveis em www.censo2010.ibge.gov.br, consultados em 03/02/2022.

mente incrementaram-na, evoluindo para distritos ou subsumidas ao contínuo da cidade, passando a ser consideradas pelo zoneamento municipal como bairros urbanos.

As transformações mais recentes na configuração dos bairros rurais foram de fato profundas e irreversíveis, se levarmos em conta a função que tiveram desde o período colonial na organização socioeconômica dos habitantes dos sertões do centro-sul do país, ou mesmo se compararmos à situação em que tais comunidades se encontravam em meados do século passado. Mesmo aqueles sociólogos que buscaram compreender os antigos bairros rurais a partir de uma perspectiva mais flexível, ressaltando suas capacidades adaptativas e complementares em relação às cidades, como Queiroz (1973), não poderiam prever a intensidade e a velocidade extraordinárias das mudanças estruturais ocorridas na última transição dos séculos, que integraram definitivamente as populações rurais nesse largo passo da modernização ocidental chamado de globalização.

A rigor, podemos afirmar que o tipo humano clássico do caipira e o seu *habitat* tradicional, o bairro rural, do ponto de vista das suas condições materiais de existência, tal como definidos pela Sociologia Rural entre as décadas de 1950 a 1970, deixaram de existir. Retomemos a concepção sociológica dos bairros rurais caipiras para compreendermos o real sentido dessa contundente asserção. De acordo com Antonio Candido, os traços característicos definidores de tais unidades societárias e seus habitantes seriam a economia agrícola de subsistência autossuficiente; o emprego de mão de obra exclusivamente familiar; a produção direta dos meios de vida dimensionados pelas necessidades básicas (mínimos vitais); o relativo isolamento (mínimos sociais); o auxílio vicinal; a homogeneidade social; a margem de lazer e a ampla disponibilidade de terras (Candido, 2010; Queiroz, 1973, pp. 7-8). Atualmente, porém, nos encontramos diante da quase total desarticulação desses elementos que por tanto tempo condicionaram a forma de povoamento que originou a cultura caipira do interior do Brasil.

Desse modo, não se trata de decretar a morte do sujeito caipira, mas sim de apontar para a sua ressignificação, no esforço de compreender, sobretudo em termos culturais, o que é ser caipira no século XXI, para aqueles que se identificam como tal.

O principal vetor de reconfiguração do campo brasileiro – nos seus aspectos espaciais, demográficos, produtivos, laborais, sociais e culturais – foi o desenvolvimento do modelo empresarial de atividade rural integrado e dependente do mercado internacional, com baixo emprego de mão de obra não qualificada e uso intensivo de tecnologias visando a maior produtividade e lucro. O avanço do chamado agrogócio, além do drástico impacto na agricultura tradicional familiar, promoveu a ascensão econômica de várias regiões interioranas, estabelecendo novos arranjos entre campo e cidade nessa grande área do centro-sul do Brasil para a qual estamos olhando.

Nas últimas décadas, assistimos ao avanço de extensas plantações de soja, cana-de-açúcar, milho, café, algodão, laranja, eucalipto etc., as quais, conjugadas a diversas modalidades de atividade pecuária, resultaram em complexas cadeias agroindustriais, que envolvem de cooperativas locais a agroindústrias internacionais, de pequenos produtores a poderosos latifundiários. A produção agropecuária é cada vez mais mecanizada e informatizada, regida por técnicas empresariais, de acordo com padrões transnacionais. Nesse sentido, os sistemas de comunicação, a engenharia química, agrônômica, veterinária e a biotecnologia operaram uma verdadeira revolução na atividade primária no Brasil e no mundo, no tocante a maquinários, defensivos agrícolas, correção de solos, seleção e melhoramento genético de sementes e raças de animais, inseminação artificial, estímulos hormonais, controle de doenças, métodos de engorda e ordenha, estruturas de granjas, invernadas, confinamentos, frigoríficos, usinas etc., como formas de controle, intervenção e invenção da própria natureza.

Tal progresso tecnológico possibilitou, em um curto lapso temporal, a expansão das fronteiras agropecuárias sobre os sertões do Centro-Oeste brasileiro – antes dispersamente povoados por comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e caipiras –, e a substituição das matas do cerrado e do pantanal por pastos e lavouras monocultoras. A expansão dessas fronteiras produtivas provocou tanto a acelerada urbanização do meio rural, quanto o extraordinário crescimento de pequenas e médias cidades.

A explosão demográfica do interior do Brasil central decorrente desse processo foi estimulada por projetos de colonização oficiais e privados encabeçados principalmente por sulistas, que atraíram também, como mão de obra não qualificada, roceiros pobres das respectivas regiões, além de migrantes nordestinos e nortistas. Nota-se, entretanto, que o incremento tecnológico das unidades produtivas e agroindustriais exige maior qualificação técnica para atender as demandas do modelo empresarial de atividade rural. Assim, houve uma significativa descentralização de instituições de ensino técnico e superior, tanto públicas quanto privadas, antes circunscritas às regiões metropolitanas, expandindo-se no sentido do interior do país.

A pujança do agronegócio foi favorecida pela desvalorização do real e pela alta do preço das *commodities* agrícolas e agroprocessadas no mercado global nas últimas décadas, reforçando a posição do Brasil como um dos principais produtores primários na divisão internacional do trabalho. Liderada pela soja, a exportação de *commodities* consolidou-se como suporte crucial do produto interno bruto (PIB) brasileiro, de modo que o expressivo desempenho comercial das atividades vinculadas ao agronegócio fortaleceu politicamente as entidades ruralistas. A consolidação do agronegócio contou com decisivo apoio estatal, através de políticas de financiamento e crédito agrícola, incentivos fiscais, renegociações de dívidas, subsídios à comercia-

lização e investimentos em centros de pesquisa, com destaque à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O Estado agiu ainda por meio de políticas de regularização fundiária, demarcação de reservas, colonização de fronteiras agrícolas e assentamentos de reforma agrária, na tentativa de apaziguar os agudos conflitos no campo decorrentes do avanço do agronegócio, envolvendo fazendeiros, posseiros, ambientalistas, camponeses desterrados, indígenas e outras populações tradicionais.

Em *A urbanização brasileira*, Milton Santos (1993) trata da expansão demográfica e econômica de pequenas e médias cidades, denominando de “cidades do campo” aqueles espaços urbanos não metropolitanos que medeiam os circuitos produtivos locais com demais setores da economia regional, nacional e global. Dentre as cidades do campo, aquelas que concentram as principais funções nas regiões produtivas agrícolas mais dinâmicas são chamadas por Denise Elias (2011) de “cidades do agronegócio”. Essas categorizações expressam o quanto a modernização do campo e a urbanização ampliada puseram em xeque a própria divisão clássica entre as zonas rural e urbana, como mundos distintos. O acesso à infraestrutura e a serviços de saneamento, luz elétrica, redes de comunicação e informação, coleta de lixo, asfalto, saúde, educação, lazer etc., deixa de ser um critério fundamental do corte entre campo e cidade. Além do mais, a própria migração massiva de caipiras transfigurou as cidades que os acolheram, principalmente nas periferias, ao trazerem consigo suas tradições e formas de sociabilidade camponesa.

Para José Graziano da Silva, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) permitem concluir que já não se pode mais “caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelas atividades agropecuárias” (Graziano da Silva, 2002, p. 49). Por um lado, o domicílio de grande parte dos proprietários e trabalhadores agrícolas está hoje nas cidades; por outro, “milhares de profissionais liberais urbanos [...] passaram a olhar os campos como oportunidade também para seus negócios” e “milhões de agricultores por conta própria e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não especializados buscam formas de prestação de serviços tipicamente urbanas” (Graziano da Silva, 2002, p. 7).

Vários são os motivos que podem levar os habitantes das cidades a procurarem as zonas rurais como local de moradia e investimento: manutenção de terras da família, saúde e bem-estar, opções mais baratas de terrenos e, não menos importante, a memória afetiva direta ou indireta que conservam da vida campestre. Vale destacar que o incremento das condições de vida na zona rural – principalmente com a chegada de estradas, energia elétrica, rede de telefonia móvel e internet – tem servido de atração para as atuais gerações deixarem a cidade e se fixarem no campo, muitas vezes como um movimento identitário de retorno às raízes caipiras, em condições muito mais favoráveis que aquelas que levaram seus antepassados à migração.

José Graziano demonstra que, convivendo com a moderna produção de *commodities*, na complexa realidade do meio rural brasileiro há pequenos agricultores marginalizados, próximos ao modo de vida caipira tradicional, lado a lado a um conjunto de novas atividades agropecuárias que se vinculam a nichos específicos de mercado, além daquelas atividades não agrícolas ligadas à moradia e aos setores secundário e terciário da economia (Graziano da Silva, 2002, p. IX). As novas atividades agropecuárias de nichos específicos a que se refere o autor são pequenos negócios que se mostram economicamente viáveis nas novas relações do rural com as cidades, como produções em pequena escala, muitas vezes familiar, relacionadas com a horticultura, floricultura, fruticultura, apicultura, piscicultura, criação e doma de animais, produção de leite e derivados, alambiques, manufaturas de artesanato e produtos culinários diversos, bem como uma ampla gama de formas de turismo rural, tal qual pesqueiros, haras, hípicas, pousadas, restaurantes e chácaras de passeio e eventos.

O que significa ser caipira hoje?

Estamos diante de um mundo rural brasileiro multifacetado e integrado ao urbano. Nesse contexto, a própria compreensão do que é ser caipira é completamente ressignificada. Com a desarticulação das bases materiais da antiga sociedade camponesa, tal como a compreendeu a Sociologia Rural, a ideia de “caipira” passou a ser essencialmente concebida não como um tipo humano específico vivendo em um modo de produção baseado nos mínimos vitais, mas sobretudo em termos culturais e identitários, atualizando a sua definição sociológica tradicional para abranger diferentes relações rurais, suburbanas e urbanas contemporâneas.

Em outras palavras, a cultura caipira deixou de ser um conceito restrito a bairros rurais economicamente organizados em um modo de produção pré-capitalista, passando a designar diversas noções de pertencimento a uma região geográfica, hábitos e costumes, variantes linguísticas, música, culinária, vestimenta, fé, ofícios agropecuários variegados e diferentes formas de contato com meios naturais como o cerrado, pantanal, serras; ou seja, variadas relações com elementos materiais e simbólicos vinculados a uma concepção contemporânea de sertão.

Nota-se, entre as novas gerações, um esforço de resgatar os referenciais socioculturais descontinuados pelos movimentos passados de migração massiva para as cidades e estilhaçamento da civilização caipira tradicional. Há, portanto, uma mudança valorativa de 180 graus, se compararmos com a motivação que levou o caboclo caipira a deixar o seu *habitat* à procura de melhores oportunidades e horizontes sociais mais amplos, considerando o quanto ele foi pejorativamente destrutado nas cidades, diminuído em sua ignorância frente aos preceitos urbanos.

Assim, é comum vermos o enaltecimento daqueles valores de antanho, ou seja, da memória familiar do mundo rural deixado para trás. Aqueles que hoje se identificam com as diversas culturas rurais brasileiras, e a caipira em particular, nelas encontram um manancial de valores que se contrapõe à violência, futilidade, individualismo, ganância, egoísmo e inescrupulosidade modernos. Tal concepção não reflete necessariamente a realidade cotidiana das antigas comunidades rurais, mas organiza representações forjadas retrospectivamente e em oposição ao moderno mundo urbano, a partir de uma essência caipira que possa servir de lastro à ação social de indivíduos contemporâneos.

De toda maneira, a recente valorização da cultura caipira tem encorajado muitas pessoas a buscarem na simplicidade da vida rural um meio efetivo de vida, mudando-se para chácaras, sítios, fazendas ou pequenas cidades interioranas com o objetivo de escaparem do acelerado ritmo de vida urbano. Podemos compreender esse movimento demográfico como uma forma de realizar aqueles valores, reatar o elo com o meio natural e as origens rurais familiares, reparando em suas histórias particulares o desenraizamento promovido pelo êxodo e urbanização.

Nesse contexto, a cultura caipira pode ser atualizada de diferentes maneiras, muitas vezes conflitantes. Algumas das representações mais recorrentes materializam-se nas festas de peão de boiadeiro, cavalgadas, comitivas, exposições agropecuárias, rodeios e outras modalidades esportivas de montaria de animais, uso de caminhonetes e na maneira de se vestir, com chapéu, botina, bota e fivela. Aí, o sujeito caipira torna-se sinônimo de *cowboy*, em um deslocamento simbólico que propõe a superação da visão pejorativa de pobreza e atraso do caipira, para afirmá-lo como gerador de riquezas para o país. Por outro lado, há aqueles que valorizam o vínculo com a natureza, mais próximos da sustentabilidade ambiental do que da ideia do campo vinculado à sua função propriamente econômica, entendendo como verdadeiro caipira aquele camponês que vive em meio a relações socioculturais antagônicas às impostas pelo agronegócio.

Seja qual for a representação assumida sobre o caipira, podemos concluir que o termo passou a ser usado sobretudo em sua dimensão cultural, sem se restringir a sujeitos vivendo da pequena produção rural voltada à subsistência. Por certo, trata-se de um uso que reconhece e valoriza as suas origens em uma antiga sociedade rústica, mas que atualmente serve de guarda-chuva identitário para maneiras muito distintas de se viver, calcadas em diferentes relações entre campo e cidade. Sob a alcunha, podem se abrigar desde pobres roceiros a grandes latifundiários; de habitantes de zonas rurais afastadas àqueles que passaram toda a sua vida em pequenas e médias cidades ou mesmo em metrópoles da região centro-sul do país, mas que se relacionam com tal matriz cultural.

Como elemento unificador desses diferentes discursos acerca do caipira está a noção de “rústico”, visto não como um adjetivo pejorativo, no sentido de tosco ou grosseiro, mas como um substantivo que denota, de alguma forma, um estado de ser que resiste à plena modernização. É interessante observarmos que o aspecto de rusticidade esteve na origem da conceituação sociológica do caipira feita por Antonio Candido e pelos estudos de comunidade que o precederam, tendo sido tantas vezes empregado o termo “cultura rústica” como sinônimo de “cultura caipira”.

Dessa maneira, afirma-se aqui um deslocamento conceitual: a ideia de “caipira” perde a sua importância na Sociologia Rural – à medida em que se consolidam outras formas de ocupação do campo, desarticulando os bairros rurais e levando a grande maioria dos seus habitantes a deixarem de ser sítiantes para se tornarem migrantes nas cidades –, para adquirir a sua relevância em diversos estudos culturais interdisciplinares² – e em pesquisas no âmbito da Sociologia da Cultura, em particular, que revisitam as obras clássicas sobre o mundo caipira, no intuito de compreender os seus ecos identitários nos dias de hoje.

De fato, essa ambivalência do conceito sociológico de caipira – ao mesmo tempo, um modo de vida específico e uma ampla matriz cultural – já estava presente no estudo seminal de Antonio Candido sobre os bairros rurais paulistas, como ele mesmo deixa claro em uma entrevista realizada quatro décadas após a publicação da primeira edição de *Os parceiros do Rio Bonito*, na qual afirmou:

As pessoas da região que eu estudei me dizem que hoje já não existe mais nada do que eu vi. Eu então sou levado a crer que a cultura caipira que eu conheci é uma cultura extinta. Agora, as sobrevivências dela estão aí. [...] Eu estudei a cultura caipira durante muitos anos, mas queria observar o seguinte: essa é a cultura dentro da qual eu fui criado. De modo que ao falar da cultura caipira, eu sou uma pessoa civilizada, de cidade, mas eu estou também dentro de valores que foram os valores do mundo no qual eu me formei. De modo que eu queria deixar essa ressalva final: eu não falo do mundo caipira apenas como um estudioso, eu falo do mundo caipira como um participante (Candido, 2001).

A título de conclusão, como uma amostra do que hoje são considerados elementos contemporâneos da cultura caipira, podemos citar sotaques linguísticos, técnicas de culinária e gastronomia regional, fogão a lenha, galinhas criadas soltas e seus ovos, cachaça, cigarro de palha, ervas medicinais, construções de pau a pique, decoração

2. Grande parte dos estudos sobre a cultura caipira tem sido levada a cabo por pesquisas interdisciplinares no âmbito da música, como a obra de referência de Ivan Vilela (2013). E ainda, sobre a culinária caipira, conferir Carlos Alberto Doria e Marcelo Corrêa Bastos (2018).

rural, artesanatos diversos, moda *country*, estrada de terra, caminhonetes e tratores, pescaria, caça, criação, doma e montaria de animais, rodeios e outras modalidades esportivas com equinos e bovinos, comitiva, cavalgada, berrante, música sertaneja, sanfona e viola caipira, desafios, cantos, danças e folguedos diversos, festas de santos, quermesse, romaria, crenças e superstições populares, causos, brincadeiras infantis, eventos de produtores rurais, lida agropecuária de toda ordem, habilidades manuais que remetem à produção direta dos meios de vida, costumes simples, valores morais tradicionais, valores alternativos emergentes de proteção ecológica e ambiental e, em geral, o contato com o interior e o meio natural do centro-sul brasileiro.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Amadeu. (1976), *O dialeto caipira*. São Paulo, Hucitec.
- CANDIDO, Antonio. ([1964] 2001), *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, Editora 34.
- CANDIDO, Antonio. *Os caipiras por Antonio Candido*. (2001), Direção: Isa Grinspum Ferraz. Série Intérpretes do Brasil / TV Cultura e Arte. São Paulo, Cinematográfica Superfilmes.
- DÓRIA, Carlos Alberto & BASTOS, Marcelo Corrêa. (2018), *A culinária caipira da Paulistânia: a história e as receitas de um modo antigo de comer*. São Paulo, Três Estrelas.
- DURHAM, Eunice. (1978), *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva.
- ELIAS, Denise. (2011), "Agronegócio e novas regionalizações no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 13 (2): 153-167, novembro.
- FERREIRA, Antonio Celso. (2002), *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Editora Unesp.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. ([1969] 1997), *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Editora da Unesp.
- GRAZIANO DA SILVA, José. (2002), *O novo rural brasileiro*. Campinas, Unicamp.
- GUERRA, Luiz Antonio. (2021), *Mestres de ontem e de hoje: uma sociologia da viola caipira*. 297 p. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- JACKSON, Luiz Carlos. (2001), "A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antonio Candido". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 16 (47): 82-98, outubro.
- LIMA, Nísia Trindade. (1997), "Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro". *XXIV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, outubro.
- MARTINS, José de Souza. (2001), "O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural". *Estudos Avançados*, São Paulo, 15 (43): 31-36, setembro/dezembro.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. ([1918] 2004), *Urupês*. São Paulo, Brasiliense.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. (1973), *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro-rural-cidade*. São Paulo, Duas Cidades.
- SANTOS, Milton. (1993), *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- VILELA, Ivan. (2013), *Cantando a própria história: música caipira e enraizamento*. São Paulo, Edusp.
- WILLEMS, Emilio. ([1944] 2009), “O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico”. *Tempo Social*. 1a edição 1944. São Paulo, 21 (1): 187-210, junho.

Resumo

Os significados de caipira

O presente artigo investiga a consolidação histórica da civilização caipira, o seu desmantelamento a partir de mudanças estruturais da sociedade brasileira e a resiliência de características de uma antiga cultura rural. O objetivo é acompanhar as mudanças nos usos do termo “caipira” para compreender o significado atribuído a ele hoje por aqueles que se identificam com tal cultura. Conclui-se que o conceito analisado sofreu um expressivo deslocamento semântico, devido às profundas transformações materiais e sociais pelas quais passou a população rural do centro-sul do Brasil tal como descrita pela Sociologia Rural paulista. Hoje, em vez do tipo humano característico dos bairros rurais, os elementos simbólicos e as referências identitárias tornam-se centrais para designar os indivíduos que se consideram herdeiros da matriz cultural caipira, ampliando-se, assim, os seus significados para tempos, espaços e experiências diversos.

Palavras-chave: Cultura caipira; Mundo rural; Migração; Identidade.

Abstract

The meanings of caipira

This article investigates the historical consolidation of the *caipira* civilization, its dismantling from structural changes in Brazilian society and the resilience of characteristics of an ancient rural culture. The objective is to follow the changes in the uses of the term *caipira* to understand the meaning attributed to it today by those who identify with that culture. It is concluded that the analyzed concept underwent an expressive semantic shift, due to the deep material and social transformations that the rural population of south-central Brazil underwent, as described by the Rural Sociology. Today, instead of the human type characteristic of rural neighborhoods, symbolic elements and identity references become central to designating individuals who consider themselves heirs of the *caipira* cultural matrix, thus expanding their meanings for various times, spaces and experiences.

Keywords: *Caipira* culture; Rural world; Migration; Identity.

Texto recebido em 04/02/2022 e aprovado em 30/05/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.194654.

LUIZ ANTONIO GUERRA é doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: guerra.luizantonio@gmail.com.



Vírus em viagem

Fluxos turísticos globais e propagação pandêmica da Covid-19¹

Octávio Sacramento*

<https://orcid.org/0000-0001-8533-3653>

Introdução

De 1950 para 2019, o volume anual de turistas internacionais aumentou exponencialmente de 25,3 milhões para 1,460 mil milhões (World Tourism Organization, WTO, 2021). Ano após ano, essa progressão foi, de um modo geral, celebrada sob a aura do sucesso e com a expectativa de ter apenas o céu como limite. Apesar das politicamente corretas palavras da ordem sobre responsabilidade e sustentabilidade, o desígnio do crescimento desenfreado prevaleceu (Higgins-Desbiolles *et al.*, 2019), não sendo prestada a devida atenção aos múltiplos riscos decorrentes da acentuada expansão global do turismo de massas. Alguns desses riscos situam-se na esfera da biossegurança e da saúde pública, com especial destaque para a dispersão de novas doenças infectocontagiosas (Hall, 2015; Chen, Law e Zhang, 2021). A Covid-19 é o exemplo mais recente e trágico de um risco epidemiológico há muito anunciado, que, entretanto, se concretizou. Na relação com esta pandemia, o turismo é apresentado como um dos setores mais severamente afetados (Organização das Nações

* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.

1. Trabalho desenvolvido como membro integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (Cetrad-Utd), entidade financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020, e colaborador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (Cria), instituição financiada pela FCT no quadro do projeto UIDB/04038/2020.

Unidas – ONU, 2020; Sharma e Nicolau, 2020; Uğur e Akbıyık, 2020). Ao mesmo tempo tende a secundarizar-se a precedência de um outro e ainda mais importante nexos de causalidade: o papel do turismo na súbita globalização do Sars-Cov-2 (Brito-Henriques, 2020; Iaquinto, 2020).

Além das vítimas e dos impactos nos serviços de saúde, os efeitos econômicos negativos são um dos mais proeminentes tópicos de discussão em torno da Covid-19. Com este imediatismo materialista é relegada para segundo plano a necessária reflexão sobre a etiologia estrutural da doença. É bastante provável, por isso, o perigo do regresso ao *business as usual* e à velha normalidade da insustentabilidade, mal se ultrapasse a tempestade sanitária global (Hall, Scott e Gössling, 2020; Ioannides e Gyimóthy, 2020). Perante este cenário, procuro aqui olhar a montante e analisar o turismo (e as conectividades que o sustentam) como fenômeno relevante no complexo de causas de propagação inicial do Sars-Cov-2, ou seja, como uma esfera que, antes de sentir os graves efeitos da pandemia, contribuiu decisivamente para essa mesma pandemia. O principal intuito é perceber como os processos de massificação turística, em especial a quantidade, celeridade e capilaridade dos fluxos transnacionais de pessoas que pressupõem, configuram ecologias de risco epidemiológico e, no caso específico do novo coronavírus, constituíram poderosos vetores sociais de difusão viral à escala global (Iaquinto, 2020). Neste exercício presto especial atenção à velocidade, em particular à que advém do transporte aéreo, como geradora de uma aceleração do tempo que comprime o espaço (Harvey, 1992; Virilio, 2000) e densifica a rede de conexões globais, proporcionando circulações massivas e céleres, nomeadamente de pessoas e vírus.

A larga maioria dos dados que sustenta a análise resulta de um processo de pesquisa de teor documental em fontes mediáticas, fontes associadas a grandes instituições internacionais de natureza intergovernamental e fontes científicas. Nas primeiras recorri a jornais *on-line* de vários países, que consultei regularmente de janeiro de 2020 a junho de 2021, procurando sempre triangular os conteúdos de diferentes fontes jornalísticas para aferir a fiabilidade dos fatos noticiados. Nas segundas acedi sobretudo à chamada *grey literature*: relatórios, documentos de orientação política e/ou dados estatísticos de entidades de referência, como a Organização Mundial do Turismo (OMT), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a International Civil Aviation Organization (Icao). Por último, utilizei fontes científicas como repositórios de material empírico em segunda mão, coletado e sistematizado por terceiros seguindo procedimentos de investigação pertinentes. Os elementos recolhidos nestes três tipos de fontes foram organizados em torno de quatro grandes eixos temáticos: fluxos, tráfego aéreo e conectividade internacional; mobilidades turísticas; surtos de Covid-19 associados ao turismo; dispersão transnacional do

Sars-CoV-2. Quase em simultâneo foi possível começar a estabelecer relações entre os diferentes elementos deste corpo de dados e a esboçar uma perspectiva integrada sobre a configuração dos trânsitos turísticos globais e a rápida constituição da pandemia de Covid-19.

Velocidade, conectividade e globalização microbiológica

Desde finais do século XVIII, com a industrialização, as atividades humanas têm sido, progressivamente, as grandes responsáveis pelos efeitos mais profundos e determinantes nos sistemas terrestres, dando origem ao que se considera ser já uma nova época geológica: o antropoceno (Crutzen, 2002; Crutzen e Stoermer, 2000). A força desses impactos do homem tem-se acentuado de forma vertiginosa a partir de meados do século XX, com vincadas mudanças ecológicas e socioeconômicas globais que configuram um processo transversal de “grande aceleração”, marcado pela crescente celeridade e volume das atividades produtivas, dos transportes, das mobilidades e comunicações internacionais, bem como pelo consequente incremento do consumo de recursos, poluição, destruição de ecossistemas e desigualdades sociais (Steffen e Crutzen, 2007; McNeill e Engelke, 2016; Green, 2020).

Movido por um frenesim de novas tecnologias que reduzem barreiras, fricções e dispêndios de tempo, o mundo está cada vez mais rápido e interconectado, ao mesmo tempo que a velocidade, amplamente venerada, afirma a sua onnipresença na vida cotidiana (Virilio, 2000; Colville, 2016). No quadro dessa grande aceleração estrutural, os fluxos de pessoas, bens, serviços, capital e dados intensificam-se, gerando uma poderosa cinética sistêmica impulsionadora de redes transnacionais densamente intrincadas (Castells, 1996; Holton, 2008). Fruto desses fluxos e dos seus impactos nos sistemas socioecológicos, ganham forma condições propícias à ocorrência de surtos epidêmicos. Faz sentido, por isso, lembrar uma ideia do período pasteuriano: “o micróbio não é nada; o terreno, tudo’. Nós humanos somos o terreno” (Green, 2020, p. 244)². Com efeito, somos nós, com as nossas tecnologias, atividades, estilos de vida e mobilidades, que suscitamos as possibilidades de transmissão de muitos micro-organismos e criamos as redes de fluxos através das quais se poderão propagar globalmente. Aliás, a (re)emergência de doenças infecciosas nos últimos cinquenta anos (Brown, Armelagos e Maes, 2011) é um produto das profundas mudanças sociotécnicas que têm alterado as dinâmicas dos ecossistemas. Dentre os muitos fatores antropogênicos que podem originar processos de disseminação microbiológica em larga escala, destacam-se as

2. No original: “the microbe is nothing; the terrain, everything’. We humans are the terrain”.

redes globais de transporte e os respectivos padrões de viagem, nomeadamente o transporte aéreo e as mobilidades turísticas (Brown *et al.*, 2016; Iaquito, 2020; Gössling, Scott e Hall, 2021).

Graças aos extraordinários progressos nos transportes, a mobilidade humana registrou um incremento superior a mil vezes nos países mais prósperos desde o século XIX (Tatem, 2014). O advento da aviação comercial a jato em meados do século XX foi determinante, reduzindo drasticamente o tempo das deslocações e ligando em algumas horas destinos longínquos, antes separados por dias ou semanas de viagem. Esse efeito de aceleração e a conectividade transnacional daí resultante foram assumindo maior expressão à medida que o transporte aéreo se expandiu por todo o globo, passou a ser economicamente acessível a grande parte das pessoas e se beneficiou de sucessivos avanços tecnológicos e organizacionais que o tornaram ainda mais rápido. No final da década de 1960 viajaram em voos comerciais cerca de 160 milhões de pessoas (Baker, 2015). Desde então, esse valor tem aumentado, em média, quase 9% ao ano, atingindo os 2,9 bilhões de passageiros em 2012 (Baker, 2015) e os 4,4 bilhões em 2019 (Icao, 2019a). Imediatamente antes da Covid-19, o tráfego aéreo internacional ligava 4.041 cidades de quase todos os países do mundo, compondo uma densa teia de 31.537 rotas com quase 40 milhões de voos anuais (Icao, 2019b). Neste emaranhado de ligações destacavam-se, inequivocamente, a América do Norte (sobretudo os Estados Unidos), a Europa e a Ásia Oriental (em particular a China), com mais aeroportos, volumes de tráfego superiores, rotas mais diversificadas e maior frequência de voos.

Os mapas aeronáuticos de 2019 são praticamente um *fac-símile* dos mapas relativos à propagação e incidência global dos contágios por Sars-Cov-2. Fazendo, justamente, a comparação entre o tráfego aéreo em dezembro de 2019 e a situação da Covid-19 em março de 2020, Castilho (2020) salienta a sobreposição quase simétrica entre a circulação internacional de aviões e de vírus, concluindo que este último é um micro-organismo urbano, de redes e com o ADN da globalização. Pode, portanto, depreender-se que a estrutura sociotécnica de mobilidade (maioritariamente turística) proporcionada pelo transporte aéreo teve um papel muito relevante na rapidez dos fluxos de contágio e na sua distribuição geográfica, em especial na fase mais inicial da pandemia (Cândido *et al.*, 2020; Lau *et al.*, 2020; Pavli *et al.*, 2020; Sokadjo e Atchadé, 2020). Esta constatação não vale somente para a Covid-19. Desde a década de 1970, os surtos de gripe aviária e suína, síndrome respiratória aguda (Sars), síndrome respiratória do Médio Oriente (Mers), dengue, zika, chikungunya, entre outros, têm deixado evidente o papel decisivo das viagens de avião, sobretudo entre grandes cidades, na disseminação de infecções (re) emergentes (Ali e Keil, 2008; Chen e Wilson, 2008; Khan *et al.*, 2009; Brockmann

e Helbing, 2013; Tatem, 2014; Baker, 2015; Findlater e Bogoch, 2018; Lupton, 2021). Cabe lembrar aqui as reflexões de Virilio (2005) sobre o “tempo accidental”, produzido pelos avanços tecnológicos, e as ideias de Beck (1999) sobre a emergência de uma *world risk society*, impulsionada por processos de modernização, globalização e individualização.

A estreita relação entre a conectividade aérea e as dinâmicas epidemiológicas tem sido alvo de um crescente interesse de investigação. Nos últimos anos destaca-se a pesquisa desenvolvida pela equipa de Dirk Brockmann, físico do Instituto de Biologia Teórica da Humboldt University (HU) e do Instituto Robert Koch (Berlim). Os seus trabalhos mostram-nos que a rede mundial de conexões aeroportuárias sobreposição a qualquer outro fator (incluindo a distância física) em termos de influência na configuração de uma pandemia (Brockmann, 2018; Brockmann e Helbing, 2013). Por via da relativização da geografia e da adoção da referência da “distância efetiva”, calculada em função das ligações aéreas, a pesquisa liderada por Brockmann demonstra que os contágios seguem padrões concêntricos, reproduzindo a maior ou menor proximidade entre diferentes contextos ditada pela acessibilidade aérea. Permite, ainda, perceber que, afinal, os padrões pandêmicos não mudaram muito nos últimos quinhentos anos: continuam a ser concêntricos (pautados pela proximidade relativa, não quilométrica, dos lugares), embora agora a sua evolução registre, como é óbvio, um ritmo de progressão incomparavelmente maior.

O transporte aéreo massificado configura, intrinsecamente, condições propícias ao contágio, pois implica grandes concentrações de pessoas, espaços fechados e muitos desafios sanitários (*v.g.*, filtragem do ar e limpeza nos aviões), gerando riscos acrescidos em termos de transmissão direta de agentes infecciosos e de transmissão indireta através de fômites (Chen e Wilson, 2008; Brown *et al.*, 2016; Grout *et al.*, 2017). Pode, ainda, facilitar a circulação de vetores infecciosos de arbovírus, como os mosquitos *Aedes aegypti*, *Anopheles* e *Aedes albopictus* (Kraemer *et al.*, 2015; Wilson, 2020). Essas situações de risco epidemiológico suscitam ainda maior apreensão se considerarmos que o mercado da aviação civil é muito competitivo e encontra-se, em especial nas últimas duas décadas, bastante condicionado pela acentuada redução dos preços das viagens por parte das chamadas companhias aéreas *low cost*, o que poderá conduzir a uma menor disponibilidade financeira para investir em recursos e medidas de segurança sanitária.

Não só pelas condições materiais do próprio transporte, como também pela diversidade de itinerários dos muitos viajantes que se cruzam nos aeroportos e nos aviões, a estrutura aérea de mobilidade representa um poderoso macrovetor tecnológico de amplificação e aceleração de contágios (Brown *et al.*, 2016). Como destacam Findlater e Bogoch (2018, p. 772), “é agora possível para um viajante que

se encontra infectado num determinado local da Terra viajar para qualquer outro ponto do planeta em apenas um-dois dias”³. A descrição que se segue, referente ao que pode ter sido o paciente zero de Covid-19 na França, é ilustrativa dessa compreensão do tempo dos processos de contágio e do papel decisivo dos transportes aéreos:

Um estudo de cientistas franceses sugere que o coronavírus já circulava no país no final de dezembro [2019], depois de ter sido diagnosticado, *a posteriori*, um paciente que havia sido internado no hospital em 27 de dezembro, quase um mês antes de a França confirmar os seus primeiros casos. [...] Hammar disse que, quando adoeceu no ano passado, com tosse seca, fadiga e febre, pensou que tinha gripe. Nesse momento, os médicos não puderam diagnosticar o coronavírus. “Fiquei surpreso”, disse ele depois de os médicos lhe dizerem, meses mais tarde, que havia sido infectado pelo Covid-19. Agora está totalmente recuperado e ressalva que não viajou para o exterior nos meses anteriores à doença, e que não sabe onde poderia ter sido infectado. A sua esposa trabalha numa loja perto de um aeroporto de Paris e frequentemente entra em contato com viajantes estrangeiros (*El Mundo*, 2020)⁴.

Mesmo já numa fase mais avançada da pandemia e após a adoção de diversas medidas restritivas tendo em vista mitigar a disseminação do vírus, o transporte aéreo continuou a ser responsável por infeções, como aconteceu, por exemplo, nos dois casos seguintes: (i) um voo para a Irlanda em meados de 2020 desencadeou um surto com 59 infectados (13 contágios diretos e 46 indiretos), embora o avião transportasse apenas 49 pessoas (17% da sua lotação) (Murphy *et al.*, 2020); (ii) em setembro de 2020, um voo de 18 horas de Dubai para a Nova Zelândia originou pelo menos quatro contágios a bordo, apesar de o número de passageiros ter sido limitado a cerca de um quarto da capacidade máxima de transporte (Swadi *et al.*, 2021).

O avião é, indiscutivelmente, um dos grandes aceleradores dos processos epidemiológicos. A “velocidade viral” é um produto das “infraestruturas de conexão”, como os transportes, sendo que se expressa em função do número de infeções ao longo

3. No original: “it is now possible for a traveler harboring an infection in one location on earth to travel to virtually any other point on the planet in only 1-2 days”.

4. No original: “Un estudio de científicos franceses sugiere que el coronavirus ya circulaba en el país a finales de diciembre [2019], después de haber diagnosticado a posteriori a un paciente que ingresó en un hospital el 27 de diciembre, casi un mes antes de que Francia confirmara sus primeros casos. [...] Hammar ha dicho que cuando cayó enfermo el año pasado [2019] con tos seca, fatiga y fiebre, pensó que tenía gripe. Los médicos en ese momento no pudieron diagnosticar el coronavirus. “Me sorprendió”, ha señalado después de que los médicos le dijeran meses más tarde que había sido contagiado de Covid-19. Ahora está totalmente recuperado y señala que no viajó al extranjero los meses antes de caer enfermo, y que no sabe dónde pudo haberse infectado. Su esposa, señala, que ella trabaja en un comercio minorista cerca de un aeropuerto de París y que con frecuencia entra en contacto con viajeros extranjeros”.

do tempo e inscreve-se na própria ontogenia do vírus: maior velocidade equivale a mutações mais frequentes (Nguyen, 2017). Considerando a progressão temporal dos contágios e as estimativas de muitos milhares de mutações genéticas, o Sars-cov-2 pode ser considerado um vírus veloz. No período de pouco mais de um mês após a sua sinalização, já circulava de forma significativa em vários países europeus e logo depois nos Estados Unidos. No dia 11 de março de 2020, a OMS declarava a situação de pandemia e no dia 25 de março, além do continente europeu, mais de 150 países um pouco por todo o mundo já registravam casos da doença (ECDC, 2020). Essa rápida expansão microbiológica é mais uma das múltiplas manifestações das dinâmicas de globalização (Fidler, 2004; Wolf, 2015; Arrizabalaga, 2016; Lupton, 2021), constituindo uma *networked disease* (Ali e Keil, 2008) ou, nas palavras de Richardson (2020), uma “pandemicidade”: a conexão da humanidade através do contágio.

O turismo e a rápida disseminação mundial do Sars-cov-2

As densas redes de conectividade e a velocidade de trânsito proporcionadas pela aviação comercial constituem as principais condições tecnológicas da crescente expansão geográfica e massificação do turismo, tornando-o no tipo de mobilidade global de pessoas com maior expressão. Considerando o total mundial de chegadas internacionais ao longo de 2019, 55% de pessoas referiram o “lazer, recreação e férias” como justificação da viagem, e 28% identificaram razões de saúde (incluindo-se aqui o turismo de saúde), motivos de natureza religiosa (turismo religioso) e a visita a amigos e familiares (turismo VFR), sendo o avião o principal meio de transporte usado por 59% desses viajantes (WTO, 2021). Por via dessas mobilidades transnacionais, tem vindo a ganhar forma um *global tourism ecumene* (Antonescu e Stock, 2014) – pontuado por frequentes situações de saturação dos destinos (*over-tourism*) (Koenig, Postma e Papp, 2018; Milano, Cheer e Novelli, 2019) –, de que resultam riscos de diversa ordem para os turistas e os respectivos contextos de origem e de destino, nomeadamente em termos de biossegurança e saúde pública (Gössling, 2002; Richter, 2003; Wilson, 2003; Hall e Baird, 2013; Hall, 2019). Dependendo dos lugares visitados, das atividades aí realizadas, das condições de alojamento, dos tipos de transporte utilizados e de muitas outras variáveis, o turismo “tem o potencial para se tornar um dos mais destacados vetores de biocontaminantes na Terra” (Hall, 2019, p. 114)⁵.

5. No original: “has the potential to become one of the most salient vectors of bio-contaminants on Earth”.

Além de o corpo dos turistas funcionar como potencial veículo de intercâmbios biológicos, os transportes, a bagagem, o calçado e vestuário, os alimentos, entre outros elementos materiais, podem também constituir-se como influentes meios de dispersão geográfica de agentes bióticos entre as áreas de proveniência, de trânsito e de destino dos fluxos turísticos (Hall, 2019; Melly e Hanrahan, 2021). A par dessa responsabilidade direta por via do movimento de pessoas e bens, a contribuição do turismo para a difusão de agentes bióticos faz-se ainda de forma indireta, pois as atividades turísticas tendem a implicar a dependência de sistemas industriais de produção de alimentos – propícios a surtos de doenças zoonóticas (Graham *et al.*, 2008) –, a invasão de *habitats* de vida selvagem e a emissão de poluentes responsáveis por alterações climáticas que disturbam os ecossistemas (Gössling, Scott e Hall, 2021).

No que diz especificamente respeito ao papel mais imediato do turismo na propagação de doenças infectocontagiosas (re)emergentes, é bastante consensual a perspectiva de que “os viajantes podem desempenhar um papel relevante na importação de doenças infecciosas emergentes e assumir-se como disseminadores de grandes epidemias” (Sabin *et al.*, 2020, p. 2)⁶. Basta termos em conta os últimos vinte anos para identificarmos vários casos, ainda antes da Covid-19, em que fica patente o estreito nexo de causalidade entre as viagens e atividades de natureza turística e a ocorrência de surtos de distintas doenças: Sars, chikungunya, tuberculose, gripe, doenças meningocócicas, norovírus e Mers, entre outras (Khan *et al.*, 2010; Findlater e Bogoch, 2018; Sabin *et al.*, 2020). É de destacar que, já no século XXI, além da pandemia de Covid-19 houve dois surtos epidêmicos também causados por coronavírus: o de Sars, em 2002-2003, e o de Mers, com início em 2012 e ainda não completamente erradicado. Muito em particular no caso da Sars, as pessoas em viagem foram as primeiras infectadas e acabariam por se tornar as grandes responsáveis pela propagação mundial dos contágios (Wilder-Smith, 2006).

Tendo em conta agora a (muito) rápida difusão global do Sars-Cov-2, fica evidente, mais uma vez, a relevância do turismo como poderoso impulsionador de cadeias de transmissão viral. Com base em dados recolhidos sobre fluxos turísticos e cenários epidemiológicos em mais de noventa países, Farzanegan *et al.* (2021) estimaram que o aumento de 1% no acolhimento e na emissão de turistas implica um acréscimo de 1,2% e 1,4% de infeções e mortes por Covid-19, concluindo que existe uma forte associação entre os sucessivos recordes de crescimento do turismo internacional até ao início de 2020 e a situação pandêmica que foi ganhando forma a partir dessa altura. Com efeito, é bastante frequente a distribuição espacial da infecção na sua

6. No original: “travelers could play a role in importing EIDs [Emerging infectious diseases] and could be a carrier of major epidemics”.

fase inicial, bem como os primeiros casos oficiais de Covid-19, de morte pela doença e/ou de novas mutações do vírus remeterem para as mobilidades turísticas.

Ao aglomerarem de forma compacta grandes quantidades de pessoas de diferentes proveniências pressupondo uma estreita partilha de espaços, infraestruturas e elementos materiais, os cenários de turismo internacional fomentaram múltiplos surtos de Covid-19 e a rápida disseminação global da infecção. Destacam-se, desde logo, três contextos em que as mobilidades turísticas estiveram, intrinsecamente, associadas às mobilidades virais e à expansão geográfica das cadeias de contágios, sobretudo desde janeiro de 2020 até à generalização das restrições de viagem: as estâncias de esqui, os cruzeiros marítimos e as turíperegrinações (turismo religioso).

Nas estâncias de esqui ocorreram grandes surtos de Covid-19, não só em 2020 como também na temporada de 2021, com destaque para o contexto alpino e a América do Norte. A situação mais problemática ocorreu nos primeiros meses de 2020, nos Alpes, muito em particular em Ischgl (Paznaun, Tirol austríaco). Entre final de fevereiro e início de março de 2020 foi palco de um dos maiores eventos globais de superdisseminação do Sars-Cov-2, quer pelo número de infecções, quer pela multinacionalidade dos contágios e pelo fato de terem acontecido na fase inicial da pandemia (Correa-Martínez *et al.*, 2020; Kreidl *et al.*, 2020). Mais de 6 mil pessoas de cerca de meia centena de nações poderão ter sido contagiadas em Ischgl e transportado o vírus para os respectivos países (*The Guardian*, 2020). O contágio foi de tal modo exponencial que, de acordo com um estudo serológico da Universidade de Medicina de Innsbruck, em finais de abril de 2020 mais de 42% dos habitantes locais já possuíam anticorpos para o vírus (*Medizinische Universität Innsbruck News*, 2020).

Também ainda numa fase inicial da pandemia, os cruzeiros marítimos foram responsáveis por mais de duas dezenas de surtos de Covid-19, confirmando evidências científicas anteriores sobre as grandes embarcações turísticas como microcosmos flutuantes de espaços confinados propícios à propagação epidemiológica de vírus e bactérias (Baraniuk, 2020; Dalton, Katelaris e Wilson, 2020; Paula e Herédia, 2020). Os dois surtos mais relevantes e amplamente mediatizados ocorreram nos cruzeiros *Diamond Princess* e *Ruby Princess*. O primeiro ficou sob quarentena no porto de Yokohama e registrou, logo no início de fevereiro de 2020, o então maior foco de contágio por Sars-Cov-2 fora da China, com 712 casos de infecção (Plucinski *et al.*, 2021). Já em meados de março de 2020, o *Ruby Princess* foi autorizado a desembarcar os passageiros, sem testagem, no porto de Sydney. Passado pouco tempo, começaram a ser identificados casos de Covid-19 relacionados com o navio na maioria dos estados australianos, concluindo-se que originou 665 contágios e contribuiu de forma considerável para a dispersão nacional da epidemia (Quigley *et al.*, 2021).

As turiperegrinações também têm estado associadas a surtos transnacionais de infecção bastante significativos. No Paquistão, a *Raiwind Tableeghi Ijtema* (11 a 15 de março de 2020) reuniu cerca de 250 mil pessoas de oitenta países, levando à exportação de contágios para múltiplos destinos (Mubarak e Zin, 2020). Praticamente na mesma altura, uma congregação em Nizamuddin (Nova Deli, Índia) e eventos religiosos em Singapura, Taiwan, Irã e Coreia do Sul tiveram, de igual modo, repercussões epidemiológicas muito relevantes (Mat *et al.*, 2020; Hsu *et al.*, 2021). Perante esses exemplos, a Arábia Saudita decidiu suspender a *Umrah* e restringir o acesso à *Hajj*, duas peregrinações que movimentam milhões de fiéis de quase todo o mundo (Hoang *et al.*, 2020). Opção distinta foi seguida pelo governo indiano, que não impôs limitações tão pronunciadas à celebração de 2021 do *Kumbh Mela* (1º a 30 de abril), um evento religioso hindu realizado aproximadamente a cada três anos e que constitui a maior reunião religiosa mundial. Em 2021, apesar das circunstâncias, participaram na peregrinação cerca de 10 milhões de pessoas, e só nas 48 horas entre 12 e 14 de abril – dias dos dois primeiros banhos reais (*Shahi Snan*) de purificação no rio Ganges – foram diagnosticados mais de mil casos de Covid-19 (*Hindustan Times News*, 2021).

Se o turismo internacional contribuiu decisivamente, em particular ao início da pandemia, para a rápida mobilidade do Sars-cov-2 entre países mais ou menos distantes e o consequente alastramento global da infecção, o turismo interno impeliu de forma considerável a multiplicação das redes de contágio regionais e nacionais. Ainda antes de a infecção se difundir internacionalmente, os fluxos turísticos internos entre o epicentro da epidemia, Wuhan, e as grandes metrópoles chinesas foram um dos principais veículos da dispersão do vírus (Shi e Liu, 2021). O turismo doméstico na China é de uma magnitude incomparável, sendo que, em 2019, foram registradas cerca de 6 bilhões de viagens internas (*China Daily*, 2021). Os sete dias de feriado (*semana dourada*) associados à celebração do dia nacional (1º de outubro) constituem um dos momentos do ano em que se gera maior volume de fluxos turísticos internos, e a província de Hubei, onde se localiza Wuhan, é um dos mais destacados contextos de acolhimento desses fluxos (Knight *et al.*, 2020).

Na Europa, o impacto epidemiológico do turismo doméstico (e do turismo de proximidade, entre países vizinhos) foi especialmente relevante em fevereiro de 2020, um mês em que ocorrem férias escolares e são realizadas várias atividades de turismo e lazer (*v.g.*, carnaval, esqui, feiras e festivais gastronômicos), que acabariam por funcionar como eventos de superdisseminação do coronavírus. Considerando em específico o contexto germânico, Plümper e Neumayer (2020) assinalam que, depois da entrada do vírus no país, a sua subsequente propagação foi alavancada por diversos eventos de natureza turística, tais como: o carnaval de Gangelte (distrito de

Heinsberg), o festival de cerveja em Mitterteich (distrito de Tirschenreuth) e o festival de vinhos em Bretzfeld (distrito de Hohenlohekreise). Mesmo dois meses após a realização dos eventos em causa, esses três distritos eram os que registravam o maior número de infecções por 100 mil habitantes a nível nacional. De um modo geral, a incidência inicial da Covid-19 na Alemanha mostrava um nítido contraste entre o oeste e o este e, principalmente, entre o norte e o sul do país. Para a maior prevalência epidemiológica no oeste terá contribuído o fato de a região ter uma maior presença de católicos, entre os quais as atividades festivas responsáveis pela disseminação do vírus, como o carnaval, são mais populares e turistificadas (McMahon, 1999; Schmid, 2020); enquanto que a maior prevalência no sul do país se explicaria pela proximidade e facilidade de acesso às estâncias de esqui da Áustria e do norte da Itália (Plümper e Neumayer, 2020), proeminentes focos de contágio nos primeiros meses de 2020.

Fora da Europa, e já muito mais adiante no ano de 2020, sucedeu algo relativamente similar nos Estados Unidos com a repercussão de um dos maiores encontros *motards* do mundo (*Sturgis Motorcycle Rally*, Dakota do Sul, 7 a 16 de agosto) na expansão nacional da pandemia. A concentração ascendeu a cerca de 462 mil participantes provenientes de todo o país e, apesar da dimensão do aglomerado, os procedimentos sanitários básicos foram consideravelmente negligenciados (Carter *et al.*, 2021). O vocalista dos Smash Mouth, uma das bandas que atuaram no evento, parece mesmo ter desvalorizado a situação pandêmica e a necessidade de prevenção do contágio, celebrando a fruição incondicionalmente hedonista do momento: “Agora estamos aqui todos juntos esta noite. E estamos sendo humanos mais uma vez. Que se foda essa merda da Covid” (*Rolling Stone*, 2020)⁷. Pouco tempo depois, começaram a ser notificadas infecções entre as pessoas que estiveram em Sturgis. A estimativa é a de que aí tenham sido desencadeadas redes de contágio responsáveis por 115.283 a 266.796 casos de Covid-19 de 2 de agosto a 2 de setembro, o que equivale a de 8,2% a 19% do total de 1,4 milhões de novos casos registrados nos Estados Unidos no mesmo período (Dave, McNichols e Sabia, 2021).

Os diversos exemplos que vêm sendo discutidos mostram de forma nítida que o turismo de massas, independentemente das suas escalas, tipologias e configurações específicas, pressupõe uma grande densidade de trânsitos e de convivências, sendo que “as mobilidades fazem-se com a encapsulação dos corpos em espaços fechados móveis – aviões, autocarros, cruzeiros etc. – e os fluxos convergem e comprimem-se ao passar através de nós – aeroportos, hotéis, centros de congressos, museus etc. – que estimulam interações e contactos de humanos entre si e com diversas formas

7. No original: “Now we’re all here together tonight. And we’re being human once again. Fuck that Covid shit”.

de materialidades” (Brito-Henriques, 2020, p. 207). É justamente dessa intensa compressão de fluxos que resultam as condições físicas mais imediatas que fazem do turismo um fenômeno indissociável do sistema de causalidades que impulsionou a pandemia de Covid-19.

Considerações finais

À semelhança da generalidade dos vírus, o Sars-Cov-2 não é biologicamente viável por si só e nada faz para contrariar o seu estado quase inerte. Somos nós, humanos, que lhe asseguramos, inadvertidamente, a possibilidade de existência como entidade viva. Hospedamo-lo nas nossas células, proporcionando-lhe o meio para a realização de funções vitais (*v.g.*, reprodução), e, muito para lá dessa escala microbiológica, temos sido responsáveis pela progressiva instauração sistêmica global de condições sociais, ambientais e tecnológicas que facilitaram a sua rápida propagação na esfera da ecologia mais imediata da espécie humana. À semelhança de outras doenças globais do passado, a Covid-19 é um produto do seu tempo, evidenciando uma estreita sincronização com as características mais marcantes e o funcionamento do atual sistema-mundo (Green, 2020). A densa malha de conexões socioespaciais e a cada vez maior velocidade e capacidade de trânsitos diversos são destacadas tendências estruturantes da atualidade e foram preponderantes no modo extraordinariamente expedito de globalização do vírus. Sem essas condições, a pandemia, a existir, teria tido uma configuração substancialmente distinta, desde logo em termos de magnitude e rapidez de progressão.

Os volumosos fluxos turísticos mundiais e a abrangente rede de transporte aéreo que pressupõem constituem uma marca paradigmática da crescente conectividade, trânsito e velocidade em que vivemos. À boleia dessas condições de fluidez, especialmente acentuadas no chamado Norte Global, o Sars-Cov-2 galgou distâncias e num par de meses disseminou-se de forma pandêmica. A estrutura reticular de mobilidade aérea e o turismo internacional foram, com efeito, influentes vetores sociotécnicos no processo de difusão repentina do vírus à escala planetária. No imediato, tal ficou a dever-se ao fato de propiciarem contextos de risco epidemiológico, resultantes da formação de grandes aglomerados transnacionais de pessoas, partilhando muitos espaços fechados e elementos materiais, e que, numa questão de dias/semanas, percorrem distâncias de milhares de quilômetros e contactam de forma mais ou menos próxima com centenas de outras pessoas entre os contextos de origem, de trânsito (sobretudo aeroportuário) e de destino turístico. Além desses nexos de causalidade mais imediatos e evidentes, explorados com maior detalhe ao longo do texto, é ainda de considerar a responsabilidade do transporte aéreo e do turismo na produção de

impactos nos ecossistemas que acabam por criar condições propícias à emergência de zoonoses como a Covid-19.

Os contextos turísticos e as redes de transportes a eles associadas são o resultado de assemblagens sociomateriais, mais do que humanas, nas quais interagem múltiplos atores (*v.g.*, humanos, não humanos, tecnologia, instituições, recursos naturais) de forma tendencialmente contingencial, contribuindo para a geração de vitalidades imprevistas que colocam sérios riscos em termos de biossegurança e podem mesmo desencadear cenários de biocontaminação epidêmica (Hall, 2015, 2019; Brito-Henriques, 2020; Lupton, 2021). No caso específico do Sars-Cov-2 e da pandemia a que deu origem, as assemblagens em torno do turismo de massas e do avião ajudaram, como diriam os pasteurianos, a produzir o “terreno” que representa “tudo” para uma entidade patogênica que, por si só, é “nada” (Green, 2020). Convirá nunca esquecer que somos protagonistas centrais desse terreno, até porque vivemos num período de emergência de novas e velhas doenças infecciosas. É fundamental, por isso, inibir potenciais condições favoráveis à proliferação de agentes patogênicos e, ao mesmo tempo – atendendo, por exemplo, à facilidade de globalização da Covid-19 – construir dispositivos político-sanitários de monitorização e controle epidemiológico mais integrados no plano transnacional e com maior capacidade de formulação de respostas expeditas facilmente exequíveis.

Referências Bibliográficas

- ALI, S. & KEIL, R. (eds.). (2008), *Networked disease: emerging infections in the global city*. Chichester, Blackwell.
- ANTONESCU, A. & STOCK, M. (2014), “Reconstructing the globalisation of tourism: a geo-historical perspective”. *Annals of Tourism Research*, 45C (1): 77-88.
- ARRIZABALAGA, J. (2016), “The global threat of (re)emerging diseases: contesting the adequacy of biomedical discourse and practice”. In: DAVIS, J. & GONZALEZ, A. (eds.). *To fix or to heal: patient care, public health, and the limits of biomedicine*. Nova York, New York University Press, pp. 177-207.
- BAKER, D. (2015), “Tourism and the health effects of infectious diseases: are there potential risks for tourists?”. *International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality*, 1 (12): 1-17.
- BARANIUK, C. (2020), “What the Diamond Princess taught the world about covid-19”. *BMJ*, 369 (m1632).
- BECK, U. (1999), *World risk society*. Malden, Polity Press.

- BRITO-HENRIQUES, E. (2020), "Covid-19, turismo e sustentabilidade: tudo está interligado". *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 55 (115): 205-210.
- BROCKMANN, D. "Human mobility, networks and disease dynamics on a global scale". In: BUNDE, A.; CARO, J.; KÄRGER, J. & VOGL, G. (2018), (eds.), *Diffusive spreading in nature, technology and society*. Cham, Springer, pp. 375-396.
- BROCKMANN, D. & HELBING, D. (2013), "The hidden geometry of complex, network-driven contagion phenomena". *Science*, 342 (6164): 1337-1342.
- BROWN, A.; AHMAD, S.; BECK, C. & NGUYEN-VAN-TAM, J. (2016), "The roles of transportation and transportation hubs in the propagation of influenza and coronaviruses: a systematic review". *Journal of Travel Medicine*, 23 (1): tav002.
- BROWN, P.; ARMELAGOS, G. & MAES, K. (2011), "Humans in a world of microbes: the anthropology of infectious disease". In: SINGER, M.; ERICKSON, P. (eds.), *A companion to medical anthropology*. Malden, Wiley-Blackwell, pp. 253-270.
- CÂNDIDO, D. *et al.* (2020), "Routes for Covid-19 importation in Brazil". *Journal of Travel Medicine*, 27 (3): 1-3.
- CARTER, R. *et al.* (2021), "Widespread Sars-Cov-2 transmission among attendees at a large motorcycle rally and their contacts, 30 US Jurisdictions, August-September, 2020". *Clinical Infectious Diseases*, 73 (S1): S106-S109.
- CASTELLS, M. (1996), *The rise of the network society*. Oxford, Blackwell.
- CASTILHO, D. (2020), "Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade". *Espaço e Economia*, 17: 1-7.
- CHEN, L. & WILSON, M. (2008), "The role of the traveler in emerging infections and magnitude of travel". *The Medical Clinics of North America*, 92 (6): 1409-1432.
- CHEN, S.; LAW, R. & ZHANG, M. (2021), "Review of research on tourism-related diseases". *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 26 (1): 44-58.
- CHINA DAILY (2021), "Report: China to see increased domestic tourism in 2021". <https://www.chinadailyhk.com/article/158413>.
- COLVILLE, R. (2016), *The great acceleration: how the world is getting faster, faster*. Nova York, Bloomsbury.
- CORREA-MARTÍNEZ, C. *et al.* (2020), "A pandemic in times of global tourism: superspreading and exportation of Covid-19 cases from a ski area in Austria". *Journal of Clinical Microbiology*, 58 (6): e00588-20.
- CRUTZEN, P. (2002), "Geology of mankind: the Anthropocene". *Nature*, 415: 23.
- CRUTZEN, P. & STOERMER, E. (2000), "The Anthropocene". *Global Change Newsletter*, 41: 17-18.
- DALTON, C.; KATELARIS, A. & WILSON, N. (2020), "Open with care: minimising Covid-19 superspreading settings in Australia". *SSRN*, 12 jun.: 1-12.
- DAVE, D.; MCNICHOLS, D. & SABIA, J. (2021), "The contagion externality of a superspreading event: the Sturgis Motorcycle Rally and Covid-19". *Southern Economic Journal*, 87: 769-807.

- EL MUNDO (2020), “El caso de Covid-19 detectado en Francia a finales de diciembre podría dar nuevas pistas sobre el origen de la pandemia”. www.elmundo.es/ciencia-salud/salud/2020/05/05/5eb19dcefc6c8314388b4610.html.
- EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL (2020), “Timeline of ECDC’s response to Covid-19”. <https://www.ecdc.europa.eu/en/covid-19/timeline-ecdc-response>.
- FARZANEGAN, M.; GHOLIPOUR, H.; FEIZI, M.; NUNKOO, R. & ANDARGOLI, A. (2021), “International tourism and outbreak of coronavirus (Covid-19): a cross-country analysis”. *Journal of Travel Research*, 60 (3): 687-692.
- FIDLER, D. (2004), *Sars: governance and the globalization of disease*. Nova York, Palgrave Macmillan.
- FINDLATER, A. & BOGOCH, I. (2018), “Human mobility and the global spread of infectious diseases: a focus on air travel”. *Trends in Parasitology*, 34 (9): 772-783.
- GÖSSLING, S. (2002), “Global environmental consequences of tourism”. *Global Environmental Change*, 12 (4): 283-302.
- GÖSSLING, S.; SCOTT, D. & HALL, C. M. (2021), “Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of Covid-19”. *Journal of Sustainable Tourism*, 29 (1): 1-20.
- GRAHAM, J. *et al.* (2008), “The animal-human interface and infectious disease in industrial food animal production: rethinking biosecurity and biocontainment”. *Public Health Reports*, 123 (3): 282-299.
- GREEN, M. (2020), “Emerging diseases, re-emerging histories”. *Centaurus*, 62: 234-247.
- GROUT, A.; HOWARD, N.; COKER, R. & SPEAKMAN, E. (2017), “Guidelines, law, and governance: disconnects in the global control of airline-associated infectious diseases”. *The Lancet Infectious Diseases*, 17 (4): e118-e122.
- HALL, C. M. (2019), “Biological invasion, biosecurity, tourism, and globalization”. In: DALLEN, T. (ed.), *Handbook of globalisation and tourism*. Cheltenham e Northampton, Edward Elgar, pp. 114-125.
- HALL, C. M. (2015), “Tourism and biological exchange and invasions: a missing dimension in sustainable tourism?” *Tourism Recreation Research*, 40 (1): 81-94.
- HALL, C. M. & BAIRD, T. (2013), “Ecotourism, biological invasions and biosecurity”. In: BALLANTYNE, R.; PACKER, J. (eds.), *International handbook on ecotourism*. Cheltenham e Northampton, Edward Elgar, pp. 66-77.
- HALL, C. M.; SCOTT, D. & GÖSSLING, S. (2020), “Pandemics, transformations and tourism: be careful what you wish for”. *Tourism Geographies*, 22 (3): 577-598.
- HARVEY, D. (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F.; CARNICELLI, S.; KROLIKOWSKI, C.; WIJESINGHE, G. & BOLUK, K. (2019), “Degrowing tourism: rethinking tourism”. *Journal of Sustainable Tourism*, 27 (12): 1926-1944.

- HINDUSTAN TIMES NEWS (2021), "Over 1.000 test positive for Covid-19 at Kumbh Mela in 48 hours". <https://www.hindustantimes.com/india-news/over-1-000-test-positive-for-covid-19-at-india-s-religious-festival-kumbh-101618395394758.html>.
- HOANG, V.-T.; GAUTRET, P.; MEMISH, Z. & AL-TAWFIQ, J. (2020), "Hajj and Umrah mass gatherings and Covid-19 infection". *Current Tropical Medicine Reports*, 7: 133-140.
- HOLTON, R. (2008), *Global networks*. Basingstoke e Nova York, Palgrave Macmillan.
- HSU, C. Y. *et al.* (2021), "Preparedness for containing Covid-19 outbreak in mass religious gathering with non-pharmaceutical interventions (NPIs)". *Journal of the Formosan Medical Association*, 120: S57-S68.
- IAQUINTO, B. (2020), "Tourist as vector: viral mobilities of Covid-19". *Dialogues in Human Geography*, 10 (2): 174-177.
- INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION (2019a), "Presentation of 2019 air transport statistical results". https://www.icao.int/annual-report-2019/Documents/ARC_2019_Air%20Transport%20Statistics.pdf.
- INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION (2019b), "New traffic flow 2019 OAG DATA". <https://gis.icao.int/gallery/TRAFFICFLOW2019zoomsimpOP.pdf>.
- IOANNIDES, D. & GYIMÓTHY, S. (2020), "The Covid-19 crisis as an opportunity for escaping the unsustainable global tourism path". *Tourism Geographies*, 22 (3): 624-632.
- KHAN, K. *et al.* (2009), "Spread of a novel influenza A (H1N1) virus via global airline transportation". *The New England Journal of Medicine*, 361: 212-214.
- KHAN, K. *et al.* (2010), "Global public health implications of a mass gathering in Mecca, Saudi Arabia during the midst of an influenza pandemic". *Journal of Travel Medicine*, 17 (2): 75-81.
- KNIGHT, D.; XIONG, L.; LAN, W. & GONG, J. (2020), "Impact of Covid-19: research note on tourism and hospitality sectors in the epicenter of Wuhan and Hubei Province, China". *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 32 (12): 3705-3719.
- KOENS, K.; POSTMA, A. & PAPP, B. (2018), "Is overtourism overused? Understanding the impact of tourism in a city context". *Sustainability*, 10 (12): 2-15.
- KRAEMER, M. *et al.* (2015), "The global distribution of the arbovirus vectors *Aedes aegypti* and *Ae. Albopictus*". *eLife*, 4: e08347.
- KREIDL, P. *et al.* (2020), "Emergence of coronavirus disease 2019 (Covid-19) in Austria". *Wiener Klinische Wochenschrift*, 132 (21): 645-652.
- LAU, H. *et al.* (2020), "The association between international and domestic air traffic and the coronavirus (Covid-19) outbreak". *Journal of Microbiology, Immunology and Infection*, 53 (3): 467-472.
- LUPTON, D. (2021), "Contextualising Covid-19: sociocultural perspectives on contagion". In: LUPTON, D. & WILLIS, K. (eds.). *The Covid-19 crisis: social perspectives*. Londres, Routledge, pp. 14-24.
- MAT, N. C.; EDINUR, H.; RAZAB, M. & SAFUAN, S. (2020), "A single mass gathering resulted in

- massive transmission of Covid-19 infections in Malaysia with further international spread”. *Journal of Travel Medicine*, 27 (3): 1-9.
- MCMAHON, F. (1999), “‘Playing with play’: Germany’s Carnival as esthetic nonsense”. In: REIFEL, R. (ed.). *Play & culture studies: play contexts revisited*. Stamford, Ablex, pp. 177-187.
- MCNEILL, J. & ENGELKE, P. (2016), *The great acceleration: an environmental history of the Anthropocene since 1945*. Cambridge, Harvard University Press.
- MEDIZINISCHE UNIVERSITÄT INNSBRUCK NEWS (2020), “Ischgl-Studie. 42,4 Prozent sind antikörper-positiv”. <https://www.i-med.ac.at/mypoint/news/746359.html>.
- MELLY, D.; HANRAHAN, J. (2021), “Tourism biosecurity risk management and planning: an international comparative analysis and implications for Ireland”. *Tourism Review*, 76 (1): 88-102.
- MILANO, C.; CHEER, J. & NOVELLI, M. (eds.) (2019), *Overtourism: excesses, discontents and measures in travel and tourism*. Wallingford e Boston, Cabi.
- MUBARAK, N. & ZIN, C. S. (2020), “Religious tourism and mass religious gatherings – the potential link in the spread of Covid-19. Current perspective and future implications”. *Travel Medicine and Infectious Disease*, 36: 101786.
- MURPHY, N. *et al.* (2020), “A large national outbreak of Covid-19 linked to air travel, Ireland, summer 2020”. *Eurosurveillance*, 25 (42): 2001624.
- NGUYEN, V.-K. (2017), “Viral speed: infrastructure, connectivity, ontogeny; or, notes on the molecular epidemiology of epidemics”. *Cultural Anthropology*, 32 (1): 28-34.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2020), “Policy brief: Covid-19 and transforming tourism”. https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-08/sg_policy_brief_covid-19_tourism_august_2020.pdf.
- PAULA, Â. & HERÉDIA, V. (2020), “Covid-19 and cruise ships: a drama announced”. *Études Caribéennes*, 47, 15 dez.
- PAVLI, A. *et al.* (2020), “In-flight transmission of Covid-19 on flights to Greece: an epidemiological analysis”. *Travel Medicine and Infectious Disease*, 38: 101882.
- PLUCINSKI, M. *et al.* (2021), “Coronavirus disease 2019 (Covid-19) in Americans aboard the Diamond Princess cruise ship”. *Clinical Infectious Diseases*, 72 (10): e448-e457.
- PLÜMPER, T. & NEUMAYER, E. (2020), “The Covid-19 pandemic predominantly hits poor neighborhoods, or does it? Evidence from Germany”. *medRxiv*. <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.05.18.20105395v1.full.pdf>.
- QUIGLEY, A.; NGUYEN, P. Y.; STONE, H.; LIM, S. & MACINTYRE, C. R. (2021), “Cruise ship travel and the spread of Covid-19: Australia as a case study”. *International Journal of Travel Medicine and Global Health*, 9 (1): 10-18.
- RICHARDSON, E. (2020), “Pandemicity, Covid-19 and the limits of public health ‘science’”. *BMJ Global Health*, 5: e002571.
- RICHTER, L. (2003), “International tourism and its global public health consequences”. *Journal of Travel Research*, 41 (4): 340-347.

- ROLLING STONE (2020), “Freedom-loving people’: behind the scenes at that controversial Smash Mouth show in South Dakota”. <https://www.rollingstone.com/music/music-news/sturgis-covid-19-biker-fest-smash-mouth-1043040/>.
- SABIN, N. *et al.* (2020), “Implications of human activities for (re)emerging infectious diseases, including Covid-19”. *Journal of Physiological Anthropology*, 39 (29): 2-12.
- SCHMID, S. (2020), *Swabian-Alemannic Carnival in German society today*. Roterdã, dissertação de mestrado, Universidade de Roterdão. <https://thesis.eur.nl/pub/56218/>.
- SHARMA, A. & NICOLAU, J. (2020), “An open market valuation of the effects of Covid-19 on the travel and tourism industry”. *Annals of Tourism Research*, 83: 10299.
- SHI, Q. & LIU, T. (2020), “Should internal migrants be held accountable for spreading Covid-19?”. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 52, (4): 695-697.
- SOKADJO, Y.; ATCHADÉ, M. (2020), “The influence of passenger air traffic on the spread of Covid-19 in the world”. *Transportation Research Interdisciplinary Perspectives*, 8: 100213.
- STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. & MCNEILL, J. (2007), “The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of Nature?”. *Ambio*, 36 (8): 614-621.
- SWADI, T. *et al.* (2021), “Genomic evidence of in-flight transmission of Sars-Cov-2 despite predeparture testing”. *Emerging Infectious Diseases*, 27 (3): 687-693.
- TATEM, A. (2014), “Mapping population and pathogen movements”. *International Health*, 6 (1): 5-11.
- THE GUARDIAN (2020), “‘Everyone was drenched in the virus’: was this Austrian ski resort a Covid-19 ground zero?”. <https://www.theguardian.com/world/2020/sep/05/everyone-was-drenched-in-the-virus-was-this-austrian-ski-resort-a-covid-19-ground-zero>.
- UĞUR, N. & AKBIYIK, A. (2020), “Impacts of Covid-19 on global tourism industry: a cross-regional comparison”. *Tourism Management Perspectives*, 36: 100744.
- VIRILIO, P. (2000), *A velocidade de libertação*. Lisboa, Relógio d’Água.
- VIRILIO, P. (2005), *L’accident originel*. Paris, Galilée.
- WILDER-SMITH, A. (2006), “The severe acute respiratory syndrome: impact on travel and tourism”. *Travel Medicine and Infectious Disease*, 4 (2): 53-60.
- WILSON, M. (2003), “The traveller and emerging infections: sentinel, courier, transmitter”. *Journal of Applied Microbiology*, 94: 1S-11S.
- WILSON, M. (2020), “What goes on board aircraft? Passengers include Aedes, Anopheles, 2019-nCoV, Dengue, Salmonella, Zika, *et al.*”. *Travel Medicine and Infectious Disease*, 33: 101572.
- WOLF, M. (2015), “Is there really such a thing as ‘one health’? Thinking about a more than human world from the perspective of cultural anthropology”. *Social Science & Medicine*, 129: 5-11.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (2021), *International tourism highlights, 2020 edition*. Madri, WTO.

Resumo*Vírus em viagem: fluxos turísticos globais e propagação pandêmica da Covid-19*

Na relação com a Covid-19, o turismo é referenciado sobretudo como uma esfera socioeconômica severamente afetada, não sendo dado o devido relevo ao seu papel enquanto componente do sistema de condições que desencadeou a pandemia. Perante esta situação, a análise desenvolvida é orientada pelo intuito de perceber como os processos de massificação turística e a abrangente rede de transporte aéreo que pressupõem, gerando conectividades, trânsitos e velocidade sistêmica, contribuíram para a súbita globalização do Sars-Cov-2. Para tal são mobilizados dados resultantes de um processo de pesquisa de teor documental em fontes mediáticas, fontes associadas a grandes instituições internacionais de natureza intergovernamental e fontes científicas. A partir desses dados é possível depreender-se que os contextos turísticos e as respectivas estruturas de mobilidade são o resultado de complexas assemblagens mais-do-que-humanas nas quais emergem condições sociais, ambientais e tecnológicas que funcionam como poderosos vetores estruturais de rápida difusão transnacional de biocontaminantes, responsáveis, em alguns casos, por cenários pandêmicos como aquele em que vivemos desde março de 2020.

Palavras-chave: Fluxos turísticos; Transporte aéreo; Globalização viral; Covid-19.

Abstract*Virus on the move: global tourist flows and the Covid-19 pandemic*

In the relationship with Covid-19, tourism is mainly referred as a severely affected socio-economic sphere. Its role as a component of the system of conditions that triggered the pandemic is not given due prominence. In light of this situation, the analysis is guided by the aim of understanding how the tourism massification and the extensive air transport network that it requires, generating connectivity, transits and systemic speed, contributed to the sudden globalization of Sars-Cov-2. To this end, data are mobilised from documentary research in different sources: media, sources associated with intergovernmental international institutions, and scientific sources. From these data it is possible to deduce that tourist contexts and their mobility structures are the result of complex more-than-human assemblages in which social, environmental and technological conditions emerge, functioning as powerful structural vectors of rapid transnational diffusion of biocontaminants responsible, in some cases, for pandemic scenarios like the one we have been living in since March 2020.

Keywords: Tourist flows; Air transport; Viral globalisation; Covid-19.

Texto recebido em 10/11/2021 e aprovado em 26/05/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.192389.

OCTÁVIO SACRAMENTO é doutor em Antropologia e professor auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Utad). É membro integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (Cetrad-Utad) e colaborador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (Cria). A saúde/doença e as mobilidades (turismo e migrações) estão entre os seus principais interesses de investigação. E-mail: octavsac@utad.pt.

